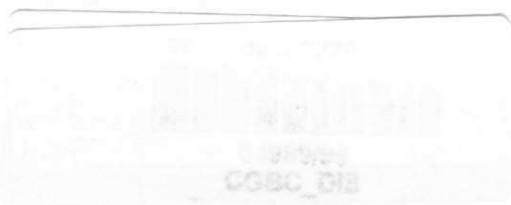


**Universidade Federal da Paraíba
Campus II – Centro de Humanidades
Curso de Mestrado em Economia**

**GLOBALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO REGIONAL E
MERCOSUL – UM ESTUDO SOBRE ALGUMAS
TRANSFORMAÇÕES NO CAPITALISMO MUNDIAL E
A NOVA INSERÇÃO DO BRASIL NA ECONOMIA
INTERNACIONAL**

FÁBIO GUEDES GOMES

**CAMPINA GRANDE
1999**



**GLOBALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO REGIONAL E MERCOSUL – UM
ESTUDO SOBRE ALGUMAS TRANSFORMAÇÕES NO CAPITALISMO
MUNDIAL E A NOVA INSERÇÃO DO BRASIL NA ECONOMIA
INTERNACIONAL**

por

FÁBIO GUEDES GOMES

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Economia da
Universidade Federal da Paraíba –
Campus II. Em cumprimento às
exigências para a obtenção do grau de
Mestre em Economia.

Área de Concentração: Economia
Rural e Regional

ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO

Universidade Federal da Paraíba
Campina Grande
1999



G633g

Gomes, Fábio Guedes.

Globalização, integração regional e mercosul : um estudo sobre algumas transformações no capitalismo mundial e a nova inserção do Brasil na economia internacional / Fábio Guedes Gomes. - Campina Grande, 1999.

227 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1999.

"Orientação : Prof. Dr. José Bezerra de Araújo".

Referências.

1. Economia Internacional Capitalista. 2. Globalização e Integração Regional. 3. Dissertação - Economia. I. Araújo, José Bezerra de. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 33(100)(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CAMPUS II – CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA

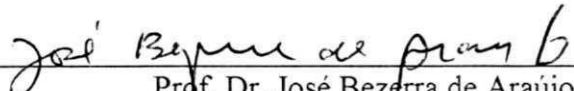
A COMISSÃO EXAMINADORA, ABAIXO ASSINADA, APROVA A
DISSERTAÇÃO

GLOBALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO REGIONAL E MERCOSUL – UM ESTUDO
SOBRE ALGUMAS TRANSFORMAÇÕES NO CAPITALISMO MUNDIAL E A
NOVA INSERÇÃO DO BRASIL NA ECONOMIA INTERNACIONAL

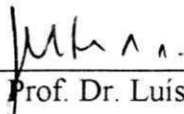
ELABORADA POR
FÁBIO GUEDES GOMES

COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM ECONOMIA

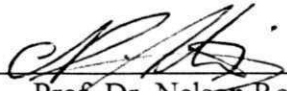
COMISSÃO EXAMINADORA:



Prof. Dr. José Bezerra de Araújo
(Examinador/Orientador)



Prof. Dr. Luís Carlos Delorme Prado
(Examinador)



Prof. Dr. Nelson Rosas
(Examinador)

Campina Grande, 14 de maio de 1999.

(...) na vida, tudo aquilo que escolhemos e apreciamos pela leveza acaba bem cedo se revelando insustentável. Apenas, talvez, a vivacidade e a mobilidade da inteligência escapem à condenação(...)"
Ítalo Calvino

AGRADECIMENTOS

É sempre uma tarefa ingrata fazer os agradecimentos. O risco do esquecimento está sempre presente. Àqueles que porventura não forem citados aqui e sabem, de uma maneira ou outra, que participaram em algum momento para a construção desse trabalho, minhas desculpas antecipadas.

A ordem dos agradecimentos não significa a importância dos mesmos; ela vai se formando de acordo com a revitalização da minha memória.

Queria agradecer ao professor *José Bezerra de Araújo*, por ter se disposto a conduzir minha orientação. Soube ele transmitir a tranquilidade, importante em alguns momentos de angústia, a sabedoria e a amizade, construídas nas dificuldades e nos momentos burlescos.

Ao professor *José Heleno Rotta*, grande incentivador e amigo, sempre disposto a ajudar aqueles que se interessam pelo saber científico. De seu vasto conhecimento, muitos aspectos nesse trabalho tiveram influência.

À *Joanice* e, especialmente, *Everaldo* e *Neuma*, funcionários da coordenação do mestrado, a quem devo-lhes minha gratidão e amizade.

Ao *Ricardo Libardoni*, companheiro de curso e incentivador do meu trabalho e minhas posições políticas. Também devo homenagens a duas pessoas que dividiram o mesmo espaço comigo em sala de aula, *Euripedes* e *Kátia* sempre cheios de amor e paz para transmitir.

À *Andrea Braz*, pelas valiosas sugestões na forma de apresentação do texto, contribuindo para melhorar a sua exposição.

À coordenação do Mestrado em Economia

Aos demais amigos do mestrado em economia e sociologia.

À *Ana Carolina*, que soube compreender a importância desse feito para a pavimentação de nosso futuro.

Enfim, à minha querida mãe, *D. Nina*, da qual herdei a vontade de trabalhar, a perseverança, a confiança, a determinação e a disciplina (nos momentos necessários). Mulher que batalhou, lutou e conseguiu ver nos seus filhos a realização de seus objetivos pessoais. À ela os meus agradecimentos eternos.

Jamais seremos, suficientemente, gratos a todas as pessoas que aqui se fazem presentes e as ausentes. Por isso não deixaria de fazer essa simples menção e isentá-las de qualquer responsabilidade pelos erros inerentes à qualquer trabalho dessa espécie.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS, v

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E ANEXOS, viii

RESUMO, xi

INTRODUÇÃO, 12

Capítulo I – ANTECEDENTES DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E SUA VINCULAÇÃO COM A EXPANSÃO DO CAPITALISMO

1.1. Preâmbulo sobre a Globalização, 20

1.2. O Mercantilismo e o Predomínio da Política Protecionista, 24

1.3. A Hegemonia das Idéias e Práticas Livre-Cambistas, 31

1.4. O Período das Contradições, 42

1.5. O Capitalismo Regulado: a Expansão e Hegemonia do Capital-Produtivo, 49

1.6. O Capitalismo Desregulado: a Expansão e Hegemonia do Capital-Financeiro, 54

Capítulo II – GLOBALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL: A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E SUAS INFLUÊNCIAS NOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO ENTRE PAÍSES LATINO-AMERICANOS

2.1. Principais Concepções Teóricas Sobre Integração Econômica, 71

2.1.1. A Teoria Livre-Cambista de Integração de Jacob Vinner, 74

2.1.2. A Teoria Integracionista Protecionista de Friedrich List, 78

2.2. A Abordagem Desenvolvimentista e Integração Econômica da Cepal, 82

2.3. Retrospectiva Histórica dos Processos de Integração na América Latina, 91

2.3.1. Etapa Voluntarista, 92

2.3.2. Etapa Revisionista, 96

2.3.3. Etapa Pragmática, 98

2.4. Algumas Características Entre Regionalização e Globalização, 102

2.5. Principais Blocos Econômicos Regionais no Mundo, 107

Capítulo III – O MERCOSUL COMO OPÇÃO ESTRATÉGICA DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

- 3.1. Sinopse Histórica do Mercosul, 111
- 3.2. Aspectos Territorial, Populacional e Demográfico dos Países do Mercosul, 115
- 3.3. O Novo Regionalismo e o Mercosul, 124
- 3.4. As Relações Econômico-Comerciais Entre Mercosul, Nafta e União Européia (UE) – as Estratégias Alternativas, 136
- 3.5. Os Investimentos Externos Diretos (IEDs) no Mercosul: a Evolução do Brasil como País Receptor, 144
- 3.6. Relações Econômico-Comerciais Entre Brasil-Mercosul e Demais Blocos Econômicos, 154
 - 3.6.1. O Volume, a Composição e o Padrão de Comércio Intra-Regional e Inter-Regional, 154
 - 3.6.2. As Exportações Brasileiras, 158
 - 3.6.3. Estrutura e Perfil da Pauta de Exportação, 165
 - 3.6.4. As Importações Brasileiras, 166
 - 3.6.5. Estrutura e Perfil da Pauta de Importação, 172
 - 3.6.6. Os Resultados do Intercâmbio Comercial do Brasil, 174
- 3.7. Alca *versus* Mercosul: a Disputa pela Hegemonia do Espaço Econômico-Político Sul-Americano, 181

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 193

ABSTRACT, 204

BIBLIOGRAFIA, 203

ANEXOS, 216

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E ANEXOS**TABELAS:**

- 1 - RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO E O CRESCIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR: 1853/1984 - (% ANUAL), 45
- 2 - PIB DOS PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS E PAÍSES: 1997 - (US\$ BILHÕES), 137
- 3 - EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS POR REGIÃO: 1980/1997, 138
- 4 - INTERCÂMBIO COMERCIAL DO MERCOSUL POR DESTINO E ORIGEM ECONÔMICA: 1994/1997 - (US\$ MILHÕES DE FOB), 139
- 5 - ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL POR PRODUTO E DESTINO ECONÔMICO: 1995 - (%), 141
- 6 - INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS (IEDS) LÍQUIDOS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: 1991/1998 - (US\$ MILHÕES), 146
- 7 - INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS (IEDS) LÍQUIDOS NO MERCOSUL: 1991/1998 - (US\$ MILHÕES), 147
- 8 - VOLUME E VARIAÇÃO DO COMÉRCIO (EXPORTAÇÃO/IMPORTAÇÃO) INTRA-MERCOSUL E EXTRA-MERCOSUL: 1991/1998, 156
- 9 - EXPORTAÇÕES DO BRASIL POR DESTINO ECONÔMICO: 1991/1997 - (US\$ MILHÕES DE FOB), 158
- 10 - VOLUME E VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA OS PAÍSES DO MERCOSUL: 1980/1997 - (US\$ MILHÕES), 162
- 11 - DISTRIBUIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA O MERCOSUL: 1980/1997 - (%), 164
- 12 - EXPORTAÇÕES DO BRASIL POR BLOCO REGIONAL E POR SETORES: 1995 - (%), 166
- 13 - EXPORTAÇÕES DO BRASIL POR VALOR AGREGADO E POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA: 1995 - (%), 167
- 14 - IMPORTAÇÕES DO BRASIL POR ORIGEM ECONÔMICA: 1991/1997 - (US\$ MILHÕES DE FOB), 168
- 15 - VOLUME E VARIAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DO BRASIL DOS PAÍSES DO MERCOSUL: 1980/1997 - (US\$ MILHÕES), 170

16 - DISTRIBUIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DO BRASIL DO MERCOSUL: 1980/1997 - (%), 172

17 - IMPORTAÇÕES DO BRASIL POR BLOCO REGIONAL E POR SETORES: 1995 - (%), 173

18 - INTERCÂMBIO COMERCIAL DO BRASIL: 1991/1997 - (US\$ MILHÕES DE FOB), 176

QUADROS:

1 - INSTRUMENTOS DE RESTRIÇÃO ÀS IMPORTAÇÕES E INCENTIVOS ÀS EXPORTAÇÕES PRATICADOS PELOS MERCANTILISTAS, 29

GRÁFICOS:

1 - CRESCIMENTO POPULACIONAL DOS PAÍSES DO MERCOSUL: 1970/1995 - (%), 120

2 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS PAÍSES DO MERCOSUL: 1970/1990 - (%), 123

3- EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS (IEDS) LÍQUIDOS NO MERCOSUL E NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: 1991/1997 - (US\$ MILHÕES), 146

4 - EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS (IEDS) NO BRASIL, MERCOSUL E AMÉRICA LATINA E CARIBE: 1991/1997 - (US\$ MILHÕES), 147

5 - BRASIL: ORIGEM GEOGRÁFICA DOS IEDS: 1995, 148

6 - BRASIL: ORIGEM GEOGRÁFICA DOS IEDS: 1996/1997, 149

7 - COMPORTAMENTO DA VARIAÇÃO DO VOLUME DE COMÉRCIO INTRA-MERCOSUL E EXTRA-MERCOSUL - (%), 157

8 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL POR DESTINO ECONÔMICO: 1991/1997 - (%), 160

9 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA OS PAÍSES DO MERCOSUL: 1991/1997 - (US\$ MILHÕES), 163

10 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA O MERCOSUL: 1980/1997 - (%), 164

11 - EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DO BRASIL POR ORIGEM ECONÔMICA: 1991/1997 - (%), 171

12 - EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DO BRASIL DOS PAÍSES DO MERCOSUL: 1991/1997 - (US\$ MILHÕES), 171

13 – COMPORTAMENTO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL: 1991/1997 – (US\$ MILHÕES DE FOB), 177

14 – INTERCÂMBIO COMERCIAL DO BRASIL COM OS ESTADOS UNIDOS: 1990/SET. 1998 (US\$ MILHÕES), 186

ANEXOS

I – EXPORTACIONES MUNDIALES DE MERCANCIAS, POR REGIONES, Y DETERMINADAS ECONOMÍAS, 1980,1985,1990,1996 Y 1997, 217

II – IMPORTACIONES MUNDIALES DE MERCANCIAS, POR REGIONES Y DETERMINADAS ECONOMÍAS, 1980, 1985, 1990, 1996 Y 1997, 221

III – ALGUNS DOS PRINCIPAIS PROJETOS DE COOPERAÇÃO EM INFRA-ESTRUTURA ENTRE OS PAÍSES DO MERCOSUL E SEUS SÓCIOS, 226

RESUMO

O trabalho destaca as principais mudanças na economia internacional capitalista no final do século XX. Para tanto, se fez necessário uma recuperação histórica dos principais momentos de expansão do sistema baseado na reprodução e acumulação do capital em suas três formas elementares: comercial, produtivo e financeiro. No atual contexto de internacionalização capitalista predomina a expansão em escala mundial do capital financeiro como resultado de um amplo processo histórico acumulação capitalista. Nesse sentido, verifica-se a existência de diversos movimentos em direção à ampliação dos mercados para valorização e reprodução desses capitais. Globalização e integração regional, portanto, fazem parte desse processo. No entanto, mesmo dentro da lógica de acumulação capitalista, a integração econômica regional pode ser considerada, para os países subdesenvolvidos, como uma nova oportunidade de se posicionarem frente aos desafios impostos pela nova realidade internacional. Nesse sentido, consideramos o Mercosul uma alternativa estratégica de condicionar uma nova relação político-econômica entre seus países membros e os países industrializados que dominam esse novo cenário e que possa ser mais afeita as necessidades dos países da região. Os avanços alcançados pela integração sul-americana apontam para a perspectiva de que a região poderá vir construir uma nova base para um projeto de desenvolvimento. Para o Brasil em particular, a integração econômica significa a abertura de novos horizontes nas relações econômicas internacionais, conservando, dessa maneira, sua característica de *global trader*. Além disso, pode proporcionar ao país uma importante experiência em termos de negociação internacional, principalmente quando se tratarem dos interesses nacionais.

INTRODUÇÃO

Considerar a realidade de uma nova divisão internacional do trabalho implica, necessariamente, na compreensão de alguns novos conceitos e categorias que vão se conformando no mundo capitalista contemporâneo. Nesse sentido, globalização, integração regional, blocos econômicos, entre várias *novas* categorias, passam a ser fundamentais nas análises dos processos de produção e reprodução do capital. Isso não significa dizer, contudo, que essas mesmas categorias não possam ser percebidas noutros tempos do processo de acumulação e reprodução, mas que elas adquirem, atualmente, conformações particulares. Globalização, integração regional e blocos econômicos não são privilégios do século XX, portanto.

Nesse sentido, este trabalho contempla em quase todas as seções, uma análise histórico-econômica, tentando assim identificar quais as especificidades que marcam atualmente essas categorias.

A tarefa foi subdividida em três partes. O primeiro, destinado a analisar alguns momentos da internacionalização do capital. No segundo momento tentamos dissertar sobre integração regional, fazendo uma relação com a atual fase do capitalismo global.¹ Por fim, fazemos um estudo sobre o processo de integração econômica no Cone Sul, o Mercosul, entendendo-o como uma necessidade inerente aos novos tempos.

No primeiro capítulo, ao tratarmos sobre a globalização tentaremos, primeiramente, percorrer as principais concepções teóricas que nortearam o avanços iniciais das forças produtivas no plano internacional. Partiremos do entendimento teórico-histórico do funcionamento da economia mercantilista. Em seguida, o caminho nos leva a conhecer melhor como ocorre a passagem para as idéias livre-cambistas assentadas nas teorias de Adam Smith e David Ricardo. Esse resgate histórico é necessário, ao nosso ver, porque nos capacitará compreender melhor a evolução da economia internacional em consonância com sistema capitalista.

¹ Furtado, C. *O Capitalismo Global*, 1998; Soros, G. *A Crise do Capitalismo*, 1998.

Uma outra explicação reside no fato de compreendermos a chamada globalização, e aqui registramos de início a nossa crítica quanto ao multiuso deste termo, como o processo histórico de internacionalização do capital em suas diferentes formas, capital mercantil, capital produtivo e capital financeiro.

Nesse sentido, ao estudarmos o mercantilismo, por exemplo, analisaremos a expansão primogênita do capital encerrado na circulação da mercadoria.² Com a proliferação do ideal livre-cambista, a mercadoria passa a mover-se com mais liberdade e com ela as estruturas produtivas (capital produtivo). Assim, desta forma, vai o modo de produção capitalista empreendendo sua tarefa de estabelecer-se como um modo de produção mundial destruindo, como colocava Marx, “*todas as barreiras espaciais ao tráfego e a conquistar a terra inteira como um mercado*”.³

Portanto, é um dos objetivos descrever os diferentes períodos históricos que caracterizaram momentos de expansão e retração da economia mundial e relacioná-los com o atual momento. No geral, no primeiro capítulo, procuramos inferir se realmente vivemos num período onde os fatos que caracterizam uma economia globalizada – crescimento da economia mundial, expansão dos investimentos estrangeiros, aumento do comércio mundial, etc. – diferenciam-se sobremaneira dos períodos anteriores.

Por isso, procuramos na história econômica, sobretudo na história do modo de produção capitalista e sua expansão como sistema econômico mundial, respostas para algumas de nossas principais indagações: Que características apresenta essa nova etapa de expansão capitalista? A globalização é realmente um processo contemporâneo? Como esse processo influencia nas relações entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos? Tem transformado essa relação em direção à

² Novais descreve da seguinte maneira o que colocamos: “*No universo da vida econômica, entre a dissolução paulatina da estrutura feudal e a eclosão da produção capitalista, com persistências da primeira e elementos peculiares da segunda, configura-se a etapa intermediária que se vai tornando usual chamar-se 'capitalismo comercial', pois é o capital comercial, gerado mais diretamente na circulação das mercadorias que anima toda a vida econômica*” (Novais, 1995, p. 63. Grifo nosso).

³ Marx, K. Manuscritos de 1857-1858 (*Grundrisse*). In: Rossi, C. Globalização diminui as distâncias e lança o mundo na era da incerteza. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02 nov. 1997.

uma homogeneização das economias, ou aprofundado o abismo entre elas sobre uma nova forma, conservando a essência de tal processo?

Três outras seções estão nesse capítulo. A primeira, *O Período das Contradições*, que tem como objetivo apresentar um momento crucial da economia mundial, onde o capitalismo concorrencial, sobre a égide das idéias livre-cambistas, cumpre o seu papel histórico, caracterizando-se, sobretudo por um período de acentuada concentração e internacionalização do capital. Esse período é relativamente curto, vai de 1870 até 1914. A concorrência ultrapassa as fronteiras nacionais e coloca-se agora no plano internacional. No plano nacional, crescem os grandes monopólios e os pequenos capitais são expropriados.⁴ Juntamente com o Estado, as grandes corporações inauguram a fase de dominância do capitalismo monopolista.

Nesta transfiguração do capital concorrencial para o monopolista, inicia-se a fase do imperialismo clássico. Esse período é fortemente marcado por um impulso da concorrência no plano internacional por um lado, e o fortalecimento das fronteiras nacionais pelo outro, através de políticas excessivamente protecionistas. Em outras palavras, é um período de protecionismo e concorrência autárquica. É essa contradição e seus desdobramentos que enfocaremos. O volume e a produção internacional crescem com taxas bem elevadas, mesmo com o recrudescimento da concorrência e o aumento do protecionismo nas economias imperiais.

Em seguida, descreveremos em largos traços o processo de internacionalização do capital produtivo após a Segunda Guerra Mundial. Essa fase é bastante importante, do ponto de vista analítico, porque traz elementos, tanto políticos quanto econômicos, que explicam o fenômeno do elevado crescimento da economia mundial e o progressivo desenvolvimento de algumas economias nacionais.

Finalmente, apresentaremos, de maneira pontual, a *nova* fase de internacionalização do capital, agora sobre o predomínio financeiro. Esse período, como veremos, inicia-se praticamente nos anos 1960 e intensifica-se em meados dos

⁴ "O pequeno negócio foi esmagado pelo grande negócio, ou com ele se fundiu para fazer um negócio ainda maior" (Huberman, 1996, p. 239).

anos 1970 com o rompimento do Consenso de Bretton Woods. Dai por diante, a economia mundial entra num período de volatilidades e instabilidades econômicas, derivado do alto grau de interdependência dos mercados, sobretudo os financeiros. Como diz Eric Hobsbawm em sua obra a *"Era dos Impérios"*, o mundo está vivendo um momento de "crise continuada".⁵

No segundo capítulo dedicaremos atenção especial ao tema da integração regional. Destaca-se inicialmente, uma análise sobre as principais concepções teóricas sobre o assunto, a teoria livre-cambista vinerniana (Jacob Viner), a teoria protecionista de List (Friedrich List) e a concepção cepalina (Cepal), imbuída na proposta desenvolvimentista. Realizadas as abordagens teóricas, reconstituímos, em parte, a história dos processos de integração econômica na América Latina. Entre o século passado e até meados do século XX, o ideário integracionista foi marcado pela luta política que tinha por objetivo tornar a região independente do domínio europeu e, posteriormente, da dependência norte-americana.

Nesse sentido, a integração econômica proposta pelo Mercosul nos anos 1990, não é senão um processo que vem se constituindo a longas datas. Certos momentos da história da integração econômica latino-americana, foram marcados por diversos objetivos e o tema integração assumiu diversos contornos.

A partir de 1950 a idéia de integração assume contornos mais econômicos. Ela passou a ser tratada como uma alternativa para o desenvolvimento econômico da região. A ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) foi propriamente a primeira experiência institucional. As dificuldades econômicas e a evolução da situação política na região, como veremos, corroboraram para o relativo fracasso da integração. Assim mesmo ficaram lições a serem aprendidas.

Os anos 1970 caracterizaram-se por um interregno, sem grandes avanços no projeto integracionista. Porém, a substituta da ALALC, a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), criada em 1980, surgiu bem mais afeita às realidades da região e menos ambiciosa que a sua precedente. A partir de

⁵ "(...) the history of the twenty years after 1973 is that of a world which lost its bearings and slid into instability and crisis" (Hobsbawm apud Fiori, 1997, p. 108).

então, analisaremos o conteúdo diferencial entre as experiências de integração em três etapas, definidas por Rosenthal (1990) como voluntarista, revisionista e pragmática. Serão levadas em consideração as características e os avanços inerentes às principais experiências integracionistas na América Latina. No final desse capítulo discutiremos um tema um tanto polêmico: a relação existente entre regionalização e globalização.

Como veremos, a formação de blocos regionais enquanto resposta ao processo de *globalização*, expressa uma eventual contradição, mas adequada perfeitamente às necessidades atuais do processo de acumulação capitalista. Organizar blocos regionais significa, num sentido defensivo, amenizar os efeitos desiguais da globalização, mas também, num sentido ofensivo, unir forças para conquistar novos espaços de valorização do capital. Adam Smith já colocava que o limite da divisão do trabalho era o tamanho do mercado. Nesse sentido, constituir blocos econômicos regionais de países significa unir mercados e aprofundar a divisão do trabalho. A ampliação dos mercados é uma válvula de escape para resolver temporariamente os problemas estruturais da economia capitalista, da operação das formas diversas do capital.

Percebe-se, então, com certa facilidade, a concepção de complementaridade entre formação de blocos regionais, com um conjunto de políticas econômicas defensivas, e globalização no sentido de expansão das fronteiras de reprodução do capital. Afinal para aprimorar a divisão do trabalho, como diria Galvan (1994), só há dois caminhos plausíveis; somar vários mercados, vários espaços econômicos entre si, integrando-os ou insistir na abertura ao mercado mundial.

No primeiro caso, a experiência da Europa Ocidental parece ser bastante ilustrativa, se verificados seus resultados. A experiência da Europa Oriental com a antiga União Soviética não chega a ser parâmetro considerável, devido a seus pressupostos particulares. Mas, a experiência dos Estados Unidos, Canadá e México, por seu lado, apresentam para alguns dos países membros, especialmente os EUA, resultados bastante significativos. Na tentativa de construção de mercados cativos, com reservas de mercado, para garantir com relativa segurança a valorização do capital nas suas várias formas (capital mercadoria, capital produtivo e capital

financeiro), vão surgindo diversos novos grupos com objetivos semelhantes. A Ásia ou a América Latina já identificaram essa nova tendência internacional e passaram a formar seus blocos regionais específicos.

O fracasso das tentativas de multilateralização das relações comerciais internacionais comandadas pelo GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) e, recentemente pela OMC (Organização Mundial do Comércio), contribuíram para reforçar a idéia da integração econômica.

Frente aos processos referidos acima, o Mercosul surge como um bloco sub-regional no âmbito da ALADI. Trata-se na verdade de um bloco econômico que caracteriza-se pelos objetivos de tentar integrar as economias do Cone Sul e inseri-las no mercado internacional, além de ser um importante instrumento de defesa frente as imposições liberalizantes da globalização. Num comércio internacional cada vez mais administrado e comandado pelos interesses dos países desenvolvidos, a integração econômica entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, torna mais fácil o fluxo de mercadorias entre esses países, compensando, em parte, as perdas provocadas pelo protecionismo implícito dos países desenvolvidos.

O motivo pelo qual fizemos a opção de incluir o Mercosul em nossos estudos, foi justamente a curiosidade sobre as dificuldades que os países da região enfrentam ao avançar nessa integração, não obstante alguns resultados econômicos que têm comprovado que o Mercosul é um processo provavelmente irreversível. Alguns acontecimentos políticos ocorridos no ano de 1997, envolvendo o Brasil e os Estados Unidos sobre questões relacionadas ao comércio exterior, apontaram a magnitude dessas dificuldades.

Os norte-americanos insistem em ampliar o NAFTA (North American Free Trade Agreement) para o resto do continente através da proposta da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), englobando, assim, todos os acordos regionais e sub-regionais num bloco único. Os países sul-americanos preferem a continuidade do projeto de integração do Mercosul, por perceberem que a adesão à proposta dos Estados Unidos minaria os objetivos de criação de um mercado único na região. Esse embate chegou a provocar um clima hostil entre os Estados Unidos e

Brasil. Nosso interesse nesse capítulo é levantar alguns aspectos econômicos e políticos que nos permitam compreender porque os Estados Unidos se interessam em impelir a ALCA e obstruir os avanços até agora alcançados pelo Mercosul.

Um levantamento sobre o intercâmbio comercial intra-regional e extra-regional nos permitirá avaliar porque a América Latina, sobretudo o Mercosul, é uma região que merece a atenção especial dos Estados Unidos. Como veremos, em termos de comércio e atração de investimentos estrangeiros, é uma das regiões mais dinâmicas e promissoras do mundo, merecendo um lugar de destaque que faz despertar o interesse da União Européia e Ásia, por exemplo.

Para o Brasil, a continuidade do Mercosul torna-se necessária no sentido de ampliar seu leque de oportunidades comerciais e manter uma certa autonomia em termos de negociações internacionais sobre o assunto. A importância do intercâmbio comercial brasileiro evidencia isso, como constataremos no terceiro capítulo.

Para o Mercosul, portanto, que apresenta economias bem mais fragilizadas que as economias dos países da Europa ou da América do Norte, os mecanismos de defesa são de fato *sine qua non* de sua existência e não deve-se supor, de forma precipitada, que cultivem, como os países membros de alguns outros blocos, como o Nafta por exemplo, objetivos exclusivamente livre-cambistas. Isso discutiremos ao longo dos dois últimos capítulos.

Em sua totalidade o trabalho se propõe a estudar a evolução da economia mundial, dada fundamentalmente por uma acelerada internacionalização do capital, modelada, também, pela formação de grandes blocos econômicos.

Para realizar esse trabalho procuramos fazer uma ampla cobertura bibliográfica, efetuando uma revisão crítica do material disponível em publicações científicas e um levantamento de dados, principalmente utilizados no último capítulo. Utilizamos largamente também os recursos disponíveis na Internet. Através da mesma, foi coletado um vasto material estatístico e bibliográfico em fontes oficiais tais como: o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Cepal (Comissão Econômica para América Latina), Secretaria do Mercosul e ALADI. Por fim, chamamos a atenção para o período analisado, a década de 1990, por entendermos

que esse momento apresenta mais significativamente as particularidades das principais mudanças no plano da economia internacional. Porém, em alguns momentos fizemos análises de outros períodos para fazermos comparações e relações.

Não obstante às posições acima referidas, queremos enfatizar mais um aspecto. A intenção desse trabalho, considerando suas próprias limitações, consiste em compreender as rápidas e complexas mudanças que vem ocorrendo no capitalismo. As bases estruturantes do sistema têm sido correntemente estremecidas. Revoluções nas formas de produção e suas conseqüências práticas, as políticas econômicas centradas no fundamentalismo de mercado⁶, a falta de perspectivas de desenvolvimento de várias sociedades, a desintegração do sistema de regulação da economia internacional, etc., tudo isso, indica que novos tempos irão surgir. Analisar as transformações históricas do capitalismo e sua crise atual, a formação de blocos econômicos e a participação da economia brasileira nessa nova fase de internacionalização do capital, pode nos apresentar algumas referências sobre o conjunto de tendências políticas, econômicas e sociais que forcejam no sentido de desestruturar a sociedade baseada na produção de mercadorias.⁷

⁶ Soros. 1998.

⁷ "Prevejo a desintegração iminente do sistema capitalista global" (*id.*, *ibid.*, p. 151). O autor enfatiza essa sua posição ao considerar a continuidade e reforço de uma sociedade onde os valores democráticos sejam destruídos em favor dos interesses individuais e do grande capital financeiro e industrial.

CAPÍTULO I

ANTECEDENTES DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E SUA VINCULAÇÃO COM A EXPANSÃO DO CAPITALISMO

I.1 - PREÂMBULO SOBRE A GLOBALIZAÇÃO

“Os ajustamentos que neste fim de século se manifestam nas relações internacionais requerem para sua compreensão uma visão global apoiada não apenas na análise econômica, mas também na imaginação prospectiva que nos habilita a pensar o futuro como história. Sem essa visão global, não captaremos sequer o sentido dos acontecimentos que nos concernem diretamente, e estaremos incapacitados para agir eficazmente como sujeitos históricos” (Furtado, 1998, p.35).

Muito se discute atualmente sobre o processo de globalização, suas origens e conseqüências no sistema econômico capitalista. Ademais, o termo globalização vai sendo motivo de várias controvérsias e concepções teóricas que, em última instância, tentam explicar uma nova fase do capitalismo, que ao nosso ver tem suas raízes fincadas no processo histórico de expansão das forças produtivas. Um capital que, embora em versões e formas evoluídas, mantém-se subsumido nas três formas clássicas já apresentadas por Marx no final do século XIX: capital dinheiro, capital produtivo e capital mercadoria.⁸

Para Singer, o processo de globalização, tão discutido e difundido na atualidade, *“resulta da superação de barreiras à circulação internacional de*

⁸ A forma capital mercadoria em Marx é D-M-D': *“comprar para vender, ou mais precisamente, comprar para vender mais caro (...) parece ser certamente forma particular de uma espécie de capital, o capital mercantil”*. Nesse capital, *“os extremos, o dinheiro lançado à circulação e o dela extraído com aumento, têm ao menos por intermediários a compra e a venda, o movimento de circulação”*. A forma capital dinheiro é D-D': *“No capital que rende juros patenteia-se (...) abreviada a circulação D-M-D', com seu resultado sem o estágio intermediário, expressando-se concisamente em D-D', dinheiro igual a mais dinheiro (...) forma que contraria a natureza do dinheiro e por isso inexplicável do ponto de vista da troca de mercadorias”*. O capital produtivo é derivado da fórmula geral do capital, D-M-D', quando D se converte em mercadorias (força de trabalho e matérias-primas), as quais quando entram no processo produtivo se transmutam em novas mercadorias com novos valores agregados, que vendidas se reconverte em mais dinheiro. A fórmula do capital produtivo é: D-M...P...M'-D', onde P significa o momento da produção, onde a força de trabalho produz valor e mais-valia que é incorporada à mercadoria; quando a mercadoria circula no mercado e realiza-se a venda aquela mais-valia, produto da força de trabalho, é apropriada pelo capitalista (Marx, 1989, p.175 ss).

mercadorias e de capital. Trata-se de uma expansão dos mercados antes contidos em fronteiras nacionais ou dentro de blocos regionais de comércio". Nesse sentido, o autor aponta, entre outros aspectos, que *"o efeito principal da globalização é que numerosos mercados tornam-se mais concorrenciais"*.⁹

Dissertando sobre o crescimento da interdependência econômica, que acentua-se atualmente, Santos (1993) chama atenção para o fato de que ao mesmo tempo em que o processo de globalização tenta passar a idéia de uma *"união"* dos mercados mundiais, o qual pode propiciar também uma integração da humanidade numa espécie de civilização planetária, alguns países tentam fortalecerem-se regionalmente, através da formação de blocos regionais, no sentido de protegerem-se dos malefícios desse processo. Ou seja, um determinado número de países unem-se através de vários pactos (políticos, econômicos, sociais e, com menos incidência, culturais) em nível regional, no intuito de evitarem algumas das várias conseqüências negativas que a globalização traz em seu seio¹⁰ e, concomitantemente, almejem uma alternativa estratégica de inserção na economia mundial.

Nas últimas décadas, sobretudo a de 1990, vem caracterizando-se pelo fortalecimento das práticas protecionistas em determinados países desenvolvidos. Não que seja fato novo os Estados nacionais atuarem no sentido da proteção dos capitais *nacionais*, como veremos mais adiante, mas a intensidade da intervenção estatal passa a ser uma exigência crescente nos períodos de crise de reprodução do capital e sempre de acordo com as dimensões e proporções das crises. Os Estados

⁹ Singer, 1997, p. 522.

¹⁰ Há várias controvérsias sobre as conseqüências da globalização. suas possíveis vantagens e desvantagens para uma série de países. Mas, o que mais importa é sabermos que esse não é um processo homogeneizador. Para alguns países, principalmente os mais frágeis economicamente, aqueles da periferia da economia capitalista desenvolvida, este é um processo que os tem deixados bastante vulneráveis em termos de soberania, tanto nas políticas macroeconômicas - depois destas economias terem adotado estratégias simultâneas de abertura econômica, desregulação e estabilização monetária ancoradas na abundante liquidez internacional deste final de século - quanto nas alternativas de inserção destes países no novo cenário mundial. Para aqueles países que compõem a tríade (EUA, Japão e Europa - a Alemanha principalmente) a globalização tem fortalecido relativamente suas posições no novo quadro hierárquico geopolítico formado neste final de século, bem como tem criado um monopólio sobre os principais instrumentos de política econômica da era contemporânea que consistem, segundo Robert Gilpin, no controle do capital de investimento, na tecnologia produtiva e no acesso aos mercados. Para o autor, *"nesta nova ordem mundial em que prevalecem os fatores econômicos, as economias em desenvolvimento contêm pouca ou nenhuma fonte de poder para participar da 'luta pelo produto mundial'"* (citado por Fiori, 1997b, p. 222. Grifo do autor).

Unidos, por exemplo, tem dado claros sinais de políticas comerciais expansionistas, ao passo que tentam manter uma posição rígida em relação à sua demanda internacional.¹¹

No caso dos países latino-americanos, as alternativas apresentadas pela comunidade financeira internacional impõem a adoção de políticas de desregulamentação e liberalização dos mercados nacionais. Isto estende-se também, a algumas economias nacionais da periferia capitalista, como na Ásia e na África. Considerando as práticas protecionistas dos países mais desenvolvidos, parece um contra-senso impor aos países em desenvolvimento uma prática de absoluta liberação dos mercados.

Procedimentos desta natureza atendem evidentemente aos interesses do grande capital internacional, aquele regido por grandes corporações produtivas – e financeiras sobretudo – que procuram diversificar suas áreas de atuação e buscar, ao máximo, penetrar em regiões que sejam potencialmente promissoras do ponto de vista do baixo custo de mão-de-obra e da amplitude do mercado consumidor.

A prática do protecionismo por alguns países que compõem a tríade – Estados Unidos, Europa e Japão – e as exigências de liberalização dos mercados daqueles que não fazem parte desse invólucro, vem atender, como já dissemos, aos objetivos das multinacionais estrangeiras da tríade, na busca de aumentarem seus lucros através da conquista de novos espaços econômicos. Isso não é uma prática recente e não prima, em seus fundamentos, por originalidade alguma.

Podemos perceber, inicialmente, que para compreender a globalização é necessário rever a experiência histórica do capitalismo quanto à alternância entre as fases de abertura e fechamento de mercados. Ou seja, períodos onde a estrutura de mercado hora era predominantemente dominada pelo monopólio, hora pela livre concorrência.

Nesse sentido, podemos insinuar que o processo de globalização, não é, portanto, mais do que uma nova forma assumida por algumas nações capitalistas

¹¹ A posição dos Estados Unidos quanto a política de comércio exterior assemelha-se bastante as práticas mercantilistas dos séculos XVI à XVIII. Logo adiante exporemos mais detalhadamente como era o sistema mercantil.

desenvolvidas no sentido de garantirem a livre mobilidade do capital e sua valorização em escala internacional. Num sentido mais abrangente, equívale à abertura dos mercados, sejam estes mundiais, regionais, nacionais ou locais. Esta abertura toma impulso a partir dos avanços técnicos no transporte e na comunicação e/ou de mudanças institucionais que consistem, em geral na remoção de barreiras políticas ao intercâmbio comercial.

Esse movimento é inerente a própria necessidade do sistema capitalista de expandir-se. Atualmente, o que se tem de novo, na verdade, é o acentuado grau de interdependência dos mercados, facilitada pela rapidez trazida pelas novas tecnologias (telemática por exemplo), o que conduz esta fase à diferenciar-se doutros momentos de expansão do capital. Hirst e Thompson consideram que essas mudanças contribuíram para melhorar e acentuar o processo de comercialização. Porém, esses dois autores enfatizam que a interdependência dos mercados não se iniciou na década de 1970, mas sim nos últimos anos do século XIX.

"(...) na segunda metade do século XIX, os cabos telegráficos intercontinentais submarinos possibilitaram a integração dos mercados mundiais. Os sistemas modernos aumentaram drasticamente o volume possível e a complexidade das transações. A diferença entre um sistema comercial em que as mercadorias e as informações eram movidas por embarcações a vela e outro em que são movidas por navios a vapor e por eletricidade é qualitativa. Se os teóricos da globalização querem dizer que temos uma economia em que cada parte do mundo é ligada por mercados que compartilham informações perto do tempo real, então isso não começou na última década de 70, mas nos anos 1870".¹²

O movimento em busca da ampliação dos mercados e por sua integração, havia sido percebido por Karl Marx como uma característica inerente do próprio modo de produção capitalista. Para ele, é vital que o capital procure expandir-se escolhendo aqueles espaços mais propícios para sua acumulação em escala ampliada. E, nisto, o sistema capitalista é capaz de criar e desenvolver os métodos pelos quais possa alcançar esse objetivo primordial. Portanto, para Marx, o capitalismo tem uma vocação inerente ao seu funcionamento: a expansão universal, mesmo quando esbarra em algumas dificuldades em revolucionar diferentes estruturas sociais.

¹² Hirst e Thompson, 1998, p. 2.

*"Ao mesmo tempo", assinala Marx, "que o capital tende, por um lado, necessariamente, a destruir todas as barreiras espaciais opostas ao tráfego, isto é, ao intercâmbio, e a conquistar a terra inteira como um mercado, ele tende, por outro lado, a anular o espaço por meio de tempo, isto é, a reduzir a um mínimo o tempo tomado pelo movimento de um lugar ao outro."*¹³

1.2 - O Mercantilismo e o Predomínio da Política Protecionista

"Vemos, na circunavegação, a criação do grande processo de circulação: surgimento do espírito capitalista, com a circulação da mercadoria e da moeda (...) Como observa Claude Lefort em seu ensaio 'Capitalismo e religião no século XVI', 'como não reconhecer o capitalista e o banqueiro internacional já governando o mundo por detrás do príncipe e do papa no início do século XVI?' " (Novaes, 1998, P. 11).

Durante o Antigo Sistema Colonial, basicamente entre os séculos XV e XVIII, desenvolveu-se o sistema de comercialização de mercadorias. Esse período foi marcado pela expansão europeia como grande metrópole. Essa expansão correspondeu às necessidades de conquistar fontes fornecedoras (colônias) de produtos (metais preciosos, especiarias, açúcar, índigo, tabaco, algodão, madeira, etc.), indispensáveis ao comércio europeu que estava em pleno apogeu.

Nações como Portugal, Espanha, França, Holanda e, sobretudo, a Inglaterra,¹⁴ construíram seus impérios coloniais, monopolizando (exclusivo metropolitano) suas fontes de produtos primários. As colônias garantiriam a auto-suficiência metropolitana, permitindo assim ao Estado colonizador vantajosamente competir com os demais concorrentes. A América, Ásia e África foram colonizadas, basicamente, com esse objetivo.¹⁵

Nessa época de Revolução Comercial predominou como doutrina econômica o mercantilismo. A política econômica mercantilista permitia suprir as

¹³ MARX, K. Manuscritos de 1857-1858 (*Grundrisse*). In: Rossi, C. Globalização diminui as distâncias e lança o mundo na era da incerteza. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02 nov. 1997.

¹⁴ "Não obstante, foi a Grã-Bretanha que levou de vencida (sic) a concorrência colonial durante o antigo regime, para se tornar, no século XIX, a potência imperial por excelência" (Novaes, 1995, p. 86).

¹⁵ Sobre o Antigo Sistema Colonial e como articulou-se o mercantilismo como doutrina de economia e política econômica na Europa durante os descobrimentos e a I Revolução Industrial, ver o excelente trabalho de Fernando Novaes, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 1995, especialmente o capítulo segundo.

metrópoles de matérias-primas. Ao mesmo tempo que nações europeias metropolitanas conquistavam novos territórios e proporcionavam um fluxo comercial com suas colônias, dando assim uma clara impressão de que procuravam liberalizar o comércio, praticavam fortes políticas protecionistas entre si como estratégia para aumentarem suas riquezas.¹⁶

De uma forma geral, o mercantilismo propugnava o desenvolvimento das economias nacionais mediante sua proteção contra a competição externa e o subsídio de alguns setores importantes, inclusive para permitir-lhes a conquista de mercados externos. A aplicação dos preceitos mercantilistas, contribuiu para que as manufaturas tivessem forte expansão entre os séculos XVII e XVIII, na Grã-Bretanha, nos Países Baixos, na França etc.¹⁷

Antes mesmo que as manufaturas tivessem um papel importante no processo de expansão desse sistema, é consenso entre os historiadores que o desenvolvimento do mercantilismo teve grande influência das cruzadas cristãs na Europa. Esses movimentos religiosos incitaram um contínuo comércio entre o Ocidente e o Oriente.

O mercantilismo foi desenvolvendo-se como sistema econômico e constituiu-se naturalmente como uma contraposição à sociedade medieval.¹⁸ Este sistema passou a apresentar uma série de regras e princípios que tinham como objetivo básico criar condições tanto políticas quanto econômicas, para dotarem os recém-criados Estados-nacionais de instrumentos necessários para governarem. Segundo Herzog, “o absolutismo, por meio da política mercantilista, transformou o Estado no mais forte sujeito econômico”.¹⁹

Ao passo que iam desenvolvendo-se as manufaturas, o Estado também modernizava-se, criando as condições necessárias para que o sistema capitalista se

¹⁶ Como veremos adiante, o mercantilismo estimulava as metrópoles coloniais obterem uma balança comercial favorável. Defendiam a saída das matérias-primas das colônias, estimulavam as exportações das manufaturas das metrópoles; inversamente, estimulavam a entrada dos produtos primários; dificultavam, ou mesmo proibiam a importação de manufaturados. Daí a política protecionista entre as nações metropolitanas: tarifária em primeiro lugar, visceralmente ligada, em segundo lugar, ao fomento da produção industrial nacional daqueles produtos que podiam concorrer vantajosamente no mercado entre nações (Novais, 1995, p. 61).

¹⁷ Singer, 1997, p. 522.

¹⁸ Gonçalves, *et al.*, 1998, p. 6.

¹⁹ Herzog, 1963, p. 18.

apresentasse com mais ímpeto. Para Max Weber, “foi o Estado nacional que proporcionou ao capitalismo sua oportunidade de desenvolvimento”.²⁰ Da mesma forma, o Estado passava também a proceder em favor daqueles mais fortes dentro da estrutura social, primeiramente a burguesia mercantil (mercadores da metrópole),²¹ logo depois a industrial.

A criação de instrumentos mais adequados de política econômica permitiu o Estado dinamizar o sistema mercantil. A presença do Estado, fortemente mercantilizado, é uma das principais características do mercantilismo.

*“Estando agora integrado à lógica mercantil, o Estado fortalece-se financeiramente através do crescimento de sua influência sobre as decisões econômicas, sobretudo na área monetária, através da emissão de moedas e desenvolvimento do seu sistema bancário, e pela ganho de eficiência da máquina administrativa”.*²²

Ademais, o Estado também passa a fazer-se presente e influenciar diretamente no setor agrícola, industrial e no mercado de trabalho. Com isso, o mercantilismo conhece o seu pleno desenvolvimento como um sistema bem articulado com políticas econômicas bem definidas.

Com o desenvolvimento do sistema mercantil torna-se possível enumerar pelo menos cinco características básicas, a saber:

1) Considerava-se, geralmente, que a riqueza consistia na acumulação de ouro e prata e que, em conseqüência, o país mais rico era aquele que dispunha de maior quantidade de metais preciosos (essa característica vai marcar a primeira fase do mercantilismo).²³

²⁰ Weber *apud* Fiori, 1997, p. 130. O pensamento de Max Weber deriva, simetricamente, da posição de Marx quando este afirma que o “Estado moderno é apenas uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa. Então, o desenvolvimento da burguesia foi acompanhado de um correspondente progresso político que serviu para legitimar a nova classe” (Marx e Engels, 1998, p. 40). A maneira como Marx e Engels fazem referência ao Estado no *Manifesto* é simplista e bastante abstrata, levando-se em consideração apenas a luta de classes entre a burguesia e o proletariado. No entanto, no *18 Brumário*, os dois autores puderam descrever o Estado de uma forma mais concreta, com base num número bem mais amplo de classes e frações de classes. Nessa obra eles perceberam, melhor do que no *Manifesto*, a estratificação social da estrutura capitalista através da análise do Estado “bonapartista”. Além de proletariado, os autores passaram a considerar a burguesia industrial, comercial e financeira, a pequena burguesia, o campesinato, a burocracia, o lumpemproletariado, etc. (ver Coutinho, 1998, pp. 59-60).

²¹ De acordo com Novais, 1995, pp. 89-90.

²² Estevão, 1991, pp. 15-16.

²³ Herzog, 1963, p. 15. Tradução nossa.

Para Adam Smith, essa importância dispensada ao dinheiro (ouro ou prata), no período mercantilista, ocorre “*da idéia popular que deriva naturalmente da dupla função do dinheiro, como instrumento de comércio e como medida de valor*”.²⁴ E uma nação que tivesse ao seu dispor grande quantidade de metais preciosos, teria facilidades para promover seu fortalecimento político-militar.²⁵ Nesse sentido, Smith assinala:

“Diz-se que um homem parcimonioso, ou seja, um homem que almeja ardentemente tornar-se rico, ama o dinheiro; e diz-se que um homem despreocupado, generoso, ou pródigo é indiferente ao dinheiro. Tornar-se rico, nesse modo de pensar, é adquirir dinheiro; em suma, a riqueza e o dinheiro, no linguajar comum, são considerados como sinônimos, sob todos os aspectos (...). Analogamente, supõe-se que um país rico (...) é aquele que tem muito dinheiro; nessa suposição acumular ouro e prata em um país constitui o caminho mais rápido para enriquecê-lo”.²⁶

No entanto, para os mercantilistas, a única forma de obter ouro e/ou prata seria através de uma balança comercial favorável, já que nem todos os países possuem minas que possam abastecê-los de tais preciosidades.

“Um país que não possui minas próprias é obrigado a trazer de fora seu ouro e sua prata, como acontece com quem não tem vinhedos próprios e tem que importar vinhos de fora”.²⁷

2) O Estado deveria procurar comprar pouco e vender muito no estrangeiro, para alcançar uma balança comercial favorável e incrementar os seus estoques de metais preciosos.²⁸

3) Estimava-se como fundamental o desenvolvimento da indústria porque favorecia a acumulação de capitais e as aspirações da burguesia, todavia economicamente débil, porém com certa influência na resolução dos problemas do mundo.²⁹

4) Para os mercantilistas, quanto mais a população crescesse, melhor seria a disponibilidade de mão-de-obra para o trabalho. Eles consideravam que o

²⁴ Smith. 1996. p. 415.

²⁵ “ (...) um bom estoque de metais preciosos tornava um país mais capaz de financiar guerras no exterior, que constituíam, para os príncipes, um passatempo mais agradável do que ter que defender seu próprio solo” (Willianson. 1996. p. 20).

²⁶ Smith. 1996, p. 415.

²⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 420.

²⁸ Herzog. 1963. p. 15. Tradução nossa.

²⁹ *Id.*, *ibid.*

aumento da população deveria ser norma política em seus países, para disporem cada vez mais de maior número de braços e acelerar assim o progresso econômico e o engrandecimento e poderio de suas respectivas nações.³⁰

5) Enquanto a burguesia iniciava o seu movimento ascendente, existia a necessidade de proteção do Estado, que regulamentava as importações e exportações de mercadorias, as indústrias que deviam estabelecer-se e a quantidade que podiam produzir.³¹

O desenvolvimento do Estado possibilitou o sistema mercantil estruturar-se, além de organizar uma burocracia que passou implementar e pôr em prática as políticas econômicas de corte mercantilista.

Os governantes tinham como objetivos o crescimento da riqueza e do poder nacional, como já foi acima referido.³² Entretanto, é de considerar que, quando olhamos a literatura sobre o sistema mercantil, esses dois objetivos estão estreitamente vinculados à ascensão do sistema capitalista.

Alguns fatos históricos, característicos do período mercantilista, trazem os fundamentos da expansão deste sistema, como: a criação de Companhias de Comércio; o controle das rotas comerciais e da política colonial; o desenvolvimento de manufaturas privilegiadas (os monopólios mercantilistas, precursores das multinacionais modernas)³³; e prática aduaneira protecionista.

Adam Smith dedica uma parte substancial de sua obra para levantar críticas ao sistema mercantil³⁴. Esquemáticamente colocamos, logo abaixo, os dois

³⁰ *Id., ibid.*

³¹ *Id., ibid.*

³² “O mercantilismo não é, efetivamente, uma política econômica que vise o bem-estar (...) visa ao desenvolvimento nacional a todo custo” (Novais, 1998, 61).

³³ “(...) é o desenvolvimento da manufatura, por ocasião da revolução industrial, que constitui o precursor mais próximo da multinacional da época moderna. Aqui, a preeminência inicial das empresas britânicas, enquanto produtoras multinacionais, torna-se visível. No começo, a América do Norte e a América do Sul apresentavam as oportunidades de investimento mais favoráveis, mas logo foram seguidas pela África e pela Austrália” (Hirst e Thompson, 1998, p.41).

³⁴ Ver todo o Livro IV contido na Riqueza da Nações. Nele, o autor historia, expõe, analisa e critica as políticas que faziam parte dos dois principais instrumentos de política econômica do sistema mercantil.

grandes instrumentos de política econômica utilizados pelos mercantilistas e criticados por este autor.

Quadro 1 – Os instrumentos de restrições às importações e incentivos às exportações praticados pelos mercantilistas

<p>I – Restrições as Importações (elevação das taxas alfandegárias ou proibições absolutas):</p> <p>I.a – dos bens que podiam ser produzidos no interior do país:</p> <p>I.b – de alguns bens que eram fornecidos por países com os quais existia uma balança comercial desfavorável:</p> <p>II - Incentivos às Exportações:</p> <p>II.a – restituição dos impostos cobrados (os chamados <i>Drawbacks</i>):</p> <p>II.b – concessão de subsídios às manufaturas domésticas que produzissem para o mercado estrangeiro:</p> <p>II.c – tratados de comércio (ampliação de mercados entre países): e</p> <p>II.d – a procura por novas colônias (expansionismo colonial)</p>
--

Fonte: Elaboração do autor com base na obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*, basicamente o Livro IV.

O quadro 1 mostra, claramente, que o sistema mercantil apresentava um conjunto, mais ou menos, coerente de práticas de política econômica de cunho protecionista e, sobretudo, nacionalista.³⁵

Percebe-se, desta forma, como a forma capital mercantil (ou capital mercadoria) manifesta-se num movimento em direção ao fortalecimento das principais economias nacionais da época e a proteção de seus respectivos mercados. Todavia, isso não significa dizer que o capitalismo comercial não procurava expandir-se. Pelo contrário, como vimos, a busca por uma balança comercial favorável mantinha o interesse pela expansão do comércio internacional. O problema central era não haver reciprocidade nas trocas comerciais, cada país procurava o máximo possível vender seus produtos e comprar o mínimo.

³⁵ Para Keynes, “os mercantilistas não tinham a menor ilusão a respeito do caráter nacionalista de sua política e de sua tendência a promover a guerra. Era a vantagem nacional e a força relativa que abertamente procuravam” (Keynes, 1996, p. 321. Grifo do autor). Para o autor, os mercantilistas, insistiam numa balança comercial favorável porque sabiam dos riscos, na falta de moeda, da taxa de juros se situar em patamares elevados. Segundo Estevão, com superávits na balança comercial, os mercantilistas estariam combatendo a tendência para o entesouramento e, conseqüentemente, a elevação da taxa de juros, “tal como justifica ‘uma das práticas econômicas mais antigas’ que a história relata – a luta contra a usura” (Estevão, 1991, p. 152).

O sistema mercantil propiciou as condições econômicas e políticas implícitas necessárias para o fortalecimento das economias nacionais, através do desenvolvimento das estruturas produtivas internas e expansão dos seus interesses no âmbito externo, cumprindo, desta maneira, o seu papel histórico. Assim ele conseguiu alicerçar as bases para a emergência e consolidação do capitalismo industrial. O exemplo da Inglaterra é clássico nesse sentido. Adotavam-se políticas protecionistas com o objetivo central de proteger a sua indústria infante, garantir o seu desenvolvimento e proteger o seu mercado interno de outras nações produtoras de mercadorias que pudessem competir diretamente com os seus produtos.

Nos Estados Unidos da América aconteceu algo semelhante, mas bem mais tarde, já no final do século XIX. A "Guerra da Secessão" caracterizou-se por uma disputa entre o norte, que exigia leis protecionistas e um conjunto de incentivos à industrialização, e o sul, que por ser produtor de produtos primários, exigia, por sua vez, total liberalização dos mercados. A vitória do norte implicou na constituição das leis, incentivos e benefícios diversos que garantiram o surgimento de um imponente parque industrial.

Portanto, o sistema mercantil caracterizou-se, sobretudo, pelo domínio da dimensão comercial, através de uma política agressiva de proteção dos mercados das nações coloniais e a abertura e conquista de territórios que abasteciam essas nações de produtos necessários à expansão da estrutura produtiva. Como maneira de enriquecer uma nação, através do aumento do estoque de moedas preciosas, incentivava-se, inicialmente, a rapina nas colônias, e numa fase posterior o comércio exterior (exportações) de manufaturas. Além dessas características básicas, o mercantilismo foi, na essência, como princípio econômico do sistema colonial, a principal alavanca na gestação do capitalismo moderno. A exploração colonial foi, obedecendo os princípios econômicos mercantilistas, elemento decisivo na criação dos pré-requisitos do capitalismo moderno.³⁶

³⁶ Novais. 1995. p. 70.

1.3 - A HEGEMONIA DAS IDÉIAS E PRÁTICAS LIVRE-CAMBISTAS

Com o avanço das forças produtivas capitalistas, sobretudo após as duas grandes revoluções industriais nos séculos XVIII e XIX respectivamente, o processo de internacionalização do capital assume formas mais acabadas, dessa vez sobre a sombra do liberalismo clássico.

O encurtamento das distâncias propiciado pelos avanços tecnológicos e desenvolvimento de alguns setores como as ferrovias, a navegação a vapor e o telégrafo etc., propiciaram a expansão do mercado internacional. A divisão internacional do trabalho aprofundou-se e o liberalismo clássico passou a prevalecer como concepção política e econômica ideal.

Enquanto as tecnologias iam avançando e influenciando diretamente a expansão de um novo sistema de produção, baseado agora na indústria, surgiram dois ideólogos do livre-cambismo que perceberam a importância e evolução do comércio internacional, Adam Smith (1723-1790) e, posteriormente, David Ricardo (1772-1823).

Smith foi um dos primeiros a oferecer uma análise teórica sobre o comércio exterior em sua obra *A Riqueza das Nações* (1776). O protecionismo garantiu, durante um bom período, como vimos, a etapa inicial de expansão do capitalismo com a consolidação da indústria manufatureira inglesa.³⁷

Na medida e na proporção do desenvolvimento das forças produtivas na Inglaterra, o capital industrial inglês deixa progressivamente de necessitar das leis protecionistas do aparelho estatal. Novamente o Estado desempenhou um importante papel nesse sentido. Ao revés, passa a ser fundamental, para conquistar novos mercados, que os demais países do mundo também adotem medidas de total liberalização comercial.³⁸

³⁷ Ou *maquinofatureira*, como prefere Novais, 1995. p.112.

³⁸ Nesse aspecto, pouca novidade em relação aos fatos do mundo moderno.

Então, foi nesse contexto de progressiva expansão do mercado internacional que surgiu a análise econômica de Smith defendendo o livre-cambismo. As idéias desse autor em torno do comércio exterior, partiam da suposição da livre mobilidade dos fatores de produção e, particularmente, da força de trabalho em escala internacional, como também da estreita relação com o problema da divisão internacional do trabalho, a qual, segundo ele, era determinada pelas condições naturais existentes nos diferentes países e limitado pelo tamanho dos mercados.

Baseando-se nesses aspectos centrais, Smith formulou a sua teoria que, sumariamente, estabelecia que cada país deveria especializar-se na produção e exportação de mercadorias que proporcionassem vantagens absolutas. Por exemplo, países com potencialidades agrícolas não deveriam aventurar-se na produção de produtos industrializados, mas respeitar, em nome dessas vantagens, sua vocação agrária.

Inicialmente, as conclusões de Smith sobre os benefícios gerados pela divisão do trabalho, o levaram a transpor sua análise para a defesa de um comércio internacional mais livre. Para ele, as concepções mercantilistas sobre o comércio internacional eram responsáveis, em grande medida, pelo estreitamento dos mercados e pelos baixos índices de produtividade.

Havia, portanto, a necessidade de mudanças. Era necessário, para isso, que se adotassem políticas que viessem romper com as barreiras ao livre comércio. Smith tinha a forte convicção que o aumento do comércio internacional, através da liberalização das estreitas fronteiras nacionais, era um poderoso mecanismo de elevação da produtividade dos recursos, de promoção do crescimento econômico e de avanço do bem estar social. Sobre esses argumentos Adam Smith rejeita o sistema mercantil e anuncia o princípio teórico de seu próprio sistema.

“(...) uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõem-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural, deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e faça com que tanto o seu trabalho como o seu capital concorram com os de qualquer pessoa ou categoria de pessoas”³⁹

³⁹ Smith, 1996, p. 169.

A partir da crítica sobre o excesso de restrições ao comércio internacional e a exacerbação nacionalista, Smith formula o princípio das vantagens comparativas absolutas.

"O que é prudente na conduta de qualquer família particular difícil para a mente constituirá insensatez na conduta de um grande reino (sic). Se um país estrangeiro estiver em condições de nos fornecer uma mercadoria a preço de mais baixo (sic) do que a mercadoria fabricada por nós mesmos, é melhor comprá-la com uma parcela da produção de nossa própria atividade, empregada de forma que possamos auferir alguma vantagem. A atividade geral de um país, por ser sempre proporcional ao capital que lhe dá emprego, não diminuirá com isso (...) o que apenas resta descobrir a maneira pela qual ela pode ser aplicada para trazer a maior vantagem possível".⁴⁰

A crença que os fatores de produção, principalmente o trabalho, pudesse deslocar-se livremente é um dos pontos mais inconsistentes da teoria smithiana sobre o comércio internacional. Mesmo assim, Smith foi um dos primeiros, junto com os fisiocratas franceses⁴¹, a defender - empregando aqui o termo moderno - a *globalização* como princípio e causa principal do enriquecimento de cada uma das nações participantes do comércio mundial.

Todavia, a nova doutrina de então - o liberalismo - tinha um caráter revolucionário, contrapondo-se aos privilégios de nobres e outros parasitas, como os *land lords* ingleses. O liberalismo coincidia com as percepções e os interesses de uma classe social ascendente. Percepções e interesses que opunham-se aos da classe até então dominante e governante. Para Rodriguez, as opiniões de Smith,

"(...) relativas a divisão do trabalho tendiam especialmente a fundamentar as exigências da burguesia industrial inglesa e, no que diz respeito a liberdade de comércio, a demonstrar que, em condições de livre concorrência, o desenvolvimento do comércio exterior traz grandes vantagens a todos os países".⁴²

No mundo visualizado por Smith, todos obteriam, gradualmente, melhores condições de vida à medida que a divisão do trabalho expandia-se,

⁴⁰ *Id., ibid.*, p. 439.

⁴¹ Os fisiocratas eram um grupo de economistas de origem francesa do séc. XVIII, que combateram as idéias mercantilistas e formularam, de maneira sistemática e lógica, uma teoria do liberalismo econômico. Na Escola Fisiocrata destacam-se François Quesnay, Turgot, Mirabeau e Du Pont, entre outros.

⁴² Rodriguez, 1987, p.7.

tornando, assim, as nações mais ricas e suas sociedades mais prósperas. A harmonia parecia ser automática à medida que o comércio se tornasse mais livre.⁴³

Segundo Singer, quando a "*Riqueza das Nações veio a lume, James Watt estava aperfeiçoando a máquina a vapor, que pouco depois revolucionaria a manufatura*". A burguesia industrial mostrava toda a sua capacidade de revolucionar os meios de produção da existência humana. Entretanto, "*esta nova classe se distinguia da antecessora, a burguesia manufatureira e mercantil, precisamente pelo emprego crescente de capital fixo, isto é, maquinaria custosa, o que a tornava vitalmente interessada na expansão dos mercados*".⁴⁴ Do ponto de vista histórico, realmente a burguesia industrial não mais parou de crescer, de conquistar mercados, de acumular capital e de expandir sua influência sobre os destinos do conjunto da humanidade.

A análise clássica do comércio internacional viria a alcançar maior desenvolvimento com a teoria dos custos comparativos de David Ricardo incluída em sua principal obra *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817). Como já mencionamos, Ricardo também era um defensor do livre-cambismo. Sua preocupação maior estava centrada nas dificuldades que o setor industrial encontrava para avançar no processo de acumulação. Como veremos, um dos principais obstáculos ao desenvolvimento industrial na época de Ricardo, na Inglaterra, era a estrutura agrária que impedia a distribuição mais justa da riqueza social.

Alguns livros textos que tratam a discussão sobre o comércio exterior, trazem apenas uma descrição da teoria das vantagens comparativas, praticamente sem vinculá-la ao objeto central de estudo de Ricardo, a distribuição da riqueza social. Poucos preocupam-se em discernir como Ricardo passou a incluir o comércio exterior em suas análises, e qual a sua importância para as mesmas, ficando a impressão de que o autor, ao analisá-lo, estava apenas preocupado em explicar o que determinava a razão de troca entre países distintos do ponto de vista da estrutura de produção. Rodriguez assimila isso muito bem quando afirma que a teoria ricardiana

⁴³ Na verdade a interdependência econômica propiciaria, segundo a concepção smithiana, uma integração harmoniosa em que os consumidores mundiais se beneficiariam da real independência dos mecanismos de mercado eficientes em termos da alocação de recursos. Essa visão também estende-se a concepção ricardiana que logo veremos adiante.

⁴⁴ Singer, 1997, p.523.

das vantagens comparativas não pode separar-se de suas idéias mais gerais do campo da economia política.⁴⁵ É nessa perspectiva que colocaremos a seguir, de forma sucinta, o desenvolvimento da teoria do comércio exterior em Ricardo.

Podemos afirmar que o interesse de Ricardo sobre comércio exterior surgiu, naturalmente, a partir de sua análise sobre a renda da terra. Inicialmente, ele estava preocupado em determinar as leis que regem a distribuição do produto total de um determinado país, entre as três principais classes da sociedade, a saber: os proprietários de terras, os donos do capital (capitalistas ou arrendatários) e os trabalhadores.

Ao analisar a distribuição da riqueza nacional, Ricardo percebeu que os proprietários de terras recebiam, em troca da utilização das mesmas, uma espécie de renda, os capitalistas lucros e os trabalhadores salários. Na distribuição dessa riqueza alguns ganhavam mais, outros menos. Aqueles que mantinham o progresso (burguesia) não eram os que recebiam mais, e aqueles que recebiam mais (arrendadores) nada faziam para merecê-la. No entanto, estava claro que a classe que mais beneficiava-se dessa distribuição era a aristocracia proprietária de terras. Para esses, a agricultura não era apenas um meio de vida, era também um grande negócio.

Um traço que caracterizava o comportamento da aristocracia rural, era sua abominação contra qualquer medida que viesse privilegiar a liberdade de comércio, pois eram beneficiários dos elevados preços agrícolas proporcionados pelo protecionismo na agricultura, cuja apropriação dava-se na forma de renda absoluta.

Os capitalistas, para Ricardo, eram os que na realidade estavam sofrendo as conseqüências das restrições ao livre comércio. Primeiro, porque tinham que aumentar os salários em certos períodos, para que o trabalhador pudesse pelo menos garantir o mínimo de renda quando os preços internos eram elevados. Segundo, os proprietários de terras eram os que saíam mais lucrando, na medida em que a renda aumentava pelo fato de terras menos férteis serem cultivadas (renda diferencial).

⁴⁵ Cf. Rodriguez, 1987, p.15.

Dessa forma a participação tanto da aristocracia rural como dos trabalhadores no produto da sociedade aumentava, existindo apenas uma classe que estava sendo prejudicada na organização da sociedade – os capitalistas. Isso porque diminuía insistentemente, no sistema, a participação do lucro no produto líquido (produto total menos os salários pagos), o qual, por sua vez, passava a ser menor a cada elevação dos preços relativos internos.

Certamente aí, Ricardo encontrou o principal problema da economia política. Ele considerava àqueles que investiam capital, seja na agricultura ou na indústria, os principais responsáveis pela riqueza. Nesse caso, se a taxa geral de lucros fosse reduzida o sistema poderia ficar tão comprometido que poderia entrar em estagnação.⁴⁶

Portanto, o aumento da renda da terra, segundo Ricardo, comprometia a acumulação do sistema, conseqüentemente, as inversões produtivas. A riqueza do país não cresceria se a renda aumentasse, segundo ele. Sua preocupação se justificava porque o sistema não produzia riqueza na mesma magnitude do que se os lucros fossem cada vez maiores e reinvestidos para aumentar a capacidade produtiva de uma nação.

Dai porque a crítica de Ricardo a um sistema no qual prevalecia a renda sobre o “*uso das forças originais e indestrutíveis da terra*”. Ricardo entendia que a aristocracia rural ao receber essa renda, não fazia nada além do que entesourar ou gastá-la improdutivamente com artigos de luxo, supérfluos e suntuosos. Sendo adepto da teoria da divisão do trabalho, ele percebia que a única maneira de alcançar o progresso econômico seria reinvestir o lucro, criando e desenvolvendo novas formas e combinações entre os fatores de produção (capital, trabalho e terra). Desta forma, à riqueza a renda nada acrescentava, não passando apenas de um resultado dela.

⁴⁶ “Num esquema de livre concorrência, a distribuição entre retorno do capital e pagamentos aos proprietários de terras se dava de acordo com a ocupação de terras. Prosseguindo-se ao limite a ocupação das terras menos férteis, chegar-se-ia à situação em que o produto líquido extraído seria apenas o suficiente para cobrir a parcela de custos (o pagamento da subsistência dos trabalhadores); em todas as terras de maior fertilidade, seriam geradas rendas diferenciadas de magnitudes crescentes apropriadas pelos proprietários de terras, como dedução do produto líquido gerado. A taxa de lucro estaria então reduzida a um mínimo e o sistema entraria em estagnação, gerando apenas o suficiente para repor o desgaste do capital no processo produtivo” (Holanda, 1996, p.10).

"O aumento da renda da terra decorre sempre do aumento da riqueza de um país e da dificuldade de produzir alimentos para uma população crescente". Para Ricardo isso "é um sintoma nunca uma causa da riqueza... "Renda é, portanto, uma criação de valor", assinalava, "e não uma criação de riqueza; nada acrescenta aos recursos de um país e não permite ao mesmo manter frotas e exércitos, uma vez que o país disporia de maiores fundos se a sua terra fosse de melhor qualidade e se pudesse empregar o mesmo capital sem gerar uma renda".⁴⁷

Então, qualquer política ou medida que privilegiasse o ganho da aristocracia rural, estaria travando o crescimento econômico e o progresso social. Além disso, estaria fortalecendo uma classe considerada estéril, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas.

Não admira assim, que Ricardo tenha empenhado-se tanto em criticar e lutar a favor da abolição das *Corn Laws*.⁴⁸ Para a burguesia industrial, a proposição, tanto smithiana quanto ricardiana de que a riqueza da nação depende da expansão dos mercados ou da abertura dos mercados à competição externa, fazia todo sentido. A Primeira Revolução Industrial, principalmente, tinha a Inglaterra como pátria mas o mercado mundial como base para a sua expansão. A mensagem livre-cambista correspondia perfeitamente aos interesses da classe em ascensão. Justificava a maior competitividade da indústria britânica em relação à outras nações no final do séc. XIX. Isso explica em grande parte o entusiasmo de Ricardo com a doutrina liberal.

Portanto, a abolição das *Corn Laws*, pode ser considerado um marco do apogeu das idéias do livre-cambismo. As mudanças não foram feitas sem sofrer fortes resistências por parte dos proprietários agrários (aristocracia rural) como dos empresários agrícolas. Eles temiam que a importação de cereais, sem a garantia dos preços mínimos, lhes arruinasse os preços. Por outro lado, a burguesia industrial e

⁴⁷ Ricardo, 1996, pp. 297-298.

⁴⁸ *Corn Laws* tratava-se de uma legislação adotada após o fim das Guerras Napoleônicas que oferecia à agricultura britânica proteção sob a forma de preços mínimos de cereais. A importação era permitida enquanto os preços flutuassem acima dos mínimos fixados na lei. Mas, se os preços caíssem abaixo daquele patamar, a importação seria suspensa até que os preços se recuperassem. É bom lembrar, que a garantia de preços mínimos foi novamente adotada nos anos 30 do séc. XX nos EUA, assim como no Brasil nos anos 1970. Essa prática protecionista continua prevalecendo, para o setor agrícola, nos países que formam a União Européia até os nossos dias (Cf. Singer, 1997, p. 525).

grande parte dos segmentos representantes da classe assalariada, protestavam contra quaisquer política que lhes diminuíssem os lucros e os salários.

Singer assinala que o exemplo britânico foi seguido com certa relutância pela França e outros países europeus. Em todos eles a industrialização avançava concomitantemente com a construção de redes ferroviárias e navios a vapor e com a instalação de redes nacionais e internacionais de telegrafia e telefonia. “*O encurtamento econômico das distâncias ‘globalizava’ os mercados nacionais e reforçava a hegemonia da burguesia industrial*”.⁴⁹ Muitos tratados institucionais liberalizantes, adotados em diversos países europeus, deram “*um poderoso ímpeto à especialização em função de vantagens comparativas, com economias de escala e aumentos de lucros concomitantes*”.⁵⁰

A teoria das vantagens comparativas desenvolvida por Ricardo para justificar sua posição a favor do livre comércio, procurava demonstrar a vantagem de um país importar determinadas mercadorias mesmo que pudesse produzi-las por um preço inferior, desde que sua vantagem, em comparação com os outros produtos, fosse ainda maior.

De outra forma, Ricardo concluiu que a alocação adequada dos fatores de produção permitiria aos vários países do mundo obterem benefícios no comércio internacional, sempre que respeitassem suas potencialidades naturais e produzissem aquelas mercadorias que proporcionassem melhores ganhos em termos de produtividade.

*“Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e intercâmbio”.*⁵¹

⁴⁹ Singer, 1997, p. 525.

⁵⁰ Landes *apud* Singer, 1997, p. 525.

⁵¹ Ricardo, 1996, p. 97.

A diferença central desta teoria para a de Smith, é que Ricardo supõe que não exista a livre mobilidade de capital e força de trabalho em escala internacional. Isso permite dizer que, dada a escassez de algum dos fatores de produção, um país não pode especializar-se na produção de um determinado produto.⁵²

A teoria do comércio exterior de Ricardo até hoje serve de referência para as análises sobre o tema por parte daqueles que acreditam que o comércio internacional seja harmonioso. Isso se deve a uma corrente ortodoxa do pensamento econômico capaz de acreditar, ainda, que o liberalismo de mercado seja a doutrina mais adequada para reger a economia mundial.⁵³

Ao justificar a divisão internacional do trabalho, o liberalismo baseado na teoria das vantagens comparativas, encobre, no entanto, a exploração dos países menos desenvolvidos por parte dos países desenvolvidos economicamente. Em outras palavras, o argumento ricardiano na direção que o comércio internacional é um importante vetor do desenvolvimento econômico em escala mundial, trazendo vantagens recíprocas para os seus participantes, fica apenas no plano da aparência das trocas.

Na essência, e isso já era perceptível na época do colonialismo, o que há é uma exploração por parte dos países desenvolvidos em relação aqueles que não apresentam uma estrutura produtiva compatível em termos de competitividade internacional. Segundo Samir Amin o enfoque empirista-positivista que se conforma em descrever os fatos e tratar de medir os fluxos, não pode apreender mais que as aparências, porque não nos permite, portanto, estudar as relações entre as diversas

⁵² Cf. Rodriguez, 1987.

⁵³ Essa corrente é chamada de "Neoclássica". Ela deriva da corrente clássica da economia, representada sobretudo por Smith e Ricardo. Os neoclássicos aproveitaram a base da teoria do comércio exterior, desenvolvida principalmente por Ricardo, e a tornaram mais complexa. Refutaram a idéia do valor-trabalho como a principal variável na definição dos valores internacionais e, conseqüentemente, dos preços no mercado internacional e introduziram novas variáveis, os chamados fatores de produção. Os principais representantes dessa corrente e que se preocuparam mais com o comércio exterior são: John Stuart Mill (Teoria da Demanda Recíproca); F. A. Taussing (Teoria dos Fatores Naturais); Eli Heckscher e Bertl Ohlin (Teoria da Dotação dos Fatores de Produção).

formações econômicas integradas no mesmo sistema mundial e estabelecer as questões de fundo.⁵⁴

Mandel, baseado nos pressupostos marxistas da teoria do valor, compreende que a economia internacional, do ponto de vista dos intercâmbios comerciais se dá através da *“troca de mercadorias produzidas em condições de mais alta produtividade do trabalho por mercadorias produzidas em condições de mais baixa produtividade do trabalho”* sendo assim uma troca desigual.⁵⁵

Na verdade é uma troca de menos trabalho por mais trabalho, que inevitavelmente conduz a um escoamento, a um fluxo para fora de valor e capital dos países subdesenvolvidos (periferia), em benefício dos países desenvolvidos (centro).⁵⁶ Nesse aspecto, existe toda uma vertente teórica que se preocupa em desmistificar a teoria das vantagens comparativas e suas vantagens recíprocas entre os países que participam do sistema de comércio internacional.⁵⁷

Nurske, por exemplo, também contesta a idéia de que haja uma harmonia à medida em que se intensifica as relações comerciais de acordo com a teoria do comércio internacional. Segundo ele,

“Em um mundo no qual mais de nove décimos da manufatura e acima de quatro quintos da atividade produtiva total se concentram nos países industrializados adiantados, as idéias de simetria, reciprocidade e dependência mútua que associamos à tradicional teoria do comércio

⁵⁴ Amin, 1974, p. 12.

⁵⁵ Mandel, 1982, p. 35.

⁵⁶ Vale lembrar que o centro e a periferia do sistema capitalista não são duas partes únicas, há também as formações comunistas que se localizam em países como a China, Vietnã, Cuba, Coréia do Norte etc. e que mantêm relações entre elas e com o mundo capitalista.

⁵⁷ Ver por exemplo o trabalho de Samir Amin *“La Acumulacion a Escala Mundial: critica de la teoria del subdesarrollo”*, 1974, onde o autor expõe, logo na introdução, a lei do intercâmbio desigual: *“(...) essas relações entre as formações do mundo desenvolvido e as do mundo subdesenvolvido se saldaram mediante fluxos de transferências de valor que constituem a essência do problema da acumulação em escala mundial”* (p. 11). Esta lei explica a relação de desigualdade, do ponto de vista da produção de valor, no intercâmbio entre os países do centro capitalista desenvolvido e os países da periferia. Por apresentarem uma relação inter-setorial diferente, baseada na relação entre um setor exportador de produtos primários e outro de bens de luxo, os países da periferia capitalista estão transferindo valor decorrente da exportação dos produtos primários a preços bem inferiores que não correspondiam aos seus valores reais. Furtado discutindo sobre a inadequabilidade da teoria econômica geral, no que diz respeito à teoria clássica e neoclássica do comércio internacional para justificar a divisão internacional do trabalho através da teoria dos custos comparativos, assinala: *“se ‘as vantagens comparativas’ são uma construção abstrata, os preços do que se exporta e importa são coisas reais”* (Furtado, 1992, p. 23).

*internacional são de relevância um pouco questionável para as relações comerciais entre o centro e a periferia".*⁵⁸

Além dessa contestação da teoria do comércio internacional, o autor ainda endossa a nossa preocupação em partirmos da análise das relações entre centro e periferia, para entendermos como se configura a estrutura de poder econômico internacional, quando afirma o seguinte: "*a distinção entre economias dominantes e dependentes é vital em qualquer consideração dinâmica das relações econômicas internacionais*".⁵⁹

A nova divisão internacional do trabalho agora assenta-se em novas bases, como bem coloca Michalet: "*reproduz a desigualdade estrutural sobre uma nova base: a produção dos conhecimentos científicos e técnicos*".⁶⁰

Nesse caso, a troca desigual continua existindo, não mais sob a dicotomia produtos manufaturados e produtos primários, mas a partir da monopolização, pelos países capitalistas desenvolvidos, de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). Todavia, os países da periferia capitalista passaram apenas a colocar em prática as tecnologias importadas, tornando-se apenas produtores e exportadores de produtos manufaturados em sua grande maioria de baixo valor agregado.⁶¹

Enfim, o período livre-cambista caracterizou-se por um forte acirramento da concorrência internacional, desembocando num período intenso de concentração de capitais, dando, assim, origem a um capitalismo organizado por grandes monopólios nos países que ascendiam no cenário econômico mundial, como os Estados Unidos e a Alemanha, por exemplo. Isso possibilitou grandes avanços na estrutura capitalista, também, sob várias outras nações periféricas.

⁵⁸ Nurske, 1979, p. 419.

⁵⁹ *Id., ibid.*

⁶⁰ Michalet, 1984, p. 121.

⁶¹ Esse ponto será melhor abordado quando tratarmos da expansão do capital produtivo logo adiante.

1.4 – O PERÍODO DAS CONTRADIÇÕES

Entre 1870 e 1914 ocorreu, no plano internacional, a primeira grande fase de expansão do capital em sua forma mais completa (capital-dinheiro, mercadoria e produtivo). Este período foi marcado pela ascensão do imperialismo.⁶²

Segundo Nurske, J. A. Hobson (1902), foi um dos principais, senão o primeiro, a teorizar sobre o imperialismo. Para entender esse período Hobson fez a seguinte pergunta: qual o motivo econômico que levava ao “*novo imperialismo*”? Sua resposta foi: “*investimento externo – o desejo de uma sociedade capitalista de encontrar um modo de compensar suas poupanças superavitárias, de ganhar controle exclusivo dos mercados coloniais e de despejar o excesso de suprimentos nas economias primitivas*”.⁶³

Esse período caracterizou-se, economicamente, pela consolidação do padrão-ouro como regime monetário internacional⁶⁴, juntamente com a intensificação do intercâmbio de capitais e mercadorias. Para Singer, a expansão do capital e o progresso de uma relativa integração econômica entre as principais economias industriais, foi facilitada por três fenômenos: o desenvolvimento do transporte marítimo e terrestre e o avanço das telecomunicações; a ausência de guerras por quase um século entre as chamadas grandes potências; e, o estabelecimento de um

⁶² “(...) a década de 1880 foi um período de exportações ativas de capital (...)” (Nurske, 1979, p. 401). Sobre esse período, ver também a excelente obra de Hobsbawm, *A era dos Impérios – 1875 1914*. O imperialismo marcou um período de expansão e dominação territorial, econômica e política de uma nação sobre outras. Várias obras retratam os objetivos e consequências da política dos países imperialistas. Alguns trabalhos clássicos são: *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, V. I. Lênin, 1916; *O Capital Financeiro*, Rudolf Hilferding, 1910; *Imperialismo*, J. A. Hobson, 1902; *Acumulação de Capital*, Rosa Luxemburgo, 1913; *A Economia Mundial e o Imperialismo*, N. I. Bukharin, 1915; e *Imperialismo e Classes Sociais*, J. Schumpeter, 1919-1927. Essas obras na verdade vieram contestar a teoria da especialização internacional, se preocupando em integrar os fenômenos específicos do mundo subdesenvolvido em uma análise do conjunto do capitalismo mundial, tanto no plano econômico como no da sociologia e da ciência política. Planos estes que os marxistas, a maioria deles acima citados, desde sempre se negaram isolar entre si (Amin, 1974, pp. 25-26).

⁶³ Nurske, 1979, p. 410.

⁶⁴ O padrão-ouro universalizou o compromisso de todas as autoridades monetárias nacionais de manter o poder de compra do papel-moeda que emitissem. Esse compromisso se concretizava na preservação da conversibilidade do papel-moeda em ouro a um câmbio fixo (cf. Singer, 1997, p.527).

sistema internacional de pagamentos, facilitando e reduzindo os riscos inerentes ao intercâmbio internacional.⁶⁵

O resultado destas transformações foi o acirramento da concorrência internacional. *“O confortável monopólio de ‘fato’ britânico do mercado mundial desapareceu e foi substituído por uma competição cada vez mais formidável”*.⁶⁶ Os Estados Unidos e a Alemanha passam a figurar na economia mundial como potências industriais, juntamente com o Japão. A hegemonia britânica que tinha predominado por quase dois séculos desmoronou para dar lugar a uma competição entre as emergentes nações capitalistas desenvolvidas.

Para Lênin esse período marca o coroamento da evolução do capitalismo concorrencial. Utilizando os pressupostos da teoria marxista, o autor explica que o capital bancário e o capital industrial se fundiram no capital financeiro, o qual passou a comandar a vida política e econômica das principais potências mundiais, além de dar suporte a criação dos grandes monopólios.⁶⁷

A evolução dos grandes monopólios se deu no plano interno das economias nacionais, sobretudo nas economias norte-americana e alemã. Logo depois expandiram suas ações no mercado mundial através do processo de conquista e fortalecimento da dominação de uma gama de países fornecedores de matérias-primas. Portanto, *“o imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios os quais provocam por toda parte o aparecimento de tendências não para a liberdade mas para a dominação”*.⁶⁸

O imperialismo trazia em si alguns elementos novos, e o principal deles, como já foi colocado acima, era a subordinação dos demais capitais (produtivo e mercadoria) ao capital financeiro. O domínio do capital financeiro, por exemplo, propiciava a transferência de rendas para as metrópoles em certas proporções que permitia uma remuneração elevada para a classe operária e atenuava a sua capacidade de luta.⁶⁹ Isso enfraquecia a luta de classes no interior da economia

⁶⁵ *Id., ibid.*, p. 526.

⁶⁶ Roebuck *apud* Singer, 1997, p.527. Grifo do autor.

⁶⁷ Lênin, 1987

⁶⁸ *Id., ibid.*, p. 119.

⁶⁹ *Id., ibid.*, pp. 13-14.

desenvolvida e transferia a exploração para os países colonizados. Nestes países formava-se também uma classe, que Lênin considerou-a “*aburguesada*”, com interesses ligados ao da burguesia metropolitana que a ela se aliava com os objetivos de exploração.

Lênin tinha fortes convicções que o aguçamento do imperialismo, através da concorrência por novas regiões para dominação do capital monopolista, levaria as maiores potências a se enfrentarem belicamente, chegando com isso a destruição do sistema capitalista. Sob “*tal base econômica*”, Lênin assinalava que “*as guerras imperialistas são absolutamente inevitáveis durante e enquanto existir a propriedade privada dos meios de produção*”.⁷⁰

No período em que prevaleceu o imperialismo, o mercado mundial ficou mais concorrente, apesar das grandes potências adotarem políticas protecionistas objetivando com isso protegerem seus respectivos monopólios. Não obstante aos limites impostos à abertura comercial de algumas economias nacionais, o volume do comércio exterior expandiu em torno de 3,4% ao ano, entre 1870 e 1914.⁷¹

O aumento do ritmo e do volume do comércio internacional deveu-se, sobretudo, ao crescimento das exportações de produtos agrícolas provindos dos Estados Unidos e da Rússia em direção a Europa central e ocidental. Isso promoveu um abalo econômico, de certa forma, negativo nessa região. A importação de grãos a custos mais baratos, iniciaram na Europa, principalmente nas zonas rurais, um deslocamento em massa de camponeses desempregados ou que perderam suas lavouras, para os grandes centros urbanos ou para outros países em busca de alguma ocupação. Segundo Hirst e Thompson, nesse período registrou-se um fluxo

⁷⁰ *Id., ibid.*, p.10. Numa visão bem otimista, Kautsky achava que podia existir uma harmonia universal produzida pelo próprio capitalismo monopolista. A medida que a evolução da estrutura industrial e financeira levasse a intensificação da luta de classes nos países industrializados e o aumento dos sentimentos nacionalistas nas colônias, os capitalistas, para Kautsky, iriam acabar compreendendo que o entendimento seria uma alternativa mais viável do que o confronto. Ver a crítica que Lênin levanta à Kautsky no capítulo VII da obra citada. Ver também, Michalet, 1984, pp. 110-111.

⁷¹ Hirst e Thompson, 1998, p. 43.

migratório de 60 milhões de pessoas da Europa para as Américas, Oceania e sul e leste da África.⁷²

Com relação ainda ao crescimento do volume do comércio internacional e da produção mundial na passagem do séc. XIX para o séc. XX, tem-se ainda alguns aspectos interessantes para apontarmos. Entre 1853-72, o volume do comércio exterior e da produção cresceram à taxas bem significativas. Esse período foi marcado pela transição de uma economia internacional livre-cambista para uma caracterizada pelo predomínio do protecionismo. Entre 1872-99, o crescimento desses dois indicadores foi bem mais modesto, refletindo o esgotamento do modelo liberal do comércio internacional, principalmente por causa do declínio da hegemonia britânica sobre a economia mundial. Entre 1899-1911, o volume do comércio exterior e da produção cresceram em relação ao período anterior. Porém, com esse crescimento, a competição entre as nações imperialistas acirrava-se, dando conteúdo às práticas protecionistas.⁷³ Nem por isso, o mercado mundial retraiu-se no período 1872-1911 (ver Tabela 1).

Tabela 1- Relação entre o crescimento da produção e o crescimento do comércio exterior: 1853-1984 (% anual)

	1853-72	1872-99	1899-1911	1913-50	1950-73	1973-84
Crescimento médio do volume ^a comercial	4.3	3.1	3.9	0.5	9.4	3.6
Crescimento médio da produção ^b	3.7	3.3	3.6	1.9	5.3	2.1

^a 1853-1911: Reino Unido, França e Alemanha; 1913-1984: Reino Unido, Estados Unidos, França, Alemanha, Holanda e Japão.

^b 1853-1911: somente produção industrial; 1913-1984: PIB.

Fontes: 1853-1911, Lewis, 1981, tabela 5, p. 70; 1913-1984, Maddison 1987, tabela 14, p. 670 *apud* Hirst & Thompson, 1998, tabela 2.4, p. 45.

⁷² *Id., ibid.*, p. 46

⁷³ Até a Inglaterra, país berço do liberalismo econômico não resistiu e passou a aplicar o protecionismo como maneira de garantir a competitividade de seus monopólios nacionais como a citação a seguir coloca: a reviravolta da Grã-Bretanha na adoção de políticas protecionistas "(...) se deu como reação aos resultados do livre-cambismo, praticado nos anos 1860 e 70, para defender o campesinato contra o grão barato de fora e dar ao industrial uma chance de acumular competitividade antes de expô-lo à livre concorrência. Mas, a reviravolta foi sucedida por uma escalada: as tarifas continuaram sendo aumentadas nas décadas seguintes, sobretudo em mercados em que já se tinha consolidado e cartelizado. Seu objetivo agora passou a ser proporcionar ao capital monopólico nacional uma base financeira para conquistar novos mercados. Este significado novo foi conferido ao protecionismo alfandegário pelo capitalismo monopólico". Portanto, nesse sentido, "protecionismo e monopolização se condicionavam mutuamente" (Singer, 1997, pp. 548-549).

Uma das razões que explicam o dinamismo do comércio e da produção mundial durante todo o século XIX e os primórdios do século seguinte, foi a expansão da demanda de produtos primários dos países que passavam pelo processo contínuo de industrialização.

Após 1913 o comércio foi adversamente afetado pela intensificação do crescimento de tarifas, restrições quantitativas, controles de câmbio e, depois, pela Primeira Guerra Mundial. Como seria de se imaginar, de acordo com a Tabela 1, o comércio internacional a partir de então expandiu, em média, menos que 1% ao ano.

É interessante notar também, que o comércio internacional cresceu mais durante os primeiros 12 anos do séc. XX do que nos 20 anos precedentes. Fato esse que gera controvérsias, tendo em vista que o primeiro decênio do séc. XX foi marcado, principalmente, pela intensificação do protecionismo no comércio internacional.

Com isso queremos reafirmar, portanto, que o comércio internacional e o volume da produção industrial não se retraiu em períodos de forte protecionismo. Todavia, a partir das transformações abertas pela Primeira Guerra Mundial e pela Grande Depressão em 1929 a hegemonia liberal que já vinha em crise desde o século passado, deu lugar aos movimentos contra-liberais, com fortes convicções nacionalistas. A consequência direta disso foi a retração do mercado internacional, que apresentou crescimentos bem inferiores que no século passado, como afirmam Nurske e Furtado.

“No século XX, observamos, antes de mais nada, uma marcante desaceleração na taxa de expansão do comércio mundial, geralmente um período de aproximadamente 30 anos basta para revelar tendências de longo prazo ou alterações nas tendências. No período de 1928 a 1958 o quantum do comércio mundial (fora da área soviética) aumentou em 57%. A cem anos atrás o ritmo da expansão comercial parece ter sido aproximadamente cinco vezes maior”.⁷⁴

“O volume físico das exportações mundiais reduziu-se em 25%, entre 1929 e 1933, e o nível geral de preços dessas em 30%, o que acarretou numa baixa de mais de 50% do comércio mundial. Demais a modificação no fluxo internacional de capitais agravou consideravelmente a situação dos países exportadores primários”.⁷⁵

⁷⁴ Nurske, 1979, p. 411.

⁷⁵ Furtado, 1978, p. 63

Finalmente, a fase que caracterizou o capitalismo concorrencial, aquele tão vislumbrado pelos economistas clássicos Adam Smith e David Ricardo, trouxe consigo o surgimento dos monopólios, propiciado pelo processo histórico de concentração e centralização do capital.⁷⁶

Apesar do aprofundamento da divisão internacional do trabalho, aqueles países da periferia capitalistas (as colônias imperiais) não auferiram tantas vantagens com o comércio internacional como os autores clássicos imaginavam. O que ocorreu foi alargamento no grau de desenvolvimento econômico entre os países que se industrializaram rapidamente e aqueles subordinados ao capital monopolista e, ainda, a queda de algumas potências e a emergência de outras.

Por exemplo, a Grã-Bretanha que tinha sido uma das principais potências econômicas por quase todo o século XIX, viu a sua agricultura quase ser dizimada e sua hegemonia industrial ser substituída por um mercado marcado pela participação ativa de outras potências industriais emergentes, como os EUA e a Alemanha. Por outro lado, esses dois países procuravam proteger seus monopólios e expandir suas áreas de dominação em alguns pontos do globo à procura de matérias-primas para darem continuidade a acumulação do capital.

Na áreas onde os monopólios atuaram, extraindo matérias-primas e também dizimando as formas arcaicas de produção através da exportação de seus artigos, prevaleceu o fenômeno da acumulação primitiva. Com isso queremos dizer que o interesse central dos monopólios imperiais foi competir pelos superlucros existentes nas colônias, nas quais as formas pré-capitalistas de produção eram predominantes.⁷⁷ Dessa forma, quase todos os países da periferia capitalista

⁷⁶ A concentração do capital é o crescimento do tamanho da empresa mediante a reinversão dos seus lucros, em virtude da indivisibilidade do capital fixo e do seu contínuo aumento, em função do progresso técnico. Já a centralização do capital resulta do aumento do tamanho da empresa pela absorção de capitais mais débeis por outros mais fortes ou a fusão de empresas, tendo em vista reduzir a competição. Este último processo ocorreu entre 1870-1914 na "Alemanha, pela organização de cartéis, promovida pelo próprio governo. Nos Estados Unidos, pela organização de 'trusts', depois de 'holdings' e fusões. Nos mercados em que as firmas continuaram modestas, a competição continuou dominando as relações entre os capitais" (Singer, 1997, pp. 530-534).

⁷⁷ "Pela exportação de mercadorias de um país com mais alta produtividade do trabalho para um outro de menor produtividade, os possuidores dos artigos exportados garantem um superlucro, porque podem vender suas mercadorias a um preço acima do preço de produção em seu próprio mercado interno, mas abaixo do valor 'nacional' das mesmas no país importador" (Mandel, 1982, p. 48). Discorrendo sobre quais as principais fontes dos superlucros, Mandel consegue identificar basicamente três: a exploração de regiões agrícolas; a exploração de colônias e

desenvolvida fizeram parte de um sistema mundial que os forjou numa estrutura particular de dependência (subdesenvolvimento), determinada a partir dos países desenvolvidos industrialmente.⁷⁸

Do exposto acima, deduz-se que os fatos históricos do comportamento do modo de produção capitalista à escala mundial, contradizem às idéias livre-cambista de que quanto maior e mais livre o mercado, e quanto mais países participem dele, o desenvolvimento e progresso econômico possam ser recíprocos, mesmo apresentando graus diferentes.

Assim, vimos que a contradição no período 1870-1914 reside nos números sobre o comércio internacional. No momento que a concorrência entre as nações imperialistas cresceram e o protecionismo foi utilizado largamente como estratégia de desenvolvimento da indústria nos países emergentes na esfera da hegemonia da economia mundial e expansão dos monopólios, ao contrário, o comércio e o volume da produção mundial expandiram-se consideravelmente. O que se poderia imaginar seria a diminuição do ritmo de crescimento desses dois indicadores, dado as especificidades inerentes a qualquer sistema de mercado mundial mais fechado.

semicolônias: e. a exploração dos ramos de produção tecnologicamente menos desenvolvidos. Para se compreender melhor como essas três fontes coexistem e como se dá a extração dos superlucros, ver especialmente o capítulo terceiro de sua obra detalhada na bibliografia.

⁷⁸ *“O fenômeno do subdesenvolvimento (...) é o resultado da persistência de fenômenos que surgem da acumulação primitiva, em benefício do centro, fenômenos cuja problemática é o estudo das formas sucessivas a medida que se dão as transformações do centro. A acumulação primitiva não se situa somente na pré-história; é permanente, contemporânea (...) isso significa que os falsos conceitos de ‘subdesenvolvido’, ‘Terceiro Mundo’, etc., deveriam ser exilados em benefício do conceito de formações do capitalismo periférico”* (Amin, 1974, p. 34). No mesmo sentido, Mandel concorda que o sistema capitalista ao ganhar o mercado mundial, não homogeneizou as relações de produção, e isto é o que determina, em última instância, uma situação de desequilíbrio entre os países no tocante aos seus graus de desenvolvimento: *“É verdade que as mercadorias capitalistas criaram e conquistaram o mercado mundial capitalista, isto é, levaram aos limites do mundo a dominação da circulação capitalista de mercadorias e o predomínio das mercadorias produzidas na moderna indústria capitalista. Mas, ao mesmo tempo, a expansão internacional não implantou, por toda a parte, o modo de produção capitalista. Ao contrário, no chamado Terceiro Mundo, criou e consolidou uma mistura específica de relações de produção pré-capitalista, e capitalista, que impede, nessas áreas, a generalização do modo de produção capitalista, e especialmente da indústria em grande escala. Ai reside a causa principal da permanente crise pré-revolucionária nos países dependentes (...) a razão básica pela qual esses países provaram ser, até agora, os elos mais fracos no sistema mundial imperialista”* (Mandel, 1982, p. 40).

1.5 - O CAPITALISMO REGULADO: A EXPANSÃO E HEGEMONIA DO CAPITAL-PRODUTIVO

*“É na internacionalização do capital americano, como resultante do seu potencial de acumulação e da sua tendência à unificação de mercados, que deve ser buscada a tendência moderna à transnacionalização, e não na política agressiva (imperialista) do capital financeiro americano (...) a questão do imperialismo americano requer (...) uma discussão mais séria do problema da hegemonia externa dos Estados Unidos quando se converte em potência dominante à escala mundial, não apenas em termos industriais e financeiros, mas também em termos militares, diplomáticos e ideológicos”.*⁷⁹

A outra fase de expansão do capital em escala internacional ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, com o crescimento acentuado da economia mundial, principalmente proporcionado pela reconstrução dos países devastados pelo grande conflito bélico. Essa fase ficou conhecida como a fase dos *“trinta anos gloriosos”*, da *“idade de ouro”* ou mesmo como o período *“fordista”*. Esse período de expansão do capital, com acentuada internacionalização do capital produtivo, apresentou o caráter mundial do sistema capitalista.

De fato, logo após a guerra a economia mundial conheceu um surto evolucionista com poucos precedentes na história econômica. Entre 1950-1973 o volume do comércio exterior e da produção mundial cresceram em torno de 10% e 5,5%, respectivamente (ver Tabela 1). Dois fatores podem ser destacados como relevantes para esse crescimento, um de caráter político e outro econômico. Os dois complementam-se quando se tem a perspectiva que o mundo passou a girar em torno de um centro de gravidade. O primeiro foi a ascensão dos Estados Unidos como potência econômica mundial. O país tinha saído da Segunda Guerra Mundial com sua indústria potencialmente competitiva, apresentando-se, portanto, no cenário internacional com um setor produtivo altamente avançado e integrado.⁸⁰

Como vimos, os Estados Unidos apresentava uma economia industrial importante, liderada pelos grandes conglomerados e pelo capital financeiro, chegando a constituir o *“moderno capitalismo”*.⁸¹ Além disso, a

⁷⁹ Tavares, 1996, p. 17.

⁸⁰ O Estados Unidos, desde o início do século XIX, exportavam matérias-primas, alimentos, insumos industriais e bens de capital enfim todos os itens importantes do comércio Internacional (Tavares, 1997a, p. 46). Isso demonstra o alto grau de complementaridade e auto-sustentabilidade da economia norte-americana.

⁸¹ Fiori, 1997, pp. 97-101.

economia norte-americana, em plena era do livre-cambismo, utilizou ostensivamente do protecionismo como instrumento de poder e enriquecimento. Isto permitiu que aquela economia lograsse uma vantagem relativa na economia mundial, devida em boa medida à conjunção de dois fatores de ordem econômica: uma constelação privilegiada de recursos naturais e um espaço econômico que se expandiu até encontrar dimensões continentais.⁸²

Portanto, com uma economia bem estruturada e com os seus principais setores bem articulados, os Estados Unidos “*se propuseram a reorganizar o mundo à sua imagem e semelhança com base numa economia liberal e uma estrutura de poder unipolar.*” Com isso, “*se propunha difundir mundialmente o New Deal*”.⁸³

Politicamente, os Estados Unidos se preocupavam com os avanços dos regimes comunistas pela Europa. O Plano Marshall de reconstrução daqueles países devastados pela guerra na região, tinha como objetivo central reestruturar a estrutura capitalista de produção na região e difundir os interesses políticos norte-americanos sobre a Europa.

*“A nova ordem mundial norte-americana foi sendo desenhada pelo impasse nas conversações com a URSS sobre a reunificação da Alemanha e sobre os destinos dos territórios ocupados da Europa Central. Foram momentos decisivos, no redesenho da estratégia americana para a Europa, a decisão de intervir, em 1947, na Grécia e na Turquia contra as forças comunistas internas, assim como o golpe comunista de 1948 na Checoslováquia seguido de imediato pela criação da OTAN e do pacto de Varsóvia. Sem isto não se entenderia o anúncio americano, em 1947, do Plano Marshall de reconstrução europeia e a criação em 1949 da República Federal Alemã”.*⁸⁴

Da mesma forma, com o mesmo conteúdo ideológico, surgiram nos países do Terceiro Mundo as idéias desenvolvimentistas como uma alternativa ao sistema socialista, o qual aparecia como uma possibilidade de grande impulso na estratégia de recuperação e desenvolvimento econômico, como também de diminuição das desigualdades sociais.

⁸² Furtado, 1987, p. 24.

⁸³ Fiori, 1997, pp. 104-105.

⁸⁴ *Id.*, *ibid.*

Segundo Fiori, a estratégia desenvolvimentista (ou modernizadora, como querem alguns) tinha um caráter “*dependente-associado*”, comandada pelos investimentos privados. Esse modelo, segundo o autor, foi responsável, em boa medida, pelo “*grande movimento de internacionalização produtiva*” e crescimento da economia mundial, que se seguiu à Segunda Guerra Mundial.

*“Como em nenhum outro momento da história do capitalismo, os Estados Unidos constrangidos pela sua competição com a URSS, submeteram em várias oportunidades o seu interesse nacional imediato ao interesse coletivo dos seus aliados, mesmo quando este fosse o seu próprio interesse de longo prazo. Mas como em nenhuma outra época também a economia capitalista cresceu de forma tão continuada, a taxas tão altas e de maneira tão intensa”.*⁸⁵

Os resultados da posição política dos Estados Unidos foram tão consistentes que no início da década de 70, o Japão e parte da Europa devastada pela guerra já eram, novamente, membros de pleno direito econômico do “*núcleo orgânico*” do capitalismo e havia se criado uma rede relativamente extensa de países periféricos que conseguiram expressivos avanços econômicos responsáveis por novas estruturas industriais modernas e relativamente integradas.

*“Ao mesmo tempo”, assinala Fiori “pela mão das grandes empresas multinacionais o capitalismo já dera um grande passo no seu movimento permanente de internacionalização produtiva”.*⁸⁶

Do ponto de vista político-econômico, os Estados Unidos submeteram de imediato o interesse coletivo dos seus aliados ao seu interesse nacional. Na verdade o interesse nacional do país hegemônico coincidia com o interesse de seus conglomerados nacionais.⁸⁷

Nesse sentido, o crescimento, ou expansão internacional do capital produtivo no pós-guerra é um reflexo direto da evolução estrutural das empresas norte-americanas, e em menor medida, alemãs e japonesas, ou melhor, uma evolução das novas formas de concentração do poder econômico. Portanto, “*os dois processos*

⁸⁵ *Id.. ibid.. p. 107.*

⁸⁶ *Id.. ibid.*

⁸⁷ O conglomerado é uma espécie de empresa que abre novos caminhos à concentração do poder econômico e cresce pela diversificação de suas atividades. Portanto, a conglomeração “*é um fenômeno de busca da estabilidade pela heterogeneidade, a qual tanto pode ser funcional como geográfica*” (Furtado, 1987, p. 16).

– a *conglomeração funcional e a expansão extraterritorial* – são aspectos interdependentes que derivam da evolução estrutural contemporânea da economia dos Estados Unidos”.⁸⁸

Ademais, os grandes conglomerados, como uma nova forma de constituição de capital e de padrão organização industrial, revelaram um grande potencial de acumulação por conter as principais formas do capital: mercantil, industrial e financeiro. Então, a partir do momento que o mercado interno norte-americano passou a crescer menos que o potencial de expansão dos grandes conglomerados, estes foram obrigados a expandir-se rumo aos mercados estrangeiros que possibilitassem melhores condições de acumulação.

Assim, o novo sistema capitalista do pós-guerra resultou da projeção de um conjunto de grandes empresas norte-americanas que espalharam suas unidades produtivas em países e regiões onde fosse estratégica a difusão da ideologia ocidental e, ao mesmo tempo, em que o mercado garantisse os ganhos (lucros) da produção em grande escala. O progresso tecnológico e as mudanças organizacionais também contribuíram sobremaneira e facilitaram a internacionalização do capital sobre bases produtivas.⁸⁹

Em termos estatísticos, o processo de difusão da estrutura produtiva pode ser ilustrado por duas variáveis básicas: o volume dos investimentos externos diretos e o comércio internacional. No imediato pós-guerra (1947-1949), as exportações americanas representavam cerca de um terço das exportações mundiais. Entre 1953-1962 o valor das exportações mundiais aumentou em 76% e o das exportações americanas perto disso, 67%. O investimento externo direto dessa economia, no mesmo período, atingiu US\$ 6 bilhões. Parece muito pouco com relação aos dias atuais, mas representava muito nessa época. A importância considerável de investimentos no exterior realizados pelas empresas transnacionais norte-americanas, permitiu que os lucros proporcionados constituíssem uma base capaz de permitir uma expansão ainda mais vigorosa dos mesmos.

⁸⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 18.

⁸⁹ Esse processo de mudança nos padrões de produção e organização foi chamado por Mandel, 1982, p. 92, de “Terceira Revolução Tecnológica”.

Para se ter uma idéia, entre 1950-1965, os investimentos diretos norte-americanos deslocados para a América Latina permitiram uma transferência, em termos de lucros, de US\$ 11,3 bilhões, ao passo que os novos investimentos na região alcançaram US\$ 3,8 bilhões. O mesmo caso foi constatado nos demais países do Terceiro Mundo: recursos recebidos como investimentos diretos US\$ 5,2 bilhões e lucros transferidos US\$ 14,3 bilhões.⁹⁰

Excluindo os Estados Unidos, o valor das exportações dos demais países industrializados aumentaram no mesmo período, 110%. Com isso, o capital internacionalizava-se ainda mais à medida em que as multinacionais intensificavam a demanda por matérias-primas e a oferta de seus produtos em escala mundial.

Em resumo, toda a reestruturação do sistema econômico mundial, que tinha passado por uma fase de instabilidade logo após a década de 30 e a evolução e crescimento da hegemonia político-econômica dos Estados Unidos no pós-guerra, não podiam ter acontecido se não fossem por três causas básicas, segundo Furtado.

Primeiro, os fatores de ordem política, derivados da tutela militar norte-americana estabelecida logo no pós-guerra. Segundo, os fatores decorrentes da posição americana no mundo: o potencial dos recursos naturais; o controle das empresas americanas sobre as fontes de matérias-primas no exterior; a acumulação de capital que vinha se acentuando no país ao longo de décadas; a massa de recursos que o governo americano passou a aplicar em tecnologia, sobretudo militar; e, o volume crescente das inversões americanas no exterior. Por último, a criação de instituições de organização da economia mundial que foram estabelecidas na Conferência de Bretton Woods.⁹¹

Os dois primeiros fatores já indicavam que, em termos de acumulação de capital, progresso e desenvolvimento tecnológico, parecia natural a ascensão de um novo sistema econômico internacional, capaz de proporcionar unidade de direção à economia mundial.⁹²

⁹⁰ Cf. Furtado, 1987, pp. 31-33.

⁹¹ Furtado, 1987, pp. 11-14.

⁹² *Id.*, *ibid.*, pp. 12-13.

Aliado a esses fatores, é preciso destacar também, que um dos traços mais característicos da evolução desse sistema econômico internacional administrado, é o papel assumido pelo Estado como instrumento estabilizador das economias nacionais, principalmente após a revolução provocada no campo das teorias econômicas pelos postulados keynesianos.

*“ao capacitar-se o Estado para estabilizar o sistema econômico e ao ampliar-se substancialmente a eficácia dos métodos de decisão, se estavam criando as condições que levariam a profundas mudanças nas estruturas das economias capitalistas”.*⁹³

Portanto, o ponto máximo de mudança no regime internacional capitalista do pós-guerra foi sua regulação, o que manteve, no entanto, o sistema de comércio mundial relativamente aberto e o sistema financeiro, pelo menos potencialmente, sujeito à regras estabelecidas. Não parece ter se produzido um sistema acéfalo, baseado em mercados supranacionais não-regulados, como aqueles semelhantes aos existentes antes da Grande Depressão. Entretanto, o comércio e a produção internacional conseguiram crescer vertiginosamente, mesmo sem uma economia mais liberal do tipo prevalecente no padrão-ouro.

1.6 - O Capitalismo Desregulado: a Expansão e Hegemonia do Capital-Financeiro

“Ao mencionar ‘globalização’ como um fator central da dinâmica econômica internacional convém separar pelo menos dois fenômenos: a internacionalização da produção e do comércio, um processo histórico de longa duração, e a globalização financeira recente, operada a partir da ‘diplomacia do dólar’” (Tavares, 1997).

É a partir do estudo num plano histórico do movimento do capital e de sua reprodução ampliada, como também as especificidades das formas hegemônicas predominantes em diferentes formações sociais, que podemos analisar os dois fenômenos levantados acima por Tavares (1997).

A internacionalização do capital, nas três formas que o constitui, comercial (mercadoria, aquele engajado nos negócios e na grande distribuição

⁹³ *Id., ibid., p. 17.*

concentrada), financeiro (entendido como fração do que se valoriza conservado a forma dinheiro) e produtivo (o capital engajado na indústria em sentido amplo), assumiram características distintas ao passo que a estrutura capitalista de produção evoluía no mundo.

Como vimos o capital comercial desenvolveu-se juntamente com a expansão do capitalismo mercantil e a própria constituição do Estado moderno, estreitamente ligado aos interesses da emergente classe burguesa capitalista.

No entanto, a internacionalização do capital produtivo finca suas raízes logo após a Primeira Revolução Industrial, quando as primeiras manufaturas inglesas deslocavam-se internamente para aquelas áreas onde a força de trabalho fosse mais abundante. Outro surto de internacionalização foi logo após a Segunda Revolução Industrial que, como vimos, modificou qualitativamente as formas de produção e de transportes de mercadorias, levando assim ao acirramento da competição interestatal entre as principais potências imperiais.

Um outro período histórico que marcou a internacionalização do capital produtivo, analisado na seção anterior, foi logo após a Segunda Guerra Mundial. Esse momento foi fortemente marcado pela expansão dos conglomerados industriais norte-americanos, que levados pela concorrência internacional expandiram suas plantas produtivas dando origem as modernas empresas multinacionais. Nesse período, portanto, o fenômeno da transnacionalização produtiva atinge seu o ápice.⁹⁴

Assim, entedemos a globalização como um fenômeno histórico que contemporaneamente norteia a dinâmica econômica internacional e que guarda estreita vinculação com o processo secular de internacionalização da produção e do comércio.⁹⁵ A globalização não pode ser tratada como um fator novo da dinâmica de acumulação capitalista. Isto ganha consistência quando sabemos que o capital tem vocação mundial, através da expansão dos mercados à sua índole. Todavia, o

⁹⁴ Sobre a evolução da economia mundial do pós-guerra, principalmente o papel das transnacionais americanas nesse processo, ver Müller (1987), especialmente os capítulos 2 e 3.

⁹⁵ Para reforçar essa argumentação veja o que Hobsbawm (1995, p. 92), coloca: "A história da economia mundial desde a Revolução Industrial tem sido de acelerado progresso técnico, de continuo mas irregular crescimento econômico, e de crescente 'globalização', ou seja, de uma divisão mundial cada vez mais elaborada e complexa de trabalho."

fenômeno da globalização exige muito mais do que o seu próprio nome indica.⁹⁶ Por isso insistimos na crítica ao multiuso desse termo.

Na verdade, o que podemos considerar como um fato novo é a interdependência dos mercados financeiros, o que possibilita ao capital financeiro uma mobilidade jamais vista na história econômica contemporânea.⁹⁷ Alguns podem estar se perguntando agora sobre aquela mobilidade do capital financeiro no último decênio do século XIX e início do século XX, que desencadeou na Grande Depressão de 1930. Houve realmente, nesse período, um fluxo elevado de capital na forma financeira que serviu para promover a centralização do capital, a qual já demos ênfase. Mas, uma coisa é certa, a velocidade com que esse capital se mobiliza e as diversas formas que assume hoje, são bem diferentes de outras épocas.

Os avanços na área de comunicação através da telemática, tem propiciado ao capital financeiro contemporâneo se locomover instantaneamente, perto do tempo real, entre os diversos mercados que estão agora estreitamente interligados. Isto permite que no atual estágio de acumulação capitalista, o processo de internacionalização do capital assuma características particulares e inovadoras na forma, porém guardando o seu conteúdo. Há controvérsias em torno de quando do início desse novo período.

Para Chesnais (1996), por exemplo, essa fase inicia-se nos primórdios da década de 1980, e é denominada por este autor de “*mundialização do capital*”. Essa nova denominação é utilizada para diferenciar o momento pelo qual estamos passando e aquele da fase “*fordista*”, bem como das fases iniciais do imperialismo clássico. Por outro lado, Tavares afirma que o “*fenômeno da globalização financeira teve sua origem na ruptura do padrão monetário dólar-ouro, (sistema de Bretton Woods), que foi o passo prévio que possibilitou a flutuação cambial e a mobilidade do capital financeiro*”.⁹⁸ Fiori (1997) também considera que a atual instabilidade do

⁹⁶ Uma discussão interessante sobre como seria realmente uma economia globalizada é feita por Hirst e Thompson (1998). Além disso esse autores fazem uma comparação entre uma economia globalizada e uma economia internacional, traçando suas características e diferenças.

⁹⁷ “O aspecto distintivo do sistema capitalista global é o livre movimento de capitais (...) por ser ainda mais volátil do que os investimentos físicos, o capital financeiro ocupa uma posição privilegiada” (Soros, 1998, p.154)

⁹⁸ Tavares, 1997c, p. 10.

sistema capitalista decorre da crise da hegemonia norte-americana entre 1968 e 1973, onde um conjunto de fatores tanto políticos quanto econômicos e culturais, corroboravam com o fim da “*era de ouro*”.⁹⁹

Braga, por outro lado, coloca o fenômeno da internacionalização do capital em sua forma financeira como um processo proveniente da reestruturação do sistema financeiro dos Estados Unidos. Enquanto as grandes economias capitalistas, Alemanha e Japão, concluíam suas estruturas industriais no pós-guerra, os Estados Unidos estavam passando por uma mudança qualitativa em seu sistema financeiro, tornando-o mais flexível e favorável a livre mobilidade do capital financeiro.¹⁰⁰

No entanto, todos parecem concordar numa coisa: foi nos anos 1980 que intensificou-se o processo de transformação da globalização financeira como o carro chefe das transformações capitalistas contemporânea.

Não pretendemos considerar maiores detalhes a respeito desse ponto. Importa somente colocarmos que esse novo período representa explicitamente uma fase específica do processo de internacionalização do capital (insistentemente chamado de globalização) e que apresenta duas características centrais:

1) o predomínio, sobretudo, do estilo de acumulação¹⁰¹ dado pelas “*novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros institucionalizados (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira*”,¹⁰²

2) a formação de uma nova ordem industrial, chamada por alguns analistas de “*modelo pós-fordista de acumulação flexível*” que vem proporcionando profundas implicações de ordem social, econômica e territorial, através da

⁹⁹ O leitor que estiver interessado em saber quais são esses fatores ver Fiori, 1997 pp. 107-114.

¹⁰⁰ Braga, 1997, pp. 195-242.

¹⁰¹ Braga em seu artigo “*Financeirização global – O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo*”, afirma que, “*no capitalismo contemporâneo ... a financeirização é o padrão sistêmico de riqueza*” (grifo do autor). Braga, com toda pertinência, tenta formular um novo conceito que explique o “*modo de ser*” da riqueza contemporânea, sua gestão e aspectos de sua dinâmica sistêmica, no âmbito dos movimentos internacionais do capitalismo (Braga, 1997, pp. 195-197).

¹⁰² Chesnais, 1996, pp. 14-15.

emergência de novos regimes, ou formas de organização, das corporações transnacionais.¹⁰³

Basicamente, esses dois pontos resumem a atual fase de internacionalização do capital na sua forma ampliada.

Quanto ao primeiro ponto, não pretendemos aqui fazer uma referência mais profunda. Mesmo porque existe uma diversidade de fatores que interligados compõem o atual estágio de financeirização do capital. Mas, alguns aspectos podem ser colocados para apoiar análises subsequentes neste trabalho.

Segundo Tavares, a globalização financeira sobreposta à transnacionalização produtiva, como um padrão sistêmico de acumulação, é um fenômeno que

*“(...) ganhou impulso com as políticas de desregulamentação cambial e financeira impostas pelo receituário neoliberal emanado das autoridades econômicas dos EUA, as quais submeteram o conjunto da economia mundial à preponderância de uma lógica financeira global, numa velocidade sem precedentes históricos”.*¹⁰⁴

Isto faz parte de uma estratégia de retomada da hegemonia norte-americana através da “*diplomacia do dólar*”, sobre os destinos da economia mundial capitalista como a própria autora afirma quando diz:

*“Esse processo foi acelerado por um conjunto de políticas deliberadas dos EUA, que, a partir da forte reversão da liquidez internacional em sua direção, iniciada em fins de 1979 como resultado da diplomacia do dólar, obrigaram o restante do mundo capitalista a liberalizar os fluxos internacionais de capital (a chamada desregulação financeira) e a financiar as crescentes dívidas pública e externa dos EUA. Nesse sentido, assinala, a “globalização financeira aumentou prodigiosamente os fluxos de capital financeiro desterritorializado (off-shore), sem registro na contabilidade dos bancos centrais”.*¹⁰⁵

Desde praticamente os anos 1960 que a economia norte-americana vinha perdendo o seu vigor. Fatos como a Guerra do Vietnã, na qual os gastos militares eram extremamente elevados, e vários movimentos sociais, contribuíram para a situação de instabilidade e vulnerabilidade daquela economia. Por outro lado,

¹⁰³ Galvão, 1997, p. 1573. Ver também o excelente trabalho de David Harvey, *Condição pós-moderna*, 1994.

¹⁰⁴ Tavares, 1997b, p. 10.

¹⁰⁵ *Id., ibid.*, p. 10. A estratégia utilizada pelas autoridades norte-americanas é bem mais explicada no artigo da autora intitulado “*A retomada da hegemonia norte-americana*”. Sua primeira versão saiu na Revista de Economia Política – 18, vol. 5, n 2, abril/junho de 1985 e na Revista de la Cepal, n. 26, agosto de 1985.

a competitividade das economias alemã e japonesa vinha aumentando progressivamente em relação à economia norte-americana.

Essa situação permitia o enfraquecimento, por sua vez, da posição do dólar frente ao marco e ao iene. O processo de desvalorização do dólar em relação a essas duas moedas foi a causa principal da ruptura do sistema monetário internacional estabelecido no Consenso de Bretton Woods em 1971, tornando o dólar livre da convertibilidade em ouro. A partir de então, foi adotado o sistema de câmbio flexível em lugar do câmbio fixo, que caracterizou o período do padrão dólar-ouro. Assim, iniciava-se uma fase de crescente instabilidade financeira e movimentos especulativos.

Essas mudanças induziram a tentativa de criação de um novo sistema monetário internacional que não apresentasse o dólar como moeda contratual internacional. Aludia-se a substituição do dólar como moeda padrão por uma cesta de moedas que incluía as principais moedas da Europa e o iene japonês. Nessa cesta era estabelecido uma média que corresponderia a um valor que definiria a convertibilidade das demais moedas no mercado internacional.

Tal tentativa, de imediato, foi vista como uma afronta à hegemonia dos Estados Unidos, que tinha no dólar a expressão de seu poder econômico. Diante da ameaça dessas mudanças, as autoridades monetárias norte-americanas trataram de adotar uma estratégia de defesa de sua moeda, evitando dessa maneira, que a mesma se desvalorizasse sucessivamente e perdesse espaço com moeda padrão internacional.

Em setembro de 1979 ocorreu a grande reviravolta com a elevação da taxa de juros básica dos Estados Unidos fortalecendo a posição do dólar. Isto de imediato provocou uma verdadeira enxurrada de capitais de todas as praças financeiras do mundo capitalista em direção aquele país.¹⁰⁶ Esta estratégia provocou, de imediato, uma recessão econômica nos Estados Unidos, que depois se generalizou para diversos outros países.

¹⁰⁶ De acordo com Santos (1993), o fluxo de capitais para os Estados Unidos, em bilhões de dólares, evoluiu da seguinte maneira: -28 (1980); -27,9 (1981); -27,4 (1982); 34 (1983); 80,3 (1984); 97,2 (1985); 123,2 (1986); e 118,8 (1987). Percebe-se, que de uma posição deficitária os Estados Unidos passaram a ser a economia que mais recepcionava capitais externos. Dentre os países e regiões que mais mandavam recursos financeiros àquela praça estão, na ordem, o Japão, Alemanha e a América Latina.

A partir de meados da década de 1980, depois do choque monetário, a economia norte-americana passou a apresentar um crescimento econômico significativo, financiado com créditos de curto prazo e endividamento crescente e, conseqüentemente, déficit fiscal, amparado “na posição cardeal de sua moeda nos mercados financeiros internacionais”.¹⁰⁷

À medida que as transferências internacionais de capitais fluíam para sua economia, os Estados Unidos iam diminuindo seu nível de desemprego de uma taxa média de 8,4% em 1980-82, para 5,4% em 1996, ao passo que a União Européia, inversamente, passou de 5,6% para 11,4% respectivamente.¹⁰⁸ O número de empregos temporários (ou seja, que ocupam e pagam o empregado menos do que 40 horas semanais e lhes dão menos direitos em compensações, quando comparados aos empregos de tempo integral) na economia norte-americana cresceu 500% entre 1980 e 1997.

A redução do desemprego nos Estados Unidos também só foi possível por causa de uma significativa diminuição do nível de salário médio real do país, que caiu cerca de 20%, depois de descontada a inflação, nos últimos 25 anos. Entretanto, isto provocou um aumento considerável do abismo que separa os ricos dos pobres nos Estados Unidos. Entre 1979 e 1995, a renda dos 20% mais ricos aumentou 26% em termos reais, e dos 20% mais pobres caiu 9%. Para se ter uma idéia do que isso representa, o salário do presidente de uma grande empresa era 34 vezes maior do que o salário de um empregado típico; atualmente, ele é de 186 vezes maior.¹⁰⁹

Durante o processo de fortalecimento de sua economia, os Estados Unidos passaram a importar bens e serviços que auxiliavam na sua reestruturação produtiva. Aqueles produtos com alto grau de tecnologia eram exportados pelos demais países desenvolvidos, sobretudo o Japão, e alguns em desenvolvimento, com destaque para os tigres asiáticos. Por sua vez, aqueles países da periferia capitalista que tinham elevadas dívidas com o estrangeiro em dólares, exportavam, além de

¹⁰⁷ Tavares, 1997b, p. 74.

¹⁰⁸ *Id.*, *ibid.*, pp. 76-77

¹⁰⁹ Silva, C.E.L. Porque os EUA têm índices tão baixos de desemprego. *Folha de São Paulo*. São Paulo, Especial, 01 mai. 1998. p. 10.

bens e serviços, suas poupanças externas, fazendo-os mergulhar numa longa crise econômica durante toda a década de 1980.

Essa estratégia dos Estados Unidos veio seguida de uma série de movimentos de desregulação cambial e financeira dos principais mercados internacionais. Essa desregulação, que toma impulso nos anos 1990, tem contribuído sobremaneira para que grandes volumes de capital financeiro (principalmente aquele sem compromisso com investimentos produtivos, exclusivamente destinado a especulação) desloquem-se pelos mais variados mercados, principalmente aqueles que estão submetidos aos ajustamentos estruturais exigidos indiretamente pelo Banco Central norte-americano, o FED.¹¹⁰

Neste contexto de ampla desregulação financeira e abertura de alguns mercados nacionais à livre mobilidade do capital financeiro, vem produzindo-se uma “*classe de rentistas cosmopolitas*”, que tem como objetivo central, não “*mais a conquista definitiva de mercados nacionais, mas sim maximizar os ganhos patrimoniais e especulativos obtidos em todos os mercados financeiros, em particular, o cambial*”.¹¹¹

De acordo com a teoria marxista, esse novo sistema de acumulação elimina o processo intermediário, do emprego de força de trabalho e matérias-primas e, conseqüentemente da produção de mais-valia. Isto é, o processo produtivo vai perdendo importância em relação à reprodução da riqueza abstrata. Portanto, da fórmula geral do capital D-M-D’ ou D-M...P...M’-D’, onde P é o processo de produção de mercadorias e mais-valia, temos a forma derivada e abreviada: D-D’, onde simplesmente, “*dinheiro é igual a mais dinheiro, valor que ultrapassa (sic) a si mesmo*”.¹¹²

¹¹⁰ “*Nos Estados Unidos se cristaliza um sistema monetário e de financiamento, calcado mais nos ativos financeiros do que na moeda e nas reservas bancárias, proeminente na valorização financeira e patrimonial, e desde o qual se põem, pelo banco central americano, as condições para que o dólar seja o dinheiro da financeirização global*” (Braga, 1997, p. 198). Nessa transcrição, Braga reforça a argumentação de que as tentativas de enquadrar o maior número de países à nova forma de acumulação, fazem dos Estados Unidos o expoente de políticas neoliberais em todo o mundo, e isso é feito de forma coordenada e planejada pelo *mainstream* acadêmico que tem representantes nos principais instituições que organizam a economia mundial contemporânea, como o Banco Mundial (World Bank), FMI (Fundo Monetário Internacional) e OMC (Organização Mundial do Comércio), sem esquecermos, lógico, do próprio FED (Federal Reserve) o banco central norte-americano.

¹¹¹ Tavares, 1997c, p. 11.

¹¹² Marx, 1989, p. 175.

Então, parte de D' da fórmula geral, aquela que usualmente, de acordo com as leis imanentes da reprodução ampliada, seria reinvestida na compra de mais força de trabalho e matérias-primas e assim daria prosseguimento a acumulação do capital em escala ampliada, está retornando diretamente à circulação, na forma de créditos e ativos financeiros que são remunerados através de taxa de juros. Ou seja, há uma escala ascendente de investimentos em diversos ativos financeiros que mantém a *ciranda financeira* como principal movimento de acumulação de capital, onde D-D' é dinheiro-dinheiro ampliado, dinheiro produtor de dinheiro, apenas.

Marx percebia muito bem que esse movimento de deslocamento do capital contrariava a própria natureza de sua formação. Para ele esse movimento passa a apresentar magnitude com o surgimento do *crédito capitalista*. Para Tavares, quando o crédito tornou-se a força vital dos negócios modernos, a classe que controla o crédito tornou-se também cada vez mais poderosa, tomando para si – como seus lucros – uma proporção cada vez maior do produto da indústria.¹¹³

É interessante observar como Marx estava perfeitamente cômico sobre o papel do crédito quando afirma que este

*“(...) insinua-se furtivamente, como auxiliar modesto da acumulação e por meio de fios invisíveis leva para as mãos de capitalistas isolados ou associados os meios financeiros dispersos, em proporções maiores ou menores, pela sociedade para logo se tornar uma arma nova e terrível da concorrência e transformar-se por fim num imenso mecanismo social de centralização”.*¹¹⁴

Marx está se referindo ao crédito como uma alavanca para a acumulação. Naquela época os agentes responsáveis pelo crédito, ou seja, os capitalistas financeiros se constituíam apenas de alguns grandes banqueiros de negócios e outros senhores das finanças. Mas, é preciso ver que atualmente o crédito assumiu formas diversas e complexas.

Vários atores econômicos surgem e participam da “*financeirização global*”, merecendo destaque “*os fundos mútuos do mercado monetário, as seguradoras e os fundos de pensão, os chamados investidores institucionais, que adotam estratégias de gestão de portfólio, reduzindo o tempo médio de manutenção das ações, em função de ganhos de capital mais ‘imediatos’, internacionalizando*

¹¹³ Tavares, 1996, p. 13.

¹¹⁴ Marx, 1989, pp. 727-728.

suas aplicações e alimentando o crescimento dos mercados derivativos”,¹¹⁵ e, enfim, comparecem os enormes bancos multinacionais, embora suas posições relativas tenham declinado na hierarquia mundial da concentração e centralização do capital financeiro.¹¹⁶

Essas instituições financeiras são as condutoras do chamado movimento de securitização, *“pelo qual os títulos financeiros dominam o universo de posições credoras devedoras, ativas passivas.”*¹¹⁷

Ademais esses atores são responsáveis diretamente pela dinâmica de acumulação contemporânea que, por sua vez, caracteriza-se pela forte concentração de capitais, através de fusões de empresas ou associações estratégicas nos setores de tecnologia *“dura”*, como a indústria bélica e da aviação, e nos setores de tecnologia *“de ponta”*, como o de telecomunicação e o de informática. Além disso, eles promovem, através da centralização de vultosos volumes de capitais, a

*“(...) localização convergente de capitais patrimoniais e financeiros nos grandes centros decisórios mundiais, sujeitando o direcionamento dos fluxos de capital financeiro e a disponibilidade de crédito e liquidez em qualquer parte do globo a uma lógica financeira centralizada tanto no que toca à fixação de parâmetros de rentabilidade como à distribuição de risco.”*¹¹⁸

Essas instituições têm crescido estupendamente. Só nos Estados Unidos o crescimento dos ativos financeiros na forma de fundos de pensão e fundos mútuos cresceram, juntamente, de US\$ 977 bilhões em 1980 para US\$ 6,370 trilhões até o terceiro trimestre de 1994. Sendo que desse último montante, os fundos de pensão participam com US\$ 4,570 trilhões. Já os bancos, principais agentes financeiros do final do século passado, em 1980 tinham em ativos financeiros o volume de US\$ 342 bilhões, passando para US\$ 1,180 trilhões no terceiro trimestre de 1994.¹¹⁹

¹¹⁵ Braga. 1997. p. 206. A securitização significa converter empréstimos bancários ou um outro ativo em títulos (securities) para serem colocados a venda para diversos tipos de investidores. Então, quanto mais diversificado forem os títulos ou valores que um investidor (pessoa física ou jurídica) tiver de posse, menos riscos estará correndo no mercado financeiro. Essa diversificação na carteira de ativos é chamada de *portfólio*. Já os derivativos, são operações financeiras cujo valor de negociação deriva de outros ativos, denominados ativo-objeto, com a finalidade de assumir, limitar ou transferir riscos.

¹¹⁶ Tavares. 1997b. Ver também, Chesnais, 1997, p. 32.

¹¹⁷ Braga. 1997. p. 206.

¹¹⁸ Tavares. 1997b, p. 73.

¹¹⁹ Dados de Marchand e Méricux, extraídos de Chesnais, 1996, p. 292.

É bastante estreita a relação existente entre a estratégia norte-americana de retomada de sua hegemonia sobre o mundo capitalista e o enquadramento de vários países aos seus desígnios imperiais, dando início a uma fase onde a atividade produtiva, aquela engajada num movimento de valorização e reprodução do capital, tornou-se secundária em relação a importância que vem ganhando o novo padrão de acumulação, remunerado pelos juros aos quais se somam atualmente todo tipo de lucros financeiros ligados ao movimento autônomo do capital dinheiro (D-D').

Portanto, reafirmando o nosso pensamento, o movimento pela retomada da hegemonia norte-americana tornou possível, ao longo de três décadas, a operação da lógica financeira e as políticas de globalização em favor de sua performance econômico-financeira, a medida que os demais países enquadrados nessa lógica não tenham alcançado o mesmo êxito em termos de dinâmica econômica.

Por outro lado, a nova ordem industrial, ou seja, as novas organizações industriais, que tem por base um regime flexível de produção, só podem ser constituídas justamente a partir do elevado nível de centralização do capital financeiro. Segundo Chesnais, *“para os grandes grupos do setor de manufaturas e de serviços, a estreita imbricação entre as dimensões produtiva e financeira do capital representa hoje um elemento inerente ao seu funcionamento cotidiano”*.¹²⁰

Por este processo, os grandes grupos industriais tornaram-se também grupos financeiros. Esses movimentos podem ser vistos como uma atualização dos estudos de Hilferding (1905), onde são detalhados os processos de fusão dos capitais bancário e industrial para transformarem-se no capital financeiro *“sua forma mais elevada e abstrata”*.¹²¹

Da passagem da figura do empresário capitalista do século XIX para as chamadas sociedades anônimas, o capitalismo sofreu transformações que o próprio Marx percebeu através das leis da dinâmica do capital. As sociedades por

¹²⁰ Chesnais, 1996, p. 275.

¹²¹ Ver Hilferding, 1982, p. 27. Além de outras mediações históricas necessárias, seria pertinente lembrar que em Hilferding não se encontram referências de que o capital financeiro viesse a predominar sobre as formas clássicas do capital produtivo. Nesse sentido a obra de Chesnais, (1996), dá um passo importante para preencher, em parte, essa lacuna deixada por aquele autor.

ações destruíram funções tradicionais de gestão e propriedade, e deram surgimento ao mercado acionário. Ao aglutinarem capitais de diversas fontes, produziram o avanço correspondente à necessidade de mobilizar grandes massas de capital.¹²²

A configuração atual das grandes empresas multinacionais é uma consequência da própria evolução da relação intrínseca encontrada no capital financeiro. Para Chesnais,

*"(...) os grupos industriais, são propriamente, grupos financeiros de predominância industrial". "Os grupos", assinala o autor, "começaram a diversificar-se em direção às finanças. Tornaram-se operadores importantíssimos em certos segmentos dos mercados financeiros, especialmente os mercados de câmbio". Ainda, "no tocante ao grupo industrial, já deve ser banida a idéia de que haveria uma separação estanque entre as operações direta ou indiretamente interligadas à valorização do capital na produção, de um lado, e de outro as operações dirigidas à obtenção de lucros de tipo puramente financeiros".*¹²³

Nessa nova fase do capitalismo os grandes grupos tem um caráter duplo de acumulação. *"Por um lado, eles estão se tornando organizações cujo interesses identificam-se sempre mais com os das instituições estritamente financeiras"*, justamente pela natureza que Hilferding tão bem descreveu teoricamente, a financeira-rentista de uma parte dos rendimentos desse grupos. *"Por outro, continuam sendo locais de valorização do capital produtivo, sob forma industrial"*.¹²⁴

As consequências dessa nova forma de atuação das empresas são inevitáveis. Em diversos países, tanto da periferia capitalista quanto alguns mais avançados como Alemanha, Espanha e França, o problema do desemprego é latente.¹²⁵ A causa desse problema pode ser atribuído em grande parte a própria falta

¹²² Braga, 1997, p. 212.

¹²³ Chesnais, 1996, p. 275.

¹²⁴ *Id., ibid.*, p. 276.

¹²⁵ Ver por exemplo o livro *best seller* da romancista francesa Viviane Forrester, *O Horror Econômico* (1997), que trata de uma forma singular a situação de precariedade em que se encontra a sociedade européia diante do problema do desemprego. Ademais, a autora compartilha com nossa posição quando considera *"que as 'riquezas' já não se 'criam' tanto a partir de 'criações' de bens materiais, mas a partir de especulações totalmente abstratas, sem vínculos – ou muito fracos – com investimentos produtivos"* (Forrester, *op. cit.*, p. 86, grifo da autora). Em última instância, isso desencadeia um desinteresse do setor produtivo em empregar, gerando um agravante que é a tendência à pauperização das camadas inferiores da sociedade. Os jovens, por exemplo, não têm mais perspectivas de trabalho. *"Muito deles – bem mais do que se imagina – têm o desejo de poder ousar esse sonho tão precioso quanto real: conseguir trabalho. Como se o trabalho fosse o Santo Graal para o cavaleiro!"* (*Id., ibid.*, p. 65).

de emprego do capital que é desviado para operações rentistas parasitárias. Ou seja, a falta de investimentos produtivos não conduz à crescimentos econômicos que estejam de acordo com as reais necessidades da sociedade, sobretudo quando falamos do emprego como fonte de renda. Segundo Kurz, só nos Estados Unidos as operações financeiras com ações em bolsas correspondem à “segunda fonte de renda para várias famílias”.¹²⁶

O número de desempregados no mundo, recentemente divulgado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), é um pouco menor do que a população da China e da Índia, 800 milhões de pessoas contra 1,2 bilhão e 900 milhões de habitantes, respectivamente.¹²⁷ Esse número representa um país sem fronteiras, o país dos desempregados, correspondente a mais de cinco vezes a população brasileira.

Segundo a OIT, muitas vezes as causas do desemprego são atribuídas a mudanças tecnológicas (em importantes setores da economia mundial) e aos impactos da liberalização do comércio internacional. Mas, tal argumentação não tem respaldo na realidade, se olharmos, por exemplo, a economia norte-americana. Nela, as mudanças tecnológicas geradas só no setor de telecomunicações entre 1930-1970, propiciaram um decréscimo de 87 mil para 24 mil profissionais da telegrafia, enquanto, ao mesmo tempo, a telefonia gerava 536 mil novos postos de trabalho.¹²⁸

Pode a tecnologia ser uma das causadoras do desemprego em escala mundial. Porém, é necessário levar em consideração que ao longo da história capitalista sempre existiram transformações tecnológicas, nem sempre acompanhadas de altos índices de desemprego.¹²⁹ Com exceção de alguns momentos iniciais de mudanças nas relações de produção e crises financeiras, provavelmente o desemprego nunca alcançou níveis tão alarmantes em um número tão expressivo de países.

Todavia percebe-se que esse problema advém de uma crise de acumulação capitalista. O irrelevante crescimento econômico em diversos países,

¹²⁶ Kurz, R. A Implosão da Moeda. *Folha de São Paulo*, 08 nov. 1998.

¹²⁷ *Folha de São Paulo*, 01 mai. 1998.

¹²⁸ *Id., ibid.*

¹²⁹ Sobre esse assunto ver o ótimo trabalho de José Pastore, *Tecnologia e Emprego*, elaborado para a Conferência Internacional para a Integração e Desenvolvimento, promovida pela Confederação Nacional dos Transportes. 1997

aliado a crise do Estado (principalmente com a diminuição de sua capacidade de investimento em alguns países), pode ser atribuído, basicamente, a exacerbação das operações financeiras levada a cabo por um inadequado sistema de acumulação, daí, conseqüentemente a causa central do desemprego atualmente no mundo.

O exemplo da Alemanha é bastante sintomático nesse caso. Entre 1964-1973, esse país cresceu em média 4,5% ao ano. O desemprego ficou em torno de 0,79% da PEA (População Economicamente Ativa). Dez anos depois, o crescimento caiu para 2,9%, enquanto o desemprego, inversamente, pulou para 6,03%.¹³⁰

Por outro lado, os lucros não-operacionais - aqueles que não advêm da simples compra e venda de mercadorias ou serviços mas, das operações rentistas, ou seja, com juros ou mesmo com câmbio - fazem parte hoje das ações da grande maioria de empresas multinacionais. Isso implica dizer, que uma grande parte destas empresas preferem obter uma substancial parcela de seus lucros em operações estritamente financeiras e não através da expansão de seus mercados, através dos investimentos que conduzam-na ao crescimento e conseqüentemente à reprodução e acumulação de capital.

Miranda nos traz alguns dados interessantes sobre isso. Na últimas duas décadas, a expansão do estoque dos ativos financeiros cresceram enormemente. As famílias detêm hoje US\$ 29 trilhões, as corporações transnacionais US\$ 13 trilhões, os bancos US\$ 8,5 trilhões e os fundos de pensão 13,2 trilhões.¹³¹

Percebe-se então, que as corporações transnacionais exercem um peso significativo e a importância da função financeira nelas vem crescendo, acompanhando também sua evolução, mesmo nas fases de intenso aumento de produtividade. Braga apresenta alguns números sobre as operações das grandes empresas japonesas. Os lucros não-operacionais sobre os lucros totais dessas empresas passaram de 37,5 % entre 1960-1970, para 62,5% entre 1970-1980, depois caindo para 60,4% entre 1980-1988. Enquanto isso, no mesmo período, a participação dos lucros operacionais nos lucros totais passaram de 22,9% para 34,9%

¹³⁰ Folha de São Paulo, 01 mai. 1998

¹³¹ Miranda, 1997, p. 243.

e, depois, para 41%. Isto indica o quanto é importante as operações rentistas das empresas japonesas na composição dos seus lucros totais.¹³²

Nos países periféricos enquadrados nessa nova lógica de acumulação, o problema do desemprego é ainda mais grave porque está estreitamente relacionado com a ubiquidade da política econômica ditada a partir do centro hegemônico.

A liberalização dos mercados cambiais e financeiros e a elevação do patamar dos juros internos, induziram à adoção de políticas deflacionistas e inibidoras do crescimento, provocando, desta maneira, o fechamento de milhares de unidades produtivas. A contenção do crescimento econômico foi causado, primordialmente, pelas “*escorchantes*” taxas de juros praticadas e a sobrevalorização cambial que sustentaram as políticas deflacionistas.

Por outro lado, a desregulamentação econômica e financeira proporcionou o aumento da concentração bancária e uma intensa onda de fusões e aquisições de empresas (centralização do capital industrial) nesses países, seja através das privatizações, seja através da transferência de propriedades dos ativos preexistentes, o que contrasta diretamente com a ampliação da capacidade produtiva e que poderia, na verdade, gerar milhares de empregos.¹³³ Ademais, o desmantelamento do aparelho estatal em nome da “*eficiência*”, tem deixado algumas instituições a beira do caos, principalmente àquelas que são responsáveis pela saúde, educação e segurança.

Tudo isso em conjunto, é reflexo de uma política estratégica elaborada de acordo com as condições impostas pelo FMI e Banco Mundial, formalizada em 1992, no chamado *Consenso de Washington*¹³⁴, que foram impostas aos países

¹³² Braga, 1997, p. 214.

¹³³ No caso específico da centralização do capital industrial, Comin (1997) elaborou um artigo interessante, que faz parte de uma pesquisa mais ousada, que trata o Brasil como um dos países, fora do eixo América do Norte-Europa-Ásia, onde esse processo de fusões e aquisições mais se intensifica. Para se ter uma idéia, entre 1992-1996, período áureo de desregulamentação econômica, o número de fusões e aquisições cresceram em números absolutos de 40 para 223, ou seja, um aumento de 557% em apenas quatro anos. Ao todo, as fusões e aquisições implicaram na mudança de mãos de nada menos do que US\$ 6.9 bilhões, valor sem precedentes na história econômica do país (Comin, 1997, pp. 79-105).

¹³⁴ Sobre as bases do *Consenso* ver Williamson (1994). O *Consenso de Washington* tem um forte viés monetarista. Foi com a adoção de suas premissas que vários governos iniciaram uma verdadeira batalha contra o processo inflacionário em seus respectivos países. No Brasil, essa lógica de que o Estado foi responsável por grande parte da mazelas econômicas e sociais apresentadas durante quase vinte anos foi defendida cegamente pelo então governo Cardoso e sua equipe econômica *mainstreamizada*. É interessante notar como no Brasil, nos últimos anos a pasta do

emergentes e subdesenvolvidos, como o Brasil. Fazem parte dessa política estratégica, portanto, os seguintes objetivos gerais: liberalização comercial, desregulamentação econômico-financeira e dismantelamento do aparelho estatal. Seguindo essas condições, o Brasil passa a enquadrar-se dentro da lógica global de reprodução do capital financeiro.

Um dos objetivos centrais do *Consenso de Washington* era possibilitar com que os países em desenvolvimento implementassem políticas de liberalização da conta de capital. As políticas cambial e monetária adotadas pelo Brasil, propiciaram essa liberalização, tornando-se o país um terreno fértil para autovalorização do capital financeiro, principalmente com operações rentistas com títulos da dívida pública.

No geral, nos encontramos numa nova desordem econômica e social. Sobre isso, basta sabermos que o atual período se caracteriza como um momento histórico da luta do capital pelo livre arbítrio, agora sobre a forma prevalecente do capital financeiro. Tendo os Estados Unidos como o expoente desse movimento de financeirização, baseado na coordenação de sua taxa de juros e de câmbio, além da expansão de seu “*discurso neoliberal*”, ao mesmo tempo que pratica, de acordo com Tavares, um keynesianismo bélico clássico, sucedido por investimentos em estruturação industrial e atração de capitais estrangeiros, conseguindo, assim, financiar o seu consumo doméstico e seu gasto público por meio de um vultoso endividamento externo e interno.¹³⁵ Cruz discute com pertinência essa questão quando afirma que essa estratégia norte-americana é apoiada,

“(...) alternadamente, no discurso do liberalismo econômico e numa retórica neomercantilista que faz apelo a sanções para forçar a aceitação de seus objetivos proclamados, parcialmente reforçada pela política dos demais países centrais, essa orientação estratégica se manifesta, igualmente, nos programas de ‘ajuste estrutural’ – abertura econômica, liberalização e desregulamentação de mercados, privatização de empresas públicas, etc. – exportados pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países do Terceiro Mundo; nas negociações em curso na Rodada Uruguai, do GATT, e na ação ‘punitiva’ das autoridades comerciais americanas contra parceiros tidos como responsáveis por práticas que,

Ministério da Fazenda tem sido uma das mais importantes em alguns momentos. Tem sido até mais importante do que a própria Presidência. É necessário modificar essa espécie de “hierarquização de poderes”. Segundo Therborn (*op. cit.* p. 40). “*devemos evitar eleger ministros da Economia como dirigentes máximos de nossos países*” se quisermos escaparmos à condenação de enfrentarmos políticas neoliberais.

¹³⁵ Tavares e Fiori, *op. cit.* 1997, p. 74

embora permitidas por regulamentos e convenções mutuamente consentidos, são por elas definidos como 'desleais'".¹³⁶

Com base em todos esses elementos, podemos deduzir que o capitalismo global encontra-se diante, talvez, de sua pior crise estrutural desde a sua emergência. *Se a base de acumulação do sistema é a exploração, nesse sentido, como vimos através das operações das grandes empresas, as características desse novo processo de internacionalização do capital e os indicadores sobre o desemprego mundial, pode-se afirmar que as pilastras do sistemas estão estremecidas.* Além disso, estamos numa fase de total desregulação. Isso pode indicar que a formação de novos sistemas de controle da economia capitalista poderão surgir, mas até lá a crise econômica mundial provavelmente provocará muitos estragos sociais.

Provavelmente os movimentos em torno da formação de grandes blocos regionais indicam que a economia capitalista mundial poderá, no futuro, encontrar novas bases de sustentação, sob a coordenação de instituições supranacionais que, talvez, tenham condições de manter o capitalismo numa relativa ordem funcional. O exemplo de grande parte da Europa parece ser o mais adequado para confirmar essa hipótese. A União Européia tem procurado alcançar a harmonia política, social e econômica. Nesse sentido, no capítulo seguinte, trataremos mais detalhadamente sobre os processos de integração regional, procurando destacar a experiência e os processos integracionistas na América Latina.

¹³⁶ Cruz, 1994, pp. 16-17. Ver também Puig, *op. cit.*, 1995.

Capítulo II

Globalização e Integração Regional: a internacionalização do capital e suas influências nos processos de integração econômica entre países latino-americanos

Apesar de estar presente nas discussões sobre o comércio internacional do século XIX, até mesmo incluída nas discussões em torno da formação de alguns Estados nacionais, como foi no caso da Alemanha e da Itália, é na esteira da propulsão do desenvolvimento capitalista, em meados do século XX, que a integração econômica passou a apresentar-se como uma alternativa para o desenvolvimento econômico de diversos países e regiões. Nesse sentido, faremos uma digressão sobre as principais teorias que balizam os processos de integração, bem como discutir sobre aqueles mais importantes na América Latina numa perspectiva histórica, até chegarmos no atual momento, o qual caracteriza-se pelo crescimento de novos blocos regionais no âmbito da *nova* fase de internacionalização do capital.

2.1 – PRINCIPAIS CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Existem controvérsias em torno do conceito de integração. Não pretendemos entrar nessas discussões, mas apenas discutir o significado desse termo no contexto da economia internacional, visando ressaltar alguns pontos que possam servir de apoio para a análise desenvolvida ao longo deste trabalho.

Na análise econômica, o termo integração pode assumir vários sentidos. Ela pode referir-se ora à integração entre firmas, ora à integração dentro de uma mesma firma ou de um mesmo setor econômico; ora refere-se à integração entre países na perspectiva do comércio internacional, ou ainda na pretensão de criação de uma comunidade econômica onde os objetivos mercantis não são os únicos. Porém, é

basicamente interessado na aplicação do termo integração a esses dois últimos sentidos que faremos nossa exposição.

Segundo Machlup, pode-se falar em várias formas de integração: integração nacional (intra-nacional); integração regional (intra-regional, multinacional ou bloco de países); e integração mundial (global, universal). Da mesma forma, pode-se discutir a integração setorial (referente a um ou mais setores dos países envolvidos ou, ainda, entre firmas diferentes em uma determinada economia) distinguindo-a da integração econômica geral (total da economia).¹³⁷

De uma forma geral, Balassa conceitua integração econômica como um processo de abolição de discriminações entre unidades econômicas. Gonçalves, por sua vez, vai mais além, definindo a integração econômica como o processo de criação de um mercado integrado, a partir da progressiva eliminação de barreiras ao comércio, ao movimento de fatores de produção e a criação de instituições que permitam a coordenação, ou unificação, de políticas econômicas em uma região contígua ou não.¹³⁸

A partir desses conceitos podemos considerar a teoria da integração econômica como um ramo especial da teoria da economia internacional. Isto ainda é mais verdadeiro quando se admite que “*a divisão do trabalho é a base para compreensão da integração econômica*”, como assinala Rolim.¹³⁹ Por isso, a teoria do comércio internacional assume um importante papel nessa discussão.

Teoricamente, o processo de integração econômica assume quatro formas básicas: área de livre comércio; união aduaneira; mercado comum; e união econômica ou monetária.

Por área de livre comércio se compreende um processo pelo qual um determinado número de países concordam em eliminar ou reduzir as barreiras alfandegárias apenas para as importações de mercadorias produzidas no interior da área constituída (intra-regional). Entretanto, esses países ainda mantêm políticas comerciais independentes com outros países que não fazem parte do acordo regional.

¹³⁷ Machlup *apud* Rolim, 1994, p. 57.

¹³⁸ Balassa *apud* Neto, 1991; Gonçalves, *et al.*, 1998, p. 81.

¹³⁹ Rolim, 1994, p. 59.

Para Prado (1998), uma área de livre comércio tem idealmente uma tarifa zero entre os países membros, mas em relação aos países não-membros essas barreiras são negociadas e definidas de acordo com os interesses ou conveniências de cada país membro, independentemente da situação dos outros.

Uma união aduaneira é definida como uma área de livre comércio, onde os países membros acordam em seguir uma política comercial comum com referência a países não-membros. Uma característica básica desse estágio de integração, é a adoção da chamada TEC (Tarifa Externa Comum) aplicáveis a países não signatários do acordo regional.¹⁴⁰

O mercado comum é uma união alfandegária (aduaneira) que privilegia a livre circulação dos fatores de produção. Mão-de-obra e capital podem mobilizar-se livremente entre os países ou regiões, sem qualquer restrição que impossibilite a utilização mais produtiva dos mesmos.

A união econômica ou monetária, portanto a integração econômica total, é, na verdade, o somatório dos três estágios de evolução anteriores e, além disso, a uniformização e unificação das políticas monetária e fiscal, além da possibilidade de adotar-se uma moeda única entre os países. Prado (1998) assinala que com o estabelecimento da união econômica, a unificação dos mercados é atingida, além de se estabelecer uma autoridade política-econômica central, fazendo com que a soberania de cada nação seja violada e transferida para essa nova autoridade.¹⁴¹

No que refere-se ao estabelecimento de uma autoridade político-econômica central, a tônica da integração européia nos anos 50 é um bom exemplo. Naquele momento discutiam-se propostas de redução da intervenção estatal, na

¹⁴⁰ Gonçalves, *et al.*, 1998. De início, é importante esclarecermos que a palavra regional é utilizada aqui, para caracterizar as tentativas de liberação comercial (ou ampliação do mercado) entre países. Em outras palavras, regional, para nossos objetivos, é utilizado para explicar um contexto onde existe uma integração econômica entre diversos países, contíguos ou não, que irão compor uma economia internacional.

¹⁴¹ Uma classificação usual das formas de integração também é oferecida por Balassa *apud* Rolim, 1994, pp. 62-63.

medida que era defendido o supranacionalismo, enfatizado pelo processo integracionista, opondo-se à força interventora das políticas nacionais.¹⁴²

Vale ainda salientar, que essas formas de integração podem ser implementadas não necessariamente nessa mesma ordem, ou dando prosseguimento às mesmas. Por exemplo, a área de livre comércio pode evoluir ou não para o mercado comum, ou este pode ser implementado diretamente sem que seja preciso aprofundar-se aos demais níveis de integração.

Teoricamente, a integração econômica tem duas vertentes econômicas. Uma delas é derivada da teoria pura do comércio internacional, baseada nos pressupostos da teoria da vantagens comparativas. A outra, é inspirada por argumentos protecionistas, sob o pretexto de proteger a indústria nascente utilizando, entretanto, conceitos de teorias do desenvolvimento. Veremos a seguir o que nos diz cada uma destas vertentes.

2.1.1 – A Teoria Livre-Cambista de Jacob Viner

A teoria da integração praticamente surge com a teoria das uniões aduaneiras, desenvolvidas pelo economista canadense Jacob Viner (1892-1970). Por sua vez, a teoria das uniões aduaneiras é originária da teoria do comércio internacional. No entanto, considera-se que a teoria da integração econômica parte, também, dos pressupostos da teoria pura do comércio internacional. Nela, estão as bases das discussões dos processos de integração, pelo menos no que se refere às questões livre-cambistas.

Em sua obra clássica, "*The Customs Union Issue*" publicado em 1950, Viner expõem dois conceitos que vão formar a base de sua teoria sobre a integração

¹⁴² Rolim, 1994, p. 60. É interessante observar que Mandel ao analisar a concentração e centralização internacional do capital, mais especificamente a relação entre a centralização internacional do capital e o Estado no capitalismo tardio em 1972, já percebia que esse processo levaria a formação de superestruturas de comando supranacional. Para o autor, a internacionalização do capital, ou seja, a verdadeira centralização do capital, implica numa transferência de propriedade, seja de um país para outro, seja de um grupo nacional de proprietários para outros. Então, se existe uma fusão internacional do capital sem a predominância de nenhum grupo específico de capitalistas nacionais, a centralização do capital faz-se "acompanhar pelo desmantelamento do poder de vários Estados nacionais burgueses e pelo surgimento de um novo poder estatal federal, um Estado burguês supranacional" (Mandel, 1982, pp. 228-231). Para exemplificar a tendência do surgimento de um estado supranacional, o autor também cita o caso da CEE (Comunidade Econômica Européia).

econômica: “criação de comércio” e “desvio de comércio”. Esses conceitos foram desenvolvidos a partir de suas preocupações em estudar as implicações econômicas das uniões alfandegárias na Europa.

Como vimos anteriormente, uma união alfandegária vem acompanhada, em alguns casos, da criação de uma tarifa externa comum (TEC). Se, por exemplo, a TEC for reduzida aos países signatários, o comércio intra-regional deve aumentar e, com isso, mais produtos serão transacionados, algo que era limitado antes da redução tarifária. Desta forma, reduzem-se os preços domésticos nos países da região, elevando-se, conseqüentemente, o nível de bem-estar. Este movimento corresponde ao conceito de *criação de comércio*.

Em outras palavras, existe criação de comércio, numa integração econômica, quando, dada a eliminação das barreiras alfandegárias (TEC), o comércio intra-regional aumenta, fazendo diminuir os preços internos ocasionando aumento do nível de bem-estar. Nesse sentido, os produtores domésticos menos eficientes em cada país membro da união, serão preteridos em favor de produtores mais eficientes em outros países membros.

Para Magalhães (1994), nos países desenvolvidos a criação de comércio tem grande probabilidade de ser alcançada, pelo fato desse grupo seletivo de países disporem de uma estrutura econômica complexa, abrangendo quase toda a gama de setores produtivos, tornando possível a substituição dos produtores menos eficientes pelos mais eficientes. Além disso, os desinvestimentos ocasionados por esse processo, são perfeitamente suportáveis em países plenamente desenvolvidos por causa do alto grau de complementaridade de suas economias.

Pode ser atribuído o conceito de desvio de comércio quando a TEC reduz o comércio com países fora da união aduaneira, em função do aumento das barreiras tarifárias com relação aos países não-membros. Isto também permite que o comércio intra-regional aumente. Todavia, nesse caso, poderá haver um aumento nos preços dos produtos em alguns dos países da união alfandegária, diminuindo-se, conseqüentemente, o nível de bem-estar.

De acordo com a teoria de Viner, uma união alfandegária é benéfica se os efeitos de criação de comércio forem superiores aos efeitos de desvio de

comércio, isto é, se o resultado desse processo for mais comércio, menores preços e maior bem-estar. Desta forma, uma união alfandegária deve ser vista como um *second best*, a medida que uma política de redução multilateral das tarifas alfandegárias for impossível.¹⁴³ Por outro lado, Viner considerava que se essas reduções fossem feitas universalmente, mesmo que de forma unilateral, os efeitos de criação de comércio seriam ampliados.¹⁴⁴

A teoria de Viner não poderia fugir dos pressupostos das teorias tradicionais que defendem o livre comércio com o objetivo de elevar a eficiência produtiva e, com isso, maximizar o bem-estar. Como regra geral, admite-se duas hipóteses básicas: a existência no mercado da concorrência perfeita, tanto em nível interno como nas relações comerciais entre países; e um dado nível de crescimento.

No caso dos países subdesenvolvidos, os efeitos da integração econômica sob essa ótica, podem ser contrários aos que acontecem nos países desenvolvidos. Os países subdesenvolvidos têm uma estrutura de produção pouco diversificada em relação aos países desenvolvidos. Desta maneira, as possibilidades de criação de comércio, através da substituição de produtores, é bastante limitada. Conseqüentemente, podemos afirmar que os efeitos da integração econômica podem ser poucos significativos para os países subdesenvolvidos, se levarmos em conta a perspectiva puramente estática de Viner. Nestes países a estrutura monopólica é muito forte e as taxas de crescimento têm sido influenciadas por um conjunto de fatores.

Além do que foi colocado, a teoria de Viner ainda demonstra uma certa inconsistência quando, seguindo os pressupostos da teoria do equilíbrio geral, passa a apresentar elementos na direção da substituição dos custos comparativos em termos de custos reais para termos de custos de oportunidade. Isto ocorre, sobretudo, a partir da contribuição de Heckscher, refinada por Ohlin, onde substitui-se a hipótese da existência de custos comparativos diferentes pela hipótese de dotação

¹⁴³ Prado, 1995a, p. 6. A noção de que o bem-estar é maximizado com a liberalização geral do comércio internacional e que as uniões, ou as integrações têm efeito apenas limitado no aumento do bem-estar (*second best*), é desenvolvido, na verdade, por Meade e Lipsey & Lancaster *apud* Rolim (1994, p. 59), os quais deram continuidade aos argumentos desenvolvidos por Viner.

¹⁴⁴ Prado, 1995a, p. 6.

relativa de fatores de produção diferentes entre dois países.¹⁴⁵ Para esse dois autores, a teoria do comércio internacional resumiria-se, basicamente, a uma questão de alocação internacional de recursos produtivos.

Sob essa ótica, a América Latina por exemplo, teria que participar da divisão internacional do trabalho especializando-se na produção de produtos primários, já que os fatores terra e trabalho apresentavam-se em abundância nos países da região. O resultado disso, como já vimos, foi o aprofundamento da deterioração dos termos de intercâmbio desses países.

Em contraste com o período clássico, quando a teoria do comércio internacional deu importantes contribuições para análise econômica, sendo a teoria das vantagens comparativas (ou teorema dos custos comparativos) o exemplo mais significativo, a teoria do comércio internacional sob a égide dos neoclássicos progrediu essencialmente através da utilização de técnicas analíticas oriundas da teoria econômica geral, baseada nos princípios do equilíbrio geral.¹⁴⁶

A integração nesse sentido, obedecendo os preceitos neoclássicos, se refere

"(...) a totalidade das atividades econômicas da região (...) Ela é constituída por completo entrelaçamento e interdependência de todos os setores econômicos, industriais, subsetores e quaisquer outras atividades, numa aproximação, a maior possível, 'do modelo de equilíbrio geral' em um sistema com mobilidade irrestrita de todos os fatores móveis e produtos intermediários ou finais".¹⁴⁷

¹⁴⁵ Holanda, 1997, p. 1862. Eli Heckscher (1879-1952) e Bertil G. Ohlin (1899-1979) foram responsáveis pela elaboração da chamada teoria neoclássica ou moderna do comércio internacional. Como é tradição na teoria neoclássica, os dois também rompem com a teoria do valor-trabalho dos economistas clássicos, e, em lugar desta, elaboram a teoria dos fatores de produção. Para esses dois autores, cada país deve se especializar na exportação de mercadorias que requerem grande quantidade de fatores de produção relativamente abundantes, seja terra, capital ou trabalho, e, por causa disso, sejam relativamente baratos. Desta forma, um país possuidor de muito capital deverá se especializar em produtos industriais com tecnologias mais avançadas, enquanto o país que seja possuidor de muito trabalho e pouco capital, por sua vez, deve se especializar em indústrias leves como as têxteis ou em produções agrícolas, se também possuir o fator terra em abundância. Segundo Rodriguez (1987, p. 26), as posições de Heckscher e Ohlin, correspondem perfeitamente aos interesses do capital monopolista, interessado em justificar a situação atual da divisão internacional do trabalho, colocando-a como um fundamento mais racional e equitativo das relações econômicas entre diferentes países.

¹⁴⁶ Johnson *apud* Holanda, 1997, p. 1862.

¹⁴⁷ Machlup *apud* Rolim, 1994, p. 57. O grifo é nosso.

Nessa perspectiva, não existem maiores preocupações com os impactos de uma liberalização comercial mais ampla entre países com graus de desenvolvimento econômico diferentes. O interesse maior reside, como vimos, no aumento da eficiência produtiva que possa auferir aquelas empresas que participam do comércio internacional. Os objetivos da integração econômica, sob a ótica vinerniana, estão estreitamente ligados com os de livre comércio, a saber: geração de níveis de especialização, economias de escala, promoção da eficiência produtiva pelo aumento da concorrência dos produtos domésticos com o estrangeiros e a busca por um maior nível de crescimento, a partir desses pressupostos.

Ainda nessa perspectiva teórica, como a citação nos mostra, considera-se que os fatores produtivos têm livre mobilidade. Isso não tem respaldo na realidade quando verifica-se que apenas o fator capital, na sua forma genérica, goza desse privilégio. Sabe-se que na maioria dos processos de integração em curso a mobilidade do fator trabalho é condicionada a uma série de restrições em diversos países.

2.1.2 – A TEORIA INTEGRACIONISTA PROTECIONISTA DE FRIENDRICH LIST

A outra vertente teórica responsável, em grande medida, pelos debates em torno do processo de integração econômica parte das proposições das vantagens do protecionismo. No século XIX, o economista e político alemão Friedrich List (1789-1846), preocupado com o atraso da economia capitalista alemã em relação à Inglaterra, argumentou a favor da proteção da indústria nascente (*infant industry*).

Seus argumentos serviram para a formação de uma associação de comerciantes e industriais alemães (*Zollverein*), que lutavam pela unificação econômica do país, com a eliminação das barreiras alfandegárias entre seus Estados independentes e a criação de taxas para os produtos estrangeiros.

À esse argumento acrescentaram-se mais dois, surgidos no ínterim do debate teórico entre comércio internacional e desenvolvimento econômico no pós-guerra: “os efeitos advindos de externalidades e os efeitos positivos de economias de escala e escopo”.¹⁴⁸

¹⁴⁸ Prado, 1995a, p. 7. Esses dois argumentos são contrários à idéia da capacidade das teorias de equilíbrio estáticas para enfrentar os problemas de investimentos. Os modelos estáticos

A partir dos anos cinquenta do século XX, surge uma vasta literatura preocupada com os aspectos econômico-estruturais que impediam o desenvolvimento econômico daqueles países mais frágeis dentro da estrutura capitalista mundial. Esta literatura tem por base os artificios protecionistas elaborados inicialmente por List e aperfeiçoados por instituições preocupadas com o desenvolvimento da periferia, como é o caso da Cepal (Comissão Econômica para América Latina).

A maior parte dessa literatura defendia alguma forma de proteção à indústria local (do país em desenvolvimento), e isso tinha por base os argumentos da indústria infante, bem parecida com a versão elaborada por List, a qual indicava que a proteção deveria ser dirigida a toda indústria ou a um amplo conjunto de setores “infantes” cujo estabelecimento no país seria essencial para seu desenvolvimento.¹⁴⁹

Diferentemente da teoria de Viner, o comércio internacional é tratado, aqui, não de forma isolada, mas associado à problemática do desenvolvimento econômico, como podemos verificar. Não há a preocupação em discutir essencialmente “*a maximização do bem-estar mundial com abstração da questão distributiva*”.¹⁵⁰

Esta concepção rompe, em tese, com a possibilidade de aprofundamento da divisão internacional do trabalho nos termos clássicos da teoria do comércio internacional. Isto é possível porque o que advoga-se é a reestruturação da base produtiva dos países subdesenvolvidos, passando de produtores e

não podem lidar com problemas dinâmicos, principalmente ligados aos efeitos dos mecanismos do mercado internacional. Alguns efeitos do comércio internacional sobre os países subdesenvolvidos não são reconhecidos pelas teorias estáticas do livre comércio: (a) deterioração dos termos de troca; (b) desemprego, como resultado do baixo crescimento da demanda internacional por produtos primários e como determinante da deterioração dos termos de intercâmbio, quando absorvido em atividades primárias; (c) desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, como resultado das especificidades dos países subdesenvolvidos em processo de rápida industrialização necessária; e (d) vulnerabilidade a ciclos econômicos resultante da especialização em atividades de exportação (Cf. Bielshowsky, 1988, pp. 15-16).

¹⁴⁹ Holanda, 1997, p. 1865. Isto não quer dizer que a proposta de desenvolvimento do setor industrial dos países do Terceiro Mundo, principalmente os países da América Latina, tenha sido elaborada sob a influência dos argumentos listianos. Na verdade o que se tinha em vista era modernizar a estrutura produtiva desses países, procurando romper com a dualidade estrutural que permeava as estruturas de produção, onde conviviam um setor produtivo moderno voltado para o comércio externo e um outro setor atrasado voltado para o abastecimento do mercado doméstico.

¹⁵⁰ *Id., ibid.*

exportadores de bens primários à produtores e exportadores, no médio e longo prazos, de produtos industrializados.

Cooper e Massel, apontam duas diferenças entre a análise do enfoque liberal e o protecionista. A primeira é de que os países possuem uma preferência pelo desenvolvimento industrial, e optam pela indústria mesmo fazendo sacrifícios à renda nacional, mesmo privilegiando setores que possam, no futuro, administrar o mercado doméstico praticando preços de monopólio.¹⁵¹

A segunda diferença é que as taxas alfandegárias não são variáveis exógenas, mas instrumentos da política de proteção. Neste sentido, não podemos afirmar que no comércio internacional o comportamento dos países seja irracional, procurando apenas alcançar o livre comércio na busca da maximização do bem-estar. Ao contrário, eles impõem barreiras e dificuldades ao livre trânsito das mercadorias e fatores de produção.

Isso é demonstrável pela história econômica de alguns países como Estados Unidos, Alemanha e Japão, por exemplo. O mercado nacional desses países sempre contou com políticas protecionistas que procuravam defender da concorrência estrangeira, aqueles setores considerados estratégicos para o desenvolvimento, bem como outros que ainda não tinham condições de enfrentar a competitividade internacional.

Algumas experiências importantes de formação de blocos econômicos entre países surgem a partir dos argumentos em torno da integração como estratégia de desenvolvimento econômico. No pós-guerra, não se pode negar o fato de que esses processos integracionistas tinham um componente político muito forte.

Prado afirma que um dos fatores políticos que condicionou a criação da União Européia, por exemplo, foi a resistência de alguns países à expansão soviética e a afirmação de uma potência econômica independente dos Estados Unidos. A idéia básica era da criação de um “*Reino do Meio*”, segundo afirma o autor. Rolim também compartilha com essa argumentação, quando assinala que um dos objetivos da integração européia era “*diminuir a beligerância entre suas partes e*

¹⁵¹ Cooper e Massel *apud* Neto, 1991.

também constituir-se numa terceira força (dentro da então nascente Guerra Fria)”.

152

Um dos principais objetivos com a integração econômica europeia foi combater o nacionalismo exacerbado (os movimentos nazistas e fascistas) presentes em algumas nações da região. Tais movimentos, levados ao extremo, foram responsáveis, em boa medida, pelas duas grandes guerras mundiais. Todavia, “*a integração europeia esteve fortemente inspirada nos desejos de paz e harmonia econômica e política entre as nações da Europa*”, isto é, “*a integração buscava reduzir a força do nacionalismo e fortalecer o internacionalismo, a cooperação e a ajuda mútua*”.¹⁵³

Historicamente, o processo de integração econômica na Europa surge da Convenção de Benelux, assinada em Londres em 1944, vindo a ser completada em 1947 com a assinatura do Protocolo de Haia, que instituiu a união aduaneira entre a Bélgica, Luxemburgo e os Países Baixos. Em 1951 a integração econômica europeia avançou com a constituição do Tratado de Paris que criou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. E, finalmente, em 1957 foi criada a Comunidade Econômica Europeia (CEE) através da assinatura do Tratado de Roma.

Na Europa, discutia-se o processo de integração econômica sob duas óticas, a liberal e a dirigista. Na corrente liberal, a integração econômica era tratada apenas como uma estratégia de abolição das restrições alfandegárias e liberalização do comércio – como vimos na seção anterior –, de acordo com os ideais livre-cambistas do século XIX. Por outro lado, a integração econômica era também tratada pela corrente dirigista como uma estratégia de integrar o planejamento econômico dos países e coordenar as políticas econômicas nacionais na busca do desenvolvimento econômico.¹⁵⁴

Assim, pode-se afirmar que o processo de integração econômica na Europa evoluiu “*de preocupações centradas principalmente em questões comerciais, para questões de coordenação e integração de políticas públicas e estímulos à formação de redes e outros processos de integração formal*”.¹⁵⁵ Desta forma, a CEE

¹⁵² Prado, 1995a; Rolim, 1994, p. 60.

¹⁵³ Swann *apud* Galvão, 1996, p. 382.

¹⁵⁴ Balassa *apud* Prado 1995a.

¹⁵⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 9.

através de vários acordos e tratados assinados ao longo da história, superou os desafios impostos pela corrente liberal, caminhando para um modelo de integração não só econômico, mas também político que privilegia a união total.

As vantagens advindas desse processo são múltiplas, e dentre elas podemos destacar: a criação de um grande mercado sem fronteiras, propiciando a elevação dos níveis de crescimento e produtividade entre os países comunitários; a redução ou eliminação dos conflitos existentes; e, melhor alocação dos recursos em cada país, reduzindo preços domésticos e propiciando a geração de economias de escala para as indústrias de cada uma das nações européias.

Na América Latina a idéia de integração econômica atendeu também a um objetivo importante. Para modernizar a estrutura produtiva predominante até meados de 1940, a maioria dos países latino-americanos adotaram o modelo de substituição de importações¹⁵⁶, com ênfase no processo de constituição de suas economias industriais. Nesse caso, a integração econômica serviria para expandir o mercado, já que o mercado doméstico de alguns países não era suficientemente grande para absorver a oferta de produtos, decorrente das necessidades de se alcançar um *ótimo* na escala de produção das novas indústrias.¹⁵⁷

Na próxima seção o objetivo é analisar, mais especificamente, como surgiram as necessidades de superação do subdesenvolvimento das economias latino-americanas, qual o seu conteúdo e como a integração servia aos propósitos desenvolvimentistas.

2.2 – A ABORDAGEM DESENVOLVIMENTISTA E INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DA CEPAL

Os objetivos da integração econômica na América Latina eram bastante limitados até os anos 1950. Para se compreender esses objetivos, é

¹⁵⁶ Sobre o Modelo de Substituição de Importações, ver a obra clássica de Tavares, *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, 1978.

¹⁵⁷ “Ao levar a cabo programas de industrialização, tornar-se-á importante o aproveitamento de economias de escala, que não são possíveis nos reduzidos mercados nacionais” (Balassa *apud* Rolim, 1994, p. 60). Realmente, os processos de integração propostos na América Latina no pós-guerra tinham em comum, o objetivo de expansão dos mercados em função das necessidades de ampliação da estrutura industrial da região dentro do modelo de substituição de importações como um dos passos centrais para a superação do subdesenvolvimento.

necessário recorrermos a chamada “*abordagem desenvolvimentista*”, defendida na região pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina).

Esta abordagem contrapõem-se aos princípios do livre comércio, ou seja, “*da eficiência da alocação dos recursos a nível interno e externo, por meio dos mecanismos de mercado*”.¹⁵⁸

Existem algumas semelhanças entre essa abordagem e a concepção da *infant industry* de List, vista na seção anterior, principalmente no que diz respeito ao protecionismo como instrumento de desenvolvimento do mercado doméstico.

Apesar de não ter sido central nas teses cepalinas, o argumento da *infant industry* influenciou, digamos, nos propósitos de proteção das indústrias criadas na região.¹⁵⁹ Até a década de 1940, o Brasil, por exemplo, utilizou-se desse argumento em favor de sua industrialização, com ampla participação do Estado nesse processo, vale lembrar. Porém, com o modelo de substituição de importações, os instrumentos de proteção ampliaram-se e atendiam a diversos outros interesses. Nesse caso, importante papel exerceu a Cepal (Comissão Econômica para América Latina).

A Cepal não foi simplesmente uma formuladora de propostas protecionistas. Ao contrário, elaborou, também, um amplo e original sistema analítico, que constituiu-se em um poderoso instrumento de compreensão do processo de transformação das economias latino-americanas.

A origem da teoria cepalina advém principalmente dos estudos de Prebisch sobre a deterioração dos termos de intercâmbio e pela sua interpretação estruturalista do processo inflacionário. O seu ponto de partida foi a crítica ao padrão de desenvolvimento no modelo primário-exportador, o qual, para Prebich, era responsável pelo subdesenvolvimento das economias latino-americanas. Nesse sentido, uma das razões para o subdesenvolvimento das economias latino-americanas seria era a “*limitação do progresso técnico às atividades primárias*”.¹⁶⁰

Outros elementos faziam parte do quadro analítico do que ocorria na América Latina: a caracterização do subdesenvolvimento como uma condição da

¹⁵⁸ Bielschowsky, 1988, p. 12.

¹⁵⁹ Ver

periferia (o conceito centro-periferia); a identificação do processo de industrialização anárquico, desde os anos 1930; e, o baixo grau de diversificação da estrutura produtiva (alto grau de especialização) e a baixa produtividade de todos os setores, exceto os de exportação (heterogeneidade estrutural - tese da dualidade).¹⁶¹

Prebisch constatou empiricamente a iniquidade das relações econômicas internacionais, tal como se manifestavam superficialmente na esfera da circulação.¹⁶²

Ao analisar a evolução de preços dos produtos agrícolas e industriais num período de 65 anos (1880-1945), Prebisch observou que existia uma tendência clara para a deterioração das relações de troca contra a agricultura. Em seu estudo, Prebisch chegou a conclusão de que a relação entre os preços da agricultura e da indústria, que era de 1 para 1 em 1850, caiu para 0,687 para 1 em 1945.¹⁶³

Diante disso, vários economistas latino-americanos começaram a argumentar que os principais problemas sócio-econômicos da região tenderiam a se agravar pela queda do poder de compra de suas exportações, predominantemente originárias do setor primário. Isso era uma realidade, levando-se em conta que a grande maioria dos países da região eram produtores desses bens.

Além disso existia outra preocupação. A conseqüente impossibilidade de transferência dos ganhos do progresso técnico nos países centrais para periferia, provocando, desta maneira, um aumento na diferença de desenvolvimento entre os países centrais e os da periferia capitalista.¹⁶⁴

"A difusão do progresso técnico dos países que o geram ao resto do mundo tem sido, do ponto de vista de cada geração, relativamente lento e irregular. Durante o longo período que transcorreu entre a revolução industrial e a I Guerra Mundial, os novos métodos de produção nos quais a técnica se expressou atingiram apenas pequena fração da população mundial... Assim, os grandes centros industriais do mundo cresceram,

¹⁶⁰ Furtado. 1992. p. 62.

¹⁶¹ Cf. Bielschowsky, 1988:1997.

¹⁶² Rodriguez. 1987, p. 29.

¹⁶³ Montoya e Guilloto (1987)

¹⁶⁴ A idéia das relações centro-periferia é um dos pontos fundamentais na teoria da Cepal. Essa relação é utilizada para descrever o processo de difusão do progresso técnico na economia mundial e para explicar a distribuição de seus ganhos (Bielschowsky, 1988).

enquanto a vasta e heterogênea área da periferia apenas partilhava de fatia irrisória dos aumentos de produtividade".¹⁶⁵

Prebisch admitia que a acentuação da divisão internacional do trabalho, de acordo com as idéias de Ricardo, provocava, portanto, uma disparidade crescente entre países ricos e pobres, isto é, entre o centro e a periferia. Essa disparidade acentuava-se à medida que os países centrais iam reduzindo a taxa de expansão de suas importações de produtos primários, diante do progressivo avanço técnico, poupador de insumos primários.¹⁶⁶ Em consequência disto, a taxa de crescimento da periferia, que dependia da dinâmica de seu setor primário-exportador, tendia ao declínio.

Bielschowsky (1988) coloca que Prebisch estava preocupado em elevar a produtividade do sistema produtivo das economias periféricas. Para ele, a modernização da estrutura produtiva das economias latino-americanas era a principal saída para o desenvolvimento econômico. Daí, nasce a proposta de industrialização da periferia como uma estratégia para diminuir as disparidades econômicas com o centro desenvolvido e, com isso, neutralizar as perdas nas relações de intercâmbio comercial.

Baseado nos argumentos de Prebisch, o principal objetivo da teoria cepalina era dar suporte a medidas governamentais, em particular ao planejamento e ao protecionismo, *"como meios de se alcançar a industrialização rápida e eficiente e, conseqüentemente, de se alterar o curso da história dos países subdesenvolvidos"*. O planejamento era visto nesse caso, *"como um procedimento indispensável à racionalização de um processo de industrialização espontâneo e anárquico que,*

¹⁶⁵ Prebisch *apud* Bielschowsky, 1988, p. 20. Ver também Furtado, 1992, pp. 22-24.

¹⁶⁶ A Cepal sustentava a tese que os centros dinâmicos da economia capitalista não transferiam seus aumentos de produtividade para os países da periferia atrasada e, ainda por cima, aqueles estariam se apropriando dos modestos incrementos de produtividade obtidos por esses (ver Furtado, 1992). Nurske nos traz dados reveladores sobre a perda de mercado dos produtos primários. Ele aponta que desde o final da década de 1920, *"as exportações dos produtores primários para os Estados Unidos e Europa Ocidental"*, por exemplo, *"caíram de cerca de 3,5% para menos de 3% do produto nacional bruto desta área industrializada"*. Isto incluindo o petróleo. Sem este produto, *"a queda seria de cerca de 3,5% para provavelmente menos de 2,5%"*. Isso significa dizer, segundo o autor, que *"no decurso das três últimas décadas, a maioria dos países de produção primária sofreu um encolhimento de mercado que é marcante na importância de suas exportações em relação ao produto e renda do mundo industrializado"*. O autor ainda afirma enfaticamente que *"a elasticidade-renda da demanda por consumo para muitas mercadorias agrícolas tende a ser baixa"* (Nurske, 1979, p. 416).

subitamente, teria passado a ocorrer nas estruturas produtivas atrasadas” das economias latino-americanas.¹⁶⁷

Alterar o curso da história dos países subdesenvolvidos pode ser interpretado também como uma proposição política. A proposta de industrialização era muito pretensiosa. Significava um meio de superar a pobreza ou de reduzir a diferença entre a periferia e centro, além de procurar atingir independência política e econômica através de um crescimento econômico auto-sustentado.

A integração econômica assumiu um papel secundário nesse contexto. A idéia de desenvolvimento voltado *para dentro*, no liame do modelo de substituição de importação, não favoreceu o alcance de maiores resultados no sentido do aumento da interdependência entre os países latino-americanos. Além disso, a política externa deliberada dos Estados Unidos impediram o fortalecimento político-econômico que podia derivar da integração da região.¹⁶⁸

A integração era vista apenas como uma estratégia que compensaria os exíguos mercados domésticos. A citação abaixo reforça essa argumentação.

*“O tamanho mínimo das instalações é uma importante consideração prática, que muitas vezes limita a diversificação da indústria em qualquer país isoladamente. Isto nos leva imediatamente ao ponto crucial de que a defesa do crescimento da produção diversificada não pode se confinar aos limites nacionais. A manufatura para os mercados domésticos nos países menos desenvolvidos tem de incluir também a produção para exportação visando aos ‘mercados de cada um’. Isto é particularmente importante para os países menores e constitui um forte argumento para a liberalização das políticas comerciais, levando, se possível, a uniões aduaneiras entre grupos de países na classe subdesenvolvida”.*¹⁶⁹

A idéia subjacente as propostas de desenvolvimento econômico na América Latina, propunha a superação da dualidade. De um lado, existia um setor privilegiado por políticas econômicas específicas, de incentivo às exportações de produtos primários. Este setor apresentava um alto nível de produtividade. Por outro lado, encontrava-se o resto da economia, com algumas poucas exceções, onde predominava uma estrutura produtiva atrasada, diríamos pré-capitalistas, que apresentava níveis de produtividade muito aquém das necessidades de consumo da

¹⁶⁷ Bielschowsky, 1988, pp.12-17.

¹⁶⁸ Sobre esse assunto ver, Vizzentini, 1995.

¹⁶⁹ Nurske, 1979, p. 437, grifo do autor.

sociedade.¹⁷⁰ O objetivo, portanto, era *modernizar* a estrutura produtiva das economias latino-americanas, dotando-as de uma estrutura diversificada e, simultaneamente, homogênea do ponto de vista de uma produtividade alta.

Entretanto, a proposta de modernização ia muito além dos interesses apenas domésticos de cada país. Pode-se inferir, também, que depois que a estrutura produtiva estivesse diversificada e consolidada, tornar-se-ia mais fácil aumentar as exportações de bens manufaturados para as economias mais avançadas e, assim, diminuir as perdas com o intercâmbio no comércio internacional.¹⁷¹

Todavia, a integração latino-americana funcionava, num segundo momento, como uma estratégia de concentração demográfica do setor urbano, propiciando as condições naturais para o desenvolvimento industrial no continente, dada a insuficiência de demanda de alguns mercados domésticos. Esta insuficiência, por sua vez, limitava a adoção de tecnologias produtivas mais eficientes, capazes de gerar economias de escala. Sem a superação dessa ineficiência, um projeto de industrialização de maior envergadura enfrentaria grandes dificuldades.

Portanto, a integração apresentava-se como uma das condições para a industrialização, vista do ângulo continental, e esta por sua vez, era sua mais importante motivação.

Em síntese, duas questões básicas se colocam para a compreensão da proposta cepalina de integração latino-americana: (a) a ênfase em acelerar a industrialização de acordo com a tese de que o desenvolvimento econômico seria impossível sem a mesma; e, (b) a condição de que os problemas básicos da industrialização na região, estavam atrelados as limitações dos mercados nacionais a que as indústrias estavam circunscritas.

Não parece haver dúvidas que, do ponto de vista teórico, a abordagem desenvolvimentista exerceu (e ainda exerce) um papel importante, ao criticar as

¹⁷⁰ “Um dos paradoxos da economia subdesenvolvida está em que o seu sistema produtivo apresenta segmentos que operam com níveis tecnológicos diferentes, como se nela coexistissem épocas distintas. Os grupos sociais de alta renda requerem uma oferta baseada em tecnologia sofisticada, enquanto grandes massas de população lutam para ter acesso a bens considerados obsoletos e mesmo produzidos com tecnologia rudimentar” (Furtado, 1992, p. 56).

¹⁷¹ “(...) para penetrar nos mercados internacionais, o caminho mais eficaz consiste em utilizar um ‘misto’ de tecnologias: tirar partido da abundância de certos fatores primários e, ao mesmo tempo, apoiar-se em tecnologias de vanguarda” (id., *ibid.*).

premissas básicas e essenciais da teoria ortodoxa do comércio internacional, constatando, empiricamente, o irrealismo de suas propostas.

Para Rodriguez, as concepções desenvolvimentistas elaboradas por Prebisch e aperfeiçoadas pela Cepal, “*iniciaram um processo de descolonização ideológica e questionaram alguns dos princípios fundamentais do pensamento econômico internacional burguês*”. Além dessa guinada revolucionária, o pensamento econômico latino-americano assumiu “*certas posições antiimperialistas, que em seu desenvolvimento ulterior exerceram uma notável influência na América Latina e, em geral, em todo o mundo subdesenvolvido*”.¹⁷²

Não podemos esquecer a principal razão da elaboração das teses sobre o desenvolvimento econômico proposto para os países latino-americanos pela Cepal. A abordagem desenvolvimentista não deixava de ser uma expressão dos avanços da estrutura capitalista sobre os países periféricos da América Latina, que apresentavam formas pré-capitalistas de produção. Essa estrutura econômica capitalista, teria que ter capacidade própria de acumulação, sob o domínio dos oligopólios nacionais e estrangeiros, e com forte participação e forte apoio estatal.

Mas, a história nos revelou que esse tripé, que seria responsável pelo dinamismo das forças modernizadoras, não sustentou o ideário cepalino. Houve, na verdade, o predomínio do capital estrangeiro e, sobretudo, da participação estatal, no desenvolvimento da estrutura produtiva. Isto é aceito na medida em que observamos a expansão do capital de base norte-americano na região.

*“O ‘desenvolvimentismo’ tal como foi concebido e praticado refletiu não só um estado de coisas, mas principalmente a própria expansão transnacional do capital de base norte-americano, que nos vinte e cinco anos que se seguiram ao fim da guerra experimentou surto sem precedentes”.*¹⁷³

A proposta de desenvolvimento da região também tem fortes contornos políticos, que não poderiam ser deixados de lado quando tratamos esse contexto numa visão mais ampla de difusão do sistema capitalista em nível mundial.

¹⁷² Rodriguez, 1987, p. 32, tradução nossa.

¹⁷³ Puig, 1995, p. 21, grifo da autora.

O contexto geopolítico mundial do pós-guerra caracterizou-se pela acentuada divergência entre os dois principais modelos de sociedade: a capitalista, liderada pelos Estados Unidos; e, a experiência socialista-comunista levada a cabo pela União Soviética.

*“Eram os tempos da guerra fria, quando um dos objetivos era favorecer políticas nacionais de desenvolvimento econômico e provocar mudanças sociais que tornassem a questão social menos tensa, não revolucionária. Simultaneamente, essa foi uma época de rearranjo das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em escala mundial, no âmbito da guerra fria”.*¹⁷⁴

Então, foi nesse clima, e à exemplo do que aconteceu na Europa, o não-alinhamento das economias latino-americanas ao regime socialista, foi um dos objetivos centrais da influência dos Estados Unidos na região.

O desenvolvimento econômico latino-americano e sua respectiva integração, no pós-guerra, foi apresentado como uma opção totalmente simétrica ao pan-americanismo. A grande quantidade de investimentos externos diretos, que serviram como uma das principais fontes de financiamento do desenvolvimento econômico da região, advinham da economia norte-americana.¹⁷⁵

A *Aliança para o Progresso*¹⁷⁶ refletia bem o espírito de alinhamento das economias latino-americanas. Essa estratégia teria sido vitoriosa em sua plenitude, se não existissem, na região, economias que se contrapuseram aos

¹⁷⁴ Ianni, 1997, p. 102-103.

¹⁷⁵ Uma das maiores investidas americanas na região, principalmente em países como a Argentina, o Brasil e o México, situaram-se no setor da indústria de bens de consumo duráveis – automóveis e eletrodomésticos, principalmente. Só no Brasil, por exemplo, após a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente no anos 1950, o montante de capital estrangeiro investido foi da ordem de US\$ 294 milhões. Isto reflete, significativamente, uma poderosa corrente econômica e política de defesa de uma relação de interdependência com os EUA. Essa corrente buscou atrair fundos externos e capital de risco para empreender planos de desenvolvimento. Essa estratégia alcançou seu êxito à medida que o montante de investimentos externos no Brasil alcançou os US\$ 2,5 bilhões, em 1960. Revista *Retrato do Brasil*, pp. 86-89, 1984.

¹⁷⁶ A Aliança para o Progresso foi um programa de cooperação multilateral criado em 1961, pelos signatários da Carta de Punta del Este. Esse programa foi lançado pelo então presidente norte-americano John Kennedy, com o objetivo de incrementar o desenvolvimento econômico-social na América Latina. Na verdade, esse programa foi uma resposta aos movimentos revolucionários em Cuba e a pressões de setores políticos e governamentais conservadores da América Latina, preocupados com a situação econômica e social da região. Santos aponta que essa aliança foi um “passo no sentido de fortalecer os vínculos intercontinentais, apoiados ao mesmo tempo numa ação militar cada vez mais intensiva em torno do princípio de luta contra a agressão ‘extracontinental’, ampliado com o conceito da ‘agressão interna’ representada pelas guerrilhas, e com as técnicas da contra-insurreição dirigida à eliminação dessa ‘ameaça externa’ convertida em ‘agressão interna’” (Santos, 1993, p. 114, grifo do autor).

desígnios de expansão da estrutura capitalista. Nesse sentido, o caso do movimento revolucionário cubano é bastante simbólico.¹⁷⁷

*“A América Latina, com poucas exceções de países e momentos, a mais importante das quais foi certamente a Revolução Cubana, seguiu a quase imposição ‘geopolítica’ do alinhamento com o hegemônico vizinho do Norte, retomando no plano econômico a também tradicional postura dependente-reivindicatória, da qual a natimorta Operação Pan-americana parece ter sido um bom exemplo”.*¹⁷⁸

Entretanto, de qualquer forma, a estratégia de desenvolvimento econômico na América Latina obteve resultados importantes do ponto de vista da industrialização de alguns países, como é o caso da Argentina, Brasil e México. Não só nesses países, mas em vários da região, ocorreram realmente grandes transformações. Passou-se de um sistema desarticulado para um sistema integrado, auto-sustentado em alguns setores. A industrialização contribuiu para dar dinamismo as economias em seu conjunto. A estrutura produtiva dos países da região diversificou-se e houve uma crescente diferenciação da estrutura social.¹⁷⁹

Esses avanços estavam *“em função da própria sociedade nacional, suas necessidades e recursos, ou seja, vislumbrando um autêntico esforço de desenvolvimento”*. Por outro lado, no Brasil por exemplo, o nacional-desenvolvimentismo não atendia propriamente aos interesses do grosso da nação, como sustentavam os seus ardorosos adeptos, mas beneficiava, sobretudo as frações mais modernas da burguesia, vinculadas a acumulação monopolista.¹⁸⁰

¹⁷⁷ Outros movimentos políticos na região foram bastante expressivos nesse sentido. Entre eles destacam-se: a experiência, de cunho marxista, da Frente Popular Chilena, que alcançou o poder com Salvador Allende e foi esmagada em 1973, ao contrariar os interesses de grandes grupos econômicos internacionais, com o apoio dos Estados Unidos, que desestabilizaram o governo chileno e depois o derrubaram, em luta sangrenta; o Movimento Nacionalista Revolucionário boliviano na década de 50, chefiado por Paz Estenssoro e, depois, em 1952, por Siles Suazo, comandaram uma reforma agrária e a nacionalização das minas, levando, assim, o país a sofrer uma pressão internacional muito forte e sujeito a vários golpes de Estado pelos militares (ver Santos, 1993 e Andrade, 1997).

¹⁷⁸ Puig, 1995, pp. 20-21.

¹⁷⁹ Rosenthal, 1990, p. 75. Furtado (1982, p. 54), também aponta que a *“penetração das técnicas modernas nos meios de produção não significou apenas aumento de produtividade, mas também foi causa de importantes modificações nas estruturas sociais, facilitando e mesmo exigindo a organização das massas trabalhadoras”*.

¹⁸⁰ Puig, 1995, p. 20. Para uma crítica do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, ver Mantega, 1984.

Todavia, os interesses maiores prevaleceram. Os objetivos norte-americanos para a região não foram revertidos. O pan-americanismo não sucumbiu à alguns movimentos revolucionários na região, nem à tendência de criação de importantes economias desenvolvidas que, no futuro, pudessem fazer frente a economia norte-americana. Nem “*mesmo a principal contribuição teórica da Região – a escola cepalina – não parece ter superado essa tendência*” de alinhamento da grande maioria dos países latino-americanos à economia norte-americana.¹⁸¹

É importante conhecermos alguns dos principais processos de integração levados a cabo na América Latina. Para tal finalidade, fizemos livre emprego da análise de Rosenthal (1990) no presente texto em que passamos a examinar os objetivos e limites da integração na América latina, situando-a em suas respectivas etapas históricas.

2.3 – RETROSPECTIVA HISTÓRICA DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Os antecedentes das primeiras idéias de integração na América Latina correspondem ao século XVIII, mais precisamente quando a região lutava por sua independência política, então empreendida pela figura legendária de Simón Bolívar (1723-1830), o grande libertador crioulo que pregou o latino-americanismo, em contraposição ao pan-americanismo da Doutrina Monroe (que obedecia ao princípio de “uma América para os americanos”). O pan-americanismo, por sua vez, tinha como proposição libertar a região do colonialismo português, hispânico e britânico.¹⁸²

Bolívar, ao contrário, concebia uma América hispânica, independente dos Estados Unidos, cujas origens culturais, herdadas da Grã-Bretanha, eram bastante distintas, e o poder econômico e suas ambições expansionistas não refletiam os interesses libertários da região. Bolívar não poupou esforços para que fosse instituído o primeiro protocolo de intenção de integração na América Latina, o *Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua*, que só chegou a ser assinado em 1836, após a sua morte.

¹⁸¹ Puig, 1995, p. 20.

¹⁸² Para caráter informativo, só na América Central conhecem-se cerca de 35 tentativas de integração dos países dessa região entre 1840 e 1930 (Wionczek, 1969, p. 16).

Esse Tratado visava a união das Repúblicas da Colômbia, da América Central, do Peru e do México. Além disso, buscava-se, também, a união em uma só república da Colômbia, Venezuela, Equador e Peru. O sonho de Bolívar era formar um novo mundo, uma só nação, com um só vínculo que ligasse suas partes entre si e com o todo, aproveitando as características comuns da região, a língua, os costumes, a religião (o predomínio do catolicismo), com um só governo que confederasse os diferentes estados que se formassem.¹⁸³

As primeiras propostas integracionistas de caráter econômico na América Latina foram formuladas, basicamente, na década de 50. De acordo com Rosenthal (1990), três grandes etapas caracterizam os processos de integração latino-americana: a etapa voluntarista, a etapa revisionista e a etapa pragmática. Todas elas apresentam suas especificidades que merecem nossa atenção.

2.3.1 - ETAPA VOLUNTARISTA

A etapa voluntarista descrita por Rosenthal (1990), compreende o período 1950/1960. A integração econômica nesse período obedecia aos objetivos da estratégia desenvolvimentista elaborada pela Cepal, abordado anteriormente.

O modelo de substituição de importações pressupunha, para o seu sucesso, a existência de um mercado interno que viabilizasse a escala mínima de produção dos recentes empreendimentos industriais. Apenas três países na região, Argentina, Brasil e México, possuíam mercado interno em dimensão tal, que permitia o avanço do processo de industrialização em um grau considerável de complexidade. Enquanto isso, os demais não apresentavam uma estrutura de mercado à altura das propostas desenvolvimentistas.

Então, se o modelo de substituição de importações dependia da dimensão do mercado interno, e alguns países da região não apresentavam circunstâncias favoráveis, a estratégia criada pela Cepal foi de integrar os vários pequenos mercados dos países latino-americanos.

¹⁸³ Sobre os antecedentes históricos dos processos de integração latino-americano, ver Montoya e Guilhoto, 1987, disponível na World Wide Web em <http://pa.esalq.usp.br/~pa>.

alcançado, o projeto inspirava-se numa visão de avanços graduais, porém, progressivos em direção a metas *pré-determinadas*.¹⁸⁶

Na retórica, todos os tratados assinados nessa época estabeleciam compromissos relativamente rígidos: lograr uma zona de livre comércio juntamente com a adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC) frente a terceiros países. A constituição dessa área livre-cambista tinha um prazo fixado em 12 anos, a partir da assinatura do Tratado de Montevidéu.

No início, segundo Rosenthal, a integração regional proporcionou um aumento do volume de comércio na região. Porém, devido ao lento processo de negociação de Listas de Concessão e Listas Comuns dos produtos sujeitos ao comércio preferencial, o comércio intra-regional praticamente estagnou no final dos anos 1960.¹⁸⁷

A desaceleração do processo de liberalização comercial no âmbito da ALALC, foi basicamente a causa do fracasso da tentativa de integração econômica em termos continental. *“Os países se mostraram cada vez menos dispostos a negociar ao haver esgotado a etapa ‘fácil’ da substituição regional de importações, e ao terem que abordar a negociação de produtos que competiam diretamente com suas respectivas produções nacionais”*. Isto indica que houve mais benefícios advindos de desvios de comércio, em nível extra-regional, do que a criação de comércio intra-regional.¹⁸⁸

A preocupação em não negociar Listas de Concessão e Listas Comuns de produtos deveu-se ao fato, no âmbito da ALALC, de coexistirem países com níveis desiguais de desenvolvimento econômico. Isto é, os países menos desenvolvidos não tiveram condições de participar dessas negociações em pé de

¹⁸⁶ Rosenthal, 1990, p. 76, tradução nossa.

¹⁸⁷ *Id., ibid.* De acordo com Montoya e Guilhoto (1987), as exportações regionais quase dobraram entre os anos de 1961 em 1964, passando de US\$ 490 milhões para US\$ 835 milhões. Contudo, a participação relativa do comércio intra-regional sobre as exportações totais da ALALC, cresceu em torno de 8% entre 1960-64, 11,4% até 1971-1972 e 13,8% em 1979-80. Porém, supõe-se um aumento proporcional do comércio intra-regional em relação as exportações totais de 29,8% no período 1960-72 e de 17,4% no período 1972-80. Assim, têm-se que o crescimento do comércio intra-regional dos primeiros anos da década de 1960, não pôde ser sustentado entre 1970-80.

¹⁸⁸ *“a grande ênfase no protecionismo tarifário, que caracterizava o período, acarretou para os países membros desses acordos, significativos efeitos de desvio de comércio (trade diversion) que nessas pequenas economias poderiam mesmo superar os benefícios da criação de comércio (trade creation) decorrente da redução das barreiras tarifárias regionais”* (Prado, s/d, p. 21).

igualdade com os países mais desenvolvidos, como era o caso da Argentina, Brasil e México, os quais apresentavam um nível de produtividade bem acima dos demais países da região. A rigidez dos acordos multilaterais exigiam que qualquer benefício que dois ou mais países se concedessem, deveria ser estendido aos demais membros da organização.

Nesse sentido, a falta de mecanismos compensatórios na ALALC, que pudessem proporcionar aos países menos desenvolvidos a viabilização de acordos que não trouxessem prejuízos para o balanço de pagamentos dos mesmos, foi um dos pontos que mais corroborou para o fracasso das várias negociações multilaterais impedindo, assim, o avanço nas propostas de integração econômica na região.

Rosenthal reconhece que existia uma tendência a minimizar os ganhos com a integração, inclusive em seus anos de auge. Todavia, ia se perdendo de vista que o intercâmbio recíproco na década de 1960 foi o elemento mais dinâmico do comércio exterior na região. Esse dinamismo foi responsável pelo aumento significativo dos níveis de interdependência econômica entre os países membros de organizações sub-regionais, sobretudo os países de menor dimensão.

“Assim mesmo, se empreenderam projetos conjuntos de infra-estrutura, se criaram instituições comuns e se geraram instâncias de cooperação entre associações sub-regionais ou regionais representativas de diversos grupos e interesses”.

*“Todavia, a integração econômica não avançou de acordo com os postulados originais, e o marco conceitual que orientou o desenvolvimento dos países da região durante os anos cinquenta passou a ser questionado”.*¹⁸⁹

Como a participação dos países menos desenvolvidos no comércio intra-regional diminuía, *“o itinerário da formação das zonas de livre comércio não se cumpria, e se via que a integração não necessariamente era um processo progressivo, nem muito menos linear, senão que podia ser descontínuo e inclusive, as vezes, apresentar retrocessos”.*¹⁹⁰

Portanto, a fixação de metas excessivamente ambiciosas e o uso de instrumental político rígido, não somente contribuíram pouco para se alcançar os objetivos, como também se apresentavam contraproducente, na medida em que a

¹⁸⁹ Rosenthal, 1990, p. 77, tradução nossa.

¹⁹⁰ *Id., ibid.*

crescente distância entre expectativas e logros criava frustrações entre os países membros da ALALC.

Somado a esses fatos, a desigualdade econômica entre os países da região também se constituiu num obstáculo. Os menos desenvolvidos consideravam seus respectivos mercados domésticos como um ativo estratégico para expô-los à concorrência de seus vizinhos latino-americanos de economias mais desenvolvidas, principalmente no fornecimento daqueles produtos que tinham uma demanda no mercado internacional de baixa elasticidade-renda, como é o caso dos produtos primários. Nesse caso, como já afirmamos, os mecanismos de Listas de Concessões e Listas Comuns, não apresentavam instrumentos de política compensatória eficientes para contrabalançar os efeitos negativos da competitividade regional nos países de menor desenvolvimento econômico.

Por causa desses aspectos, tentativas de formação daquilo que seria um projeto ambicioso, rumo a um mercado comum, semelhante ao exemplo europeu, não passou nem mesmo da formação simples de uma área de livre comércio. Os processos de liberalização comercial entre países signatários de acordos regionais ou sub-regionais na América Latina, não obedeceram a um cronograma factível com a realidade econômica. O resultado, porém, foi o fracasso dessas políticas e suas propostas de integração.

Mas algo de positivo haveria de ficar. O mais importante é considerar a experiência alcançada nesse período. Como veremos a seguir, muita coisa iria mudar em termos de propostas e objetivos. Porém, ultrapassada a fase de entusiasmo do modelo de substituição de importações e, posteriormente o seu esgotamento, os processos de integração econômica na América Latina assumem um caráter de cautela e revisão.

2.3.2 – ETAPA REVISIONISTA

Alguns fatos internacionais importantes antecedem essa etapa e marcam uma nova realidade para os países latino-americanos em termos de integração econômica. A instabilidade econômica internacional, ocasionada pelo rompimento do Consenso de *Bretton Woods* em 1971 e, posteriormente, pela eclosão

da primeira crise do petróleo em 1974, levou os países da região a reverem suas estratégias de desenvolvimento e, com isso, as propostas de integração econômica.

No início dos anos 1970, *“o modelo de industrialização característico dos anos precedentes perdia dinamismo e, em parte como uma reação as insuficiências do marco conceitual dominante até então, vários governos ensaiaram modelos alternativos, alguns de corte bastante doutrinário, sobretudo monetarista ou neoliberal”*.¹⁹¹ A crise da estratégia cepalina de desenvolvimento, baseada no modelo de substituição de importações, foi concomitante ao início da crise do regime fordista de produção nos países desenvolvidos capitalistas. O marco conceitual, as políticas keynesianas de corte intervencionista com ampla participação estatal na economia, começou a ser questionado; instaurou-se uma verdadeira ofensiva conservadora, basicamente montada sob os auspícios da teoria monetarista de cunho liberal.

Como o antigo marco conceitual, o keynesianismo, deixou de nortear, quase todas as propostas de desenvolvimento econômico na América Latina, não seria diferente que os objetivos integracionistas se vissem também afetados. Alguns resultados da economia latino-americana, já no início da década de 1970, exibiam os reflexos da crise econômica mundial que emergia.

Algumas estatísticas dessa época demonstram a involução de algumas economias latino-americanas em alguns aspectos. Segundo Prado, com exceção da economia brasileira, após a Segunda Guerra Mundial, Argentina, Chile e Uruguai apresentavam juntos, a maior renda per capita da região, cerca de 1/3 do PIB, com apenas 17% da população. A partir da década de 1970, os mesmos três países geravam menos de 1/4 do PIB regional. No período entre 1945 e 1975, o PIB somado desses três países cresceu apenas 3,5% ao ano, enquanto o PIB do resto da região cresceu a 6,2% ao ano. Desta forma, enquanto a Argentina mantinha sua posição de mais elevada renda per capita na América Latina, o Chile desceu da terceira à sétima colocação e o Uruguai da segunda à quinta colocação.¹⁹²

¹⁹¹ Rosenthal, 1990, p. 78, tradução nossa.

¹⁹² Prado, 1995a, p. 14.

Esses e alguns outros resultados econômicos negativos foram responsáveis pela *“rapidez com que as idéias neoliberais difundiram-se nessas regiões”*. A culpa pelo desaquecimento do crescimento regional no pós-guerra, foi colocado sobre a crescente e exagerada intervenção do Estado na região, que *“substituiu o mercado como principal mecanismo de alocação de recursos”*. Essa explicação implausível era colocada pelos neoliberais, que tinham como alvo de críticas o keynesianismo, pautados *“no monetarismo de Hayek e Friedman, no novo-classicismo de Lucas e Sargent”*, os quais argumentavam *“contra a iniquidade do sistema anterior”*.¹⁹³

Praticamente não há dúvidas de que o modelo de desenvolvimento econômico latino-americano não prosseguiria sem mudanças radicais do ponto de vista conceitual. Com isso as estratégias de integração econômica também seriam mudadas, tanto no sentido de rever os erros cometidos no passado, tentando, agora, alcançar objetivos mais realistas, como também estabelecer uma nova função para se levar adiante uma proposta de integração. A partir de então, inicia-se a etapa pragmática

2.3.3 – ETAPA PRAGMÁTICA

Considerando a tentativa fracassada de integração econômica precedente (ALALC), a qual nem sequer chegou a alcançar uma zona de livre comércio, o que se postulou para uma nova proposta integracionista foi o abandono de metas pré-fixadas e objetivos tão ambiciosos:

“Se pôs ênfase na ‘integração informal’ e na ‘integração por projetos’ em vez dos compromissos formais e totalizadores; praticamente se abandonaram os projetos de concessão de atividades e a regulação da inversão estrangeira direta e começaram a experimentar mecanismos de comércio compensatório de troca e outras modalidades de cunho mais bilateral do que multilateral”.¹⁹⁴

Portanto, no início da década de 1980, foi assinado na região um novo Tratado de Montevidéu. Este deu origem a uma nova organização regional, a ALADI (Associação Latino Americana de Integração). Essa nova proposta de integração

¹⁹³ *Id., ibid.*, pp. 14-15.

¹⁹⁴ Rosenthal, 1990, p. 78, tradução nossa.

Dois outros fatores foram importantes e contribuíram para se levar adiante a proposta de integração econômica nesse período. O primeiro, diz respeito ao limite imposto pelas barreiras alfandegárias e não-alfandegárias, que se justificavam pela proteção dos empreendimentos industriais nascentes. A excessiva proteção de alguns mercados domésticos poderia resultar na criação de uma estrutura monopolista e, desta maneira, prejudicar os objetivos de diversificação da estrutura produtiva na região. Para que isso não ocorresse, e os efeitos monopólicos fossem atenuados, tinha-se a idéia de que a integração econômica também poderia proporcionar a região um maior nível de competitividade.

O segundo fator era a impossibilidade de alguns Estados nacionais financiarem e colocarem em prática as estratégias de crescimento econômico. Os recursos eram escassos, portanto, também nesse contexto, a integração econômica seria uma alternativa para viabilizar uma estratégia de desenvolvimento, que seria irrealizável nas dimensões das pequenas economias periféricas.¹⁸⁴

Portanto, objetivando promover a integração econômica regional e avançar nas primeiras definições de uma proposta que concretizasse esse processo, a Cepal em 1957, através de seu “Comitê de Comércio” deu origem ao “Grupo de Trabalho para o Mercado Regional Latino-Americano”, o qual, por sua vez, instituiu, em 1959, “O Mercado Comum Latino-Americano”.

Em seguida a esta conformação, foi assinado em 1960 o Tratado de Montevidéu, instituindo a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), a primeira experiência propriamente dita de integração econômica. Ratificaram este Tratado a Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.¹⁸⁵

O objetivo último da ALALC era constituir, na região, um mercado comum nos moldes da experiência avançada da Europa. Para que isso fosse

¹⁸⁴ Prado, 1995b, p. 7.

¹⁸⁵ Essa época foi bastante favorável para que outros tratados fossem assinados, dando origem a outras tentativas de integração, como foi o caso da criação do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), em 1960; em 1968 foram criados a Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA) e o Mercado Comum do Caribe (MCCO), posteriormente transformado na Comunidade do Caribe (CARICOM); e, em 1969, a criação do Pacto Andino (ver Prado, 1995b, p. 28).

caracterizava-se por ser menos ambiciosa em termos de objetivos e metas a serem alcançadas, ao contrário da experiência precedente.

O ponto em comum entre a nova organização e a anterior é a manutenção, atualmente como um objetivo de longo prazo, do estabelecimento de um mercado comum latino-americano. Desta vez deu-se mais ênfase a criação de acordos bilaterais e sub-regionais para estimular as relações comerciais e possibilitar, com isso, o tratamento diferenciado entre os países signatários. Pode-se notar, que a idéia de acordos multilaterais é esquecida, dando lugar a negociações bilaterais, menos conflituosas no momento de se negociar Listas de Concessão e Listas Comuns entre países com nível de desenvolvimento diferentes.

Uma outra característica desta nova proposta é que ela não estipula prazos fixos. Ao contrário, o cumprimento das metas instrumentais não seguem um cronograma rígido, podendo mudar de acordo com as conveniências de cada país em termos de política econômica. Portanto, a natureza dos objetivos da ALADI, “*contrasta com o caráter determinista da anterior*”, da ALALC.¹⁹⁵

No âmbito da ALADI foram estabelecidos quatro princípios básicos importantes e que resumem bem as suas propostas: pluralismo; flexibilidade; convergência; tratamento diferenciado; e, multiplicidade. O pluralismo e a flexibilidade já foram colocados logo acima.

Quanto ao tratamento diferenciado o importante foi o estabelecimento de três grupos de países membros, diferenciados de acordo com o nível de desenvolvimento, são eles: a) Bolívia, Equador e Paraguai; b) Argentina, Brasil e México; e c) Colômbia, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela. Finalmente, o princípio da multiplicidade permite a possibilidade de distintas formas de união econômica sub-regional entre os países signatários, em harmonia com os objetivos da integração latino-americana, no âmbito das negociações da ALADI.

De qualquer maneira, a tentativa integracionista anterior a ALADI permitiu uma transferência de experiência. A nova reorientação dos processo integradores na América Latina é produto, justamente, “*da experiência acumulada*

¹⁹⁵ *Id., ibid.*, pp. 78-79.

nos vinte anos anteriores, de predomínio de esquemas rígidos e compromissos inevitáveis".¹⁹⁶ Os países-membros da ALADI, passaram a dispor de uma gama muito maior de instrumentos de política econômica. Existem atualmente acordos de alcance regional e de alcance parcial, por exemplo,¹⁹⁷ acordos comerciais, de complementação econômica, de abertura de mercado, acordos agropecuários e outros mais de preferência tarifária regional.

Apesar das mudanças instituídas no âmbito da ALADI, o comércio intra-regional latino-americano não evoluiu de maneira significativa na década de 80. Com relação as importações totais da região, o comércio decresceu de 13,8%, em 1980 para 13,1%, em 1988; com relação as exportações intra-regionais totais, o mesmo foi verificado, o comércio passou de 15,5% para 11,2%, respectivamente. Com as exportações extra-regionais, a história não foi diferente; elas caíram em média 3,2% no início da década mencionada.¹⁹⁸

A desaceleração do comércio intra-regional durante boa parte da década de 1980 deveu-se às instabilidades econômicas causadas pela crise da dívida externa. A necessidade de se obter divisas para assegurar os pagamentos dos serviços da dívida (juros e amortizações), arrefeceu as relações intra-regionais, a partir de meados de 1983, e desaqueceu o comércio intra-regional, como os dados acima demonstram.

De qualquer formar, isso não quer dizer que houve um processo de desintegração econômica na região.¹⁹⁹ Pelo contrário, a integração era vista como uma estratégia alternativa para enfrentar melhor a conjuntura internacional adversa, já que a sua retomada no início dos anos 1980, através da ALADI, obedecia,

¹⁹⁶ *Id., ibid.*

¹⁹⁷ Esses acordos estão consoantes ao princípio da multiplicidade. Nos acordos de alcance regional participam todos os países-membros e nos de alcance parcial, participam apenas alguns países-membros. Um exemplo de acordo parcial é o Mercosul.

¹⁹⁸ Rosenthal, 1990, pp. 79-80; Montoya e Guilhoto, 1987.

¹⁹⁹ Os anos 1980 marcaram, nos países de menor desenvolvimento, uma insatisfação com tal processo. Os resultados com a ALALC não foram tão positivos para esse países. Rosenthal afirma, que "os benefícios recebidos da integração no passado se converteu em um fator retardatário do processo negociador, exacerbado pelos custos da integração derivadas do desvio de comércio". Entre outros fatores, o autor aponta dois importantes que conspiraram para os insucessos da integração no âmbito da ALALC: "a escassa vinculação comercial e infra-estrutura pré-existente (sic)". Mas isto não foi o suficiente para impedir outras iniciativas de integração na região (Rosenthal, 1990, p. 86).

fundamentalmente, tanto a fatores políticos quanto econômicos, que expressavam-se em termos regional e mundial.²⁰⁰

Sob a influência desses fatores, e demonstrando haver realmente uma tendência ao fortalecimento da idéia da integração, um fato importante ocorreu nessa etapa. Por decisão política dos governos do Brasil e da Argentina, em 1986 foi assinado, no âmbito das iniciativas bilaterais ou de integração sub-regional, a Ata para Integração Argentina-Brasil. Essa iniciativa tinha como objetivo principal, iniciar um processo de integração econômica entre as duas maiores economias sul-americanas. De fato, tal iniciativa suscitou um programa amplo de integração bilateral que, até o momento, têm superado as divergências históricas entre as duas nações. Por outro lado, pôde-se fortalecer, em termos, o poder de barganha dos dois países nas relações internacionais em torno do problema da dívida externa.²⁰¹

Após um interregno de quase doze anos (1979-1990) sem crescimento econômico, onde a maior parte das economias latino-americanas sofreram com o esgotamento do modelo de desenvolvimento, pautado na substituição de importações e amparado substancialmente em financiamentos externos, os anos 1990 iniciam-se sob um novo contexto internacional. O atual período emerge sobre três novas características, que definem bem esse novo contexto: a) a globalização dos fenômenos econômicos – ideologicamente colocada como um fato novo e irreversível²⁰²; b) uma resposta latino-americana a essa *globalização*, com uma

²⁰⁰ “A questão da dívida externa (...) converteu-se num ponto central de articulação diplomática no subcontinente”. Santos lembra que essa articulação em torno do problema da dívida externa dos países do terceiro mundo, foi uma iniciativa do presidente de Cuba, Fidel Castro. Após seis congressos sobre esse tema, Fidel “conseguiu criar uma forte consciência sobre a dimensão da dívida, a impossibilidade do seu pagamento e perspectiva de utilizá-la como um fator de unidade latino-americana, de colaboração Sul-Sul e de pressão sobre as potências econômicas” (Santos, 1993, p. 126). Outros fatores são também importantes no contexto dos interesses integracionistas nesse período, tais como: a) a reabilitação de normas de convivência democrática em vários países da América Latina, b) os efeitos e conseqüências do segundo choque do petróleo (1979) no balanço de pagamentos dos países da região; e, c) a nova tendência da economia internacional que apresenta a integração econômica como uma condição necessária para o desenvolvimento de novas tecnologias, captação de investimentos externos e proteção seletiva dos mercados internos (Montoya e Guilloto, 1987, p. 3).

²⁰¹ Como veremos adiante, as mudanças ocorridas no âmbito da negociações internacionais, no sentido de dar maior autonomia aos países do Mercosul, é um dos fatores preponderantes na continuação do projeto de fortalecimento dessa integração regional.

²⁰² Uma discussão feita com o propósito de se entender melhor as novas formas que assumem a expansão do capital em nível mundial, suas peculiaridades e diferenças com os processos anteriores de internacionalização do capital, é feita, guardando suas limitações, no primeiro capítulo desse trabalho. Ver também Hirst e Thompson (1998).

gradual tendência em direção a uma maior convergência entre os países da região em matéria de política econômica, inclinada principalmente para uma liberalização comercial e a adoção de metas comuns de desenvolvimento; e, c) a convergência, pelo menos aparentemente, para regimes políticos plurais, participativos e democráticos.²⁰³

Antes, a integração regional tinha um papel preponderante nas estratégias de desenvolvimento econômico na América Latina. Atualmente, impõem-se aos países da região novas estratégias de desenvolvimento econômico, sintonizadas com a nova realidade da economia mundial. Neste contexto, *“é razoável supor que a integração seja funcional a estas novas estratégias nacionais de desenvolvimento”*.²⁰⁴

Atualmente, a discussão persiste na reestruturação das economias nacionais, transformando-as produtivamente, sendo esse processo acompanhado com maior equidade social em cada país, implicando em orientações comuns, de acordo com os interesses da sociedade. Em termos de integração, o objetivo agora é ser

“(...) compatível com o esforço de melhorar a competitividade internacional; ou seja, a integração deve contribuir para o cumprimento dos objetivos específicos de fortalecer a inserção internacional, favorecer a articulação produtiva e induzir a interação criativa entre os agentes públicos e privados”.²⁰⁵

Com isso, percebe-se, e isso será motivo de discussão na próxima seção, que a concepção de integração econômica nos anos 1990 muda. Ela não deixa de ser uma estratégia de defesa coletiva contra as adversidades surgidas no âmbito da economia mundial – sobretudo no atual estágio de internacionalização do capital –, mas passa a ser, prioritariamente, também um elemento ofensivo, que pode contribuir para melhorar a inserção internacional dos países latino-americanos.

2.4 – Algumas Características Entre Integração Regional e Globalização

Vários são os autores que estão tratando desses dois fenômenos. Tentaremos fazer algumas considerações, baseadas em alguns pontos de vista, sobre

²⁰³ Rosenthal, 1990, p. 81.

²⁰⁴ *Id., ibid.*, p.82.

²⁰⁵ *Id., ibid.*

os aspectos que diferenciam a globalização da regionalização, bem como aqueles que encontram semelhanças.

Para Ianni, por exemplo, à medida que o capitalismo processa a globalização da economia, vão surgindo relações processos e estruturas particulares. Movimentos de interdependência e integração dos mercados, bem como de fragmentação e antagonismos, ressurgem nesse contexto com mais vigor do que em épocas precedentes da internacionalização do capital.²⁰⁶

Nesse sentido, a análise do autor reforça o que foi colocado no primeiro capítulo deste trabalho: que a globalização, portanto, é um fenômeno de crescente internacionalização da produção e transnacionalização dos capitais financeiros e comerciais sob novas formas; processo que vem ganhando expressão mundial à medida que países ou regiões estejam aptos, tanto para serem bases de atividades produtivas quanto espaços de realização e valorização da mercadoria.

Por outro lado, a regionalização é tratada por Ianni como um processo intermediário entre a perda da autonomia nacional e o crescimento das exigências impostas pelo processo de globalização da economia. Sem dúvidas, a globalização exerce uma influência muito forte sobre aquelas economias envolvidas diretamente na economia mundial, o que implica na perda de diversos atributos de soberania econômica e política sobre os seus destinos, aí incluídas tanto as economias subdesenvolvidas, quanto alguns países da OCDE.²⁰⁷ Nesse caso, para Ianni, a regionalização surge da tensão entre globalismo²⁰⁸ e nacionalismo, ou seja, a regionalização emerge como uma “*das soluções para os impasses a as aflições do nacionalismo*”. Assim, o regionalismo “*envolve a formação de sistemas econômicos que redesenham e integram economias nacionais, preparando-as para os impactos e as exigências ou as mudanças e os dinamismos do globalismo*”.²⁰⁹

²⁰⁶ Ianni, 1996, p. 147.

²⁰⁷ Cf. Baumann, 1996, p.36. A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi criada em 1961 em substituição à Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE). Além de integrar os antigos países da OECE – Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Turquia - a OCDE inclui atualmente ainda os Estados Unidos, Espanha, Japão, Austrália e Nova Zelândia. A organização visa incentivar o crescimento econômico e o desenvolvimento dos seus países membros e a expansão do comércio multilateral (cf. Sandroni, 1994, p. 243).

²⁰⁸ Termo cunhado pelo autor.

²⁰⁹ Ianni, 1996, p. 115.

Porém o autor não menciona que o fenômeno da regionalização também é acompanhado de exigências que provocam a perda de autonomia sobre às políticas econômicas dos países envolvidos. Não é apenas a globalização que provoca essa perda, portanto.²¹⁰ Nesse caso, vemos semelhanças entre os dois fenômenos. Desta forma, a regionalização é vista por Ianni apenas como um processo intermediário entre as fricções do nacionalismo e globalismo.

Santos, também tenta fazer uma análise sobre a relação entre globalização e regionalização. Mas parece que o autor pouco se aprofunda sobre o assunto, deixando algumas lacunas abertas em seu discurso sobre os dois fenômenos.²¹¹

Para este autor, a regionalização assume um caráter aparentemente contraditório à globalização mas, na verdade, são dois fenômenos interdependentes. O fenômeno da regionalização aparenta ser contraditório à globalização à medida que algumas nações ou regiões podem juntar suas forças com o objetivo de se inserirem de uma forma mais soberana e ativa na economia mundial. Quer dizer, a regionalização pode proporcionar às economias subdesenvolvidas um melhor posicionamento no contexto de crescentes instabilidades político-econômicas advindas do atual estágio de internacionalização do capital. Vejamos o que o autor diz sobre o assunto:

*“A atual conjuntura indica pois dois movimentos aparentemente opostos, mas interdependentes. O processo de globalização da economia mundial que une todas as nações regiões dentro de um mesmo movimento único que integra o conjunto da humanidade numa civilização planetária, na qual as necessidades do planeta se sobrepõem às lógicas particulares. Mas, ao mesmo tempo, para situar-se neste mundo global, as nações, assim como as regiões e os diferentes agentes sociais vêem-se obrigados a fortalecerem-se localmente para competir nessa economia mundial”.*²¹²

²¹⁰ Ao mesmo tempo que vão enfraquecendo-se a autonomia de alguns Estados Nacionais, provocado tanto por um processo de integração regional quanto pela inserção na economia mundial, vão surgindo, por exemplo, no âmbito regional, autoridades supranacionais autônomas, com instrumentos políticos e jurídicos que possibilitam a ordenação do espaço e da estrutura política-econômica para atuação do grande capital multinacional. O exemplo da União Européia é bastante elucidativo nesse caso. Nessa região, *“ocorre a mais importante experiência de superação do Estado nacional como instrumento de coordenação das atividades econômicas em sociedades que conciliam os ideais de liberdade e bem-estar social”* (Furtado, 1996, p. 47)

²¹¹ Santos, 1993.

²¹² Santos, 1993, p. 53

Sobre a globalização, a realidade não parece apontar no sentido que Santos colocou. No atual estágio das relações de produção dominante, somente aquelas nações que ofereçam condições para que o capital se reproduza – mercado consumidor promissor; força de trabalho apropriada para os novos padrões e técnicas de produção; ambiente sócio-político estável e favorável, etc. – estão tendo oportunidade de inserção nesse novo contexto, enquanto a grande maioria das nações são totalmente alijadas do processo de integração à dinâmica econômica mundial, portanto, excluídas, como assim afirma Cardoso.

*“O países (ou partes deles) incapazes de repetir a revolução do mundo contemporâneo e, ao mesmo tempo, encontrar um nicho no mercado internacional, terminarão no ‘pior mundo possível’. Não valerão ao menos o trabalho de serem explorados; tornar-se-ão irrelevantes, sem qualquer interesse a economia global em desenvolvimento”.*²¹³

A exclusão de nações e/ou regiões da dinâmica econômica mundial é, sem dúvidas, uma característica marcante do atual processo de globalização. Só para fazer um contraponto com esse processo, na época em que prevaleceu o imperialismo, por exemplo, as grandes nações capitalistas, representadas pelos grandes monopólios, ampliavam as suas zonas de interesses, deflagrando uma verdadeira corrida pela partilha do mundo, através da dominação exercida pelas grandes potências sobre um número cada vez maior de nações.²¹⁴ Atualmente ocorre o contrário, cresce cada vez mais o número de nações que estão à deriva do processo de globalização nesse novo contexto.

Percebe-se com clareza que a visão de Santos é bastante otimista quanto à globalização. Por outro lado, tem razão quando coloca que algumas nações, aquelas mais frágeis do sistema econômico mundial, estão se fortalecendo para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Todavia, ao atribuir à globalização um papel integrador, que permite a humanidade caminhar rumo a uma civilização planetária e ainda por cima que seus interesses estejam sobrepostos aos interesses particulares, Santos parece não perceber que vivemos numa economia capitalista, dominada pelos países desenvolvidos, que no jogo de forças mundial fazem prevalecer seus interesses e de seus grandes conglomerados multinacionais.

²¹³ Cardoso, 1996, p. 12. Gifo do autor.

²¹⁴ Ver Lênin, 1987.

Portanto, as duas análises, Ianni (1996) e Santos (1993), ainda não são suficientes para caracterizar a regionalização e a globalização. A primeira por tratar a regionalização apenas como um processo intermediário entre a perda de soberania das nações no trato de políticas internas, ou seja, crise do nacionalismo frente as imposições da globalização. E a segunda, por se tratar, digamos, de uma apologia à globalização, o autor assemelha-se aqueles que preconizam que estamos caminhando para uma espécie de “Aldeia Global”, onde não haveria mais fronteiras nacionais, a humanidade estaria interligada por uma consciência coletiva que a levaria para um mundo dominado não pelos interesses particulares, sejam eles de países, nações, blocos de países ou grandes conglomerados capitalistas multinacionais, mas pelos interesses coletivos, interesses relacionados com o bem comum e preocupados em resolver os grandes problemas que afligem a humanidade. De certo, estamos muito longe de exercermos essa consciência frente a lógica perversa do modo de produção capitalista que se intensifica cada vez mais. No entanto, não quer dizer que seja impossível.

Uma análise mais realista sobre a relação entre regionalização e globalização é realizada por Baumann.²¹⁵ Para este autor, *“globalização é um movimento de deslocamento, através das fronteiras, dos agentes econômicos”*, sobretudo as grandes multinacionais. Quanto a regionalização, ao contrário, ela *“está relacionada com a preservação e estímulos a valores locais”*. Portanto, para Baumann, *“a globalização tem seu impulso no movimento de variáveis microeconômicas, e a partir das estratégias das empresas, enquanto a regionalização é largamente determinada por decisões políticas”*.²¹⁶

Coutinho²¹⁷ desenvolve muito bem a característica levantada por Baumann com relação à globalização. Parte do trabalho desse autor consiste no apontamento das estratégias das grandes multinacionais que concentram seus aspectos financeiros e tecnológicos em seus países de origem, enquanto descentralizam, para o nível regional, os aspectos ligados à produção.

É verdade que as corporações multinacionais desempenham um papel crucial, que pode ser decisivo, na criação, institucionalização e dinamização dos

²¹⁵ Baumann. 1996.

²¹⁶ *Id.*, *ibid.* pp. 46-47.

²¹⁷ Coutinho. 1996.

sistemas econômicos regionais. Porém, o impulso inicial e a continuidade de objetivos e de grandes projetos, por exemplo na área de infra-estrutura, dependem, quase que exclusivamente, como coloca Baumann, de decisões políticas na maioria dos casos.²¹⁸

Com relação as grandes multinacionais, a necessidade da formação de grandes blocos econômicos regionais, integrado por vários países, atende a necessidade de aumentar a escala de produção.²¹⁹ Nesse caso, as decisões políticas que influencia nessas formações são consoantes à garantia, em menor ou maior grau, da proliferação da produção industrial, proporcionando, desta maneira, o aprofundamento da divisão internacional do trabalho, garantindo a lógica de reprodução ampliada do capital em escala mundial.

Desta forma, tanto a integração regional quanto a globalização confluem para a progressiva retirada de entraves ao livre comércio, na perspectiva de uma economia mundial cada vez mais integrada que esteja sob o controle dos mais poderosos oligopólios multinacionais.²²⁰

Em resumo, temos que a formação de blocos econômicos regionais (regionalização), enquanto resultado de um processo de globalização da economia no marco da internacionalização contemporânea do capital, expressa uma contradição em termos, mas adequada perfeitamente às necessidades atuais do processo de acumulação capitalista. Portanto, organizar blocos regionais significa, num sentido ofensivo, unir forças para conquistar novos espaços de reprodução e valorização do capital. Percebe-se também, que essas formações, quando adotam políticas econômicas defensivas, tentam limitar o raio de ação e influência de algumas grandes corporações multinacionais e de alguns países que dominam o cenário geoeconômico. Além disso, procuram preservar pelo menos os aspectos particulares, de cada região (língua, cultura, etc)

²¹⁸ Baumann, 1996.

²¹⁹ Brum, 1997, p. 87.

²²⁰ *Id., ibid.*, p. 71

2.5 – Principais Blocos Econômicos Regionais no Mundo

Existem atualmente vários blocos econômicos reunindo países em diversas regiões do mundo. O principal deles, e várias vezes já nos referimos, é a Comunidade Econômica Européia, que veio dar origem em 1992, a partir do Tratado de Maastrich, à União Européia. A iniciativa de unir os principais países europeus partiu logo após a Segunda Guerra Mundial com a criação do primeiro esboço de integração regional acompanhado da criação da Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE).

No lado oriental da Europa, as ex-repúblicas soviéticas formam a Comunidade de Estados Independentes (CEI) e tem como objetivo a formação de um mercado comum e, progressivamente, constituir um sistema regional integrado e dinâmico, sob a liderança da Rússia. Essas economias passam atualmente por um processo de reestruturação econômica em conformidade com os princípios de mercado, abrindo a estrutura produtiva à iniciativa privada através da promoção de desestatizações, privatizações e a desregulação do mercado. O exemplo dessa iniciativa integracionista, em última instância, só vem confirmar os objetivos do processo de globalização e regionalização, qual seja: a expansão da estrutura de produção capitalista à regiões onde a acumulação do capital em escala ampliada possa dar-se continuamente.²²¹

Na Ásia e Oceania dois projetos de integração regional estão se desenvolvendo simultaneamente. A Associação das Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN) e a Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico (APEC). O primeiro deles reúne as nações Brunei, Cingapura, Filipinas, Malásia e Tailândia. A APEC, por sua vez, apresenta-se como a mais importante entre as duas organizações. Ela é responsável praticamente por metade da produção mundial sendo formada pelos seguintes países e cidades-estado: Austrália, Brunei, Canadá, China, Cingapura, Hong Kong, Coreia do Sul, Estados Unidos, Taiwan, Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné e Tailândia.

²²¹ O imenso potencial de recursos, inclusive de gente qualificada, principalmente na Rússia, indica, por si só, a importância de incorporação dessa região, no longo prazo, à dinâmica capitalista.

Percebe-se que aqueles países que formam a ASEAN, também participam da APEC.²²²

Nas Américas, dois grandes blocos regionais merecem destaque. O Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) iniciado em 1994, ampliando o acordo de livre-comércio entre Canadá e os Estados Unidos que existia desde 1989, agora incluindo o México. Nessa integração regional prevalece o comando das grandes multinacionais de origem norte-americana. O potencial de mercado e produtivo dessa região influencia diretamente toda a América Latina e Caribe. Por outro lado emerge, dentro das iniciativas sub-regionais da ALADI, o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), reunindo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; existindo ainda entendimentos com outros países da América do Sul, como é o caso da Bolívia e do Chile.

Ademais em diversas regiões do globo, existem outras iniciativas de integração econômica regional. O Grupo de 3 reunindo Colômbia, México e Venezuela; O Mercado Comum da América Central (MCAC) com Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá; a Associação de Livre Comércio do Caribe, reunindo as importantes economias caribenhas; a Comunidade Econômica da África Ocidental, reunindo Benin, Burkina, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana Libéria, Mâli, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo; o Conselho de Cooperação do Golfo com a Arábia Saudita, Emirados Árabes e Kuwait; sem mencionarmos o Grupo Andino e a ALADI²²³.

Esses exemplos refletem bem a importância e a dinâmica que o processo de integração regional vem tomando corpo em conformidade com a globalização. Pode-se esperar várias dificuldades em implementá-los e dinamizá-los. De qualquer maneira essas iniciativas apontam claramente como será o desenho geopolítico do mundo no futuro. Um mundo onde as relações internacionais se desenvolvam predominantemente entre blocos de países.

Entretanto nossa preocupação seguinte é abordagem da estrutura e dinâmica do Mercosul. Essa pretensão surge diante das dificuldades enfrentadas

²²² Ianni, 1996, p. 120.

²²³ *Id.*, *ibid.*, pp. 118-121.

a harmonização das políticas aduaneira, comercial, agrícola, industrial e de transportes e comunicações, bem como a coordenação de políticas monetária, fiscal e cambial; numa segunda etapa, proceder-se-ia à harmonização gradual das demais políticas necessárias à formação da união econômica.²²⁶

Em julho de 1990, com a assinatura de mais um compromisso comum, a “Ata de Buenos Aires”, o processo de integração Argentina-Brasil deu mais um importante passo à frente. Foi estabelecido, naquele momento, um prazo mais curto para a criação de um mercado comum, quatro anos e meio. O que mais caracterizou esse momento foi a ampliação das fronteiras de negociação com outros países da região, com vistas à extensão do processo de progressiva liberalização comercial que já vinha sendo realizado entre os dois países.

Mas, o grande passo rumo à consolidação da integração econômica regional, e que deu origem ao Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul) foi, sem dúvidas, a assinatura do “Tratado de Assunção”, em 26 de março de 1991. A partir de então, a integração tripartite converteu-se em quadripartite, com a inclusão de um novo país-membro, o Paraguai. O Tratado de Assunção representa um instrumento legal que permite, substancialmente, o estabelecimento de negociações de um mercado comum unificado, ou seja, uma união econômica. Essa meta é estabelecida levando-se em conta os quatro objetivos básicos do Tratado:

*“a) livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países; b) o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamento de Estados; c) a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes; e, d) o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração”.*²²⁷

²²⁶ Como já foi salientado antes, a união econômica trata-se de um projeto de integração bem mais amplo, que além de conter as propostas das etapas anteriores, área de livre comércio, união aduaneira e mercado comum, tenta harmonizar as *políticas econômica, monetária, fiscal, social e anticíclica*”.

²²⁷ “Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai” 26 mar. 1991. In: Mercosul - Síntese Estatística. 1992. p. 285.

O Tratado de Assunção estabelecia ainda, até 31 de dezembro de 1994, a adoção de regras de origem²²⁸, um sistema de solução de controvérsias e o direito de adotar cláusulas de salvaguardas.²²⁹

Apesar do projeto de integração econômica do Mercosul ser um tanto ambicioso, vale lembrar que este ainda não se constituiu como uma união aduaneira de fato.²³⁰

Algumas diferenças entre as duas principais economias da região, Argentina e Brasil, no tocante a produção de determinados setores são responsáveis por alguns problemas relacionados a liberalização do comércio entre os dois países. Por exemplo, Argentina praticava tarifas zero para a importação de bens de capital e de informática entre 1985 e 1990.

O objetivo da importação de bens de capital para a Argentina era de modernizar sua estrutura produtiva industrial. Por sua vez, a importação de produtos de informática justificava-se por esse país não os produzi-los. Entretanto, essa desgravação tarifária em relação aos países não-membros do Mercosul não agradava ao Brasil. Este país, por sua vez, é o único produtor de produtos de informática e o maior produtor de bens de capital no âmbito do Mercosul, portanto, qualquer medida que tirasse desses setores a oportunidade de ampliação de mercado entre os países do Mercosul e suscitasse desvio de comércio, não recebia apoio desses setores empresariais brasileiros.

²²⁸ Essas regras estabelecem se um produto é originário de uma área de livre comércio ou de outros mercados, considerando-se que a mercadoria originária de uma zona de livre comércio terá tratamento diferenciado em relação à terceiros países. Portanto seu objetivo básico é evitar que operações triangulares de exportação se beneficiem indevidamente da zona de livre comércio. Além disso, os certificados de origem emitidos para as mercadorias importadas, caracterizam a real procedência das mesmas, assim como permitem proibir as triangulações e outras práticas desleais de comércio (Mello, 1997, p. 34). O exemplo das mercadorias provenientes do Paraguai para os demais países do Mercosul é sintomático nesse caso. A comercialização por esse país de bens de consumo duráveis e semi-duráveis oriundos de outros países tem sido causa de várias controvérsias. Dentro dos objetivos das regras de origem, nenhum produto que seja fabricado fora do Paraguai deve usufruir do mesmo tratamento tarifário dado aos produtos fabricados e comercializados intra-bloco, devem ser submetidos a TEC (Tarifa Externa Comum).

²²⁹ Os processos de negociação entre países com diferenças econômicas expressivas sempre são motivos de discussões, principalmente quando envolvem interesses e setores estratégicos de cada economia em particular. Nesse sentido, a criação de instrumentos e mecanismos que possibilitem a solução de impasses é de substancial importância para a condução democrática dos processos de integração econômica.

²³⁰ Essa discussão está enriquecida de dados e detalhes analíticos no livro organizado por Brandão e Pereira, 1997.

Concluindo, não se pode estabelecer uma tarifa externa comum sem que os interesses dos países membros sejam considerados. A saída para esse impasse foi definir um prazo para que esses setores da economia brasileira pudessem preparar-se para enfrentarem a competição direta com os produtos dos países não-membros do Mercosul.

As controvérsias, de fato, vão sempre existir quando está em jogo inúmeros interesses e países com estruturas produtivas tão diferentes. A experiência da União Européia demonstra o quão é difícil encontrar consensos em torno de temas polêmicos. Não se pode exigir que o Mercosul, que se encontra ainda em fase de maturação, possa alcançar os mesmos resultados conseguidos por outras experiências de integração mais antigas. A própria União Européia, nesses quase cinquenta anos de experiência bem sucedida, ainda apresenta dificuldades e obstáculos diversos.²³¹

3.2 – ASPECTOS TERRITORIAL, POPULACIONAL E DEMOGRÁFICO DO MERCOSUL

Os quatro países membros do Mercosul apresentam um quadro físico, populacional e demográfico bastante heterogêneo. As diferenças não estão apenas limitadas por essas características.²³²

²³¹ Atualmente o que discute-se no âmbito da União Européia é a proposta de criação de uma moeda única, o Euro. As conseqüências da introdução de um padrão monetário único na Europa são ainda motivos de especulações que envolvem diversos setores da economia e da política nos países da região. Essa proposta é bem antiga. Desde a criação do Sistema Monetário Europeu (SME), em 1979, que discute-se sobre os riscos e os benefícios de uma moeda única. A partir de 1988 essa discussão toma ímpeto com a união monetária surgida depois dos estudos que serviram de base para o Tratado de Maastricht, de 1992. Um dos pontos mais discutíveis sobre essa questão diz respeito a possibilidade de harmonização das taxas de juros. A revista "The Economist", publicou vários artigos entre 1997-1998, bem pessimistas sobre a criação do Euro. Nessas edições são feitos apelos para que os grandes líderes europeus retrocedam na proposta para evitarem que a "grande aventura termine em desastre". Por outro lado, existem aqueles mais otimistas que preferem acreditar que haverá um aumento significativo da eficiência e redução de custos de transação; que a nova moeda poderá ser um contraponto importante com o dólar como reserva internacional; a criação do Banco Central Europeu independente, constituirá uma base importante para um pacto implícito de estabilidade, eliminando os riscos de irresponsabilidade fiscal e cambial no futuro; e que a criação da moeda única possibilitará um grande passo rumo ao aprofundamento da união político-econômica dos Estados europeus. Para ter uma visão bastante resumida sobre os riscos e benefícios da adoção de uma moeda única, ver os artigos de Sayad, J. Moeda semi-única. *Folha de São Paulo*, 11 out. 1998 e Nóbrega, M. Euro: vai começar a grande aventura. *Folha de São Paulo*, 01 mai. 1998.

²³² Aqueles que tiverem a oportunidade e o interesse de aprofundar os conhecimentos sobre a formação política e econômica da América Latina, podem encontrar, sem dúvidas, no livro de Celso Furtado, *A Economia Latino-Americana: formação histórica e problemas contemporâneos*, 1978, uma vasta análise sobre essas questões. Outras obras servem também como referência nesse caso. Pode-se acrescentar ainda *A descoberta do Homem e do mundo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Nessa obra encontra-se uma coletânea de artigos de sociólogos, historiadores e cientistas políticos, em sua maioria portugueses, que trata a questão do descobrimento, sobretudo das Américas, numa perspectiva crítica e, além disso, atualizada do ponto de vista das

A maneira como a América Latina foi colonizada é determinante na sua composição sócio-econômica. Furtado assinala, que as diferenças étnico-culturais constituem um dos traços mais característicos da região.²³³ Existem diferenças qualitativas significativas, como por exemplo entre os países do Caribe, de forte influência africana, e os países andinos, onde até hoje predominam os elementos étnico-culturais indígenas.

A brutalidade da colonização latino-americana destaca-se como um dos traços mais marcantes da presença de Portugal e Espanha na região durante o Antigo Sistema Colonial. Tanto a colonização espanhola quanto a portuguesa foram caracterizadas como genocídios. As áreas de colonização hispânica eram habitadas por grandes contingentes de populações aborígenes que conheciam metais preciosos. É incorreto, talvez, afirmar que os espanhóis utilizaram técnicas apropriadas de colonização.²³⁴ Para Novais o que ocorreu realmente foi “*a conquista, isto é, o saque das riquezas acumuladas e a dominação dos aborígenes, com desmantelamento direto de suas estruturas políticas tradicionais*”. A conquista “*espanhola põe a nu as linhas de força da colonização moderna*”.²³⁵

Nas partes da América onde prevaleceu a colonização lusitana, os aborígenes, como eram mais primitivos que os povos conquistados pelos espanhóis, não conheciam, ainda, metais preciosos e suas fontes. Nessas áreas foi necessário que se definisse uma outra estrutura produtiva, baseada na agricultura tropical (a exemplo do açúcar, primeiramente cultivado na ilha da Madeira e, depois, no Brasil), para que os capitais europeus em franca expansão pudessem promover a ocupação, povoamento e valorização do espaço econômico conquistado, em conformidade com o desenvolvimento do capitalismo comercial do Antigo Sistema Colonial, principalmente a partir da segunda metade do século XVI.²³⁶

novas formulações históricas sobre o assunto. Ademais, podemos destacar os seguintes trabalhos: Dongui, 1975; Andrade, 1997; Aricó, 1982.

²³³ Furtado, 1978

²³⁴ Colonização, significa, no âmbito do Antigo Sistema Colonial, organizar a estrutura produtiva com o objetivo de promover a acumulação capitalista nos quadros da economia européia da época, ou seja, estimular o progresso burguês nos quadros da sociedade ocidental (Novais, 1995, p. 97).

²³⁵ *Id., ibid.*, p. 94.

²³⁶ *Id., ibid.*, pp. 92-93. Sobre esse assunto ver também Furtado, C. *Formação econômica do Brasil*, 1959.

Assim, a América espanhola destacou-se pela produção de metais preciosos nos primeiros cento e cinquenta anos de sua descoberta, enquanto que na América portuguesa, predominou uma estrutura voltada para produção de produtos agrícolas. Isto influenciou diretamente no quadro demográfico da região. “*A economia mineira, que na América espanhola provocou o despovoamento de certas regiões, teve no Brasil efeito contrário*”.²³⁷ Pode-se inferir daí a grande expansão de terras que foram conquistadas pelos espanhóis. Excluindo o Brasil de colonização portuguesa e o Haiti de colonização francesa, o restante da região latino-americana esteve diretamente sob o domínio espanhol.

Portanto, pode-se diferenciar a ação dos espanhóis e dos portugueses na América Latina. A ação dos primeiros, segundo Furtado, assume características de conquistas, aliadas a escravização e extermínio de numerosas populações indígenas, que viviam em comunidades de complexa estrutura sócio-econômica.²³⁸ Ao contrário, a ação dos portugueses pode ser descrita como colonizadora, em relação a ação dos espanhóis. Isto não redime os portugueses de também terem exterminado milhares de indígenas. Todavia, a população aborígine na América portuguesa já era rarefeita. Vale salientar, que isso não pode ser indicado como um dos principais motivos da introdução do escravo africano nas colônias portuguesas.

Segundo Novais, apesar dos aborígenes terem sido utilizados em determinados momentos para trabalhos forçados, não justifica-se que motivos como a rarefação demográfica, a falta de aptidão em alguns tipos de trabalhos, as dificuldades de apresamento, transportes, etc., tenham sido relevantes para incitar o tráfico negreiro. Pelo contrário, a principal causa para o abastecimento das colônias com escravos africanos foi a possibilidade de abrir-se um “*novo e importante setor do comércio colonial*”.²³⁹

²³⁷ Furtado, 1978, p. 10.

²³⁸ Novais, 1995, p. 94.

²³⁹ Ainda segundo Novais, foi o “tráfico negreiro que alimentou um dos setores mais rentáveis do comércio colonial (...) a implantação de ‘formas compulsórias de trabalho’ decorria fundamentalmente da ‘necessidade de adequação da empresa colonizadora aos mecanismos do Antigo Sistema Colonial’, tendente a promover a primitiva acumulação capitalista na economia européia; do contrário, dada a abundância de um fator de produção (terra), o resultado seria a constituição no Ultramar de núcleos europeus de povoamento, desenvolvendo uma economia de subsistência voltada para o seu próprio consumo, sem vinculação econômica efetiva com os centros dinâmicos metropolitanos. Isto, entretanto, ficava fora dos impulsos expansionistas do capitalismo mercantil europeu, não respondia às suas necessidades” (Novais, 1995, pp. 99-105. Grifo do autor).

Não se pode negar a importância da constituição histórica da América Latina. O Mercosul, quer queira ou não, em seus aspectos geográficos e demográficos, entre outros, sofre a influência da época colonial. O aspecto lingüístico é latente nesse sentido. Predominam na região, conseqüentemente, o português e o espanhol. É importante salientar, também, que onde ocorreram os maiores conflitos como também uma forte resistência dos aborígenes contra a invasão hispânica, predomina a herança da cultura indígena, como na Bolívia por exemplo. Por outro lado, naqueles países em que predomina a língua portuguesa, como o Brasil por exemplo, os resquícios indígenas são bem menores. Isso é paradoxal se levarmos em consideração que foi na América espanhola, como vimos, que mais se destruíram comunidades indígenas.

Quanto aos aspectos territoriais tem-se um quadro distinto entre os países que compõem o Mercosul. A área superficial do Mercosul é de aproximadamente 12.017,540 km², equivalendo a 9% da superfície ocupada por todos os países do mundo. Esse território encontra-se distribuído da seguinte forma: Argentina 2.780,400 km²; Brasil 8.511,996 km²; Paraguai 406,752 km²; e Uruguai 318,392 km².

Em termos populacionais o Mercosul já ultrapassa os 200 milhões de habitantes. O Brasil, o país mais populoso, tem, segundo dados mais recentes, 164.511,366 habitantes; a Argentina 35.797,985 habitantes; o Paraguai e o Uruguai têm respectivamente, 5.651,634 e 3.270,707.²⁴⁰ Percentualmente o Brasil se apresenta com 78,6% da população total do Mercosul, seguido da Argentina com 17,2%, do Paraguai com 2,7% e Uruguai com 1,5%. Percebe-se, então, uma característica peculiar da história da região. O tamanho relativo da população brasileira parece encontrar também na história sua explicação. Nos países onde não predominou a economia mineira, o processo de povoamento se deu continuamente. Portanto, por hipótese, pode-se considerar esta característica, do ponto de vista histórico-estrutural, como um dos argumentos que explicam essa grandeza. Além disso o aspecto geográfico do Brasil, grande extensão territorial e ampla costa oceânica, contribuiu para a distribuição de sua população.

²⁴⁰ Essas estimativas sobre a população dos quatro países, são as mais recentes divulgadas pelo jornal *Folha de São Paulo* em um encarte especial sobre o Mercosul do dia 27 nov. 1998.

De acordo com os dados sobre a superfície territorial e populacional, a densidade demográfica do Mercosul (número de habitantes/km²) é a seguinte: Argentina 12,8, Brasil 19,3, Paraguai 13,9 e Uruguai 10,2. No todo, a densidade demográfica do Mercosul é baixa em relação a dos países industrializados, 26,1 hab/km².²⁴¹ A explicação para isso reside na existência de grandes áreas ainda desabitadas, como por exemplo a Amazônia brasileira.

Logo de início é bom registrar a importância dimensional que o Brasil assume no Mercosul considerando o volume da população e de seu território.

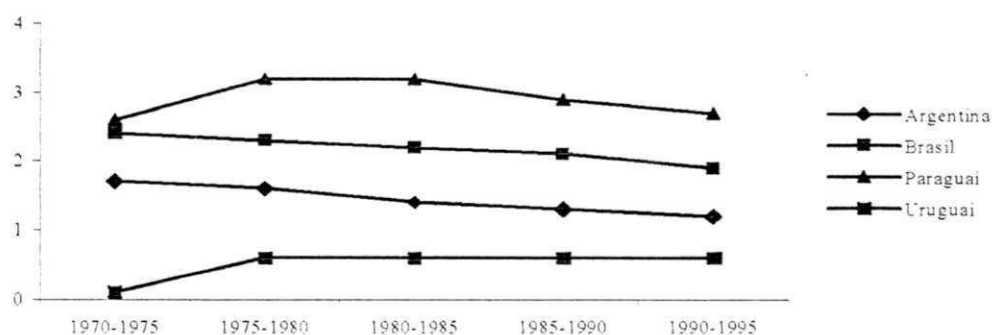
O crescimento populacional dos países membros do Mercosul vem decrescendo, exceto o Uruguai que se mantém estável (Gráfico 1). Uma razão que explica este declínio pode ser encontrada em Furtado, quando o autor aponta para uma redução da taxa global de fecundidade (número médio de filhos que teria uma mulher em sua vida fértil) nos últimos decênios. Para o conjunto da região latino-americana, entre 1935-40 a taxa global de fecundidade decresceu de 5,69 para 5,29, aumentando para 5,72 no período 1955-60.

Fazendo algumas estimativas, Furtado, chega a apontar que entre 1995-2000 a taxa global de fecundidade na região declinaria para 3,91.²⁴² Os dados mais recentes confirmam esta hipótese. Verifica-se, para o caso dos países que compõem o Mercosul, uma tendência nesse sentido. O Brasil e o Paraguai, segundo dados de 1991, já apresentavam uma taxa de 4,35% e 4,41% respectivamente, bem menor do que a média regional. No Uruguai, no período 1990-1995, a taxa global de fecundidade declinou para 2,33%, que em boa parte explica o comportamento estável do crescimento populacional nesse país (Gráfico 1).

²⁴¹ Brandão. *et al.*, 1997. p. 272.

²⁴² Furtado, 1978. pp. 11-15.

Gráfico 1 - Crescimento populacional dos países do Mercosul – 1970/1995



Fonte dos dados: Cepal. Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe – 1991 *apud* Mercosul – Sinopse Estadística – 1992, p. 62. Elaboração FG.

Por outro lado, a taxa bruta de natalidade (relação entre o número de nascidos vivos para cada 1000 pessoas) também vem decrescendo. Na Argentina entre 1950-55 e 1970-75 ela baixou de 25,38% para 21,80%, e agora nos anos 1990 chegou a 21,64%. A taxa bruta de mortalidade (relação entre o número de óbitos para cada 1000 residentes) entre 1950-1990 também declinou de 9,16% para 7,92%.

No Brasil esses mesmos indicadores se apresentam da seguinte maneira, para o respectivo período: taxa bruta de natalidade declinou de 41,2% para 24%; o mesmo ocorre com taxa bruta de mortalidade que passou de 12,6% para 7%. O Paraguai ainda se depara com uma taxa bruta de natalidade alta para os padrões da região, 33,5% em 1985, e a menor taxa bruta de mortalidade da região, 6,45%. O Uruguai apresenta a menor taxa bruta de natalidade do Mercosul, 17,59% entre 1990-1995, e a maior taxa bruta de mortalidade 10,3% respectivamente.²⁴³

Furtado assinala que o declínio da taxa bruta de mortalidade deve-se à fatores de ordem social e econômica. Para o autor, um dos fatores responsáveis é o maior controle sobre doenças epidêmicas e endêmicas, isto devido a redução dos custos com alguns tratamentos de prevenção e combate à doenças. Outro fator

²⁴³ Fonte dos dados: Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística – 1996; Dirección General de Estadística y Censos do Uruguay – 1985 *apud* Mercosul - Sinopse Estadística. 1992; Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos do Paraguay - 1990 *apud* Mercosul - Sinopse Estadística. 1992; INDEC. Censo Nacional de Población y Vivienda - 1991 *apud* Mercosul -

apontado é o maior acesso da população aos serviços públicos de saúde. Isto deve-se a própria necessidade criada pelo crescimento populacional nestes países, acompanhado da urbanização e modernização das estruturas sócio-econômicas.²⁴⁴ Argentina e Brasil são exemplos do avanço de setores essenciais de atendimento à sociedade.

A expectativa de vida nos quatro países tem aumentado nas últimas duas décadas. Dados de 1990 confirmam que o Uruguai apresenta o maior indicador de esperança de vida ao nascer, 72,4 anos, seguido da Argentina com 71,9 anos, Brasil com 70,5 anos e Paraguai com 67,2 anos. Comparando os números atuais com os levantados por Furtado tem-se a magnitude dessa evolução. Entre 1950-55 e 1970-75 a esperança de vida ao nascer na Argentina evoluiu de 62,7 anos para 68,1 anos e no Brasil de 54,1 anos para 61,3 anos, respectivamente. No período 1950-90, a esperança de vida ao nascer na Argentina elevou-se em 14,7%, e no Brasil o crescimento foi mais expressivo chegando a 30,3%.

A proporção da população urbana em relação à população total vem crescendo nos quatro países nas últimas três décadas (1970-1990). A Argentina é o país que apresenta o maior percentual proporcional, passando de 78,4% para 86,2% no período. No Uruguai a evolução foi de 82,1% para 85,5%, o Brasil de 55,8% passou para 76,9% e o Paraguai de 37,1% pulou para 47,5%.²⁴⁵ Esses dados indicam que Argentina e Uruguai não evoluíram significativamente no processo de aglomeração de grandes contingentes populacionais em espaços urbanos. Pelo contrário, Paraguai e Brasil, que tinham uma relativa distribuição populacional entre as zonas rurais e urbanas, apresentam uma significativa elevação da população urbana.

No caso do Brasil, especialmente, podemos apontar dois fatores que contribuíram para a elevação do percentual da população urbana. O primeiro diz respeito ao processo de industrialização, que correspondeu a um intenso desenvolvimento urbano logo após a Segunda Guerra Mundial e atingiu seu auge na

Sinopse Estatística, 1992; Furtado, 1978, p. 12. Os dados mais recentes sobre o Brasil foram extraídos de Guedes, 1997, p. 11.

²⁴⁴ Furtado, 1978, p. 13

²⁴⁵ Fonte dos dados: Cepal. *Anuário Estatístico de América Latina y el Caribe – 1991*, apud Mercosul - Sinopse Estatística, 1992.

década de 1970. Isso foi acompanhado de um crescimento do setor de serviços, particularmente o relacionado com as atividades comerciais e financeiras. O segundo fator foi o processo de modernização da agricultura iniciado nos anos 1950 que aumentou o estoque de migração rural e provocou um dos maiores processos de urbanização da história moderna. O Brasil passou, em 50 anos, de 12 milhões para 120 milhões de novos habitantes nas grandes cidades.²⁴⁶

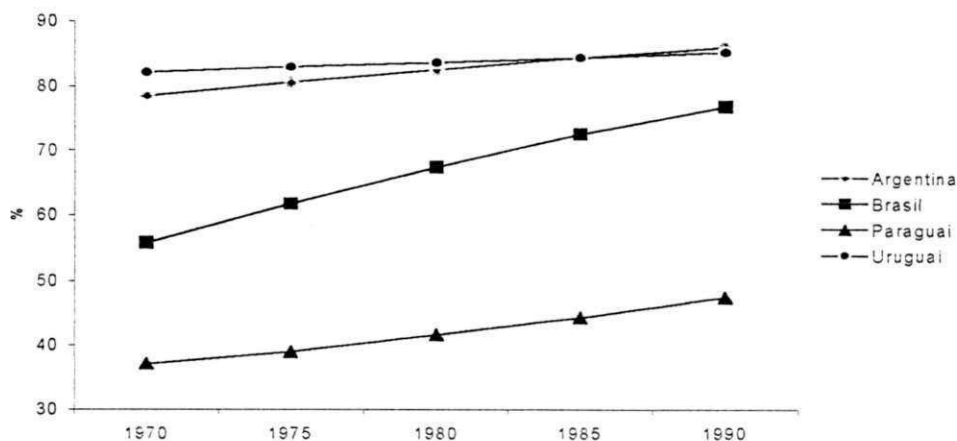
No Brasil, entre 1950-1980, o número de localidades com mais de 20 mil habitantes elevou-se de 21,9 para 52,2, enquanto que as localidades com mais de 100 mil habitantes cresceu significativamente de 16,5 para 57,9 em números absolutos. Para os outros países do Mercosul houve também um crescimento considerável desses indicadores. Na Argentina as localidades com mais de 20 mil habitantes cresceram de 49,3 para 70,6 e as localidades com mais de 100 mil habitantes de 42,0 para 57,9. No Paraguai houve um crescimento expressivo de 16,9 para 29,3 e 16,9 para 23,3 respectivamente. No Uruguai foram mais modestas as mudanças, com um crescimento de 65,3 para 70,5 e 48,9 para 49,5 respectivamente.²⁴⁷

Então, como percebe-se, a rápida urbanização constitui outra característica marcante da evolução demográfica nos últimos três decênios no países do Cone Sul (ver Gráfico 2).

²⁴⁶ Dupas. G. Era global multiplica a exclusão. Entrevista ao *Jornal do Brasil*. Caderno Idéias 27 de mar. 1999.

²⁴⁷ Fonte dos dados: Cepal. *Anuário Estatístico de América Latina y el Caribe – 1991*, apud Mercosul - Sinopse Estatística. 1992.

Gráfico 2 - Proporção da população urbana em relação à população total - 1970/1990



Fonte dos dados: Cepal. Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe - 1991 *apud* Mercosul Sinopse Estatística - 1992, p. 62. Elaboração FG.

A partir desses dados podemos chegar, basicamente, a três conclusões. Primeiro, a grande heterogeneidade que apresenta a região em termos territoriais e populacionais. Destaca-se, então, a expressão continental do Brasil, só comparável a poucos países do mundo (China, Rússia, Estados Unidos, Canadá e Índia).

A segunda conclusão é referente a expressão do crescimento das camadas urbanas, principalmente na Argentina e no Brasil. Se persistir essa tendência, verificada ao longo de três décadas, os problemas relacionados a divisão do espaço urbano, infra-estrutura e entre outros, agravar-se-ão consideravelmente. Isto implica dizer que será necessário repensar políticas, que no âmbito do Mercosul, possam definir novas normas e regras que estabeleçam uma relação entre os fluxos migratórios do ambiente nacional para o regional.

Por último, de acordo com a taxa de fecundidade, a esperança de vida ao nascer, o ritmo do crescimento populacional e a taxa bruta de mortalidade, pode-se inferir que a população, nos quatro países do Mercosul, apresenta uma tendência ao baixo crescimento, quase nulo, e ao seu envelhecimento. A população da região não conseguiu repetir os mesmos índices de crescimento de quatro décadas antes. Por outro lado, a queda dos índices de mortalidade e o aumento da esperança de vida ao nascer parece indicar numa melhora relativa no padrão de vida da região.

Depois desse panorama territorial e demográfico do Mercosul, é importante agora prender-se as questões relacionadas às propostas de desenvolvimento para a região latino-americana e sua vinculação com os países que fazem parte da integração econômica. Isso se faz necessário diante das mudanças que vem apresentando a conjuntura econômica mundial nos últimos três decênios. Essas mudanças, de qualquer forma, fizeram com que fossem reavaliadas as antigas tentativas de desenvolvimento econômico para América Latina.

Entretanto, a busca por novos paradigmas desenvolvimentistas procura adaptar-se a essa nova conjuntura da economia mundial. É nesse sentido que surge na região a proposta de “regionalismo aberto”, a qual passamos a tratar na seqüência.

3.3 - O Novo Regionalismo e o Mercosul

No capítulo segundo, além de discutirmos e apresentar-mos as principais teorias sobre a integração econômica, fizemos uma breve exposição das principais etapas desses processos na América Latina. Entretanto, foi enfatizado também a principal proposta de desenvolvimento econômico para região elaborada pela Cepal no anos 1950.

Todavia, vale lembrar que a integração regional na América Latina era percebida, naquele período, como uma estratégia funcional ao modelo de desenvolvimento econômico centrado no processo de substituição de importações. Para melhor aproveitar os rendimentos de escala tanto das indústrias estrangeiras que iam se instalando em alguns países da região, quanto daquelas de origem nacional que evoluíam, era necessário que o mercado fosse ampliado. Apenas três países ofereciam condições de mercado para que a estratégia desenvolvimentista fosse levada a cabo: Brasil, México e Argentina.²⁴⁸ Os demais países da região deveriam aceitar as propostas de integração econômica - pelo menos era esse o objetivo central da proposta - para que suas estruturas produtivas alcançassem a modernização.

Além disso, outro fator incitava os países a aceitarem a proposta de integração. Para a grande maioria dos países subdesenvolvidos os recursos

²⁴⁸ Ver no segundo capítulo deste trabalho a seção 2.2.

disponíveis para ação do Estado eram limitados. Diante disso, a integração econômica seria uma alternativa para viabilizar uma estratégia de desenvolvimento que de outro modo esbarraria no pequeno mercado das economias periféricas, além dos escassos recursos públicos.

Em suma, as propostas de integração nas duas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial eram subentendidas como instrumento político para construção de estratégias regionais de desenvolvimento econômico e de construção de suas vantagens competitivas.²⁴⁹

Porém, na América Latina os processos de integração econômica não surtiram os resultados esperados e foram incapazes de criarem as condições favoráveis para a formação pelo menos de uma área de livre comércio. O próprio modelo de desenvolvimento econômico adotado, via substituição de importações, contribuiu de certa maneira para esses fracassos. O fato de alguns governos latino-americanos verem seus mercados domésticos como um ativo estratégico, e seus vizinhos na região como concorrentes, induziu o fortalecimento do protecionismo na região. Principalmente quando tratava-se de proteger os setores produtores de bens primários da concorrência regional. A razão para essa proteção residia na importância que esses produtos assumiam na pauta de exportações da maioria dos países latino-americanos, principalmente aqueles com uma estrutura produtiva bastante atrasada. Além disso, a demanda desses produtos no mercado internacional é, historicamente, prejudicada pela baixa elasticidade-renda que apresenta. Então, submeter os mercados domésticos dessas economias à concorrência regional seria piorar ainda mais a situação de seus produtores.²⁵⁰

Nessa perspectiva, alguns países latino-americanos não conseguiam manter laços econômicos *vis-à-vis*, sobretudo quando se tratava da liberalização do comércio. Por outro lado, quase todos eles - senão todos - tinham estreitas relações com os centros dinâmicos da economia mundial.²⁵¹ Desta forma, por causa do receio das pequenas economias e aquelas mais atrasadas economicamente da concorrência das economias mais dinâmicas da região, o objetivo da criação de comércio, através

²⁴⁹ Gonçalves. *et al.*, 1998.

²⁵⁰ *Id.*, *ibid.*

²⁵¹ Magalhães, 1994.

do aumento das relações comerciais entre os países latino-americanos, não foi alcançado.

Ademais, o aumento da interdependência dos países da região com países desenvolvidos enfraquecia qualquer proposta de integração econômica na América Latina, além de fortalecer os laços de dependência da grande maioria desses países. O estreitamento dessa relação justificava-se pela necessidade dos países latino-americanos mais atrasados industrialmente importarem produtos, principalmente bens de capital e bens intermediários, dos centros mais dinâmicos da economia capitalista. Essa dependência tecnológica fortalecia a relação centro-periferia na América Latina.

Após várias tentativas de integração econômica na região que culminaram em fracassos, surge nos anos 1980 novamente o forte interesse pela questão. Vários países da América Latina iniciaram, ou aprofundaram, programas de liberalização bilateral ou em blocos de países. Vimos, porém, que o Mercosul surge dessas iniciativas, com o estreitamento das relações mercantis entre Argentina-Brasil.²⁵²

Pode-se apontar duas razões básicas para o fortalecimento da idéia de integração econômica nos anos 1990: a) a insatisfação com as negociações multilaterais no âmbito do GATT, devido as dificuldades e o lento avanço das mesmas; e, b) a procura de novas alternativas para dinamizar economias em desenvolvimento afetadas pela crise na década de 1980.²⁵³

Além dessas duas razões, a gradual convergência das políticas econômicas aplicadas na América Latina e Caribe e a crescente afinidade política entre os governos civis e democraticamente eleitos na região, contribuíram para despertar o interesse pela idéia.²⁵⁴

²⁵² O Nafta (North American Free Trade) também é um exemplo genuíno desse novo interesse. O Nafta é a ampliação dos acordos comerciais entre Estados Unidos-Canadá, iniciados em 1989 e que foi ampliado com a inclusão do México.

²⁵³ Cepal, 1994; Gonçalves, *et al.*, 1998; Prado, 1995c; Rosenthal, 1994. A principal razão das frustrações com as negociações no GATT é que estas foram incapazes de impedir a expansão de barreiras não-tarifárias e o desenvolvimento de um tratamento específico para os produtos agrícolas ou produtos manufaturados intensivos em mão-de-obra, como os têxteis por exemplo (Gonçalves, *et al.*, 1998).

²⁵⁴ Rosenthal, 1994; Cepal, 1994.

Os processos de integração econômica que vem avançando desde a década de 1980 têm sido um dos caminhos perseguidos pelos países latino-americanos na busca de encontrar uma nova estratégia de desenvolvimento. Esta nova estratégia se configuraria naquilo que a Cepal chama de “*Regionalismo Aberto*”.

Depois da crise do modelo de substituição de importações e diante de um novo panorama econômico mundial, a Cepal procurou desenvolver um novo paradigma para recuperar a sua credibilidade como órgão desenvolvimentista. O início dessa nova empreitada paradigmática foi a formulação, em 1990, do documento, “*Transformación Productiva con Equidad: la tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa*”. Neste documento definem-se os objetivos e as restrições das novas estratégias desenvolvimentistas. Em 1992 é lançado um outro documento mais completo, “*Equidad e transformación productiva: un enfoque integrado*”. E, por fim, na esteira do aumento da interdependência econômica dos países da região e diante das pressões do processo de globalização, que acentua as tendências protecionistas e a administração dos fluxos de comércio e investimentos, a Cepal formula outro documento, “*El Regionalismo Abierto en América Latina y el Caribe*”, publicado em 1994.

O que se propõe na verdade nesses documentos? Em última instância são dois os objetivos: a) garantir o acesso dos países da região a alguns mercados mundiais importantes através de negociação bilateral ou em blocos regionais ou sub-regionais, e, b) contribuir para um cenário mundial onde as políticas comerciais convergiram para uma economia mundial mais aberta e integrada.²⁵⁵

A partir desses dois objetivos básicos a Cepal define regionalismo aberto, da seguinte maneira:

“(...) un proceso de creciente interdependencia económica a nivel regional, impulsado tanto por acuerdos preferenciales de integración como por otras políticas en un contexto de apertura y desregulamentación con el objeto de aumentar la competitividad de los países de la región y de constituir, en lo posible, un cimiento para una economía internacional más abierta y transparente.

(...) un proceso que surge al conciliar ambos fenómenos descritos en párrafos precedentes: la interdependencia nacida de acuerdos especiales

²⁵⁵ Cepal. 1994. pp. 23-24; Prado. 1995c. pp. 6-7.

*de carácter preferencial y aquella impulsada básicamente por las señales del mercado resultantes de la liberalización comercial en general.*²⁵⁶

Portanto, o regionalismo aberto se propõe a levantar a bandeira de uma nova ordem econômica multilateral menos protecionista e o compromisso com acordos especiais preferenciais no âmbito regional. De qualquer forma, se não lograr um cenário econômico propício para tais estratégias, essa nova proposta provavelmente cumprirá, assim mesmo, uma função importante que é defender os países da região dos efeitos de eventuais pressões protecionistas nos mercados extra-regionais.²⁵⁷

A principal diferença entre essa nova estratégia e as demais, que priorizavam a abertura e a promoção não-discriminatória das exportações, consiste na preferência dada aos acordos de integração que possam ser reforçados por aspectos elementares, como a proximidade geográfica e a afinidade cultural dos países da região. Ou seja, existem agora ingredientes preferenciais que vão além dos objetivos puramente comerciais.²⁵⁸

Para que essa nova estratégia de integração econômica não repita o fracasso da ALALC, por exemplo, admite-se dois grandes princípios. O primeiro é a idéia de adesão flexível que facilite a formação de blocos econômicos entre países. O conceito de flexibilização já estava definido no âmbito da ALADI, como vimos no capítulo anterior.²⁵⁹ Aqui, ele é um dos pilares do processo integracionista.

O segundo princípio é o de sócios naturais. Este princípio estabelece que os países que já mantinham um amplo comércio bilateral estão propícios, naturalmente, a um processo de integração. Prado tem razão quando alerta que o documento da Cepal de 1994 não coloca de forma explícita esse princípio. Porém, o autor encontra na idéia da proximidade geográfica o argumento para isto.²⁶⁰

²⁵⁶ Cepal, 1994, pp. 8-12.

²⁵⁷ *Id., ibid.*, p. 8

²⁵⁸ *Id., ibid.*, p. 13

²⁵⁹ Só para lembrarmos os outros princípios da ALADI são o pluralismo, tratamento diferenciado e a multiplicidade.

²⁶⁰ Prado, 1995c.

*"(...) la cercanía geográfica y cultural, que adquiere mayor importancia en un contexto de apertura, ofrece la posibilidad de aprovechar estas oportunidades más plenamente que en el pasado."*²⁶¹

A nova proposta da Cepal também defende outros três pontos importantes. Primeiro, deve-se levar em consideração a capacidade de realocação dos fatores de produção devido ao deslocamento causado pela aplicação do comércio regional, dando-se tratamento diferenciado quanto ao tempo de ajuste à liberalização comercial dos países menos desenvolvidos. Em segundo lugar, o processo de integração regional deve induzir a proposição de leis apropriadas e compatíveis sobre a propriedade industrial, abertura de redes de informação, mobilidade de recursos humanos qualificados e fomento da inversão estrangeira entre os países da região, com o fim de promover a imitação e a transferência de tecnologias.²⁶² E, por último, deve-se buscar uma coordenação das políticas macroeconômicas regionais que seriam crescentemente demandadas com o aprofundamento dos processos de integração econômica.

Na verdade, essa nova proposta cepalina significa um importante avanço sobre as antigas formulações. Ela introduz novos pontos importantes que estavam, de certa maneira, ausentes nas propostas anteriores. A primeira questão diz respeito a coordenação macroeconômica, dando-se ênfase a proposta de harmonização cambial numa fase em que o processo integracionista tenha alcançado um certo grau de amadurecimento.

Ao passo que for aumentando o grau de interdependência, é necessário, segundo a proposta, a harmonização também noutras áreas, antes relegadas, como a trabalhista, por exemplo. Para isto será conveniente, segundo a Cepal, adotar novas normas e sistemas de regulação. Outro tema abordado pelo regionalismo aberto é o meio ambiente.

Contudo, uma coisa nos chama atenção nessa nova proposta. A Cepal enfatiza que nos anos 1960 os compromissos integradores não se preocupavam com

²⁶¹ Cepal, 1994, p. 66; Prado, 1995c, p. 10.

²⁶² Essa preocupação tem como um dos objetivos, desenvolver relações que levem a aquisição e difusão de informação, capacitação e recursos financeiros, e, também, supõe a constituição de redes com um potencial de especialização e inovação. Essas relações podem se tornar o motor da integração. Para que essas relações desenvolvam-se faz-se necessário, segundo a Cepal, que haja um fluxo crescente de pessoas, capital, informação e tecnologia entre as empresas e países (Cepal, 1994, p. 10. Tradução nossa).

os aspectos sociais, apenas com os aspectos relacionados a modernização produtiva. Aqueles ficariam sob a responsabilidade “*exclusiva da política interna de cada país*”. Isto porém muda no atual contexto. Os “*esforços integradores contemplam os aspectos sociais em sua dimensão regional*”. Para tanto, propõe-se que a integração contribua para o alcance de “*um modelo de desenvolvimento que impulse, de maneira simultânea, o crescimento e a equidade*”.²⁶³

É importante ressaltar que esse objetivo tem seus limites. Porém, a preocupação com esse aspecto já significa um grande avanço em relação as clássicas formulações cepalinas. Parece ser um pouco pretensioso o uso do termo equidade, mas isso não significa dizer que a sua busca seja impossível. Entretanto, é necessário destacar que essa preocupação com o social no âmbito regional pode trazer a tona novos e antigos problemas da região, os quais podem não ser resolvidos no âmbito nacional, mas, provavelmente, através da cooperação regional. Nesse aspecto, é bastante relevante a preocupação e a inclusão de temas sociais nos processos integradores.

O “regionalismo aberto” ainda não está sendo muito discutido. Por isso a sua presença em nossa discussão é de imensa importância. Um dos grandes méritos dessa proposta é justamente suscitar, através do lançamento daqueles documentos, a discussão sobre o futuro do desenvolvimento econômico e social da América Latina e Caribe.

O fato da Cepal ter saído daquele certo ostracismo que a marcou nesses últimos vinte anos, é um grande avanço, justamente num momento em que a região passa por enormes dificuldades, talvez bem maiores do que aquelas que incitaram a própria Cepal a formular uma política desenvolvimentista nos anos 1950.

A proposta de regionalismo aberto também deve ser considerada como uma alternativa ao modelo neoliberal que prevalece nas principais economias da região. Contudo, não se pode pensar que essa proposta é algo acabado. É necessário continuar a discussão de seus principais objetivos e, se possível, torná-los factíveis com a realidade da América Latina e Caribe.

²⁶³ Cepal, 1994, p. 10.

De uma certa forma o Mercosul enquadra-se nessa nova perspectiva cepalina por ser um bloco econômico que objetiva não somente as relações comerciais, mas parte de um processo de liberalização mais amplo que inclui mudanças em vários aspectos estruturais. Antes de tudo, deve-se lembrar que o Mercosul nasceu de uma vontade política. Como já foi visto, os objetivos dessa integração são bastante ambiciosos. Se compararmos esses objetivos, por exemplo, com os do Nafta, perceberemos que a proposta do Mercosul é bem mais ampla. O Nafta se restringe a uma proposta livre-cambista, sem qualquer interesse de aprofundar a integração, além da redução de barreiras tarifárias e do compromisso dos Estados para introduzir algumas legislações, que, em última instância, atende os interesses dos EUA. Nesse sentido é conveniente apresentarmos os objetivos do Nafta:

*"a) eliminar barreiras ao comércio, e facilitar movimentos fronteiriços de bens e serviços entre os territórios das partes; b) promover condições para uma competição justa na área de livre comércio; c) crescer substancialmente as oportunidades de investimentos nesses territórios; d) prover adequada e efetiva proteção e implementação dos direitos de propriedade intelectual no território de cada parte; e) criar procedimentos efetivos para a implementação deste Acordo, e de administração conjunta e solução de disputas; e f) estabelecer uma estrutura para que as cooperações futuras trilaterais, regionais e multilaterais se expandam e ampliem os benefícios desse acordo".*²⁶⁴

Aparentemente esses objetivos são bastante limitados. Porém, o Nafta cobre uma diversidade de áreas temáticas, sempre relacionadas com a regulação dos vários aspectos que dizem respeito a relação comercial entre seus países membros.

Segundo Gonçalves essas regulações dizem respeito as seguintes ordens: a) as que atendem aos interesses dos setores sindicais dos Estados Unidos, e em menor medida do Canadá; b) as que protegem os setores onde hajam investimentos financeiros e industriais dos Estados Unidos, quer dizer, os acordos financeiros e direitos de propriedade intelectual; e, c) regulações que protegem setores industriais e agrícolas norte-americanos e canadenses, ou seja, as salvaguardas, as regras de origem e as cotas para importação agrícolas.²⁶⁵

Como se percebe, essas regulações têm o objetivo explícito de atender os interesses econômicos estadunidenses. O objetivo maior é preservar seus

²⁶⁴ Gonçalves, *et al.*, 1998, p. 90.

mercados cativos. Politicamente, o intuito é difundir uma nova estratégia de desenvolvimento de um mercado regional em resposta à União Européia e Japão.²⁶⁶

A primeira ordem de regulações atende exclusivamente as pressões de movimentos sindicais e organizações defensoras do meio ambiente, principalmente dos Estados Unidos. Isto implica dizer que há a prática de uma espécie de protecionismo *disfarçado* por parte de determinados setores da economia norte-americana, a julgar pelo embargo que alguns setores exportadores do México, por exemplo, sofrem por serem intensivos no emprego de mão-de-obra e serem bastante poluidores. O argumentos a favor da adoção dessa regulação, segundo Gonçalves, é “*incompatível com a teoria pura do comércio internacional*”.²⁶⁷

Por protegerem os setores industriais e agrícolas, os Estados Unidos se previnem, em grande medida, da ameaça que vários segmentos de sua sociedade têm da destruição de empregos naquele país, como resultado, justamente, da concorrência dos salários mais baixos dos trabalhadores mexicanos, por exemplo.²⁶⁸

Por essa razão não se verifica, no Tratado que institui o Nafta, qualquer tratamento quanto as questões relacionadas a livre mobilidade de força de trabalho.²⁶⁹ Além disso é sentida a ausência de uma proposta de criação de uma tarifa

²⁶⁵ *Id., ibid.*, p. 91.

²⁶⁶ Quanto ao plano interno, existem distintos interesses do Canadá, Estados Unidos e México em participarem do Nafta. O interesse do Canadá e do México segue sendo a disputa conjunta por investimentos e maiores garantias de participação no mercado norte-americano, através da redução das restrições não-tarifárias às suas respectivas exportações. Por outro lado, o interesse dos Estados Unidos diverge dos dois outros países. Trata-se de uma questão estratégica para a economia norte-americana manter relações comerciais com o Canadá e o México, pelo fato dos dois juntos representarem 31% na absorção das exportações daquela economia. Por outro lado, sendo os Estados Unidos o maior mercado para as exportações mexicanas e canadenses, tem-se, entretanto, que a expansão dessas exportações eleve a renda doméstica daqueles dois países. Indiretamente isto, em contrapartida, beneficia a economia norte-americana pelo fato de suas importações estarem garantidas para aqueles dois mercados (Gonçalves, *et al.*, 1998, p. 91). Além disso tudo, segundo Prado, (1995b, 17), a “*sugestão de ampliação do Nafta servia como um atrativo para a difusão no continente americano de legislação e políticas de reestruturação econômica defendidas pelos EUA e pelas instituições internacionais sediadas em Washington*”, as quais viriam a ser conhecidas como o Consenso de Washington. Sobre os elementos da relação comercial entre Estados Unidos e Canadá ver também Cepal, 1994, pp. 24-30.

²⁶⁷ Gonçalves, *et al.*, 1998, p. 91.

²⁶⁸ *Id., ibid.*

²⁶⁹ É flagrante as tentativas dos mexicanos de atravessarem as fronteiras que os separam dos Estados Unidos à procura de trabalho. A linha dura das autoridades de migração norte-americanas impede que os mexicanos atravessem a fronteira, tanto por mar como por terra, isto por causa da ameaça que estes representam quando se submetem a trabalharem sob condições abaixo daquelas que o trabalhador americano conquistou. Esse movimento significa mais uma consequência

externa comum (TEC) e de harmonização das políticas macroeconômicas entre os países membros.

Pelas limitações que apresenta o Nafta e por se colocar como uma proposta mais abrangente, é que o Mercosul pode ser enquadrado na perspectiva do regionalismo aberto da Cepal, portanto. As diferenças entre o Nafta e o Mercosul aprofundaram-se à medida que este foi avançando nas diversas negociações ao longo de mais de uma década.

De acordo com Prado, no início das negociações em torno da implementação dos primeiros acordos entre Argentina-Brasil, existiam duas propostas postas à mesa. Uma concepção puramente liberal, que sustentava que o objetivo central do Tratado de Assunção seria a criação de uma área de livre comércio, sem que a integração implicasse em novas restrições ao funcionamento do mercado ou implicasse na maior intervenção do Estado na economia. Se entendia que a integração no Cone Sul tratava-se apenas de um estágio para um processo de liberalização mais amplo, dentro dos princípios do Nafta.²⁷⁰

A outra proposta tem características neo-desenvolvimentistas, onde o Mercosul deveria ser um projeto de desenvolvimento regional que, através da criação de um mercado comum, pudesse estabelecer políticas industriais articuladas, com a promoção de crescimento setorial e a administração dos conflitos causados nas economias da região pelo processo de integração. Então, o Mercosul não seria apenas um estágio num processo de integração mais amplo, e sim um instrumento estratégico de desenvolvimento regional.

Num processo de integração essas duas visões podem ser compatíveis. Para Prado, a questão seria como encontrar compatibilidade entre uma política de liberalização comercial, de maior integração à economia mundial, com uma política de integração econômica e com a criação de um Mercado Comum. Nessa perspectiva, o regionalismo aberto da Cepal propõem-se a compatibilizar a proposta

da própria política externa agressiva dos Estados Unidos de garantir mercado. Ao não privilegiar a importação de produtos mexicanos que são intensivos em mão-de-obra, os Estados Unidos estão contribuindo com o desemprego em alguns setores daquela economia, sendo esses um dos fatores causais dessa migração.

²⁷⁰ Prado, 1995a.

livre-cambista, prezando por um comércio mais aberto e transparente, e a proposta neo-desenvolvimentista, acreditando que o comércio internacional traga vantagens para os países da região.²⁷¹

Desta forma, em consonância com o regionalismo aberto, o Mercosul tende a defender “*uma ordem econômica multilateral, menos protecionista, e pretende assumir compromissos e acordos de desenvolvimento no âmbito regional*”.²⁷²

Além disso, o bloco caracteriza-se pela busca de uma inserção mais competitiva dos países membros na economia mundial. Isto pode ser percebido através das propostas de cooperação em diversos setores (tecnologia, infra-estrutura, financeiro, políticas macroeconômicas etc.).

Essa estratégia pode muito bem impulsionar projetos de desenvolvimento setoriais na região. Um aspecto importante nessa nova estratégia é o desenvolvimento dos setores voltados para a competitividade internacional. A assinatura de acordos de cooperação em diversos setores estratégicos²⁷³, e noutros com alto valor agregado e alta intensidade tecnológica, podem permitir uma inserção em melhores condições destas economias no mercado internacional.

Fato semelhante ocorreu em algumas experiências do Sudeste asiático, e resultaram em altas taxas de crescimento econômico e distribuição da renda. Essas experiências dizem respeito aos NICs e aos NECs, ou seja, os países considerados recém-industrializados (os *Newly Industrialized Countries*, como os chamados “Tigres Asiáticos”) e os países recém-exportadores (os *Newly Exporting Countries*, dos quais se incluem a China Comunista, a Tailândia, a Malásia, as Filipinas, a Indonésia e o Chile).

²⁷¹ *Id., ibid.*

²⁷² Como veremos adiante, o Mercosul tem mantido relações comerciais com diversos outros blocos de países, confirmando sua característica de um bloco multilateral.

²⁷³ Existem no momento vários projetos de abrangência no âmbito regional de parcerias entre os países do Mercosul com objetivos de desenvolvimento nas áreas de transporte e recursos energéticos. Um exemplo nesse sentido é a construção do gasoduto Brasil-Bolívia. Ver especialmente o acordo de integração energética assinado entre esses dois países em agosto de 1992 no Boletim de Integração Latino-Americana. Brasília: MRE, n.º 6, julho/setembro de 1992.

Ao adotarem estratégias de crescimento econômico baseadas em políticas de industrialização, voltadas para os setores com capacidade de competitividade no mercado internacional, essas economias alcançaram uma importante expansão.²⁷⁴

Todavia, guardando suas especificidades, a América Latina e em especial, o Cone Sul, pode seguir o exemplo dessas economias se quiser alcançar um lugar de destaque na nova conjuntura da economia mundial, nessa chamada “globalização”. Isto se faz necessário também, para se romper os laços com o passado, quando a principal estratégia de desenvolvimento, centrada no modelo de substituição de importações, esgotou-se.²⁷⁵ Portanto, a aposta no Mercosul deve ser feita à medida que essa proposta de integração econômica se transforme numa nova estratégia de desenvolvimento para região, agora centrada no desenvolvimento de setores produtivos que promovam a *substituição das exportações*.

Na ausência de propostas inovadoras, o Mercosul reúne uma série de condições para tornar-se uma importante alternativa de viabilização de um modelo de integração competitiva ao mercado mundial.²⁷⁶ E isso já vem sendo demonstrado, ao menos, pelas mudanças e a evolução nos padrões de comércio intra-regional e inter-regional.

Além de propor alternativas para melhorar a inserção e a competitividade da região na economia internacional, dois outros fatos marcantes e que ressaltam a importância dessa integração devem ser destacados. O primeiro, diz respeito a característica ofensiva do Mercosul, ao garantir aos países membros uma posição mais fortalecida nas principais e mais difíceis negociações comerciais.²⁷⁷ Por

²⁷⁴ Cf. Galvão, 1997, p.1571; ver também Canuto, 1992, Fajnzylber, 1990, Coutinho, 1996 e Gonçalves, 1997.

²⁷⁵ Praticamente quase todos os países subdesenvolvidos da América Latina que insistiram até anos recentes com o modelo de crescimento via substituição de importações e continuavam a adotar políticas de introversão centradas no seu próprio mercado interno, não conseguiram manter a sustentabilidade do desenvolvimento econômico num prazo mais longo, devido a fatores exógenos que comprometeram a continuidade do crescimento dessas economias, como, por exemplo, a crise da dívida externa.

²⁷⁶ Cf. Magalhães, 1994.

²⁷⁷ A realização de inúmeros acordos comerciais e de cooperação com diversos outros países, sobretudo os mais desenvolvidos e outros blocos regionais, tem dado claros exemplos do fortalecimento da posição política e econômica da integração dos países do Mercosul, sobretudo do Brasil. Ademais, esse fator é tão relevante que influenciou decisivamente na associação de outros

outro lado, no âmbito interno, o Mercosul, além desse aspecto econômico-comercial, tem sido responsável, em grande medida pela estabilidade política na região ao incorporar a chamada cláusula democrática e suas principais disposições estatutárias.²⁷⁸

Historicamente, as relações entre os países latino-americanos e os países capitalistas desenvolvidos têm, quando realizadas bilateralmente, aprofundado o abismo que os separam. Portanto, atualmente, os acordos e projetos dos países do Mercosul, assinados com outras nações ou blocos de países, têm sido realizados em condições bem mais favoráveis para a região do que se fossem negociados bilateralmente.

A seguir analisaremos mais detalhadamente o lado dinâmico do Mercosul, as suas relações econômico-comerciais com seus principais parceiros regionais.

3.4 – AS RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS ENTRE O MERCOSUL, NAFTA E UNIÃO EUROPÉIA (UE) – AS ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS

O comércio internacional atualmente apresenta novas características. Dentre muitas destacam-se o surgimento de um novo modelo multipolar ainda indefinido nas relações internacionais, a formação de blocos regionais ao invés do aprofundamento do multilateralismo, o aumento da interdependência econômica internacional (“globalização” da economia como alguns querem), a ênfase na negociação de acordos preferenciais entre países ao invés da liberalização do comércio, bem como a negociação de acordos setoriais específicos para solucionar conflitos comerciais. Tais características determinam o cenário dentro do qual deve ser analisado o processo de inserção do Mercosul na economia mundial.²⁷⁹

países da região, como Chile e a Bolívia, nos acordos firmados intra-bloco, promovendo, desta forma, a expansão do bloco.

²⁷⁸ Barbosa, 1997, p. 13. A tentativa de um golpe militar no Paraguai, em meados de 1996, é um bom exemplo de como os demais países do Mercosul reagiram contrariamente à instabilidade política naquele país. O fato ocorreu quando General Lino Oviedo, ex-chefe do exército paraguaio, tentou derrubar o presidente Juan Carlos Wasmosy. Para que isso não ocorresse os países do Mercosul intervieram diplomaticamente, dando, assim, uma demonstração de que a ruptura institucional, já que os países membros fizeram um pacto pela democracia, em si já mais do que condenável, seria também uma ruptura com a união econômica da própria integração regional.

²⁷⁹ Thorstensen, V. *Relações Comerciais entre a União Européia e o Mercosul*. In: Boletim de Integração Latino-Americana. Brasília: MRE, julho/setembro, 1994.

Com um PIB de US\$ 1,2 bilhões, o Mercosul representa a quarta economia do mundo, ficando abaixo apenas do Nafta, União Européia e Japão (Tabela 2).

Tabela 2 – PIB dos principais blocos econômicos e países: 1997 - (US\$ bilhões)

Nafta	8.882
UE	8.093
Japão	4.223
Mercosul	1.230
China	910
Ásia	629
CER*	460
Rússia	327

Nota: (*) Austrália e Nova Zelândia.

Fonte: CEPAL disponível na World Wide

Web em www.mre.gov.br/acs/home.htm. Elaboração FG.

Por outro lado, a participação do Mercosul no comércio internacional ainda é muito tímida. Apesar disto, as exportações do bloco cresceram, entre 1985-1997, mais de 180%, enquanto o crescimento das exportações mundiais foi de 168% (ver Tabela 3).

O bloco da União Européia é a maior economia exportadora do mundo, participando com 40% do total das exportações mundiais em 1997, seguida da Ásia com 27% e o Nafta com 17%. O Mercosul contribui apenas com 1,4% do total das exportações mundiais (Tabela 3).

Tabela 3 – Exportações e importações de mercadorias por regiões: 1980/1997

Exportações de Mercadorias por Regiões							
	(bilhões de US\$)					(%)	
	1980	1985	1990	1996	1997	1980	1997
Mundo	2.03	1.95	3.43	5.29	5.46	100	100
Nafta*	311	337	562	923	1.01	15,32	17,44
UE (15)	753	708	1.50	2.12	2.10	37,06	40,09
Ásia	323	416	792	1.46	1,53	15,91	27,60
Mercosul*	29	35	46	75	82	1,45	1,42
Resto do Mundo	706	452	527	1.21	722	30,26	13,45

Importações de Mercadorias por Regiões							
	(bilhões de US\$)					(%)	
	1980	1985	1990	1996	1997	1980	1997
Mundo	2.07	2.00	3.53	5.46	5.63	100	100
Nafta	341	451	681	1.09	1,21	16,47	19,94
UE (15)	847	723	1,55	2,09	2,07	40,86	38,30
Ásia	352	389	762	1,47	1,48	16,98	26,93
Mercosul	37	19	29	87	102	1,82	1,59
Resto do Mundo	494	424	506	723	761	23,87	13,24

Fonte: FMI, Estatísticas Financeiras Internacionais; UNSD, Monthly Bulletin of Statistics; FAO, Anuário de Comércio; CEPALC, Estadísticas Nacionales e Estimaciones de la Secretaría. *Apud* OMC (Organização Mundial do Comércio) disponível na World Wide Web em www.wto.org. Elaboração FG.

Nota: (*) Apesar de tanto o Mercosul quanto o Nafta não terem sido constituídos no anos 1980 e 1985, consideramos as exportações e importações somadas dos países que agora os constituem. Isso também é válido para o caso especial do Mercosul no ano de 1990, já que sua instituição foi em novembro de 1991.

Do lado das importações a União Europeia também é a região que mais compra, com uma participação relativa de 38% em 1997. Esse percentual já foi mais elevado no início da década de 1980. Esse decréscimo pode ser atribuído aos esforços de aprofundamento da integração na região com o conseqüente aumento do protecionismo, principalmente no setor agrícola. A Ásia representa quase 27% das importações mundiais, em seguida apresentam-se o Nafta com 19% e, finalmente, o Mercosul com apenas 1,5%.

Das quatro regiões, apenas a União Europeia e o Mercosul apresentaram uma queda na participação relativa das importações entre 1980-1997, de 40% para 38% e 1,8% para 1,5%, respectivamente. Esse declínio pode ser

atribuído a adoção, pelos dois blocos econômicos, da Tarifa Externa Comum (TEC).²⁸⁰

No caso do Mercosul, o intercâmbio comercial expandiu-se de forma acelerada nas últimas duas décadas, passando de US\$ 66 bilhões em 1980, para US\$ 184 bilhões em 1997 (Tabela 3). Esses resultados demonstram não só o dinamismo comercial da região, como também o potencial econômico externo do bloco.

A União Européia é a principal parceira comercial do Mercosul, tanto nas exportações quanto nas importações, perfazendo um intercâmbio comercial na ordem de US\$ 44,8 bilhões, em 1998. Em seguida vem o intercâmbio comercial intra-regional com US\$ 39,8 bilhões e o Nafta com US\$ 38,3 bilhões. Percebe-se, portanto, a importante dimensão econômica que vem ganhado o comércio no âmbito do Mercosul (Tabela 4).

Tabela 4 – Intercâmbio comercial do Mercosul por destino e origem econômica: 1994/1997 – (US\$ milhões de FOB)

	1994			1995			1996			1997*		
	Ex.	Im.	Sal.	Ex.	Im.	Sal.	Ex.	Im.	Sal.	Ex.	Im.	Sal.
UE	16.7	15.9	0.8	18	20.6	-2.6	18.1	21.9	-3.8	19.2	25.6	-6.4
Nafta	12.8	13.3	-0.5	11.9	17.9	-6	13.3	20.4	-7.1	13.4	24.9	-11.5
Mercosul**	12	12.3	-0.3	14.4	14.4	0	17	17.5	-0.5	19.7	20.1	-0.4

Fonte: Banco Central do Brasil; Banco Central do Paraguai; Banco Central do Uruguai; INDEC – Dirección de Estadísticas del Comercio Exterior Argentina. In: Secretaria Administrativa do Mercosul disponível na World Wide Web em www.algarbull.com.uy/secretariamercosur/. Ministério das Relações Exteriores do Brasil, disponível na World Wide Web em www.mre.gov.br/getec/WEBGETEC/BILA_23_apendice.htm Elaboração FG.

Nota: (*) dados do Paraguai, no ano de 1997, correspondem ao período janeiro junho; (**) as diferenças no saldo comercial do Mercosul são verificadas por causa da forma do cálculo das exportações e importações serem diferentes. O volume das exportações é calculada em FOB e as importações em CIF.

É também importante apontar os crescentes desequilíbrios no intercâmbio comercial do Mercosul, principalmente a partir de 1995 quando acentua-se o déficit comercial da região, sobretudo com o bloco da América do Norte (Nafta) chegando ao patamar de US\$ 11,5 bilhões em 1997 (Tabela 4).²⁸¹

²⁸⁰ A tarifa externa comum (TEC) para os produtos oriundos de países não-membros do Mercosul situava-se em torno de 15% em média em 1995, variando de 0% a 20% dependendo do tipo de produto a ser importado pelo bloco. No caso da União Européia essa tarifa, no mesmo período, situava-se em 10% em média. (Melo, 1997, p. 84).

²⁸¹ Mais adiante voltaremos a tocar sobre esses desequilíbrios, aqui é importante apenas o registro

Não é demais lembrar que o Nafta constitui-se apenas como uma área de livre comércio com livre circulação só de bens e serviços, sem instituições comuns e sem uma política de comércio conjunta. Por outro lado, o principal bloco econômico europeu,²⁸² a União Européia (UE) baseia-se em um mercado comum com livre circulação de bens, pessoas, serviços e capitais, além de políticas comuns e autoridades supranacionais.

É bom sempre lembrarmos dessa diferença, à medida que as discussões caminham no sentido de enfatizar as relações externas que o Mercosul venha a fortalecer com algum desses dois blocos econômicos. É sempre importante avaliar quais dessas relações econômico-comerciais trará maiores condições de transferir experiências e vantagens em termos de integração regional.

Num estudo realizado por alguns economistas e técnicos do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, procurou-se dar suporte empírico relativo aos impactos quantitativos sobre o Mercosul (sobretudo Argentina e Brasil) se as propostas do Nafta fossem ampliadas, originando assim a Alca (Área de Livre Comércio das Américas).²⁸³

De acordo com esse estudo, a eventual adesão da Argentina e o Brasil à Alca promoveria uma elevação do PIB desses dois países em 0,68% e 2,08% respectivamente. Quanto a uma aproximação maior com a União Européia esses percentuais seriam bem mais elevados 6,71% e 5,05%, respectivamente.

Os resultados desse estudo têm a seguinte explicação. As exportações, tanto da Argentina quanto do Brasil, para os Estados Unidos, consistem, em grandes parcelas, de produtos industrializados que, em seu conjunto, sofrem menos restrições protecionistas no mercado americano, portanto um acordo Mercosul-Alca mudaria

²⁸² Designamos a UE como principal bloco da Europa, porque nesse continente outros blocos de pequeno porte também foram formados, como é o caso do EFTA (European Free Trade Association). Este bloco também foi criado em meados de 1960 e tinha como objetivo abolir as tarifas alfandegárias entre Áustria, Finlândia, Islândia, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Grã-Bretanha. Em 1973, a Grã-Bretanha o abandonou, o que foi uma perda considerável, diminuindo, assim, a importância do mesmo.

²⁸³ Brandão, Pereira e Lopes, 1997. Uma versão mais resumida deste trabalho foi publicado por Pereira sob o título. Agenda de Integração Brasileira: uma avaliação preliminar. *Revista Conjuntura Econômica*, mai. 1997. Para estudar o efeito Mercosul-Alca e Mercosul-UE, foi adotado um modelo de equilíbrio geral chamado de GTAP (Global Trade Analysis Project), desenvolvido por uma equipe de pesquisadores da Universidade de Purdue, nos EUA.

muito pouco esse quadro. Por outro lado, as exportações para a União Européia estão concentradas basicamente em produtos de origem agrícola ou agro-industriais, bastante protegidos no mercado europeu. Portanto um acordo entre o Mercosul-UE possibilitaria, provavelmente, a entrada desse produtos em maiores quantidades. Com isso, o efeito sobre a receita de exportações e o PIB poderiam ser bem mais elevados.

Em se tratando da estrutura das exportações do Mercosul por produtos e seus destinos, vejamos a Tabela 5. As exportações do Mercosul para o Nafta concentram-se em bens manufaturados (20%), máquinas e equipamentos de transportes (25,9%) e outros produtos manufaturados (16%), perfazendo um total de mais de 60%. Quanto a UE, essa distribuição é bem diferente com os produtos primários participando com mais de 60% das exportações totais da região. As exportações intra-regionais e para os países da ALADI também concentram-se em produtos manufaturados.

Tabela 5 – Estrutura das exportações do Mercosul por produtos e destino econômico: 1995 - (%)

	Nafta	EUA	UE	Mercosul	ALADI
Total geral	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Alimentos e animais vivos	17.7	19.7	37.9	19.5	16.1
Bebidas e fumo	2.9	3.3	4.0	1.6	1.3
Matéria-prima agrícola	4.9	4.6	21.3	5.8	5.0
Óleos e lubrificantes	6.0	6.9	1.5	4.7	4.0
Óleos e gord. veg. e animal	1.0	0.5	1.1	1.2	3.2
Produtos químicos	5.3	5.6	4.6	10.9	9.7
Bens manufaturados	20.1	19.7	16.5	20.0	21.8
Máq. e equip. de transporte.	25.9	22.1	8.7	31.1	33.4
Produto de manuf. diversos	16.1	17.6	4.2	5.2	5.4
Prod. não identificados	0.1	0.1	0.1	0.04	0.03

Fonte: United Nations, *Commodity Trade Statistics*, 1993, extraído de Mello, 1997, p. 102.

Como se percebe, há uma distribuição muito diferenciada das exportações do Mercosul para Nafta e União Européia. Entretanto duas colocações devem ser assinaladas sobre o estudo da Fundação Getúlio Vargas. A primeira delas diz respeito as próprias limitações do estudo. Apesar de sua importância em contribuir para o debate sobre essa questão, tentando preencher uma lacuna quanto aos estudos referente aos impactos sobre o Mercosul de acordos comerciais com

outros países ou blocos regionais, é necessário atentar para o fato de que esses resultados quantitativos não são suficientes para indicar qual a melhor alternativa de adesão para o Mercosul.

A segunda colocação está relacionada com as dificuldades encontradas pelas exportações dos países do Mercosul no mercado europeu, principalmente quando se trata de produtos agrícolas.²⁸⁴

A Europa vem passando por profundas transformações que estão influenciando diretamente o intercâmbio comercial Mercosul-UE. Dentre várias dessas mudanças destacam-se: a concentração em cerca de 70% do comércio entre os países membros da UE; o crescimento da renda e da competitividade dos produtos europeus; as dificuldades de penetrar no mercado europeu devido as novas regras de comércio ou áreas relacionadas aos padrões e normas técnicas (ISO 9000), de meio ambiente (selo verde), subsídios à produção e à exportação (política agrícola comum e industrial)²⁸⁵; a crescente competição que os produtos do Mercosul (agrícolas e minerais) já enfrentam de Portugal, Espanha e Grécia e de alguns países mediterrâneos, da África do Sul e do Leste europeu, que produzem e exportam em larga medida alguns produtos semelhantes aos de nossa pauta de exportação; as recentes modificações qualitativas e quantitativas no Sistema Geral de Preferências europeu²⁸⁶; e a perspectiva de uma gradual mudança na Política Agrícola Comum,

²⁸⁴ Baumann afirma que “*um dos pontos de maior interesse na relação com a Europa diz respeito às políticas agrícolas, que são um verdadeiro vespeiro. Para ele, a União Européia só pretende negociar esse setor com os países do Mercosul “se houver um interesse muito grande em evitar perdas potenciais de mercado” em nossa região. Jornal dos Economistas, n.º 110, jun./1998, p.11.*

²⁸⁵ Alguns produtos de setores tradicionais do Mercosul sofrem condicionalidades sociais e ambientais para entrarem no mercado europeu. É o caso das exportações brasileiras de têxteis, aço, ferro-gusa, cítricos, soja, carne bovina, açúcar e carne de frango (Melo, 1997, p. 113).

²⁸⁶ O SGP, como também é conhecido, são concessões tarifárias unilaterais oferecidas pelos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. O Brasil, por exemplo, a partir de janeiro de 1997, foi graduado em suas exportações de produtos agrícolas e agro-industriais. Isto quer dizer que a União Européia considerou que o país atingiu um nível de desenvolvimento que o exclui desse benefício. Desta forma o país perdeu uma série de concessões outorgadas, perdendo o gozo de algumas vantagens na exportação de uma parcela significativa de produtos, onde até então era competitivo, de acordo com o SGP anterior. Esse instrumento é o único de relação preferencial que a UE mantém com os países da América Latina (*id., ibid.*, p. 114).

com a entrada do ano 2000 de outros países europeus já associados (Hungria, Polônia e República Tcheca).²⁸⁷

Como foi visto através dos dados de intercâmbio comercial, apesar das dificuldades de acesso a esse mercado, os países do Mercosul têm, por outro lado, assumido acordos importantes com a União Européia que podem atenuar esse problema, como por exemplo, o Acordo Quadro Interregional de Cooperação entre os dois blocos econômicos assinado em 1995. Esse acordo nasceu, primordialmente, através do estreitamento das relações políticas entre o Mercosul e a UE. Nele pretende-se, por meio do gradual processo de liberalização, equilibrar justamente as oportunidades entre os fluxos comerciais que mostram desequilíbrios crescentes pelas restrições impostas a certos produtos pela UE. Além disso, há uma pretensa vontade de ambas as partes de atuarem em cooperação em diversos setores, como o energético por exemplo.²⁸⁸

Esses acordos reforçam também a idéia de que entre o Mercosul e a União Européia existem muitas coisas em comum. Vasconcelos assinala que o *“Mercosur (sic) é o único esforço de integração que se assemelha ao europeu. Nesse sentido, a existência do Mercosur (sic), da integração regional como um componente do sistema internacional, é um fator importante para esta Europa, e por isso o Mercosul é importante”*.²⁸⁹ As razões políticas também condicionam os acordos entre os dois blocos como assim enfatiza este autor:

“(...) o Mercosur (sic) é muito importante para Europa para estabelecer uma relação mais equilibrada com os Estados Unidos”. Além disso, ele expressa a *“vontade de criação de um espaço autônomo nas Américas, mas um esforço autônomo que tem em consideração a existência dos*

²⁸⁷ Para uma análise pormenorizada das relações comerciais entre a União Européia e o Mercosul, inclusive sobre as principais dificuldades enfrentadas pelo Mercosul para exportar para os países europeus, ver Thorstensen, 1994.

²⁸⁸ Ver os detalhes desse acordo no Boletim de Integração Latino-Americana, n.º 17 de maio-dezembro de 1995, publicado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Também ver *Brasil, a União Européia e as Relações Internacionais*, Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, n.º 13, 1997. No geral, este acordo indica a disposição dos dois blocos de liberalizar progressivamente o comércio, podendo até mesmo ser constituída uma zona de livre comércio entre as duas regiões no futuro.

²⁸⁹ Vasconcelos, 1997, p. 40. O autor é Diretor do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais de Lisboa. A respeito do modelo de integração da União Européia e suas semelhanças com o Mercosul, ver Almeida, 1994.

*EUA, ao mesmo tempo em que mantém uma relação forte com os Estados Unidos".*²⁹⁰

Com relação a uma aproximação mais estreita dos países do Mercosul com o Nafta com o objetivo de criação da Alca, sob o marco referencial do livre-cambismo, os ganhos podem ser bastante limitados, na medida em que se tem em vista tão somente a formação de uma zona de livre comércio entre os países membros. Sendo este o caso, não só serão mantidas as restrições atualmente impostas ao livre movimento de fatores, especialmente o fator trabalho, entre os países participantes, como a própria liberalização comercial a ser obtida poderá restringir-se pela adoção de regras de origem bastante restritas.²⁹¹

Para que esses problemas não ocorram é necessário, no entanto, que o processo de integração se aprofunde e o Mercosul se fortaleça, para que a adesão à Alca seja realizada gradualmente, evitando dessa maneira que as economias da região não sejam prejudicadas pela forte competitividade da economia norte-americana. Voltaremos a este assunto mais adiante.

Agora abrimos espaço para tecermos algumas reflexões sobre os investimentos externos diretos na América Latina e Caribe, em especial no Mercosul e Brasil. Isto se faz necessário porque o Mercosul tem sido apontado como um dos principais motivos para o deslocamento de expressivos volumes de investimentos estrangeiros, principalmente para a economia brasileira. Isto pode até fazer sentido, mas é preciso qualificar esses investimentos e conhecer suas origens para saber se correspondem realmente as expectativas de crescimento e desenvolvimento das economias da região.

3.5 - OS INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS (IEDS) NO MERCOSUL: A EVOLUÇÃO DO BRASIL COMO PAÍS RECEPTOR

Um outro aspecto que reforça a validade do Mercosul como uma integração econômica é o volume de investimentos externos diretos (IEDs) que a região vem recebendo nos últimos anos. Uma pesquisa realizada, pela Cepal e CNI (Confederação Nacional da Indústria), mostra que o Mercosul já pesa nas decisões de investimentos das grandes empresas industriais, principalmente aquelas que atuam

²⁹⁰ *Id., ibid.*

²⁹¹ Ferreira, 1997.

nos setores mais oligopolizados.²⁹² A dinâmica do comércio intra-regional pode ser considerado um dos principais fatores que contribuíram para despertar esse interesse. Outro motivo que pode ter impulsionado o ritmo de investimentos externos em direção à região foi a crise financeira desencadeada na Ásia. O que pode, provavelmente, ter favorecido a América Latina e Caribe.

Outros fatores regionais também podem ser destacados, como a venda de ativos de empresas estatais (privatizações) e empresas privadas, a estabilidade econômica na região depois de anos de índices de inflação crônica, a desregulação financeira e o renovado marco competitivo nas principais economias da região.²⁹³

Entre 1991-1998, houve uma brutal elevação dos investimentos na região de US\$ 10,9 bilhões para US\$ 53 bilhões. Ou seja, um crescimento de aproximadamente 500%. Do total em 1998, a América do Sul conta com uma participação de 71%, só os países do Mercosul receberam US\$ 28,7 bilhões. Portanto, no período considerado, os investimentos estrangeiros no Mercosul cresceram quase 1.000% (Tabela 6 e Gráfico 3).

Não se deve, porém, se entusiasmar com o ritmo e volume de IEDs que a região vem recebendo, sobretudo depois da metade da década de 1990. Após a apresentação dos dados estatísticos faremos uma pequena digressão sobre o conteúdo desses investimentos e seus agravantes para as principais economias do Mercosul, servindo também de referência para as demais economias da América Latina e Caribe.

²⁹² CNI/Cepal. *Investimentos na Indústria Brasileira, 1995/1999: características e determinantes*. Rio de Janeiro: CNI/DEC, 1997.

²⁹³ Cepal. *Unidad de Inversiones y estrategias Empresariales*, dez. 1998, disponível na World Wide Web em www.eclac.cl.

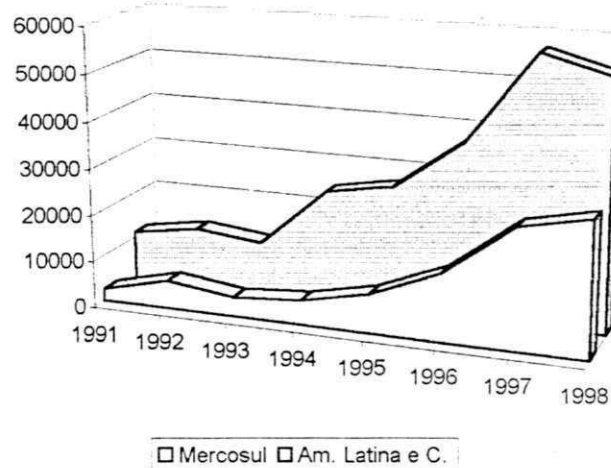
Tabela 6 – Investimentos externos diretos (IEDs) líquidos na América Latina e Caribe: 1991/1998 – (US\$ milhões)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998 ^a
Total (1+2+3)	10.955	13.262	11.555	24.471	26.958	37.584	57.131	53.195
América do Sul (1)	5.673	8.158	6.304	12.339	16.174	26.997	42.105	40.440
América Central ^b (2)	5.123	4.926	5.039	11.787	10.388	10.225	14.616	12.255
Caribe (3) ^c	159	178	212	345	396	362	410	500
Mercosul	2.612	6.063	4.239	5.269	8.416	14.391	25.629	28.700

Notas: (a) dados preliminares; (b) inclui o México; (c) não inclui os seguintes países: Barbados, Cuba, Jamaica e Trinidad Tobago.

Fonte dos dados: Cepal, disponível na World Wide Web em www.eclac.cl. Elaboração FG.

Gráfico 3 – Evolução dos investimentos externos diretos (IEDs) líquidos no Mercosul e na América Latina e Caribe: 1991/1998 – (US\$ milhões)



Entre os países do Mercosul que mais absorveram investimentos estrangeiros em 1998, o Brasil destaca-se com um volume de US\$ 22,5 bilhões. Esse valor é significativamente superior do que o registrado em 1991, US\$ 89 milhões. A economia argentina absorveu, no mesmo ano, US\$ 5,8 bilhões, apresentando uma variação relativa muito inferior à brasileira, enquanto que as demais economias do bloco pouco significam em termos de absorção de investimentos estrangeiros (Tabela 7 e Gráfico 4). A participação no total dos IEDs recebidos pelo Mercosul dos quatro

países em 1998 foi a seguinte: Argentina 20%, Brasil 78% Paraguai 0,8% e Uruguai 0,5%.

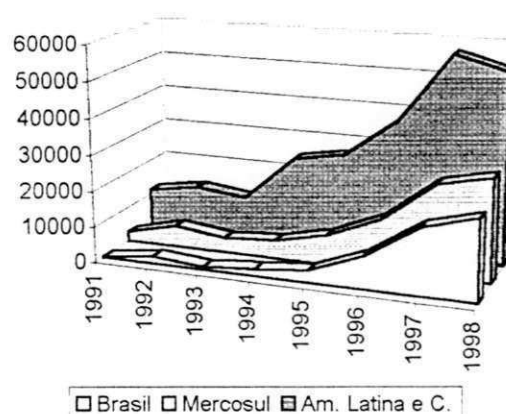
Tabela 7 – Investimentos externos diretos (IEDs) líquidos no Mercosul: 1991/1998 – (US\$ milhões)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998 ^a
Mercosul	2.612	6.063	4.239	5.269	8.416	14.391	25.629	28.700
Argentina	2.439	4.019	3.262	2.982	4.628	4.885	6.647	5.800
Brasil	89	1.924	801	2.035	3.475	9.123	18.601	22.500
Paraguai	84	120	74	97	156	246	221	245
Uruguai	*	*	102	155	157	137	160	155

Notas: (*) dados não disponíveis; (a) dados preliminares

Fonte: dos dados: Cepal, disponível na Wolrd Wide Web em www.eclac.cl. Elaboração FG.

Gráfico 4 – Evolução dos investimentos externos diretos (IEDs) no Brasil, Mercosul e América Latina e Caribe: 1991/1998 – (US\$ milhões)



Com essa performance o Brasil passou a ser o quarto maior país receptor de investimentos estrangeiros no mundo, ficando atrás apenas dos EUA, China e Reino Unido.²⁹⁴ Os motivos apontados para o país ter alcançado esses resultados são vários, como por exemplo, as perspectivas de investimentos em setores como telecomunicações, manufaturas (sobretudo o setor automobilístico), energia elétrica e serviços (com destaque para a área financeira).²⁹⁵

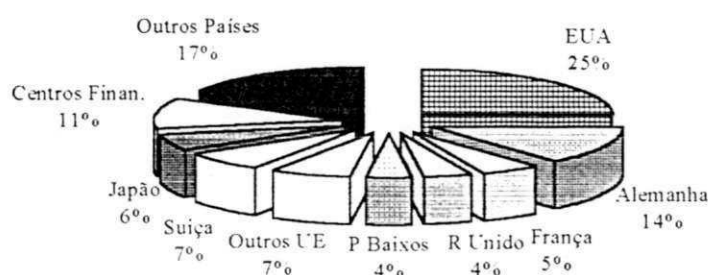
²⁹⁴ Ver Folha de São Paulo. *Investimento direto deve recuar em 99*. 11 nov. 1998.

²⁹⁵ Em energia elétrica as principais empresas investidoras são a Enersis, Endesa e AES. No setor de telecomunicações a Telefónica de Espanha, Stet, Bell South, Bell Canadá e Portugal

A maioria dos investimentos estrangeiros vem dos países europeus em seu conjunto (39%), seguidos dos EUA (26%). Dos países europeus destacam-se Alemanha, França e Países Baixos. Países como a Espanha e Portugal, que antes não apareciam com destaque, cresceram sua participação no período 1996-1997 (Gráficos 5 e 6).

Destaca-se também o crescimento da participação dos centros financeiros nos últimos anos como provedores de investimentos no país. Isso reforça a colocação que há uma grande concentração desses investimentos externos na fusão e aquisição de ativos já existentes.²⁹⁶ Nesse caso, o setor financeiro internacional joga um papel importante ao ser ele um dos principais adquirentes desses ativos.²⁹⁷

Gráfico 5 - Brasil: origem geográfica dos IEDs:
1995



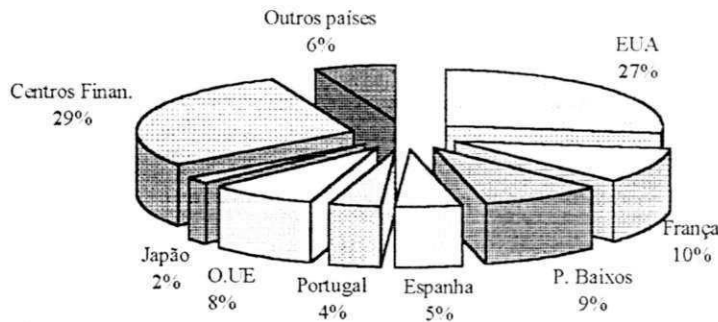
Fonte: Cepal, *Unidad de Inversiones y Estrategias Empresariales*, 1998, disponível na World Wide Web em www.eclac.cl/espanol/Publicaciones/inver98/brasilesp/sld008.htm

Telecom. Para os serviços financeiros as principais empresas investidoras foram a HSBC, Santander e BBV. Cepal, *Unidad de Inversiones y Estrategias Empresariales*, disponível na World Wide Web em www.eclac.cl 1998.

²⁹⁶ A respeito da centralização de capitais no Brasil, ver Comin, 1997. Para uma discussão pormenorizada, mais de fundo teórico sobre esse assunto (centralização do capital) ver o capítulo primeiro desse trabalho, especialmente o item 1.6.

²⁹⁷ Sem dúvidas, a inversão procedente dos centros financeiros nos últimos anos tem tido uma evolução crescente de maior importância relativa. Porém, é bom deixar claro que nesse levantamento feito pela Cepal, não é informado que centros financeiros são esses. Nesse caso, a análise fica incompleta, todavia não toda prejudicada para os nossos objetivos.

Gráfico 6 - Brasil: origem geográfica dos IEDs: 1996/1997



Fonte: Cepal, *Unidad de Inversiones y Estrategias Empresariales*, 1998, disponível na World Wide Web em www.eclac.cl/espanol/Publicaciones/inver98/brasilesp/sld008.htm

Sem querer estender muito essa discussão, é necessário desmistificar esses números sobre os investimentos estrangeiros no Brasil, e também para a América Latina e Caribe. Não é demasiado lembrar, que grande montante desses investimentos aportaram no país para compra de ativos privados (a modalidade mais dinâmica, fusões e aquisições de ativos já existentes) e para participarem do processo de privatizações, principalmente após o Plano Real.²⁹⁸ Isso não significa dizer, vale salientar, que grandes parcelas desses investimentos contribuam para aumentar a estrutura produtiva do país. Isso só seria possível se a maioria desses investimentos estivessem comprometidos com a abertura de novas indústrias ou a ampliação do setor de serviços. Esse volume de capital estrangeiro que aportou na região, e sobretudo no Brasil, apresenta, em sua essência, características de aquisição e controle acionário das principais empresas e grupos econômicos nacional.

Trata-se, então, de um movimento de fusões e aquisições que, no contexto recente, segundo Comin, alcançou níveis sem precedentes e se *“apresenta hoje como uma das forças mais poderosas da reestruturação produtiva, competitiva*

²⁹⁸ O Plano Real acelerou e dinamizou a abertura da economia brasileira como estratégia de estabilização e permitiu a liberalização e desregulamentação da conta de capitais do balanço de pagamentos do país.

e patrimonial que juntas constituem o cerne da nova fase de desenvolvimento” da economia brasileira.²⁹⁹

Nesse caso, algumas indagações podem ser feitas, deixando as respostas para uma outra oportunidade.³⁰⁰ Como vimos, o volume de investimentos estrangeiros absorvidos pelo Brasil ocupa o quarto lugar em escala mundial. Se está ocorrendo a compra de ativos privados já existentes, então que destino está tomando esse capital que é adquirido na venda do patrimônio privado nacional? Para que fins ele está sendo utilizado, se as principais variáveis macroeconômicas, como a taxa de emprego e o PIB apresentam índices tão baixos e as perspectivas para os próximos anos ainda são mais conservadoras?³⁰¹ Três destinos plausíveis podem ser considerados.

Grande parcela desse capital, adquirido com a venda das empresas nacionais, pode está sendo utilizado para operações rentistas. Dois destinos podem ser identificados nesse caso. Primeiro, eles estariam concentrando-se basicamente no financiamento da dívida pública interna, através da compra dos ativos financeiros do governo (títulos da dívida pública, etc.). E, segundo, de difícil comprovação, esses capitais podem está sendo desviados para outras modalidades de aplicações financeiras-rentistas em paraísos fiscais.³⁰²

²⁹⁹ Comin. 1997, p. 78.

³⁰⁰ Na formulação dessas hipóteses, tivemos a valiosa contribuição do professor José Heleno Rotta do Departamento de Economia e Finanças da UFPB/Campus II.

³⁰¹ Na década de 1990 a taxa de desemprego nas principais regiões metropolitanas do país alcançou, em média, 16,7% segundo as estimativas do Dieese e Fundação Seade. O PIB, principal variável da atividade econômica de um país, vem apresentando uma taxa de variação decrescente, de 6% em 1994 para apenas 1% em 1998, diferentemente da década anterior, que apresentou uma taxa de variação de 7,8% em 1985. De 1980 para 1988 o país cresceu 29,3%, de 1990 à 1998 a taxa de crescimento declinou para 17,5%. A taxa média de investimento com relação ao PIB declinou na década de 1980 de 18,37% em média para 15,48% na década de 1990. Folha de São Paulo, *PIB cresce menos que na 'década perdida'*, 27/09/1998.

³⁰² Porém, alguns dados divulgados em fevereiro de 1998 pelo Banco Central Brasileiro permitem reforçar essa hipótese. Segundo as autoridades monetárias brasileiras, alguns bancos nacionais mantêm em agências e subsidiárias nas Ilhas Cayman, paraíso fiscal do Caribe, cerca de US\$ 35 bilhões em créditos e aplicações. Isso significa 5% dos ativos totais do sistema financeiro nacional. Em outros dois paraísos fiscais, Panamá e Bahamas, constataram-se que os bancos brasileiros retêm, em ativos, US\$ 10,3 bilhões. Esses números com certeza aumentariam se o Banco Central do país tivesse acesso as contas de empréstimos e outras aplicações que são altamente protegidas por rígidas leis de sigilo bancário nesses centros financeiros. *Jornal da Paraíba. Bancos Brasileiros possuem US\$ 35 bi nas Ilhas Cayman*, 26 fev. 1999.

O terceiro e último destino, o menos provável, seria realocação desses capitais em outros setores e áreas produtivos da economia (investidos em novas plantas industriais ou na área de serviços, por exemplo). No entanto, isso são indagações e levantamentos que podem ser desenvolvidos em um outro estudo, mas que significam muito, nesse momento do trabalho para descortinar algumas ilusões a cerca da presença da economia brasileira entre os maiores receptores de investimentos estrangeiros do mundo.

É necessário também colocar que além da presença dos Estados Unidos na região como um dos principais investidores estrangeiros desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a penetração de países da União Européia, como a presença da Espanha e Portugal nos últimos anos, demonstra o crescimento da importância do mercado brasileiro para esses países e, secundariamente, do Mercosul. Do ponto de vista, portanto, dos investimentos externos diretos, o subcontinente, em especial a economia brasileira e o Mercosul, têm fornecido contornos básicos para uma reestruturação patrimonial.

Para o Brasil, e em menor grau para o restante de países do Mercosul, esse processo tem pelo menos três agravantes. O primeiro é a crescente determinação por parte dos agentes globais do capitalismo dos rumos que serão seguidos pela região.³⁰³ Em outras palavras, a estratégia de reestruturação produtiva (leia-se também patrimonial) através da liberalização econômica, converge para a redução progressiva e acelerada do poder interno de conduzir o processo econômico com um mínimo de soberania por parte dos Estados-nações do Mercosul, dentre eles o Brasil em sua magnitude. A transferência para o exterior do controle sobre a capacidade produtiva já existente, portanto, aprofunda a situação de dependência do país.

O segundo agravante é consequência do primeiro. Numa economia onde se encontra um grande número de empresas estrangeiras, a remessa de lucros e dividendos pode contribuir, no médio e longo prazo, para piorar a situação de um país que se encontra em dificuldades com seu balanço de pagamentos.

No caso brasileiro, por exemplo, a evolução das remessas de lucros e dividendos de empresas estrangeiras para as suas matrizes toma um impulso

³⁰³ Comin, 1997, p. 103.

extraordinário após o Plano Real. Em 1997, essas remessas apresentaram crescimento de 69% em relação ao ano anterior e de 217% em relação a 1993, ano imediatamente anterior ao Plano Real.³⁰⁴ Portanto, essa conta vem, também, contribuindo, porém em menor magnitude, para os desequilíbrios no balanço de pagamentos brasileiro.

O terceiro e último agravante tem efeitos de curto prazo numa economia. O esforço exportador dos países do Mercosul, por exemplo, pode ser obstruído pelo perfil desses investimentos. No caso do Brasil, a atração desses investimentos estrangeiros concentrou-se, basicamente, em empresas do setor de serviços ou voltadas para o mercado interno.

No curto prazo isso pode provocar a deterioração da balança comercial brasileira à medida que essas empresas adquiridas, seja pelas privatizações ou fusões e aquisições de empresas privadas nacionais, iniciam uma reestruturação produtiva e passam a importar principalmente bens de capital para trocarem equipamentos e se atualizarem tecnologicamente.

Segundo um estudo realizado por dois economistas da Unicamp, para cada US\$ 10 aplicado por multinacionais no Brasil em 1997, US\$ 4 foram para as empresas de eletricidade, gás e companhias de fornecimento de água, por exemplo. Cerca de 10% se destinaram a compra de bancos. Nesse caso, esses investimentos podem até aumentar a competitividade de alguns setores mas não melhoram o desempenho da balança comercial porque não produzem bens exportáveis. Isto, como já colocamos, seria provocado pela utilização desses setores de uma apreciável quantidade de equipamentos e peças de reposição importadas, o que acaba, por fim, pressionando para desequilíbrios crescentes nas contas correntes e, conseqüentemente, no balanço de pagamentos.³⁰⁵

³⁰⁴ Benjamin, *et al.*, 1998, p. 180.

³⁰⁵ Os dois economistas os quais nos referimos são Fernando Sarti e Mariano Laplane. Segundo esse estudo, mais da metade dos investimentos externos é direcionado para as indústrias voltadas principalmente para o mercado interno ficando assim essa distribuição: 25,3% montadoras de veículos; 12,7% fábricas de eletrodomésticos; 19% indústria química-farmacêutica. Folha de São Paulo. *Investimento deteriora saldo comercial*, 11 nov. 1988. Sobre as conseqüências de médio e longo prazo desse novos investimentos, ver a excelente entrevista com Antônio Barros de Castro, *Limitações e potencialidades da nova safra de investimentos*, concedida ao Jornal dos Economistas e disponível na World Wide Web em www.economistas.com.br/analises/antonio.htm.

A médio prazo existe um aspecto positivo neste processo: uma maior aproximação dos países do Mercosul com a União Européia, posto, que os países europeus são os maiores investidores na região. Como já enfatizamos, a UE tem uma larga experiência em integração regional e suas pretensões para o Cone Sul vão muito além da proposta livre-cambista.

Neste sentido, o tom do discurso do vice-presidente da Comissão Européia, Manuel Marín, é uma visão clara dos objetivos da UE para o Mercosul: a estratégia da União Européia é “*fortalecer cada vez mais o Mercosul*”, de forma que se transforme no “*núcleo duro da integração latino-americana*”.³⁰⁶

Os inúmeros acordos que vêm sendo firmados entre Mercosul/UE apontam para o início de uma promissora relação de cooperação entre as duas regiões em diversas áreas e setores da economia, como já apontamos.³⁰⁷ Nesse caso, um estreitamento das relações econômico-comerciais entre os dois blocos pode ser bem mais vantajosa para os países da região.

Isso ainda pode ser reforçado com a recente introdução da moeda única européia, o euro. A nova moeda pode simplificar o relacionamento e aumentar o comércio entre os dois blocos econômicos. Além disso, como os maiores tomadores da dívida latino-americana são os grandes fundos dos EUA e Japão, onde predomina o dólar como moeda contratual no mercado internacional, o euro pode permitir que os países da região possam diversificar suas dívidas, e os riscos, em casos de instabilidades na moeda hegemônica.³⁰⁸

O Nafta por sua vez, apesar de ser uma proposta menos ambiciosa, não pode ser descartada, mesmo se vier a ser ampliada e transformada na Alca. Todavia, é necessário que o Mercosul não se desintegre diante dessa proposta. É importante que haja continuidade dos esforços de integração sub-regional para que os

³⁰⁶ *Folha de São Paulo*. União Européia quer fortalecer Mercosul. 14 set. 1997.

³⁰⁷ Esses acordos estão publicados, e temporariamente incorporados os novos, nos Boletins de Integração Latino-Americana do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Eles estão disponíveis na World Wide Web em www.mre.gov.br.

³⁰⁸ Ver as declarações do chefe do Diretório de Assuntos Econômicos e Financeiros da Comissão Européia, Peter Bekx, em artigo na *Gazeta Mercantil*. *Euro reforça relação comercial com a AL*, 6-7 nov. 1998.

países do Cone Sul possam se inserir de uma forma mais ativa no comércio internacional e com mais autonomia em suas respectivas políticas externas.

Nesse sentido é importante ressaltar que o Mercosul se trata, em última instância, de uma importante experiência para os seus países-membros. Ambiente no qual a economia brasileira joga um papel importante, não só pela sua grandeza, mas também por conduzir esse processo de integração. A seguir indicaremos porque essa economia apresenta as condições necessárias para alcançar esse objetivo.

3.6 – RELAÇÕES ECONÔMICOS-COMERCIAIS ENTRE BRASIL-MERCOSUL E DEMAIS BLOCOS ECONÔMICOS

3.6.1 – O VOLUME, A COMPOSIÇÃO E O PADRÃO DE COMÉRCIO INTRA-REGIONAL E INTER-REGIONAL

“(...) na definição das estratégias nacionais terão peso crescente os entendimentos regionais. Contudo, os agrupamentos regionais serão essencialmente um meio visando a ampliar o horizonte de opções dos centros nacionais de decisão, vis-à-vis dos centros de influência mundial. Os agrupamentos regionais que favoreçam as possibilidades de dominação destes últimos atuarão contra o desenvolvimento, porquanto estarão limitando as opções criadas pelo policentrismo” (Celso Furtado, Transformação e Crise na Economia Mundial).

O Brasil assume um papel importante na consolidação do Mercosul e nas intenções de estender essa integração aos demais países da América do Sul. Dois motivos explicam essa afirmativa: o tamanho da economia brasileira e sua localização geográfica.

O mercado brasileiro já é responsável pela maior parte das exportações da Argentina, Paraguai e Uruguai, tornado-se o maior parceiro comercial dessas economias. Em um momento onde prevalecem as políticas protecionistas e a exclusão de países da dinâmica do comércio internacional, o Brasil exerce o papel de centro gravitacional na região. Além disso, o comércio entre esses países, como veremos adiante, têm crescido muito acima do comércio mundial, graças ao sistema de desgravação tarifária aplicado na integração econômica. Já com relação à localização geográfica, todos os países do continente, exceto o Chile e o Equador,

têm fronteiras com o Brasil, e esta vizinhança física oferece amplas possibilidades de aprofundamento da integração econômica.³⁰⁹

As estatísticas sobre o comércio intra-regional têm colocado a amostra o êxito dessa integração, ao contrário do que alguns afirmavam. Gonçalves (1994), por exemplo, não acredita muito no sucesso das integrações regionais onde não se faz presente um pólo dinâmico como na Europa, nos Estados Unidos ou Japão.

Este coloca, dentre outras coisas, que o argumento para a formação de blocos econômicos ou a fragmentação do comércio internacional, é um dos maiores mitos da economia internacional em alguns debates sobre o assunto. Para ele, as estatísticas mostram que a expansão do comércio inter-regional *“está associada à polarização do sistema mundial de comércio. Naturalmente, os grandes pólos da economia internacional aprofundam seus laços comerciais próximos geograficamente, o que define ‘zonas plurinacionais polarizantes’”*.³¹⁰

A evolução do comércio intra-regional, em bloco de países como o Nafta e a União Européia, tem sido relativamente pequena se comparada com o crescimento do comércio entre os principais países desenvolvidos, segundo Gonçalves (1994). Para afirmar isto, ele toma como exemplo a participação do total do comércio intra-América do Norte, intra-Europa Ocidental e intra-asiático, relativo ao total mundial. Verifica-se, então, que houve um incremento desta participação de 37% em 1980 para 46,4% em 1989. Isto quer dizer, um aumento de 8,8%, pouco maior do que aquele verificado no comércio entre Ásia-EUA, a Ásia-Europa Ocidental e EUA-Europa Ocidental, que foi de 8,4%.³¹¹

Trata-se de uma crítica bem fundamentada, que não acredita muito no sucesso de processos de integração econômica do tipo Mercosul, onde a falta de um pólo econômico desenvolvido compromete o seu dinamismo. Porém, os dados sobre o comércio intra-regional provam que o Mercosul tem superado as expectativas. Para o Brasil em particular, o comércio intra-regional pode não significar muito em

³⁰⁹ Benjamin, *et al.*, 1998.

³¹⁰ Gonçalves, 1994, p. 84-85. Grifo do autor.

³¹¹ *Id.*, *ibid.*

termos relativos, mas já se configura como uma alternativa para compensar as perdas provocadas pelas instabilidades freqüentes no comércio internacional.

Uma análise pormenorizada desses dados e da participação da economia brasileira no Mercosul, e suas relações econômico-comerciais com outros blocos regionais, traz à tona a importância que a integração econômica tem para o Brasil.

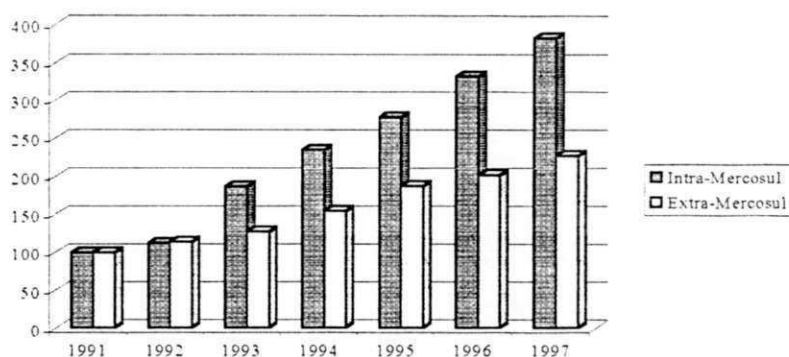
O comércio intra-regional apresentou um crescimento bem superior do que o intercâmbio comercial inter-regional. Entre 1991-1997, o comércio intra-Mercosul cresceu surpreendentemente 280%, passando de US\$ 10,4 milhões para US\$ 39,8 milhões, enquanto que o extra-Mercosul apresentou uma taxa de crescimento de 127%, passando de US\$ 80,1 para US\$ 182,2 (Tabela 8). Enquanto isso, o comércio mundial cresceu, entre 1990-1997, apenas 60%, passando de US\$ 6,9 trilhões para US\$ 11 trilhões (sobre o comércio mundial ver Anexo I). Os primeiros reflexos positivos do comércio intra-regional foram sentidos dois anos após a constituição do Mercosul, em 1993, quando acentuou-se as relações mercantis na região (Gráfico 7).

Tabela 8 – Volume e variação do comércio (exportação importação) intra-Mercosul e extra-Mercosul: 1991-1998

	Intra-Mercosul		Extra-Mercosul	
	US\$	Var. %	US\$	Var. %
1991	10,415	100	80,175	100
1992	11,703	112,3	91,136	113,6
1993	19,458	186,8	102,151	127,4
1994	24,440	234,6	124,131	154,8
1995	28,892	277,4	150,355	187,5
1996	34,579	332	161,921	201,9
1997	39,839	382,5	182,279	227,3

Fonte: Estadísticas y Comercio, n.º 13, abr-jul 98 (ALADI) e Departamento de informações da ALADI, disponível na World Wide Web em www.mre.gov.br. Elaboração FG.

Gráfico 7 – Comportamento da variação do volume de comércio intra-Mercosul e extra-Mercosul - (%)



Esses dados demonstram que o processo de integração econômica no Cone Sul tem adquirido uma dinâmica própria, não estando, desta forma, dependente por inteiro do dinamismo de algum grande pólo econômico da economia mundial, como por exemplo os EUA, principal economia do continente. Mesmo com esse crescimento, Galvão chama a atenção que esses índices não podem ser considerados elevados, tendo-se em conta outras experiências de integração regional envolvendo países desenvolvidos³¹²

Esse crescimento do comércio intra-regional não foi uniforme entre os países-membros, sendo a maior parcela apropriada pela Argentina e Brasil. O comércio bilateral entre esses dois países expandiu-se de US\$ 6,2 bilhões em 1991 para US\$ 29,9 bilhões em 1997, ou seja, um incremento de 382% na variação absoluta.³¹³ Esse crescimento foi proporcionado pelo processo de desgravamento linear das tarifas aduaneira de diversos produtos comercializados no Mercosul. Esse e demais outros aspectos sobre o comércio intra-regional, destacaremos a seguir quando analisamos a participação do Brasil na economia internacional.

³¹² Galvão, 1997, p. 8.

³¹³ Esses dados serão mais detalhados adiante.

3.6.2 - AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Para o Brasil, o Mercosul não assume a mesma importância em termos de mercado, como ocorre aos demais países do bloco. Apenas 17% do total das exportações brasileiras se destinaram ao comércio intra-regional (ver Tabela 9). Isto deve-se ao fato do país apresentar uma posição relativamente favorável no comércio internacional. O Brasil não concentra suas exportações em nenhum bloco regional ou país especificamente. As suas exportações são bem diversificadas, bem distribuídas pelos principais mercados mundiais, o que lhe permite apresentar a característica de um *global trader*.³¹⁴ Esse aspecto torna o país menos vulnerável às instabilidades do comércio internacional.

Todavia, como veremos, as exportações brasileiras vem crescendo menos que as exportações mundiais, o que significa dizer que o país vem perdendo relativamente mercado.

Tabela 9 – Exportações do Brasil por destino econômico: 1991/1997 – (US\$ milhões de FOB)

	1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%
UE	10,1	32,2	10,5	29,5	10	25,9	12,2	28	13	28	12,8	26,9	14,5	27,4
Nafta	7,5	24	8,6	24,1	9,4	24,3	10,5	24,2	9,8	22,4	10,7	22,4	10,9	20,7
Ásia	5,6	17,9	5,6	15,8	6,1	15,8	7	16	8,2	17,7	7,8	16,3	7,8	14,7
Aladi ^a	1,8	5,8	2,4	6,8	2,7	7,1	2,8	6,5	3,3	7,1	2,9	6	3,7	7
Mercosul	2,3	7,3	4,1	11,5	5,4	14	6	13,8	6,1	13,2	7,3	15,4	9	17
Resto do Mundo	4	12,8	4,4	12,3	4,9	12,6	5	11,5	6	13	6,2	13	7	13,2
Mundo	31,3	100	35,6	100	38,5	100	43,5	100	46,4	100	47,7	100	52,9	100

Nota: (a) exclui o Mercosul e o México.

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível na World Wide Web em www.bcb.gov.br; Secretaria Administrativa do Mercosul disponível na World Wide Web em www.algarbull.com.uy/secretariameracosul/. Elaboração FG.

³¹⁴ Para efeito de exemplo, o México segundo dados das Organização de Comércio (OMC) comercializava com os EUA, cerca de 80,5% do total de suas exportações, ou seja, aproximadamente US\$ 32 bilhões. Com o acordo assinado no âmbito do Nafta, em 1994, esse índice passou para 84,5% (US\$ 51,1 bilhões). Essa concentração no destino das exportações, orientou o México a preparar um acordo de livre comércio com a União Européia e algumas negociações preliminares com o Mercosul, com o objetivo de diversificar mais o seu comércio, tentando, dessa maneira, ampliar seus mercados compradores. Folha de São Paulo. *País quer ser um "global trader"*, 19 abr. 1998.

Com relação ao destino, a pauta de exportação do Brasil é bastante diversificada. A União Européia é nosso principal mercado, absorvendo mais de 27% das exportações brasileiras em 1997. Em seguida vem o Nafta com 20,7%, o Mercosul 17%, a Ásia com pouco mais de 14%, o Resto do Mundo com 13% e os países da Aladi com 7% (Tabela 9). No mercado europeu as exportações dividiram-se em US\$ 3,9 bilhões para os Países Baixos, US\$ 2,6 bilhões para Alemanha e o restante dos países que compõem a UE US\$ 6,1 bilhões.³¹⁵ No Bloco da América do Norte (Nafta), a economia norte-americana destaca-se como a principal importadora dos produtos brasileiros. Em 1997, o Brasil exportou para os EUA cerca de US\$ 10,8 bilhões. Para o México e Canadá volume de exportações do Brasil foi de US\$ 828 milhões e US\$ 506 milhões, respectivamente (Tabela 9).

Na Ásia, as exportações brasileiras para o Japão somaram US\$ 7,7 bilhões, seguida da China US\$ 834 milhões, da Coreia do Sul US\$ 516 milhões e, por fim, dos demais países asiáticos US\$ 1,9 bilhões.³¹⁶

Para a ALADI (exceto México e Mercosul) destacam-se como importadores do Brasil, a Bolívia US\$ 719 milhões, o Chile US\$ 1,1 bilhões, a Venezuela US\$ 468 milhões e para a Colômbia, Equador e Perú, juntos, o Brasil exportou US\$ 640 milhões em mercadorias.

No Mercosul, a Argentina, como veremos mais adiante, destaca-se como o principal parceiro comercial brasileiro. Para esse país as exportações brasileiras em 1997 somaram US\$ 6,7 bilhões. Em seguida vem o Paraguai com US\$ 1,4 bilhões e o Uruguai com US\$ 869 milhões.

Não obstante à relativa diversificação das exportações brasileiras, a participação da União Européia em relação ao total vem decrescendo. Em 1991 cerca de 32,2% das exportações do Brasil foram adquiridas pela UE. Em 1997 esta participação declinou para 27%. Fato semelhante ocorreu relativo à participação do Nafta e dos países da Ásia. Para essas duas regiões, o Brasil exportava em 1991 cerca

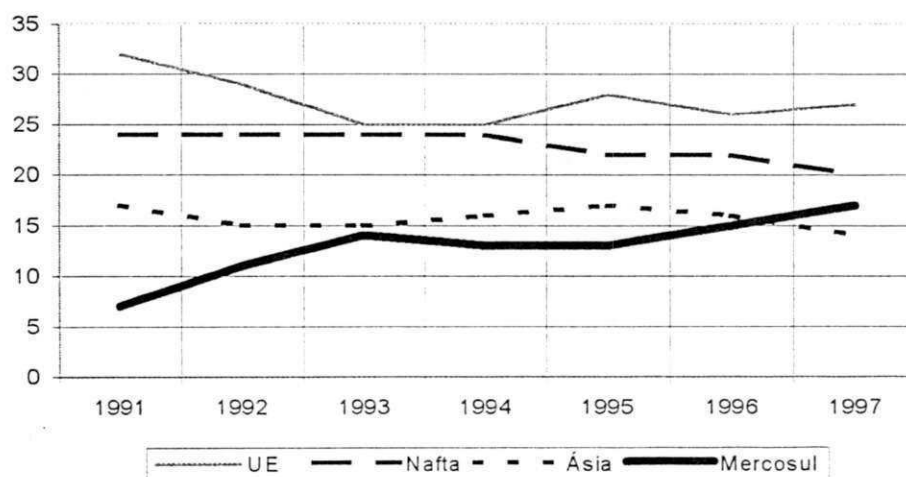
³¹⁵ O restante de países são a Áustria, Bélgica, Luxemburgo, Dinamarca, Espanha, França, Irlanda, Portugal, Reino Unido e Suécia.

³¹⁶ Os demais países considerados são: Afeganistão, Bangladesh, Brunei, Camboja, Coreia do Norte, Filipinas, Hong Kong, Índia, Indonésia, Laos, Macau, Malásia, Maldivas, Mianmar e Mongólia.

de 24% e 17,9%, respectivamente, em 1997 esses percentuais declinaram para 20,7% e 14,7%, respectivamente (ver Gráfico 8). Com relação a Aladi a participação de 5,8% aumentou discretamente para 7% no mesmo período. Para o Resto do Mundo verifica-se, também, um crescimento tímido de 12,8% para pouco mais de 13%.

Porém, surpreendente foi a performance do intercâmbio comercial do Brasil com o Mercosul. A participação das exportações para os três outros países do bloco aumentaram de 7,3% em 1991 para 17% em 1997, conforme mostra o Gráfico 8.

Gráfico 8 - Participação relativa das exportações do Brasil por destino econômico: 1991-1997 - (%)



Apesar do Brasil apresentar uma diversificada relação comercial, suas exportações para os principais mercados regionais têm decrescido ao longo dessa década. Vale ressaltar que tal declínio manifesta-se já no período 1991-1994, portanto antes da sobrevalorização promovida pela política comercial para sustentação artificial do Real³¹⁷, fortalecendo a tese de que numa economia mundial, onde prevalece a idéia de “globalização”, ou melhor, de abertura econômica e o credo do livre mercado, intensifica-se o protecionismo praticado pelos principais países desenvolvidos, sobretudo nos setores onde encontram competitividade internacional.

³¹⁷ Voltaremos a esse assunto mais adiante.

A União Européia é um exemplo disso. O principal parceiro comercial do Brasil não tem facilitado a entrada de produtos (sobretudo de origem agrícola) em seu mercado. As mudanças ocorridas em 1992 provavelmente intensificaram as barreiras contra os produtos agrícola brasileiros. Neste ano foi estabelecido o Mercado Único e foram feitas uma série de mudanças na política comercial européia: modificaram-se as tarifas de importação, em decorrência do processo de harmonização; aumentaram as restrições quantitativas para os produtos importados; foram concedidos mais subsídios às exportações da região; e aperfeiçoaram-se as regulamentações técnicas relativas à saúde e no Sistema Geral de Preferências (SGP).

Com relação ao Nafta, há outras causas. A queda das exportações brasileiras refletem a vontade dos Estados Unidos de conduzirem um bloco econômico para fazer frente à UE e ao Japão (líder no continente asiático), bem como para enfrentar o potencial comercial da China. Nesse sentido, a queda das exportações brasileiras para o Nafta, especialmente para os Estados Unidos, é resultado da sobrevalorização cambial (em 1994, após o Plano Real) e a intensificação de políticas protecionistas (ver Tabela 9). É paradoxal que o comércio do Brasil com os Estados Unidos sofra tantas dificuldades, logo nesse país onde a defesa do multilateralismo nas relações comerciais é questão central na retórica oficial. Para Velasco Cruz, isso faz parte da necessidade norte-americana de manter sua hegemonia

"(...) apoiada, alternadamente, no discurso do liberalismo econômico e numa retórica neomercantilista que faz apelo a sanções para forçar a aceitação de seus objetivos proclamados, parcialmente reforçada pela política dos demais países centrais".³¹⁸

A participação das exportações brasileiras para o Nafta começou a declinar a partir de 1994, passando de US\$ 1 bilhão para US\$ 496 milhões, ou seja uma queda de mais de 50% (ver Gráfico 8)

As exportações brasileiras para a Ásia também declinaram. O Gráfico 8 também mostra essa involução. Associado ao câmbio sobrevalorizado no Brasil,

³¹⁸ Velasco Cruz, 1994, pp. 16-17. O autor ainda coloca: *"Manifestando-se, praticamente, como dois aspectos de uma política estratégica, esses dois vetores da política comercial americana – multilateralismo e bilateralismo – remetem à lógicas distintas e se apóiam em perspectivas teóricas francamente contraditórias"* (id., *ibid.*, p. 16).

essa queda também reflete o clima recessivo nos principais países asiáticos, provocado pela crise financeira que inicia-se praticamente nesse período.

O comportamento das exportações brasileiras para os países do Mercosul nos anos 1980 apresentam dois sub-períodos bem distintos. Na primeira metade da década, as exportações apresentam uma retração muito forte, atribuída à crise da dívida externa, à recessão da economia mundial, principalmente da economia norte-americana,³¹⁹ e aos fortes desequilíbrios causados pelas altas taxas de inflação registradas na Argentina.³²⁰ A partir da segunda metade da década de 1980, verifica-se um vigoroso impulso nas exportações do Brasil para seus principais parceiros no Mercosul (cf. Tabela 10 e Gráfico 9). Isto deve-se a quatro fatores básicos: à recuperação da economia mundial; os esforços do Brasil em obter superávits comerciais para manter o pagamento dos encargos da dívida externa; a defasagem no câmbio argentino; e a intensificação do processo de integração econômica.

Tabela 10 – Volume e variação das exportações do Brasil para os países do Mercosul: 1980 1997 – (US\$ milhões)

	Argentina		Paraguai		Uruguai		Total	
	US\$	Var. %	US\$	Var. %	US\$	Var. %	US\$	Var. %
1980	1.091	100	409	100	310	100	1.810	100
1985	548	50	301	73	140	45	989	54
1990	645	59	381	93	295	95	1.321	72
1991	1.476	135	496	121	337	108	2.309	127
1992	3.039	278	543	132	514	165	4.096	226
1993	3.658	335	952	232	775	250	5.385	297
1994	4.135	379	1.053	317	731	235	5.919	327
1995	4.041	370	1.300	323	831	268	6.172	340
1996	5.170	473	1.324	323	811	261	7.305	403
1997	6.767	620	1.406	343	869	280	9.042	499

Fonte: Thorstensen (et al. 1994); SECEN/DECEN MICT; Estadísticas y Comercio, n.º 13, abr-jul 98 (Aladi) e Departamento de Informação da Aladi, disponível na World Wide Web em www.mre.gov.br/getec/WEBGETEC/BILA/23/appendice.htm. Elaboração FG.

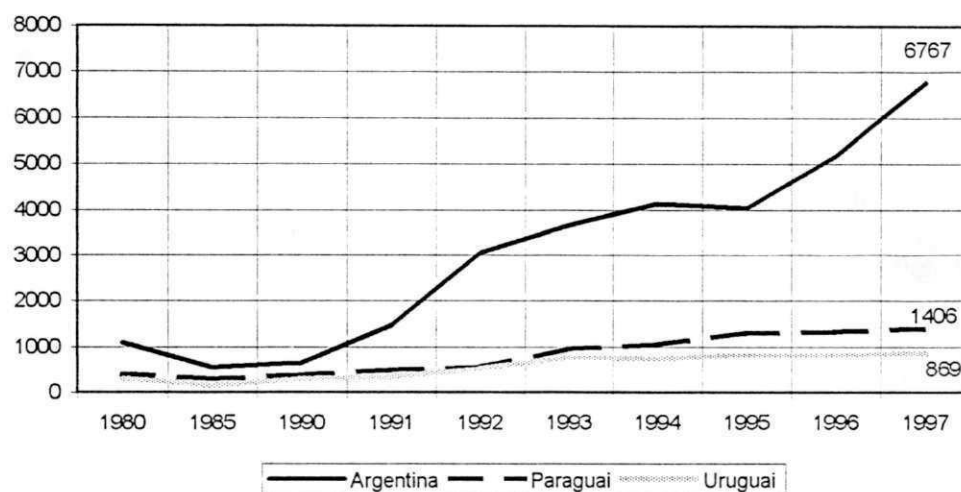
Galvão lembra ainda que a reduzida interação entre os países membros do bloco na primeira metade da década de 1980, decorria da ausência de

³¹⁹ Ver Tavares, 1997a.

³²⁰ Thorstensen, et al., 1994, p. 256.

mecanismos facilitadores do comércio intra-regional. Para ele, não obstante as características geográficas e culturais, os países da região não buscaram o relacionamento regional, preferindo estreitar o intercâmbio comercial e cultural com países da Europa e os Estados Unidos.³²¹

Gráfico 9 - Evolução das exportações do Brasil para os países do Mercosul: 1980-1997 – (US\$ milhões)



Em valores absolutos as exportações do Brasil para o resto dos países membros do Mercosul tem aumentado ao longo dos anos, como vimos. Todavia, as exportações para a Argentina têm crescido exponencialmente, reduzindo a expressão relativa do Paraguai e Uruguai no total das exportações do Brasil para o Mercosul. Em 1980 a Argentina absorvia cerca de 60% das vendas brasileiras para o Mercosul. Em 1991 esse percentual elevou-se para 74%, ratificando, desta forma, os efeitos da assinatura do Tratado de Assunção. Em 1995 chegou a alcançar 75%. Enquanto isso, a participação do Paraguai e Uruguai, em termos relativos, decresceu no período 1980-1997 de 23% e 17% para 15% e 10%, respectivamente (ver Tabela 11 e Gráfico 10).

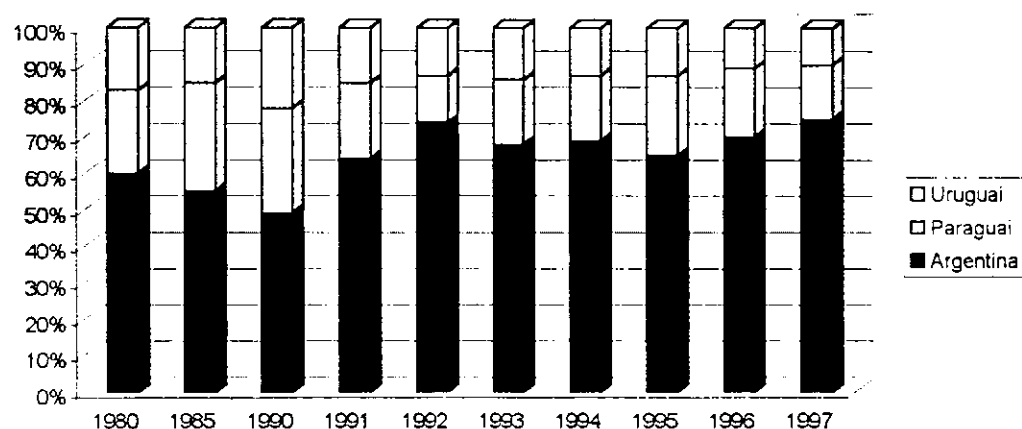
³²¹ Galvão, 1997, p. 11.

Tabela 11 – Distribuição das exportações do Brasil para o Mercosul: 1980/1997 – (%)

	Argentina	Paraguai	Uruguai	Total Mercosul
1980	60	23	17	100
1985	55	30	15	100
1990	49	29	22	100
1991	64	21	15	100
1992	74	13	13	100
1993	68	18	14	100
1994	69	18	13	100
1995	65	22	13	100
1996	70	19	11	100
1997	75	15	10	100

Fonte: com base nas tabelas 9 e 10.

Gráfico 10 - Participação relativa das exportações do Brasil para o Mercosul: 1980/1997 - (%)



Portanto, no geral, vimos que as exportações brasileiras nos últimos tempos têm perdido mercado, principalmente pelas dificuldades encontradas de acesso aos mercados da Europa e do Nafta. Por outro lado, para os países do Mercosul as exportações têm relativamente aumentado, o que implica afirmar que o bloco regional pode ainda ser bastante útil no sentido de compensar as perdas provocadas pelo aumento do protecionismo no comércio internacional.

3.6.3 – ESTRUTURA E PERFIL DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO

A análise da pauta de exportação do Brasil levará em conta os graus de agregação de valor ao produto e o uso de tecnologia no processo produtivo com o objetivo de revelar o conteúdo dos produtos que o país produz para o comércio internacional. Neste sentido, utilizaremos a metodologia da UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development) que classifica os produtos exportáveis em:

- (a) alto valor agregado (AVA) e alta intensidade tecnológica (AIT): aeroespacial, computadores, eletrônico, farmacêutico, instrumentos de precisão, máquinas mecânicas e elétricas, química fina, mecânica de precisão e automobilístico;
- (b) médio valor agregado (MVA) e média intensidade tecnológica (MIT): química, borracha, plástico, papel e celulose, metalurgia e produtos metálicos;
- (c) baixo valor agregado (BVA) e baixa intensidade tecnológica (BIT): minerais não-metálicos, alimentos, bebidas, fumo, refino de petróleo, editorial e gráfica, madeira e mobiliário, têxteis, calçados e couro.³²²

Vejamos, portanto, como se distribuiu em 1995 as exportações brasileiras por tipo de produto e por região

Por adição de alguns setores pode-se deduzir que a União Européia importou do Brasil, mais de 65% em produtos básicos, que apresentavam BVA e BIT. Nesse caso, mudanças na política de comércio exterior da União Européia, atingem em magnitude proporcional as exportações brasileiras por elas serem bastante concentradas, principalmente no setor de alimentos, 44,63% (Tabela 12).

Já para o Nafta, as exportações brasileiras são mais diversificadas. Do total da exportações em 1995, 59% corresponderam a produtos com MVA e AVA, como também de MIT e AIT. Enquanto isso, 41% do total da pauta eram produtos com BVA e BIT (Tabela 12).

³²² Essa parte do trabalho terá como base analítica o estudo realizado por Thorstensen, 1997.

Para a Ásia, 53% das exportações constituíram-se de produtos com MVA e AVA com MIT e AIT. Os produtos com BVA e BIT somaram 47% do total das exportações brasileiras em 1995 (Tabela 12).

Para a América do Sul e o Mercosul, os resultados das pauta de exportação brasileira não são muito diferentes. Por isso, tomamos a América do Sul como base. Para essa região, o Brasil exportou 77% de produtos com MVA e AVA e com MIT e AIT, enquanto que os produtos com BVA e BIT alcançaram 23% do total da pauta em 1995 (Tabela 12).

Tabela 12 – Exportações do Brasil por bloco regional e por setores: 1995 – (%)

	UE	Nafta	Ásia	Am. do Sul	Mercosul	Resto do Mundo	Total Mundo
Alimentos	44,63	13,26	28,45	10,14	12,67	48,77	29,07
P. Minerais	9,10	3,79	12,57	2,89	3,95	7,66	7,09
Químicos	3,18	4,12	5,69	11,43	12,28	3,15	5,46
Plásticos	1,55	4,12	1,30	8,30	8,76	1,98	3,23
Couro/Calçados	4,63	11,73	2,06	1,40	0,97	1,54	4,58
Madeira	3,90	3,30	1,01	0,57	0,63	2,64	2,45
Papel/Celulose	6,94	5,76	6,15	5,08	4,81	4,76	5,87
Têxteis	2,64	3,74	2,09	5,10	4,92	1,22	3,08
Min. Não-Metálicos	3,39	3,13	1,27	2,16	1,98	1,67	2,49
Metais	7,15	17,62	32,82	12,66	10,35	8,19	14,76
Máq./Equip.	6,40	21,46	4,18	19,52	18,00	6,01	11,78
Material de Transporte	4,26	6,09	2,04	17,92	18,15	5,00	7,17
Instrumentos	0,36	0,65	0,16	0,96	0,67	0,33	0,51
Outros	1,42	1,60	0,08	1,27	1,43	0,79	1,11
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SECEX e FUNCEX apud Thorstensen, in Konrad Adenauer, 1997, p. 86.

No geral, o comportamento das exportações brasileiras mostra-se equilibrado, ficando a pauta dividida em 50,1% em produtos com MVA e AVA e com MIT e AIT, e 49,9% em produtos com BVA e BIT. Entretanto, os índices são mais favoráveis para as exportações direcionadas para os países do Nafta, América do Sul e Mercosul. Isto põe o país como um exportador privilegiado de bens com

altos e médios valores agregados e de maior intensidade tecnológica para essas regiões (Tabela 12).

Devido à forte presença de máquinas e equipamentos e material de transporte, as exportações para a América do Sul e Mercosul apresentaram os melhores resultados em relação ao tipo de produto exportado (76,4% e 73,4%, respectivamente, em produtos de maior valor agregado e intensidade tecnológica média e alta). Isto indica que os bens transacionados no mercado intra-regional apresentam um grau de intensidade tecnológica bem mais elevado do que as exportações da região para o resto do mundo (Tabela 13).

Tabela 13 – Exportações do Brasil por valor agregado e por intensidade tecnológica: 1995 – (%)

	Menor Valor Agregado e Int. Tec. Baixa	Maior Valor Agregado e Int. Tec. Média e Alta
UE	69,7	30,3
Nafta	40,6	59,4
Ásia	47,2	52,8
América do Sul	23,6	76,4
Mercosul	26,6	73,4
Resto do Mundo	64,3	35,7
Total	49,9	50,1

Fonte: SECEX E FUNCEN *apud* Thorstensen, 1997, p. 88

Resumindo: a pauta de exportação brasileira é bem diversificada. Entretanto, o país continua sendo um grande exportador de produtos primários. Destaque merece a pauta de exportações do Brasil para a América do Sul e Mercosul, que apresenta um conteúdo agregado significativo.

3.6.4 – AS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Da mesma forma que estudamos a pauta de exportações brasileiras, faremos com relação a pauta de importações. A análise da evolução das importações brasileiras revela uma elevação substancial na segunda metade da década de 1990, em virtude da conjunção da abertura comercial – crescente desde o início da década – com a sobrevalorização do câmbio – exacerbada ao longo da segunda metade da referida década.

Todos os blocos econômicos indicados na Tabela 14 cresceram suas exportações para o Brasil ao longo do período considerado. Da União Europeia o Brasil importava cerca de US\$ 5 bilhões em mercadorias, o que representava 24% do total das importações do país. Em 1997 o volume das importações brasileiras dessa região aumentou para US\$ 16,3 bilhões e a participação no total passou para 26,7%. A participação do Nafta também cresceu, mas muito pouco relativamente, ficando em torno dos 27%. No entanto em termos de valores, as exportações da América do Norte passaram de US\$ 5,7 bilhões para US\$ 16,9 bilhões.

A participação da Ásia elevou-se no período considerado de 9% para 16,7% e o volume de suas exportações para o Brasil passou de US\$ 2 bilhões para US\$ 9 bilhões. Com relação a ALADI não se verifica muitas modificações. Enquanto isso, as importações brasileiras oriundas do Mercosul tiveram um desempenho semelhante ao da Ásia. Os demais países do Mercosul aumentaram sua participação de 11% em 1991 para 15,7% em 1997 e o volume elevou-se de US\$ 2,3 para US\$ 9,6 bilhões, respectivamente. Esse aumento pode ser atribuído aos acordos de integração e cooperação assinados entre Brasil e Argentina no final dos anos 1980 e, principalmente, ao Tratado de Assunção, assinado em 1991, incorporando o Uruguai e o Paraguai. Esse tratado veio dar por superado um período de rivalidades e antagonismos que se estendeu por várias décadas e instituiu a regras de um comércio mais aberto entre os quatro países do Cone Sul.

Tabela 14 – Importações do Brasil por origem econômica: 1991-1997 – (US\$ milhões de FOB)

	1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	US	Var.º	US\$	Var.º	US\$	Var.º	US\$	Var.º	US\$	Var.º	US\$	Var.º	US\$	Var.º
UE	5	100	4,5	90	5,5	110	8,9	178	13,7	274	14,1	282	16,3	326
Nafta	5,7	100	5,4	94	6,1	107	8	140	12,4	217	14	245	16,9	296
Ásia	2	100	2,1	105	3,7	185	5	250	8,2	410	7,5	375	9,1	455
Aladi ^a	1,1	100	1	90	1	90	1,4	127	2,3	209	2,3	209	2,5	227
Mercosul	2,3	100	2,2	95	3,3	143	4,6	200	6,8	295	8,3	360	9,6	417
Resto do Mundo	5	100	5,1	102	5,4	108	5,1	102	6	120	6,8	136	6,7	134
Mundo	21	100	20	95	25	119	33	157	49	233	53	252	61	290

Nota: (a) exclui o Mercosul e o México.

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível na World Wide Web em www.bcb.gov.br; Secretaria Administrativa do Mercosul disponível na World Wide Web em www.algarbull.com.uy/secretariameracosul/. Elaboração FG.

Da União Européia as importações brasileiras se subdividiram da seguinte maneira em 1997: US\$ 5,1 bilhões da Alemanha, US\$ 3,4 bilhões da Itália, US\$ 589 milhões dos Países Baixos e US\$ 7,1 bilhões dos demais países que compõem a UE.³²³

No Nafta os EUA são responsáveis por mais de 80% das importações brasileiras. Em 1997, o Brasil importou US\$ 14,3 bilhões desse país, do Canadá US\$ 923 milhões e do México US\$ 834 milhões. Apesar do Nafta não ter alterado muito sua participação no total das importações brasileiras (ver Tabela 14), os EUA vêm aumentando suas exportações para o país como veremos mais adiante.

Os países da Ásia que mais exportaram para o país em 1997 foram o Japão US\$ 3,5 bilhões, a Rep. da Coreia 1,3 bilhões e a China US\$ 1,1 bilhões. O restante da região exportou US\$ 3 bilhões.

Da ALADI destacam-se a Bolívia US\$ 27 milhões, o Chile US\$ 995 milhões, a Venezuela US\$ 1 bilhão e a Colômbia, Equador e Perú, juntos, US\$ 437 milhões.

Da Argentina, o Brasil compra a grande maioria dos produtos provenientes do Mercosul. Em 1997, as importações advindas desse país somaram US\$ 8,1 bilhões, do Uruguai US\$ 979 milhões e do Paraguai US\$ 527 milhões (Tabela 15).

³²³ Os países que exportam para a economia brasileira da UE são: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Portugal, Reino Unido e Suécia.

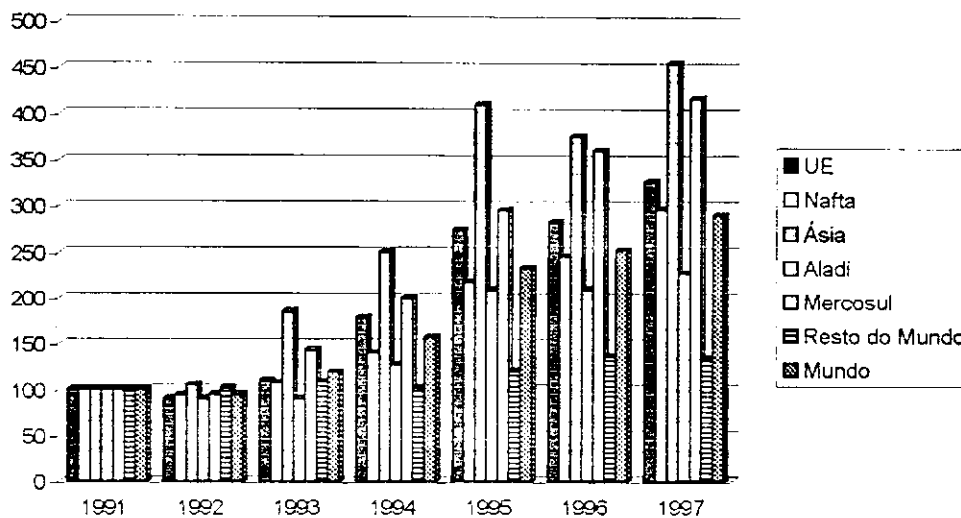
Tabela 15 – Volume e variação das importações do Brasil dos países do Mercosul: 1980/1997 – (US\$ milhões)

	Argentina		Paraguai		Uruguai		Total	
	US\$	Var. %	US\$	Var. %	US\$	Var. %	US\$	Var. %
1980	756	100	91	100	196	100	1.043	100
1985	468	61	74	81	178	90	720	69
1990	1.515	200	335	368	594	303	2.444	234
1991	1.614	213	219	240	434	221	2.267	217
1992	1.731	228	194	213	301	153	2.226	213
1993	2.717	359	275	302	385	196	3.377	323
1994	3.661	484	352	386	568	289	4.581	439
1995	5.591	739	514	564	737	376	6.842	655
1996	6.783	897	551	605	931	475	8.265	792
1997	8.116	1.073	527	579	979	499	9.622	922

Fonte: SECEX/DECEX/MICT; Estadísticas y Comercio, n.º 13, abr-jul 98 (Aladi) e Departamento de Informação da Aladi, disponível na World Wide Web em www.mre.gov.br/getec/WEBGETEC/BILA_23_apendice.htm. Elaboração FG.

De acordo com os dados apresentados na tabela 14, fica evidenciado que todas as regiões analisadas se beneficiaram da abertura comercial brasileira no período 1991-1997, destacando-se o crescimento das importações provenientes da Ásia (355%), dos demais países do Mercosul (317%), da União Europeia (226%) e do Nafta (196%). Enquanto isso, as importações da ALADI e do Resto do Mundo cresceram a taxas bem inferiores (127% e 34%, respectivamente). O Gráfico 11 visualiza bem essas evoluções.

Gráfico 11 - Evolução das importações do Brasil por origem econômica: 1991/1997
- (%)



Com relação ao comércio intra-regional, embora todos os países do Mercosul tenham ampliado suas exportações para o Brasil no período 1980-1997, todavia foi a Argentina o país que mais se beneficiou da abertura comercial brasileira. Sua participação relativa, que já era elevada no total das importações brasileiras do Mercosul, ampliou-se de 72% em 1980 para 84,3% em 1997. Em consequência, mesmo crescendo em termos absolutos (Gráfico 12), as importações provenientes do Uruguai e do Paraguai apresentaram reduções relativas no mesmo período (Tabela 16).

Gráfico 12 - Evolução das importações do Brasil dos países do Mercosul:
1991-1997 - (US\$ milhões)

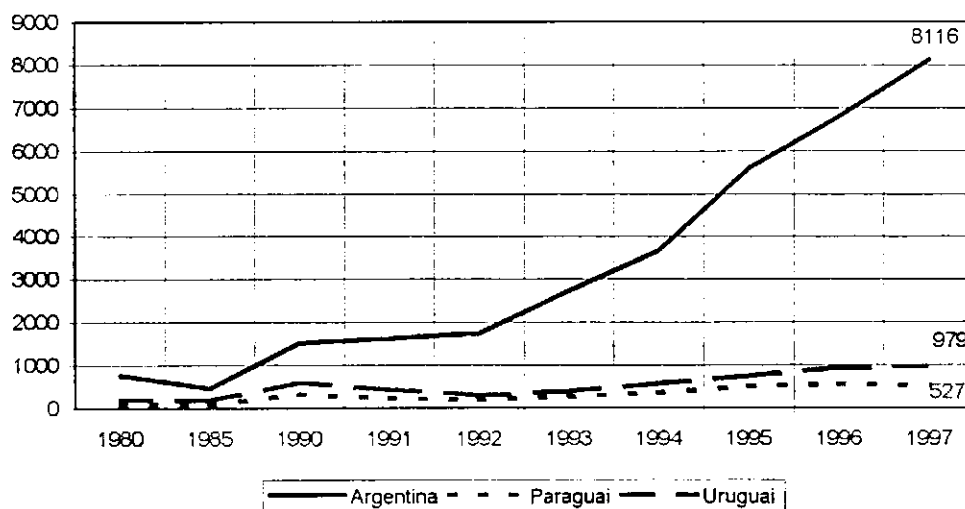


Tabela 16 – Distribuição das importações do Brasil do Mercosul: 1980/1997 - (%)

	Argentina	Paraguai	Uruguai	Total Mercosul
1980	72	9	19	100
1985	68,5	11	20,5	100
1990	62	14	24	100
1991	71,2	9,7	19,1	100
1992	77,8	8,7	13,5	100
1993	80,4	8,2	11,4	100
1994	79,9	7,7	12,4	100
1995	81,7	7,5	10,8	100
1996	82	6,7	11,3	100
1997	84,3	5,5	10,2	100

Fonte: com base nas tabelas 14 e 15.

Analisada a evolução das importações brasileiras provenientes dos principais mercados mundiais, passaremos agora a apresentação da estrutura dessas importações.³²⁴

3.6.5 – ESTRUTURA E PERFIL DA PAUTA DE IMPORTAÇÃO

As importações brasileiras totais não são diversificadas como se apresentam as exportações. Elas estão fortemente concentradas em produtos manufaturados. As três maiores regiões fornecedoras são a UE, Nafta e a Ásia. As importações originárias da União Européia em 1995, constituíram-se em sua grande maioria (71%) de manufaturados, ficando desta forma distribuída a pauta: 34% em máquinas e equipamentos, 20% em material de transporte e 17% em produtos químicos. Com relação ao total das importações provenientes do bloco da América do Norte, 58% dos produtos são manufaturados sendo, 34% de máquinas e equipamentos, 16% de produtos químicos e 8% de material de transporte (Tabela 17).

³²⁴ Novamente estaremos utilizando como base analítica o trabalho de Thorstensen, 1997 e a metodologia da UNCTAD.

Tabela 17 – Importações do Brasil por bloco regional e por setores: 1995 – (%)

	UE	Nafta	Ásia	Am. do Sul *	Mercosul	Resto do Mundo	Total Mundo
Alimentos	7,41	8,08	1,59	34,11	41,47	9,36	11,81
P. Minerais	2,26	6,54	1,57	20,29	12,05	47,53	12,42
Químicos	17,42	16,15	6,15	5,00	4,10	14,35	12,62
Plásticos	4,14	6,87	6,97	3,97	4,12	1,27	4,86
Couro/Calçados	0,21	0,21	2,67	1,92	2,52	0,74	0,99
Madeira	0,07	0,02	0,05	0,54	0,63	0,05	0,14
Papel/Celulose	2,65	5,13	0,39	2,82	1,52	1,32	2,75
Têxteis	1,81	2,86	8,17	6,70	8,02	5,93	4,53
Min. Metálicos	1,34	0,92	0,75	1,00	0,60	0,40	0,97
Metais	3,98	4,42	3,19	5,62	1,47	4,14	4,28
Máq./Equip.	34,27	34,24	45,91	5,31	6,91	10,30	27,67
Material de Transporte	19,79	8,26	12,43	11,44	15,26	2,48	11,98
Instrumentos	3,81	5,45	6,44	0,13	0,16	1,64	3,67
Outros	0,81	0,71	3,30	0,51	0,65	0,33	1,06
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SECEX e FUNCEN apud Thorstensen, in Konrad Adenauer, 1997, p. 87.

Nota: (*) Exclui os demais países do Mercosul

A Ásia também se mostrou uma grande fornecedora de produtos manufaturados, exportando para o país 46% em máquinas e equipamentos e 12% em material de transporte. Por outro lado, a América do Sul e o Mercosul se destacam como grandes fornecedores de produtos primários. Dessa região vieram 34% em alimentos e 20% em produtos minerais.

Portanto, tem-se que tanto da UE quanto do Nafta, as importações concentraram-se em produtos de alto e médio valor agregado (AVA e MVA) e com alta e média intensidade tecnológica (AIT e MIT). Da América do Sul e Mercosul as importações brasileiras foram, na sua maioria, de produtos com BVA e MVA com MIT e BIT.

O intercâmbio comercial do Brasil com os países do Mercosul apresenta a seguinte composição:

- (a) no comércio Argentina-Brasil, prevalece o comércio inter-indústria, destacando-se, entre as exportações brasileiras, as da indústria metalúrgica, ferramentas e

minérios, e entre as argentinas, produtos de origem vegetal, (cereais e frutas), produtos de origem animal (carnes e lácteos) e ainda o petróleo;

- (b) no comércio Brasil-Paraguai, as exportações brasileiras baseiam-se em produtos alimentares industriais, bebidas e fumo, máquinas e aparelhos mecânicos e elétricos, produtos das indústrias químicas, borracha e suas obras e materiais têxteis e suas obras. Com relação as importações provenientes do Paraguai prevalecem os produtos agrícolas e semi-elaborados com baixo valor agregado: produtos de origem vegetal, gorduras e óleos animais e vegetais;
- (c) com relação ao comércio Brasil-Uruguai, enquanto as exportações brasileiras concentraram-se também em produtos manufaturados: material de transporte, máquinas e aparelhos mecânicos e elétricos, matérias têxteis e suas obras, e produtos metalúrgicos e ferramentas, as importações provenientes do Uruguai, predominam os produtos agrícolas como os de origem animal em sua grande maioria.³²⁵

Confirma-se então, que nas exportações para o Mercosul, o Brasil tem uma pauta relativamente diversificada, com grande participação dos grupos de produtos de média e alta intensidade tecnológica. Quanto as importações, elas se concentram em produtos alimentares ou produtos industrializados de intensidade tecnológica intermediária. Com relação aos demais blocos, as importações brasileiras, sobretudo da UE e Nafta, constituem-se, em sua grande maioria, de produtos manufaturados, enquanto que as exportações para UE apresentam grande volume de produtos primários e para o Nafta elas são bem mais diversificadas.

3.6.6 – OS RESULTADOS DO INTERCÂMBIO COMERCIAL DO BRASIL NA DÉCADA DE 1990

Vimos até aqui que o Mercosul vem apresentando um dinamismo comercial bem superior ao verificado no comércio mundial. Dado esse crescimento no fluxo comercial entre os países do Mercosul e a diversidade e complementaridade do intercâmbio comercial brasileiro na região, esse mercado apresenta grande

³²⁵ IPEA, *O Brasil na Virada do Milênio: Trajetória do Crescimento e Desafios do Desenvolvimento*, 1997, p.154 ss.

importância estratégica e amplas possibilidades de expansão simultânea com o desenvolvimento dos países membros.

Foi constatado também que vem decrescendo as exportações brasileiras para a União Européia, Nafta e Ásia, provavelmente como reflexo da sobrevalorização cambial na maior parte dos anos 1990. Observa-se apenas um crescimento para os países que compõe a ALADI e para o Mercosul. Apesar da queda na participação, o Bloco Europeu continua sendo o maior mercado consumidor das exportações brasileiras.

O período 1991-1997, como foi visto na seção anterior, mostrou que o país pouco cresceu nas atividades exportadoras, e, como consequência, do processo de abertura, se transformou em um grande importador. Os dados revelam a nova realidade da inserção do Brasil no comércio internacional. Desde 1991 as exportações brasileiras vinham crescendo a uma média anual de 8,9% (Tabelas 9 e 18), acompanhando a média mundial. Mas, a partir de 1995, o crescimento mundial foi de 19%,³²⁶ enquanto o crescimento das exportações brasileiras declinou para uma taxa média de 6,8% por ano, revelando a impropriedade da política cambial brasileira (Tabelas 2, 9 e 18).

Com efeito, a participação das exportações brasileiras no total das exportações mundiais, que já tinha alcançado 1,39% em 1985, declina em toda a década de 1990 para 0,9%³²⁷ (sobre o comércio mundial ver Anexos I e II). Isso destoa com a potencialidade que o Brasil possui de ser um grande país exportador e reflete os resultados da abertura comercial precipitada e sem critérios.

Por outro lado, com relação as importações, vimos que o efeito da abertura econômica foi bastante significativo. O volume das importações brasileiras aumentou de US\$ 21 bilhões em 1991, para US\$ 61 bilhões em 1997, isto significa um aumento superior a 190%, bem maior que o registrado pelas exportações no mesmo período. Como consequência, a participação das importações do Brasil no total das importações mundiais, que já foi de 0,65% em 1990, elevou-se para 1,17%

³²⁶ Thorstensen, *et al.*, 1997, p. 95.

³²⁷ Fonte: Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) disponível na World Wide Web em www.org.br.

em 1997. Chegaram a crescer a uma taxa média anual superior a das importações mundiais, 17% contra 7% entre 1991-1997 (Tabela 18 e Anexos I e II).

Tabela 18 – Intercâmbio Comercial Brasileiro 1991/1997 – (US\$ milhões de FOB)

	1991			1992			1993			1994			1995			1996			1997		
	Ex.	Im.	Sal	Ex.	Im.	Sal	Ex.	Im.	Sal	Ex.	Im.	Sal	Ex.	Im.	Sal	Ex.	Im.	Sal	Ex.	Im.	Sal
Total	31,3	21,0	10,6	35,6	20,3	15,2	38,5	25,0	13	43,5	33,0	10,5	46,4	49,9	-3,5	47,7	53,0	-5,3	52,9	61,1	-8,5
UE	10,1	5	5,1	10,5	4,5	6	10	5,5	4,5	12,2	8,9	3,3	13	13,7	-0,7	12,8	14,1	-1,3	14,5	16,3	-1,8
Nafta	7,5	5,7	1,8	8,6	5,4	3,2	9,4	6,1	3,3	10,5	8	2,5	9,8	12,4	-2,6	10,7	14	-3,3	10,9	16,9	-6
Ásia	5,6	2	3,6	5,6	2,1	3,5	6,1	3,7	2,4	7	5	2	8,2	8,2	0	7,8	7,5	0,3	7,8	9,1	-1,3
Aladi	1,8	1,1	0,7	2,4	1	1,4	2,7	1	1,7	2,8	1,4	1,4	3,3	2,3	1	2,9	2,3	0,6	3,7	2,5	1,2
Mer.	2,3	2,3	0	4,1	2,2	1,9	5,4	3,3	2,1	6	4,6	1,4	6,1	6,8	-0,7	7,3	8,3	-1	9	9,6	-0,6
Resto do Mundo	4	5	-1	4,4	5,1	-0,7	4,9	5,4	-0,5	5	5,1	-0,1	6	6	0	6,2	6,8	-0,6	7	6,7	0,3

Nota: dadas as aproximações feitas nos cálculos, os dados podem apresentar algumas diferenças quando somados.

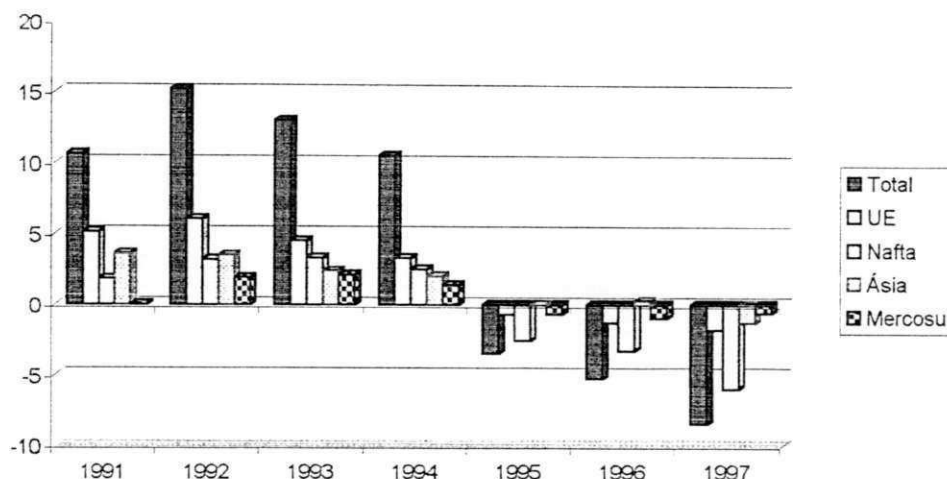
Fonte: com base nas tabelas 9 e 14.

Apesar das exportações brasileiras terem diminuído para a União Européia e terem aumentado as importações dessa região, é com o Nafta que registra-se o maior desequilíbrio comercial do intercâmbio comercial do Brasil (ver Tabela 18 e Gráfico 13).

O déficit comercial com o Nafta foi US\$ 6 bilhões em 1997, com a União Européia US\$ 1,8 bilhões, com a Ásia US\$ 1,3 bilhões e com o Mercosul pouco mais de US\$ 600 milhões. Saldo positivo só foi registrado com os países da ALADI US\$ 1,2 bilhões e com o Resto do Mundo, cerca de US\$ 300 milhões.

Quanto aos resultados do intercâmbio comercial do Brasil, a maior consideração a ser feita é, evidente, a perda do dinamismo do superávit comercial. Depois de um expressivo resultado superavitário de US\$ 15,2 bilhões em 1992, a tendência da balança comercial brasileira foi decrescente, apontando em 1995 um saldo deficitário de US\$ 3,5 bilhões, agravando-se sucessivamente, para chegar em 1997 com a elevada quantia negativa de US\$ 8,5 bilhões, revelando, assim, a artificialidade da insustentável política econômica de estabilização adotada a partir de 1994 (Tabela 18 e Gráfico 13).

Gráfico 13 - Comportamento do saldo da balança comercial do Brasil: 1991/1997 – (US\$ milhões de FOB)



A opção escolhida para manter a estabilidade econômica, baseada na manutenção de uma taxa de câmbio sobrevalorizada aliada a uma taxa de juros elevada, permitiu o agravamento estrutural das contas externas, através do aumento do volume de importações do Brasil, à medida “em que o sistema industrial passa a funcionar com crescente substituição de insumos, partes e componentes, antes produzidos domesticamente, por similares importados – irresistivelmente barateados pelo câmbio atrasado.”³²⁸ De fato, em pouco tempo (de 1994 para 1995), as importações saltaram de um patamar de US\$ 30 bilhões para quase US\$ 50 bilhões, provocando, assim, consequências negativas para a estrutura produtiva doméstica.

A grande maioria das importações brasileiras constituem-se de bens intermediários (matérias primas e componentes); bens duráveis de consumo (automóveis, linha branca, eletrodomésticos leves, áudio e vídeo); bens de capital; e, bens finais de consumo não-duráveis. A partir da abertura comercial, foram criados canais de comercialização para importação desses produtos, de difícil reversão posterior, contribuindo sobremodo para a chamada desindustrialização, como acentua Coutinho: “A participação das importações na composição da oferta aumentou de forma generalizada e em muitos casos avançou substituindo a produção doméstica”.³²⁹

³²⁸ Coutinho. 1996, p. 229.

³²⁹ *Id.*, *Ibid*, p. 230

Deve-se considerar também os problemas originados pelos investimentos estrangeiros no médio prazo. Os novos investimentos garantem, no curto prazo, o financiamento de parte do saldo comercial negativo. Porém, no médio prazo podem surgir dificuldades crescentes. A maturação desses investimentos – como, por exemplo, as diversas fábricas de automóveis em fase de instalação – exige um substancial aumento do conteúdo importado de bens de capital, componentes e peças, “*traduzindo-se numa expansão ampla e significativa da importação de todas as categorias de insumos e bens intermediários*”.³³⁰

Também deve-se assinalar a falta de uma estrutura mais preparada de defesa comercial. A área do governo brasileiro responsável pela política de comércio exterior carece, ainda, de mecanismos e instrumentos mais eficientes que possam melhor controlar as importações. Atualmente o país utiliza relativamente muito pouco os instrumentos que dispõe. Medidas antidumping, medidas compensatórias e salvaguardas³³¹ são utilizadas de forma muito tímida pelo país. Por outro lado, um estudo de Martone e Braga (1994), mostra que o Brasil foi, dentre os países em desenvolvimento, um dos mais afetados pelas ações antidumping e medidas compensatórias nos últimos anos. Essas medidas compensatórias, por exemplo, foram tomadas pelos países desenvolvidos, de forma crescente, para proteger suas indústrias em declínio. No Brasil, percebe-se que após a liberalização do mercado, a indústria nacional sequer teve a proteção de medidas de salvaguarda.

Outra alternativa que poderia ser utilizada de uma maneira a atenuar esses desequilíbrios seria o controle das alíquotas de importação. No entanto, principalmente após o Plano Real, esse instrumento foi utilizado para permitir que as

³³⁰ *Id., ibid.*

³³¹ Medidas antidumping podem ser tomadas quando uma empresa exportadora está praticando preços de exportação abaixo daqueles cobrados no mercado interno. O país importador nesse caso, pode então sobretaxar esses produtos. Portanto é uma medida contra a empresa que pratica dumping. As medidas compensatórias são tomadas quando um país está importando produtos que recebem ajuda do governo do país exportador, quer dizer, recebem subsídios. Nesse caso, o país importador pode compensar o subsídio com uma sobretaxação. Nesse caso particular, toma-se uma medida contra o país exportador. É praticada medidas de salvaguardas quando um país julga que um setor da sua indústria está sendo prejudicado por uma invasão de importados e cria barreiras temporárias para que o setor reestruture-se. Para se ter uma idéia, o Brasil aplicou apenas uma vez a salvaguarda, em 1996, em defesa da indústria de brinquedos, elevando o imposto de importação de 20% para 70%. Cf. *Gazeta Mercantil*, Perú dificulta as exportações de ônibus brasileiro, 6-7 nov. 1998; *Folha de São Paulo*, Defesa comercial do Brasil é acanhada, 20 set. 1998. Uma outra coisa que deve-se levar em consideração, é a falta de pessoal qualificado e equipamentos modernos nas áreas e setores de fiscalização alfandegária do comércio exterior brasileiro.

importações fossem realizadas a preços bem menores para influenciar o nível de preços da economia para baixo. Com a enxurrada de produtos importados na economia brasileira, as autoridades econômicas permitiram também que mercadorias de qualidade duvidosa entrassem no país. Nesse caso também, pouco uso fizeram do órgão responsável pela fiscalização das normas técnicas e da qualidade das mercadorias importadas pelo país, o Inmetro. Este órgão poderia ser muito bem utilizado a exemplo do que ocorre nos países desenvolvidos, onde os produtos importados passam por uma rigorosa averiguação para atender aos padrões de exigências estabelecidos, em respeito aos interesses dos consumidores desses países.

Além disso tudo, Thorstensen atribui outros dois fatores que contribuem para situação desfavorável da balança comercial brasileira: as dificuldades de acesso ao sistema de financiamento às exportações ³³², agravado ainda mais pelas taxas de juros elevadas, e, o chamado “Custo Brasil”.³³³

Apesar dos problemas macroeconômicos enfrentados pela economia brasileira na atual década, é admissível reconhecer a importância que tem o Mercosul para o Brasil. Sobretudo na atual fase da economia mundial, onde um dos traços característicos é a divisão do comércio internacional em blocos de países e a concentração de grande parcela desse comércio em fluxos intra-regionais. Neste cenário, amplia-se espaço possível para acordos preferenciais de comércio entre países e blocos. Esta constatação exige, conforme acentua Thorstensen,

“toda uma estratégia de inserção do Brasil no cenário internacional que coloca em xeque a política atual de defender para o país um papel de

³³² Thorstensen, *et al.*, 1997, p. 98. Segundo um representante da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil), o país possui instrumentos adequados, mas existem inúmeras dificuldades de acesso a esse sistema. Por exemplo, no caso das ACCs (Adiantamentos de Contratos de Câmbio), o exportador brasileiro precisa oferecer garantias superiores a 100% do valor da operação. Isso provavelmente dificulta muitas empresas brasileiras de efetuarem suas exportações. Cf. *Folha de São Paulo*. Defesa comercial do Brasil é acanhada, 20 set.1998.

³³³ Um exemplo nesse sentido são altos custos com embarque e desembarque de mercadorias e a baixa produtividade nos portos brasileiros. O exemplo do porto de Santos é emblemático nesse caso. Em Santos, para 1996, o custo médio para movimentar um contêiner, tipo de carga mais comum no porto, era de US\$ 326. A produtividade média por navio era de 21.5 contêiner movimentados por hora, o mais alto do país. No porto de Buenos Aires na Argentina, o preço é três vezes menor e a produtividade é 50% superior. O porto argentino cobra US\$ 100 por contêiner e movimenta 31.8 deles por hora em cada navio. Esse alto custo não se deve atribuir à problemas com mão-de-obra. Para a CAP (Conselho de Administração Portuária), o principal problema reside na falta de investimentos e nas altas taxas cobradas como a THC (Terminal Handling Charge), um adicional pago pelos donos das mercadorias aos armadores para a movimentação de carga no país. Ver *Folha de São Paulo*. Santos enfrenta desafio de reduzir custo, 11 out.1998.

*small global trader, ou seja, de negociar com todos os países, sem estabelecer laços preferenciais. Sem um bloco forte onde se inserir, e sem acordos, preferenciais, é difícil antever melhores desempenhos do comércio exterior brasileiro”.*³³⁴

É, portanto, nessa necessidade de se posicionar na economia internacional que o Mercosul pode ser uma estratégia alternativa, ao reforçar os laços regionais e proporcionar para seus países-membros um certo conforto nas negociações sobre o comércio internacional e nas relações comerciais. Nesse caso, usar o mercado regional como uma ferramenta de aprendizado e capacitação para poder explorar mercados mais sofisticados é de extrema importância.

Para o Brasil, a integração econômica significa muito mais que os resultados comerciais, apesar de ter sido bastante útil em eliminar barreiras internas e ter ampliado mercados complementares e em estágio similar de desenvolvimento.³³⁵ Vários acordos de cooperação foram assinados no âmbito da ALADI envolvendo os quatro países do Mercosul, como por exemplo na área energética, onde o Brasil é bastante carente em alguns recursos que são abundantes em seus vizinhos latino-americanos tais como, petróleo, gás natural e carvão (Anexo III).

Além disso, politicamente, o Mercosul apresenta uma peculiaridade de fundamental importância no atual jogo de forças na economia mundial, conforme acentua Galvão:

*“(...) ao adquirir personalidade jurídica própria, como uma União Aduaneira, o MERCOSUL, como instituição, vem dando maior unidade política aos países membros da Comunidade, aumentando o seu poder de barganha nas negociações internacionais e permitindo a realização de inúmeros acordos comerciais e de cooperação com outras nações ou blocos de países, em condições muito mais favoráveis do que se cada país estivesse operando sozinho, sobretudo na era atual, (...) de forte competitividade internacional”.*³³⁶

³³⁴ Thorstensen, et al., 1994, p. 275.

³³⁵ “(...) as potencialidades do comércio centrado na complementação das economias latino-americanas parecem estar longe de seu esgotamento, principalmente pelo fato de que recursos produtivos de grande importância comercial e estratégica estão distribuídos de forma muito assimétricas entre os países do continente” (Galvão, 1997, p. 7).

³³⁶ Galvão 1997, p. 20. Rêgo (1995, p. 171), também compartilha dessa opinião lembrando que uma das vantagens do Mercosul é “possibilitar um aprendizado em termos de processo de integração, aumentar o poder de barganha nas negociações internacionais e propiciar uma participação mais vantajosa na economia global”.

Portanto, deve-se entender essa iniciativa sul-americana como uma resposta à dupla tendência contemporânea de globalização de mercados (diga-se de passagem, mercados financeiros) e de formação de blocos regionais de comércio. Representa “*um esforço para aumentar e melhorar a inserção dos países da região na economia internacional*”,³³⁷ apresentando mais elementos de integração do que de simples submissão ou adesão incondicional a um centro hegemônico de poder.

Por apresentar esses aspectos estratégicos e ter alcançado resultados muito favoráveis para a economia da região, o Mercosul, principalmente no ano de 1997, sofreu uma série de críticas e pressões que tentaram obstruir ou dificultar seu avanço.³³⁸ Elas surgiram principalmente dos Estados Unidos, através de alguns representantes de seu comércio exterior. O alvo escolhido não seria outro senão o Brasil, líder natural desse processo e maior economia da região, também rebatendo na Argentina. A seguir, veremos quais os interesses que estão subjacentes a ação dos Estados Unidos na região, ao ponto de formar um clima contencioso entre essa economia, o Mercosul e o Brasil.

3.7 - ALCA VERSUS MERCOSUL: A DISPUTA PELA HEGEMONIA DO ESPAÇO ECONÔMICO- POLÍTICO SUL-AMERICANO

“Não pode haver maior erro do que esperar favores entre nações. Essa é uma ilusão que a experiência cura” (George Washington, 1796).

As seções anteriores trataram de demonstrar que o Brasil tem assumido um papel importante no Mercosul. Além de ser a maior economia do bloco (representa cerca de 70% do total), apresenta um parque industrial relativamente desenvolvido e bastante heterogêneo. Isso representa muito à medida que o país busca alcançar uma estrutura mais competitiva para o mercado internacional.

O Mercosul também significa uma espécie de laboratório, onde seus países membros têm a oportunidade de ganharem experiência em termos de integração e daí partirem para as grandes negociações no comércio internacional.

³³⁷ Galvão, 1997, p. 5.

³³⁸ No segundo semestre de 1997, às vésperas da visita do presidente norte-americano à América do Sul, os jornais e noticiários veicularam, massivamente, reportagens e artigos que se referiam a vários aspectos sobre os conflitos comerciais entre o Mercosul, Brasil e Estados Unidos. Para aqueles interessados sobre o assunto, ver o dossiê organizado por Guedes (1997), onde está reunida uma grande parcela desse material jornalístico.

Convém afirmar que esse processo integracionista fortalece a posição e a inserção desses países no mercado mundial, sobretudo a posição da economia brasileira devido a sua maior dimensão.

No entanto, a experiência do Mercosul, até agora exitosa, e o papel de liderança do Brasil no processo de consolidação do bloco, têm despertado as atenções de outras nações interessadas em manter seus privilégios políticos e econômicos na região. Os diversos acordos assinados entre o Mercosul e outros países fora do Hemisfério ou outros blocos regionais, também têm provocado reações contrárias. Grande parte das inquietudes sobre esses aspectos partiram dos Estados Unidos, sempre interessados em conter a emergência de atores que estejam em desacordo com o conjunto de princípios econômicos e políticos delineados para região. O alvo não deixaria de ser o próprio Brasil pelo que representa, e as críticas partiram dos Estados Unidos, preocupados com a perda de espaço na região, como assim insinua uma ex-autoridade norte-americana:

*“Não vamos fazer nada que pareça ataque ao Mercosul, mas os brasileiros também têm de cuidar para não parecer que estão nos excluindo de uma parte do mundo”.*³³⁹

Em certos momentos criou-se um clima de hostilidades que refletia os interesses divergentes quanto ao futuro econômico e político da América Latina.³⁴⁰ Várias razões podem ser levantadas para explicar o ocorrente. Essas razões são tanto de caráter político quanto econômico.

Como já foi visto a taxa média de crescimento do comércio intra-regional nos últimos anos tem superado a média mundial. O intercâmbio comercial entre Mercosul/União Européia também tem sido bastante superior do que o realizado entre Mercosul/Estados Unidos.

A aproximação do Mercosul com alguns blocos regionais, como é o caso da União Européia e a Ásia, ascendeu as rivalidades econômicas pela América

³³⁹ Henry Kissinger, ex-secretário de Estado norte-americano. *Folha de São Paulo*. Kissinger teme crise entre EUA e Brasil, 08 out. 1997.

³⁴⁰ As declarações incontinentes da representante de comércio exterior dos Estados Unidos, Charlene Barshefsky, deixam claros sinais de que o Mercosul realmente incomoda: *“Esse Mercosul pode ser visto como uma unidadezinha ou sistema de regras e obrigações próprias montados no vácuo da liderança dos EUA na região”*. *Revista Isto É*. Quem pisca primeiro, p. 60, fev. 1997.

Latina. Fato esse que deixaram preocupadas as autoridades do governo norte-americano, desdobrando-se em uma série de ações ofensivas por parte dos Estados Unidos no sentido de garantir o espaço de valorização de seus capitais e assegurar os interesses de suas multinacionais na região. A declaração abaixo transcrita do presidente norte-americano comprova está assertiva:

"Precisamos agir, expandir nossas exportações para Ásia e América Latina, as duas regiões que crescem mais rapidamente, ou ficaremos para trás à medida que essas economias fortalecem seus laços com outros países".³⁴¹

A proposta da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) que inclui os 34 países (com exceção de Cuba) num grande bloco econômico de comércio, passou a ser considerada pelos formuladores da política econômica externa norte-americana, como uma das principais estratégias de combate à relativa autonomia que alguns países vinham ganhando ao se reforçarem através dos acordos de integração regional e sub-regional na América Latina e Caribe. O Mercosul, nesse caso, tornou-se uma das razões pela qual se fortalecesse a idéia para a criação de uma zona de livre comércio hemisférica.

Contra o Mercosul vários argumentos foram levantados. Um deles afirma que o bloco regional é muito protecionista e tem realizado negociações que têm resultado em desvios de comércio.³⁴² A adoção da TEC (Tarifa Externa Comum) é um dos principais focos de críticas. Ao adotar uma tarifa contra países não-membros, o Mercosul estaria privilegiando o comércio regional em detrimento das relações comerciais extra-regionais. Quer dizer, alguns países de fora do bloco estariam sendo discriminados por causa da criação da TEC e pelo fato dos países do Mercosul estarem comercializando entre si produtos antes importados de fora da região.

Esse argumento, no entanto, torna-se bastante frágil ao examinarmos os resultados do intercâmbio comercial do Mercosul com outros países ou blocos de países nos últimos anos. Como vimos nas seções anteriores, o intercâmbio comercial da região mostra que o volume das importações totais aumentou significativamente

³⁴¹ William Clinton. *id., ibid.*, p. 62.

³⁴² Sobre os conceitos criação e desvio de comércio, ver no capítulo 2 deste trabalho a subseção 2.1.1

entre 1990 e 1996, passando de US\$ 29 bilhões para US\$ 87 bilhões. As importações brasileiras, por exemplo, aumentaram, no mesmo período, de US\$ 18,5 bilhões para US\$ 53 bilhões. Afirmar que o Mercosul é um bloco protecionista é um tanto exagerado. Pelo contrário, nos anos 1990 o intercâmbio comercial extra-regional tem se mostrado desfavorável para os países do Mercosul. O exemplo do Brasil é emblemático nesse caso.

O país tem alcançado sucessivos déficits em sua balança comercial, principalmente com os Estados Unidos. O intercâmbio comercial entre esses dois países tem tornado-se cada vez mais conflituoso, sobretudo em função das leis abertamente protecionistas norte-americanas, como o “*Buy American Act*”, além de sua estratégia de expandir o comércio na região. Tais leis têm imposto elevadas sobretaxas sobre importantes produtos brasileiros. Enquanto isso, ironicamente os países do Mercosul são acusados de práticas protecionistas. Abaixo estão os principais produtos brasileiros que sofrem restrições para entrarem no mercado norte-americano.

- Aços – as sobretaxas antidumping para este setor variam de 19,2% à 124,9%, dependendo do produto. As sobretaxas contra os subsídios (medidas compensatórias) vão de 5,8% à 142%. A indústria brasileira exporta anualmente para os EUA, cerca de 170 mil toneladas de aço. Sua capacidade de exportação é bem superior a essa média.
- Açúcar – o Brasil é o único país a não gozar do Sistema Geral de Preferência (SGP). Os produtos brasileiros desse setor são tarifados em cerca de 150% sobre o valor agregado.
- Tabaco – as exportações brasileiras estão restritas em no máximo 10% da produção de fumo nos Estados Unidos, além de pagarem uma sobretaxa de em média 350% por tonelada. A cota de exportação brasileira foi de 80 mil toneladas em 1997. Uma lei americana exige que 75% dos cigarros fabricados naquele país use matéria-prima local.
- Têxteis – os Estados Unidos impõem cotas globais e cotas específicas por produto. Alguns tecidos são taxados até em cerca de 36%.

- Suco de laranja – o governo americano taxa as exportações brasileiras em US\$ 454 por tonelada, metade do preço do produto.
- Carnes bovina e suína – padrões fitossanitários proíbem a exportação de carne crua ou congelada para os Estados Unidos.³⁴³
- Frango – o Brasil é um dos principais produtores do mercado mundial de frango, servindo a quase 50 países. No entanto, os Estados Unidos alega que o frango brasileiro não cumpre os requisitos básicos de inspeção do seu Departamento de Agricultura, proibindo também sua comercialização no país.³⁴⁴

A maioria dessas barreiras se enquadram numa nova modalidade de proteção de mercado. Trata-se da utilização de um novo instrumento chamado de barreiras não-tarifárias. Segundo Deardoff e Stern,³⁴⁵ esse instrumento tem sido utilizado pela maioria dos países desenvolvidos para protegerem seus respectivos mercados, naquilo que ele chama de práticas neo-protecionistas. As barreiras não-tarifárias podem ser classificadas em cinco grupos: restrições quantitativas, impostos não-tarifários, participação governamental no comércio, procedimentos alfandegários, e barreiras técnicas ao comércio.³⁴⁶ Uma parcela significativa das exportações brasileiras para os Estados Unidos têm sido enquadrada nesses cinco grupos.

O aumento do protecionismo norte-americano e a expansão de suas exportações tem provocado resultados negativos na América Latina. O Brasil vem sofrendo as conseqüências desse processo. Contabilizando afluxos a partir de 1994,

³⁴³ Esse caso, em particular, mostra claramente até que ponto são levantadas barreiras não-tarifárias para protegerem certos mercados. Os norte-americanos não compram a carne brasileira com a desculpa de que ela pode vir a transmitir a febre aftosa, que foi erradicada nos EUA há cerca de 30 anos e ainda existe em alguns Estados brasileiros. Porém, a mesma carne que poderia ser exportada para esse país é vendida a Inglaterra e até agora não houveram vestígios de contágio.

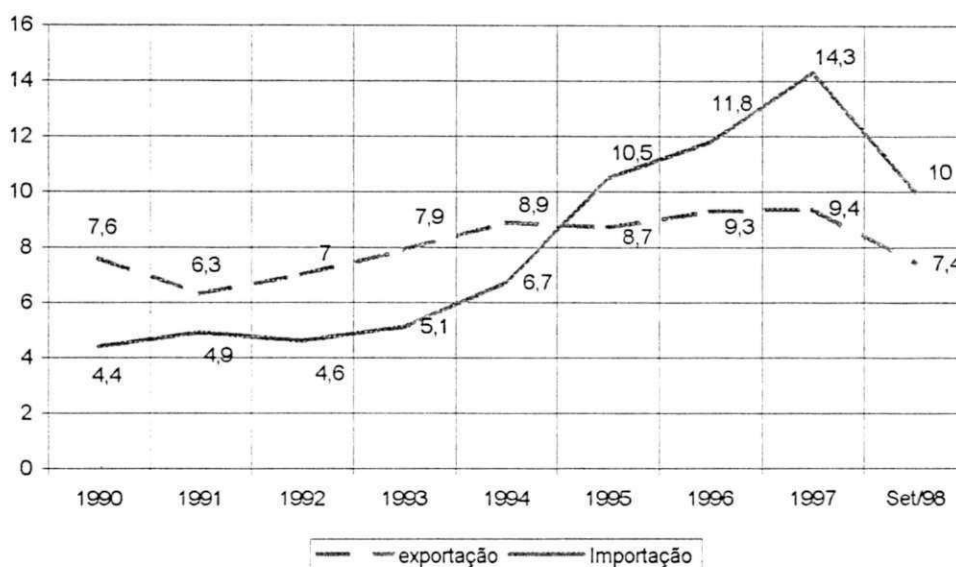
³⁴⁴ *Revista Isto É*. Quem pisca primeiro? pp. 64-65, fev. 1997; Paulino e Rebelo, 1997, pp. 6-11. A prática da política de comércio exterior dos Estados Unidos nos últimos anos, é contrária a retórica do livre comércio. Não está bem afinada com os grandes objetivos das suas negociações comerciais, estabelecidos no *Omnibus Trade and Competitiveness Act* de 1988: a) acesso a mercados mais abertos, eqüitativos e recíprocos; b) redução ou eliminação de barreiras e outras políticas e práticas que distorçam o comércio; c) um sistema de disciplinas e procedimentos mais efetivo para o comércio internacional (ver Thorstensen, 1994, p. 160).

³⁴⁵ Deardoff e Stern, 1985 *apud* Gonçalves, 1994a, p. 154.

³⁴⁶ Para uma análise mais detalhada sobre a magnitude, evolução e natureza das restrições impostas às exportações brasileiras nos principais países ou blocos econômicos, ver Gonçalves, 1994a.

ano de implantação do Plano Real, até final do segundo semestre de 1998, o Brasil acumulou um déficit de quase US\$ 12 bilhões com os Estados Unidos. Entre 1990 e 1997, as exportações brasileiras para esse país cresceram apenas 23% (de US\$ 7,6 bilhões para US\$ 9,4 bilhões), enquanto as importações cresceram 225% (de US\$ 4,4 bilhões para US\$ 14,3 bilhões). De um saldo comercial positivo de US\$ 3,2 bilhões em 1990, passamos para um saldo negativo de US\$ 4,9 bilhões em 1997. São dados que evidenciam o quanto o intercâmbio comercial Brasil/EUA tem sido desfavorável para o Brasil (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Intercâmbio comercial do Brasil com os Estados Unidos: 1990/set.1998
- (US\$ milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil, disponível na World Wide Web em www.bcb.gov.br; Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos *apud* Jornal *Folha de São Paulo*, caderno 2, p. 1 16 08 1998; *Revista Isto É*, Fevereiro 1997, p. 65.

Isso reflete os resultados de uma estratégia norte-americana delineada para a América Latina. E a criação da Alca faz parte dessa estratégia. Os Estados Unidos convivem com um déficit comercial gigantesco, e há duas décadas praticamente esse país não consegue superar esse déficit com a Ásia, especialmente com China e Japão. Procurando compensar isso, os Estados Unidos têm procurado estimular o comércio com a América Latina, como válvula de escape.³⁴⁷ Os

³⁴⁷ Opinião semelhante emite Benjamin, *et al.*, 1998, p. 136: "Fortemente deficitária em suas relações com o mundo, essa economia (norte-americana) conferiu à América Latina o papel de 'área de criação de superávits - mercado cativo para seus produtos e território de manobra para seus capitais -, o que explica a indução de políticas neoliberais".

resultados comprovam o êxito até o momento dessa política comercial. A América Latina transformou-se numa área de formação de superávits norte-americanos. De acordo com Fiori essa estratégia comercial

"(...) agora radicalmente livre-cambista, se impôs contra todas as resistências nacionais, nos acordos que deram origem à nova Organização Mundial do Comércio dotada de regras e instrumentos extremamente rigorosos que interdita todo tipo de proteção, subsídio ou política de quota capaz de sustentar estratégias de desenvolvimento da produção nacional. Tem sido esta mesma diretriz que orientou a inclusão do México no NAFTA e vem forçando a adesão dos demais países latino-americanos ao projeto de um mercado comum (ALCA) liderado, obviamente, pelas empresas norte-americanas. Estratégia favorecida pela políticas de estabilização com sobrevalorização das moedas locais, responsáveis pela inversão de sinal e o crescimento do superávit comercial norte-americano com a América Latina".³⁴⁸

Como resultado disso, a América Latina transformou-se no único continente onde os Estados Unidos mantêm superávit comercial. Em 1997 ele foi de US\$ 9,3 bilhões. Fica evidente que a política comercial norte-americana para região é comprar o menos possível e vender o máximo, diferenciando-se muito pouco das práticas mercantilistas do século XV, feitas, é claro, as devidas mediações.

Nesse sentido, a proposta da Alca tem por objetivo ampliar o espaço econômico (leia-se mercado) para que os Estados Unidos possam vender largamente seus produtos, os quais encontram níveis de concorrência muito baixos na região. O Nafta poderá vir a ser o espelho dessa proposta. A intenção é englobar os processos de integração econômica sub-regionais e regionais existentes, passando dessa maneira por cima dos acordos estabelecidos entre os países da região. Desta forma, os Estados Unidos estariam matando dois coelhos com uma só cajadada: fortalecendo sua liderança na região e abrindo os mercados dos países latino-americanos para continuar vendendo suas mercadorias, enquanto compensa, em parte, os resultados negativos do seu intercâmbio comercial com a Ásia, principalmente.

Economicamente, o fortalecimento do Mercosul tende a dinamizar a economia brasileira. Para o Brasil o mercado dessa região tem sido relevante para suas exportações. Nesse sentido pode-se até afirmar que tem tomado o espaço que interessaria às exportações norte-americanas, cujo perfil produtivo e vantagens

³⁴⁸ Fiori, 1997a. p. 128.

competitivas em muito se superpõem, sobretudo nos setores de *commodities*. Contudo, se por acaso as negociações em torno da criação da Alca não sejam realizadas levando-se em consideração essas diferenças, a abertura comercial no âmbito do hemisfério provavelmente agravará a situação econômica do Brasil, cuja estrutura produtiva é ainda muito inferior à norte-americana, como acentua Tavares:

*“O Brasil tem uma estrutura industrial e agrícola não complementar a dos EUA, e com um nível de integração produtiva, desenvolvimento tecnológico e escalas de produção substancialmente menores, o que nos coloca numa clara posição de inferioridade com a indústria norte-americana”.*³⁴⁹

Nesse caso, o potencial de deslocamento da produção doméstica no próprio mercado brasileiro e nos outros mercados da América Latina, por exportações oriundas dos Estados Unidos, seria bastante significativo.³⁵⁰ Por conseguinte, para o Brasil e outros países com uma estrutura produtiva similar, os efeitos de uma liberalização mais ampla seriam bastante penosos. A criação da Alca tornaria muito difícil a sobrevivência de diversos agentes econômicos produtivos distribuídos em diversas atividades, por causa da pressão competitiva sobre uma estrutura produtiva ainda em desenvolvimento e pouco adaptada, por conseguinte, a nova realidade competitiva do mercado internacional.³⁵¹

“Uma liberalização do comércio hemisférico, antes mesmo de chegar à eliminação total de tarifas e outras barreiras não-tarifárias, teria um impacto altamente destrutivo sobre a nossa indústria. Mesmo as empresas brasileiras que já conseguiram ‘ajustar-se’ à maior concorrência das importações decorrente da atual política de liberalização, inclusive as que operam no âmbito do Mercosul, não suportariam sequer a redução de tarifas frente ao baixo nível de proteção

³⁴⁹ Tavares. A Alca: Interessa ao Brasil? *Folha de São Paulo*, 29 mar. 1998.

³⁵⁰ Ferreira, 1997, p 271.

³⁵¹ “A integração de mercados é um processo normal, mas deve ser feita de forma gradativa. Um processo abrupto significaria para muitos setores da indústria, dificuldades competitivas muito sérias”. Essa declaração foi feita na I Conferência Latino-Americana para o Desenvolvimento Sustentável e Competitividade, pelo então presidente do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Joahannpeter. Isso sugere que empresários brasileiros receiam que a implantação da Alca seja realizada da forma como quer os Estados Unidos, rápida e sem o reconhecimento da validade do Mercosul para os países da região. Eles temem realmente o alto poder competitivo daquela economia. “Se os EUA acham que não haveria maiores problemas em implantar a Alca agora, nós tememos que sim e, para isso, precisamos estar mais bem preparados”, diz Pedro Luiz Dias, gerente de relações públicas e governamentais da General Motors. *Folha de São Paulo*, Empresários temem os efeitos negativos da antecipação da Alca, 23 set. 1998.

*interna e externa da indústria e da agricultura no país e no próprio Mercosul”.*³⁵²

Portanto, a proposta da Alca vai no sentido de esvaziar e eventualmente liquidar o Mercosul, cujo sucesso contrapõem-se aos interesses estratégicos e à hegemonia política dos Estados Unidos na região.

Enfraquecendo os acordos regionais e sub-regionais, os Estados Unidos tem como objetivo negociar unilateralmente o processo de liberalização comercial no âmbito da Alca. Isto para países como o Brasil representaria um verdadeiro desastre, porque as principais áreas que os Estados Unidos querem negociar (serviços financeiros e de telecomunicações, informática, investimentos, compras governamentais, etc.), a competitividade do país é muito pequena, como já foi assinalado.

Se, por um lado, a proposta da Alca inclui a livre circulação de mercadorias e, por outro lado, tem por objetivo influenciar em áreas estratégicas, Tavares tem razão quando afirma que a proposta norte-americana vai muito além dos ideais livre-cambistas, não se enquadrando numa área de livre comércio tradicional. Ou seja, não se limitaria à remoção de barreiras ao comércio de bens dentro das Américas. As aspirações norte-americanas vão mais longe.

*“Os alcances da ALCA não se esgotam, como sugere seu nome, na formação de uma área de livre comércio mas representam um acordo global que pretende abarcar muito mais, incluindo os serviços, o sistema financeiro, as compras governamentais e os investimentos. Visa, neste sentido, aprofundar os processos de desregulamentação econômica e financeira impostos à América Latina no vácuo produzido pela crise da dívida externa dos anos oitenta, os quais, num quadro de notáveis assimetrias econômicas e tecnológicas como o que existe entre os EUA e os países da região, tendem a favorecer claramente a economia norte-americana”.*³⁵³

³⁵² Tavares, A Alca: Interessa ao Brasil? *Folha de São Paulo*, 29 mar. 1998. Pelo menos uma coisa conspira para que a proposta da Alca seja retardada por enquanto, e o processo de liberalização comercial não se intensifique. Trata-se da recusa do Congresso norte-americano de aprovar o *fast track*, a chamada via rápida, que permite que os acordos comerciais sejam realizados sob a responsabilidade direta do Executivo. Enquanto esse mecanismo, que delega poderes ao Executivo na área de comércio exterior, não é aprovado, os Estados Unidos ficam impossibilitados de negociarem os temas mais polêmicos da agenda Alca. Os países do Mercosul tem tirado proveito dessa situação para dar continuidade as negociações no âmbito regional e com outros blocos de países, e ainda fortalecerem o projeto de integração econômica.

³⁵³ *Id.*, *ibid.* Melo (1997, p. 20), também tem opinião semelhante quanto aos alcances da proposta da Alca quando coloca que a ação dos Estados Unidos “*tende em transformar o*

É necessário ressaltar que as autoridades diplomáticas brasileiras têm se posicionado contra essas pressões. O Itamaraty, órgão responsável direto pelas relações diplomáticas, tem realizado um grande esforço no sentido de “*ampliar o raio de manobra das negociações e tentar postergar o início do processo de liberalização para depois de 2005*”, data limite para a entrada em operação da Alca.³⁵⁴ A estratégia brasileira é continuar com o projeto de integração e negociar os acordos no âmbito da integração hemisférica em bloco, como assim declarou recentemente o Ministro das Relações Exteriores, Felipe Lampréia.

*“Essa estratégia busca assegurar que não se percam ou prejudiquem os esforços e compromissos existentes no nível sub-regional, que constituem valioso instrumento de expansão dos fluxos de comércio e investimentos no continente. Nesse sentido, o Mercosul tem reafirmado – e praticado – sua disposição de negociar em bloco, em virtude também de sua natureza aduaneira”.*³⁵⁵

A posição adotada pelo Brasil (e demais países membros do Mercosul), quanto à criação da Alca, é a do gradualismo e da prudência no trato das negociações em torno de sua implementação.

*“ganhar tempo, fortalecer o Sul antes de se abrir mais para o Norte, aceitar a convergência, mas não a adesão. Os países latino-americanos precisam de tempo para fortalecerem suas economias, a fim de adequar-se às exigências competitivas da Alca”.*³⁵⁶

Enfim, nesse caso, a consolidação do Mercosul demonstra que as economias latino-americanas têm vivido tempos de definições importantes. Como em outros tempos, a lógica da valorização do capital impõem-se, ultrapassando as fronteiras políticas e econômicas.

No caso da América Latina, houveram momentos em que se imaginava a possibilidade de algumas economias saírem da condição de subdesenvolvimento. Porém, o jogo da forças político-sociais internas, bem como a

continente num mercado cativo para as exportações americanas e num território de expansão para os seus capitais, concentrados, em geral, nas privatizações dos serviços públicos e de utilidade pública”. Em contraste com a integração europeia, vale salientar mais uma vez, a agenda Alca não inclui qualquer referência à livre circulação de trabalhadores. A integração das Américas significa apenas o máximo de liberdade para a circulação das mercadorias, dos serviços e do capital (Nogueira Batista, O Brasil e a Alca. *Folha de São Paulo*, 16/10/1998).

³⁵⁴ Tavares, 1998.

³⁵⁵ Lampréia, 1997, p. 13.

³⁵⁶ Brum, 1997, p. 92.

relação dessas forças com os grandes capitais internacionais, impediram a continuidade de importantes projetos de desenvolvimento econômico.³⁵⁷

Desta maneira, a condição de dependência sempre esteve relacionada, no pós-guerra, com os interesses dos EUA na região. Se for implementada a Alca de acordo com o figurino proposto pelos Estados Unidos, será dado um grande passo para transformar de vez o Brasil e o resto da América em uma extensão do espaço econômico norte-americano.³⁵⁸

Todavia, desta vez a América Latina, e em especial a América do Sul, através do Mercosul, tem a oportunidade de se autonomizar em relação aos seus destinos político-econômicos. Para o Brasil isso é ainda mais importante diante de sua potencialidade econômica e seu aspecto continental. Nesse caso, cabe então colocar a seguinte questão levantada por Benjamin:

*"(...) buscaremos uma posição independente, com parceiros globais e uma pauta extensa e geograficamente diversificada, como é a nossa vocação, ou aceitaremos nos tornar de vez um país 'primário exportador', inserido de forma subordinada em um sistema regional?"*³⁵⁹

Certamente, a reposta para essa colocação perpassa a conscientização de que a adesão brasileira à iniciativa dos Estados Unidos carece de fundamento político ou econômico. Politicamente representará uma grande perda de soberania e autonomia para o Brasil. Economicamente, poderá inviabilizar definitivamente a

³⁵⁷ Ver Cardoso e Faletto. 1970.

³⁵⁸ Nogueira Batista. O Brasil e a Alca. *Folha de São Paulo*, 16 out. 1998. Benjamin (et al., 1998, p. 136), também tem a mesma opinião, vejamos o que ele coloca: *"(...) essas políticas desaguarão na desastrosa (para nós) criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que integrará o território econômico da América do Sul – leia-se, do Brasil – ao território econômico norte-americano. Por tratado multilateral de governos, assumiremos compromissos ainda mais 'liberalizadores' do que aqueles que foram firmados no âmbito da Rodada Uruguai da Organização Mundial do Comércio (OMC) (...) Será o fim da experiência do Mercosul, que, com suas limitações, é a primeira associação abrangente de Estados latino-americanos sem a presença da superpotência"*.

³⁵⁹ Benjamin, et al., 1998, p. 137. Do ponto de vista estritamente comercial, nem o Brasil nem o Mercosul têm qualquer vantagem se aderirem a Alca. Do ponto de vista das exportações brasileiras de manufaturados, a consolidação de um mercado sub-regional sul-americano traz mais resultados favoráveis que o mercado hemisférico, se for criada a Alca. Isto sem contar com os inconvenientes de uma abertura indiscriminada às exportações norte-americanas que conduziria o Brasil e os demais países da região à condição de produtores de bens primários e *commodities*. (ver. Tavares, M. C. A. *Alca: Interessa ao Brasil? Folha de São Paulo*, 29 mar. 1998).

formulação de um projeto nacional de desenvolvimento em sintonia com os interesses da sociedade brasileira.

A experiência até agora tem mostrado que a precipitada abertura comercial não levou a nenhuma reciprocidade por parte dos países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos que, como vimos, continuam a impor barreiras às nossas exportações através de pesadas taxações aos produtos brasileiros que têm capacidade de competitividade no mercado norte-americano. Esse tipo de comportamento contribui para o desequilíbrio entre a medíocre atuação do Brasil no mercado internacional e seu potencial nesse sentido.³⁶⁰

Para que esses aspectos se revertam é necessário repensar a estratégia de inserção do Brasil na economia internacional para o século XXI. É muito importante nesse sentido, dar prioridade, em nosso entender, ao fortalecimento das relações intra-regionais no âmbito do Mercosul, e quem sabe ao resto da América do Sul. Isso deve ser levado adiante juntamente com uma proposta ou projeto de desenvolvimento de natureza continental, de grande vocação integradora.

Apesar das incertezas e da difícil tarefa de realizar esse projeto, é preciso ser otimista, principalmente quando acreditamos no potencial da economia brasileira e quando a história nos mostra que ela foi construída através do enfrentamento de grandes desafios e das lutas daqueles que viam no país uma grande nação. Nesse caso, o Mercosul e o Brasil reúnem uma série de condições para livrar a região de séculos de exploração e usurpação. Nas controvérsias entre Alca e Mercosul, deve-se levar em consideração os interesses nacionais, como bem assinala Tavares:

*“Quem sabe se não seria mais conveniente, do ponto de vista nacional, direcionar nossos esforços para a consolidação do MERCOSUL, como forma de resgatar o velho sonho da integração econômica latino-americana, concebida originariamente – e com surpreendente atualidade nos dias de hoje – em oposição aos mesmos que agora tratam de nos impingir a ALCA”.*³⁶¹

Assim, é extremamente importante e necessário, que os países do Mercosul continuem a negociar em bloco qualquer acordo que envolva diretamente a

³⁶⁰ Benjamin, *et. al.*, 1998, p. 139.

³⁶¹ Tavares, A Alca: Interessa ao Brasil? *Folha de São Paulo*, 29 mar. 1998.

economia norte-americana, e que possa ser motivo de controvérsias quanto ao desenvolvimento da região e a continuidade do projeto de integração econômica.

Considerações Finais

Procuramos, neste trabalho, estudar os principais movimentos recentes de transformação no capitalismo mundial e suas especificidades no atual contexto. Temas como globalização e regionalização vão ficando mais recorrentes na literatura científica sobre a economia internacional. A emergência dessas temáticas e a relação que guardam com a economia brasileira, despertaram o nosso interesse também sobre o assunto. O nosso objetivo geral foi argumentar que no âmbito de uma economia internacional cada vez mais interdependente, onde os mercados de bens, capitais e tecnologia tendem a ficar mais integrados, (leia-se globalização dos mercados), ao mesmo tempo que vários países, também, vão ficando excluídos dos benefícios de tal processo e outros estão inserindo-se de uma maneira subordinada, é necessário que iniciativas de integração econômica regional, à exemplo do Mercosul, sejam fortalecidas para proporcionar aos seus países membros uma inserção na economia internacional mais favorável e condizente com os interesses nacionais de suas respectivas sociedades. Nesse sentido, a integração econômica foi entendida como um instrumento estratégico de relacionamento internacional para os países que se posicionam numa situação de fragilidade frente às novas imposições econômicas, políticas e sociais do mundo contemporâneo.

No primeiro capítulo, tratamos exclusivamente sobre o tema globalização. De maneira alguma procuramos conceituar esse fenômeno. O objetivo perseguido em todo o capítulo foi entender a globalização como um fenômeno que caracteriza um estágio mais avançado e intenso de internacionalização do capital. Para sustentar essa posição, procuramos na história econômica os principais momentos que marcaram a expansão do capital, principalmente nas formas (ou categorias) analíticas desenvolvida por Marx: capital-comercial, capital-produtivo e capital-financeiro. Então, adotamos a premissa básica em toda essa parte do trabalho, de que o tão aclamado processo de globalização em nossos dias, não passa de um processo histórico de transformações da estrutura capitalista de produção e sua transposição das fronteiras nacionais rumo a economia mundial, em um movimento de reprodução e acumulação de capital em suas três formas constituídas.

Dois aspectos devem ser destacados nesse capítulo. Primeiro, que o crescimento do intercâmbio comercial internacional cresceu mais no século XIX, do que em todo o século XX. Isso demonstra que apesar da economia internacional atualmente apresentar-se numa fase de ampla liberalização econômica e desregulamentação, não consegue repetir a mesma dinâmica do século precedente. Além disso, o volume de comércio internacional foi mais elevado em fases onde predominou o protecionismo entre as nações do que em períodos que prevaleceram situações livre-cambistas (entre 1890 e 1913, período de forte protecionismo, o comércio internacional representava cerca de 14% do PNB mundial).

Portanto, o crescimento do intercâmbio comercial em âmbito internacional foi marcante em três fases então: uma fase protecionista (mercantilista), entre 1815 e 1860; uma fase liberal, de 1860 à 1890; e, numa nova fase protecionista, de 1890 à 1914. Bairoch³⁶² reforça esta inferência, afirmando que a expansão das trocas internacionais foi bem mais rápida no século XIX (42 vezes entre 1815 e 1913) do que em quase todo o século XX (20 vezes entre 1913 e 1995).

Um outro segundo aspecto que merece a atenção é a predominância das atividades financeiras em escala mundial no contexto atual. Tratamos desse assunto na subseção 1.6, e vimos que o capital financeiro tem assumido o papel de condutor do processo de acumulação contemporâneo, levando o sistema capitalista a entrar numa crise sistêmica, mais grave que a registrada no início deste século. Esse, portanto, é o aspecto mais marcante da atual fase de internacionalização do capital. Portanto, uma das diferenças entre a atual fase de globalização e as demais é um sistema de acumulação e reprodução do capital baseado na proliferação em escala mundial das operações rentistas numa magnitude jamais vista e com uma rapidez espantosa.

Por outro lado, ao longo dos últimos vinte e cinco anos vem aumentando a interdependência dos mercados, suscitando novamente o movimento de formação de blocos econômicos de países em várias regiões do mundo. A América Latina, depois de uma longa história nesse aspecto, apresenta-se mais uma vez nesse novo cenário da economia internacional através de dois grandes blocos importantes: a ALADI, que congrega quase todos os países da região mais os países

³⁶² Bairoch, 1996 *apud* Paillox, 1997, p. 57.

do Caribe, e o Mercosul abrangendo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, contando ainda com dois países associados, Bolívia e Chile.

Vários aspectos teóricos serviram de base para os nossos estudos sobre integração regional, desde a concepção livre-cambista de Jacob Vinner, passando pela teoria integracionista de Friedrich List de característica protecionista, chegando aos aspectos mais importantes e elementos integradores da proposta desenvolvimentista latino-americana. O estudo dessas abordagens teóricas serviram para balizar o conhecimento tanto sobre os atuais processo de integração regional como as tentativas anteriores. Percebemos, no segundo capítulo, que os processos de integração econômica empreendidos na América Latina acompanharam as especificidades históricas do avanço da estrutura capitalista de produção. Por exemplo, o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações adotado para região apesar de ter representado um grande passo para o rompimento das formas tradicionais de dominação exercida pelos países centrais sobre a periferia, conseguiu proliferar a estrutura industrial nos principais países da região à exemplo da Argentina, Brasil e México. A integração econômica proposta através da ALALC tinha por objetivo compensar os exíguos mercados de alguns países, com exceção dos acima mencionados. Desta forma, as grandes indústrias aproveitariam com melhor eficácia suas economias de escala.

Porém, apesar da proposta ser relevante para o contexto desenvolvimentista, não logrou o sucesso esperado por uma série de fatores, dentre eles o forte protecionismo que imperou na região, as metas ambiciosas estabelecidas pela ALALC, aliadas a rigidez dos prazos a serem cumpridos e, a própria influência da política externa norte-americana delineada para a região, a qual conseguiu criar vários obstáculos para as iniciativas que pudessem criar uma consciência coletiva entre os países latino-americanos e representassem uma guinada para outras alternativas político-econômicas que não estivessem alinhadas aos objetivos estadunidenses.

No entanto, depois de um longo interregno, o tema integração econômica ressurgiu nos anos 1980. Houve uma verdadeira reviravolta quanto aos objetivos que levariam os países latino-americanos a criarem uma nova associação, a ALADI. Os erros da tentativa anterior de integração foram revistos e novas metas foram estabelecidas, levando-se em consideração a realidade regional e os aspectos

político-econômicos peculiares à cada país. Nesse ínterim, começaram a estabelecer-se aproximações mais estreitas entre históricos rivais como Argentina e Brasil, nascendo, daí, as primeiras intenções rumo a criação do Mercosul estabelecido só em 1991, com a participação também do Paraguai e do Uruguai.

Assim, o Mercosul nasce na esteira do processo de globalização no atual contexto de internacionalização capitalista, quando o mercado internacional passa realmente a representar um elo entre diversos países ou blocos econômicos regionais. Nesse contexto, a regionalização assume algumas funções importantes ao nosso ver. Primeiro, representa uma nova iniciativa de inserção de alguns países na economia internacional. Segundo, dá suporte para que as grandes empresas multinacionais aproveitem melhor os novos mercados constituídos pela união de países, principalmente aqueles que contêm inúmeros e diversos acordos de cooperação de desenvolvimento em setores de infra-estrutura, tecnologia e etc. E, por fim, pode compensar, em termos, a perda de espaço das exportações dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos, devido as fortes barreiras protecionistas impostas por estes aos principais produtos daqueles.

Adiante, no terceiro e último capítulo, analisamos basicamente os elementos mais importantes do Mercosul. Estudamos um pouco da história da integração latino-americana por um ângulo diferente da forma como abordamos na seção 2.3. Aqui, foi dado ênfase a constituição histórica do próprio Mercosul, levantando os principais acordos e momentos importantes que levaram à sua constituição. Na seção 3.2 onde vimos os aspectos demográficos de cada país, bem como as características do território, ressaltamos que a colonização da região apresentou características bastante diferentes. Isso influenciou na divisão territorial e na língua, bem como em outros aspectos culturais. Nesse caso, é importante como o Brasil, que teve uma colonização bem diferente do resto da América espanhola – bem mais sanguinária com a dizimação de várias sociedades aborígenes -, conseguiu preservar um grande espaço territorial e homogeneizar a língua.

Também foi observado que a população nos quatro países do Mercosul apresenta uma tendência de envelhecimento, devido a queda dos índices de natalidade e fecundidade e a elevação do índice da expectativa de vida ao nascer. No tocante aos aspectos da moradia, verificou-se que as populações vêm concentrando-se em grandes parcelas em espaços urbanos o que, no futuro, provavelmente

provocará o agravamento de vários problemas urbanos, dos quais a maioria já conhecemos.

Ao tratarmos do novo regionalismo proposto pela Cepal, procuramos fazer uma relação entre o novo contexto da integração regional na América Latina, através do estudo do documento cepalino, *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe* (1994) e de algumas leituras complementares, e a principal proposta anterior, a qual discutimos na seção 2.2. O novo regionalismo trata-se, na verdade, de uma nova proposta de desenvolvimento, ainda em fase de discussões, portanto embrionária, mas que dá um grande passo no sentido de considerar a nova realidade da economia internacional e ainda incluir temas como, equidade e meio ambiente por exemplo, não contidos nas propostas anteriores. Em outras palavras, é um modelo de desenvolvimento que contém como proposta central possibilitar a conciliação do crescimento, equidade, sustentabilidade ambiental e democracia. Além disso, a Cepal faz uma autocrítica, quando coloca que o esgotamento do antigo modelo de desenvolvimento voltado para dentro, ou de substituição de importações, foi provocado pelo próprio padrão de financiamento, pautado na absorção de empréstimos externos. Apesar de todas as conquistas em termos de desenvolvimento econômico alcançadas pela região, a crise da dívida externa em 1980 potencializou os argumentos a favor do neoliberalismo na América Latina. Com a crise da década de 1980, diminuiu o interesse sobre propostas desenvolvimentistas de ampla participação do Estado e o papel da Cepal ficou em segundo plano nesses aspectos.

A integração regional na nova proposta da Cepal passa a ter um papel conceitual renovado, como modo de estimular o desenvolvimento e a competitividade, de acelerar os processos de aprendizagem tecnológicos e organizativos nas empresas, para que na fase posterior à integração regional, passem a exportar para outros mercados internacionais. Além disso, propõem o reforço das instâncias de coordenação em escala regional. Nesse sentido, o novo regionalismo parece apontar para novas alternativas de desenvolvimento regional, quando melhor aproveitadas as oportunidades oferecidas pelo comércio internacional. O Mercosul converge em muitos aspectos com o novo regionalismo, portanto, pode-se dizer que o bloco apresenta simetrias com essa proposta cepalina. Isto quer dizer, que o Mercosul contém, ao nosso ver, mais elementos desenvolvimentistas que livre-cambista.

O restante do terceiro capítulo nos concentramos na análise das principais variáveis que identificam as relações internacionais do Mercosul e do Brasil, em especial. Procuramos estudar o intercâmbio comercial intra-regional e inter-regional para realizar algumas comparações de dinâmica e crescimento. Dedicamos mais espaço a relação comercial do Brasil com Mercosul e alguns principais parceiros regionais. Além disso, também analisamos ainda o volume e conteúdo dos investimentos externos diretos na América Latina e Caribe, enfatizando o caso do Brasil por ser o maior receptor na região. Nosso objetivo nesse caso foi verificar que elementos justificam o grande volume de investimentos estrangeiros recebidos pela região nos últimos anos. Por último, nos concentramos nas relações entre o Brasil e Estados Unidos em torno da temática Alca/Mercosul.

A escolha por estudar e analisar o comportamento das exportações, importações e os investimentos externos diretos, justifica-se pela importância que essas variáveis assumem em termos de serem apropriadas para expor as formas de internacionalização de países ou blocos econômicos.³⁶³ Vejamos então, os principais pontos de conclusão dessa última parte do capítulo e também do trabalho.

- As relações econômicas e comerciais que o Mercosul mantém com outros blocos de países são bastante diversificadas. Destacam-se os relacionamentos com a União Européia, Nafta e Ásia. A UE é o principal parceiro comercial do bloco, seguida do Nafta.
- Em termos de participação no comércio internacional a posição do Mercosul é ainda muito tímida, portanto, com amplas possibilidades de crescimento. Em 1997 a participação das exportações e importações do bloco no total do comércio mundial foram de 1,42% e 1,59%, respectivamente.
- O intercâmbio comercial intra-Mercosul, no período 1980-1997, apresentou um crescimento superior ao comércio mundial, 180% contra 168%.
- As exportações do Mercosul distribuíram-se da seguinte maneira em 1995, por tipo de produto e destino econômico: para a UE elas constituíram-se em mais de 60% de produtos primários, ficando assim a pauta de exportações para esse região bastante concentrada. Para o Nafta, pelo contrário, a pauta de exportação do Mercosul mostra-se bem mais diversificada, com uma predominância relativa

³⁶³ Ver Haguenaer, Ferraz e Kupfer, 1996, p. 195.

de produtos manufaturados. Como as relações comerciais entre os países do Mercosul e a UE ainda apresentam larga margem de aprofundamento, qualquer indicação de uma maior abertura comercial europeia tende a traduzir-se rapidamente em saldos positivos para o bloco do Cone Sul, devido às grandes dificuldades interpostas aos produtos dessa região nos mercados da Europa.

- Além do que foi considerado no ponto anterior, para os países do Mercosul o estreitamento das relações políticas e econômicas com a União Europeia parece trazer importantes vantagens em termos de experiência no âmbito da integração econômica, visto que os dois blocos, Mercosul e UE, apresentam fortes indícios de complementaridade nas estruturas de suas economias.
- Com relação aos investimentos externos diretos na América Latina e Caribe, analisados na seção 3.5, vimos que a região tem apresentado-se como uma das mais atraentes nesse aspecto. Por exemplo, o Mercosul já influencia nas decisões de investimentos das grandes multinacionais oligopolizadas. Em 1997, de US\$ 57 bilhões recebidos pela América Latina e Caribe em investimentos estrangeiros, US\$ 25,6 bilhões foram direcionados para o Mercosul, ou seja, quase 50%. Desse último montante, o Brasil recebeu US\$ 18,6 bilhões, no mesmo ano, tornando-se, assim, a quarta maior economia receptora de investimentos estrangeiros, ficando atrás apenas dos EUA, China e Reino Unido. Porém, chegamos a constatar que apesar dessa surpreendente performance, a grande parcela de investimentos externos diretos que estão aportando na região, sobretudo no Brasil, apresentam uma outra conotação. Eles estão sendo responsáveis pela maior *despatrimonialização* já vista na economia brasileira. Ou seja, estão realizando uma reestruturação patrimonial que permite, além das fusões do capital nacional com o multinacional, a aquisição de grandes parcela de ativos já preexistentes, assumindo o controle acionário das principais empresas privatizadas e de grupos econômicos privados nacionais. Outro aspecto muito importante que também ressaltamos, é quanto ao destino daqueles capitais que estão sendo adquiridos com a venda das empresas privadas nacionais. Provavelmente, grande parte desses capitais não estão contribuindo para a ampliação da capacidade produtiva do país (investimentos produtivos), mas, deslocados para operações financeiras-rentistas ou com títulos da dívida pública

brasileira ou em paraísos fiscais. Essas operações enquadram-se na atual lógica de acumulação de capital que analisamos na seção 1.6 do primeiro capítulo.

- Com respeito às relações comerciais entre os países do Mercosul, elas têm evoluído significativamente, porém apresentando disparidades, ficando a parcela maior apropriada entre Argentina e Brasil. O comércio entre esses dois países cresceu 382% entre 1991 e 1997. As exportações do Brasil para a Argentina corresponde a 75% do total do país para o Mercosul. Por outro lado, as importações brasileiras provenientes da Argentina representam 85% do total do Mercosul. Todavia, a dinâmica comercial intra-bloco na década de 1990 supera as relações externas. Entre 1991 e 1997 o comércio entre os países do Mercosul cresceu 282%, enquanto que o intercâmbio comercial do bloco com outros países ou blocos econômicos alcançou 127%.
- Quanto ao Brasil, mas especificamente, verificamos que as exportações do país vem perdendo espaços em mercados importantes, como na Europa por exemplo. Apesar de deter ainda o título de *global trader*, a participação das exportações do Brasil na exportações mundiais, na década de 1990, tem sido medíocre com relação ao seu potencial, cerca de 0,9%. Isso indica claramente que o Brasil perdeu espaço no mercado mundial. Por outro lado, as importações totais do país cresceram substancialmente. Entre 1991 e 1997, enquanto as exportações cresceram 69%, passando US\$ 31,3 bilhões para US\$ 52,9 bilhões, as importações deram um salto de US\$ 21 bilhões para US\$ 61 bilhões, ou seja, um crescimento de 190%, respectivamente. Pode-se adiantar algumas explicações para essa discrepância, tanto de ordem interna quanto externa. No plano externo, verificou-se que o crescimento do protecionismo dos países industrializados aumentou consideravelmente, desrespeitando as regras de livre comércio estabelecidas no âmbito da OMC (Organização Mundial de Comércio). As barreiras tarifárias e não-tarifárias (como as fitossanitárias por exemplo) têm sido duramente aplicadas aos principais produtos brasileiros (produtos primários na grande maioria), principalmente pela União Européia e, sobretudo, pelos Estados Unidos. Além disso, o país se encontra entre aqueles mais afetados por ações antidumping e medidas compensatórias nas últimas duas décadas.

No plano interno, não obstante aos principais fatores acima mencionados, a desastrosa abertura comercial iniciada em 1989 e a destrutiva

sobrevalorização das taxas de câmbio e juros, potencializaram as dificuldades do Brasil no plano do comércio exterior. Não faltasse as dificuldades de vender no comércio internacional, a política econômica do Plano Real solapou com a já prejudicada estrutura produtiva do país e, ainda, promoveu sua desnacionalização, através da exposição do mercado brasileiro à competitividade internacional sem a devida estratégica de proteção dos setores mais importantes da economia. Portanto, nesse caso em especial, pode-se dizer que grande parte dos índices de desemprego no país nos últimos anos, provavelmente derivam de dois fatores: o alto grau de exposição do Brasil à economia internacional e a sua entrada na lógica da financeirização global, que não permite que aquele montante de investimentos externos diretos recebidos, promova o aumento da estrutura produtiva do país, conseqüentemente o aumento do emprego e da renda.

Além de todos esses problemas, o país ainda sofre pressões para que aceite uma área de livre comércio hemisférica (a ALCA), de acordo com os objetivos livre-cambistas dos Estados Unidos. Na última seção do trabalho, tratamos de analisar o conteúdo da ação norte-americana na América Latina na década de 1990. Percebemos que se trata de uma estratégia de garantir o espaço político-econômico de manobra para realização dos interesses estadunidenses na região. Principalmente quando o objetivo é expandir as exportações para a América Latina e Caribe e garantir os investimentos das principais multinacionais americanas na área. Nesse sentido, os Estados Unidos, através de seus representantes de Estado, passaram a levantar uma série de críticas ao Mercosul, principalmente no ano de 1997. A intenção foi minar com os esforços realizados pelos quatro membros do bloco, sobre a liderança do Brasil, para fortalecer a integração regional e passarem a negociar os acordos no âmbito da ALCA conjuntamente. Fica evidente que os interesses norte-americanos são contrários à negociação via bloco. Quer prevalecer seu poderio político-econômico nas negociações unilaterais e bilaterais. Nesse sentido, as manobras realizadas nos últimos cinco anos objetivaram enfraquecer a proposta de integração econômica sul-americana e impor a supremacia do grande capital estadunidense.

Quando na introdução deste trabalho lançamos algumas indagações sobre a globalização, ainda não tínhamos feito as mediações necessárias para que pudéssemos respondê-las. No plano mais estrutural, agora temos condições de

afirmar que essa nova etapa de expansão capitalista apresenta duas características centrais, portanto: uma nova organização industrial, através da adoção de novas tecnologias, com a centralização nos países desenvolvidos das decisões de investimento e pesquisa e descentralização da produção manufatureira; e, a forte internacionalização do capital financeiro em escala global. Nesse sentido, o movimento em escala global desses dois aspectos acompanha o ritmo histórico da internacionalização do capital. Portanto não é nenhuma novidade que as formas de sua reprodução e valorização apresentem uma tendência à escala mundial, modificando as características sociais, políticas e econômicas de países ou regiões.

Nesse sentido, impõem-se a lógica do grande capital, aquele caracterizado nas grandes multinacionais oligopolizadas e nos novos atores globais, os agentes institucionais financeiros (fundos de pensão, seguradoras, etc). Através deles as relações entre os países têm apontado para o aprofundamento do abismo entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. A globalização nessa lógica, tem colocado sérios desafios adversos para os países em desenvolvimento. Um deles é a falta de perspectivas de desenvolvimento e crescimento econômicos. Aqueles países subdesenvolvidos que insistirem em participar da economia internacional sem manterem relações regionais que possam proteger-lhes das imposições político-econômicas dos países desenvolvidos e inseri-los de uma maneira mais soberana, estarão condenados à exploração e dominação.

É exatamente por isso que ressaltamos o papel do Mercosul nesse novo contexto. Para os países do bloco, a integração econômica regional pode possibilitar uma nova estratégia de desenvolvimento e inserção na economia internacional. Para o Brasil, em especial, fatores conjunturais e estruturais devem ser modificados para que o país consiga se libertar dessa perversa situação que foi colocado diante da política econômica adotada em boa parte da década de 1990.

O Mercosul pode contribuir para que economias de desenvolvimento médio como o Brasil, possam ganhar experiência de convergência de políticas nacionais e de adequação de normas supranacionais, que daqui por diante prevaleceram nas negociações internacionais. É necessário reaparelhar o Estado brasileiro para que possa responder com mais eficácia às demandas para o fortalecimento de instituições como o Mercosul e ter a capacidade de avaliar os benefícios e os custos de tal processo. É necessário, com essas mudanças, que se leve

em consideração o estabelecimento de programas adequados de inserção do país na economia internacional, que favoreçam a introdução do progresso técnico em suas diversas unidades produtivas, que possam melhorar a competitividade sistêmica. Para isso, também é necessário uma série de investimentos em infra-estrutura, educação e em setores estratégicos da economia. Na nova realidade da economia mundial, o Estado brasileiro deve se organizar para atuar de forma mais efetiva e coerente nos próximos anos nas áreas de comércio exterior e de relações diplomáticas internacionais.

Não se deve esquecer que num processo de integração econômica coexistem aspectos positivos e negativos. Estes podem ser compensados se for adotado um plano de desenvolvimento econômico nacional, onde a integração não seja tratada como uma variável exógena, a ser incorporada depois, mas considerada como um elemento constitutivo, considerando as noções de complementaridade em economias assimétricas. A construção dessa alternativa pode ter um efeito demonstração sobre a América Latina, hoje hegemônica pela alternativa neoliberal que destina papel mais ativo ao mercado do que às políticas desenvolvimentistas.

Retroceder nessa perspectiva, seria abandonar os avanços democráticos e o sonho latino-americano de mais autonomia, liberdade e desenvolvimento. Para o Brasil, no plano internacional, portanto, o Mercosul representa as portas abertas para uma nova realidade em termos de inserção e, no plano interno, é necessário compensar as possíveis perdas com esse processo e integrar cada vez mais a sociedade, para que desse projeto ela faça parte.

ABSTRACT

This work shows the main changes in the international capitalist economy at the end of 20 th century. Then it was necessary to make a historical recovery of the main moments of the expansion of the system based an the reproduction and accumulation of the capital in its three basic forms: commercial, productive and financial. In the present context os capitalist internationalization a world scale expansion privails as a result as a wide historical process of capitalist accumulation. This, there have been several movements towards the enlargement of the markets to value and reproduce these capitals. Therefore, globalization and regional integration take part in this process. However, in the logic of capitalist accumulation, the regional economic integration can be considered a new opportunity for the underdeveloped countries to face the challenges that come. So, we consider the Mercosur as an strategic alternative to stabilishing a new political and economic relationship among its members and the industrialized countries that dominate the new outlook and that it may be more adequate to the needs of the countries involued. The process achieved by the integration in South America shows that region may form a new basis for development project. For Brasil in particular, the economic integration means the opening of new horizons in the way characteristic of global trader. Furthermore, may provide the country with an important experience in terms of international negotiation, especially when national interests are dealt with.

BIBLIOGRAFIA

- AMIN, S. *La Acumulación a Escala Mundial: crítica de la teoría del subdesarrollo*. Espanha: Siglo XXI Editores S.A., 1974.
- ANDRADE, M.C. *O Brasil e a América Latina*. São Paulo: Contexto, 1997.
- ARICÓ, J. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BAUMANN, R. *Uma Visão Econômica da Globalização*. In: BAUMANN, R. (Org.). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, pp. 33-51, 1996.
- BEAUD, M. *História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BENAKOUCHE, R. *Caracterização da crise econômica atual*. *Revista Economia e Desenvolvimento*. São Paulo: Editora Cortez, Ano I, nº 1, pp. 99-147, mai. 1981.
- BENJAMIN, C. *et al.* *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.
- BIELSHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES/Série PNPE – 19, 1988.
- _____. *Ideologia e Desenvolvimento: Brasil, 1930-1964*. In: LOUREIRO, M. R. (Org.). *50 Anos de Ciência Econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- BRAGA, J.C.S. *Financeirização global – O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo*. In: TAVARES, M.C., FIORI, J.L. (Orgs.). *Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, pp. 195-242, 1997.
- BRAGA, J.C.S. *A financeirização da riqueza: a macroeconomia financeira e a nova dinâmica dos capitalismo*. *Revista Economia e Sociedade*. São Paulo: UNICAMP. nº 2, pp. 25-57, ago. 1993.
- BRANDÃO, A.S.P., PEREIRA, L.V., LOPES, M.R. *Uma análise quantitativa dos impactos do Mercosul sobre o Brasil*. In: BRANDÃO, A.S.P., PEREIRA, L.V. (Orgs.). *Mercosul: perspectivas da integração*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, pp. 47- 74, 1997.
- BRUM, A. *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 17ª ed. Ijuí: Editora Unijuí/Vozes, 1997.
- BOISIER, S. *Política regional en una era de globalización: hace sentido en América Latina?* In: *Política Regional numa era de globalização*. Brasília: Ipea/Konrad Adenauer, jul./ago. 1996.

- CANUTO, O. **Ajustamento estrutural e orientação exportadora: sobre as lições da Coréia do Sul e do México.** São Paulo: UNICAMP/Instituto de Economia. Texto para Discussão n° 12, out. 1992.
- CARDOSO, F.H. **O Presidente Segundo o Sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo.** São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- _____. **Relações Norte-Sul no Contexto Atual: Uma Nova Dependência?** In: BAUMANN, R. (Org.). *O Brasil e a Economia Global.* Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, pp. 5-15, 1996.
- _____. **Raúl Prebisch: um precursor da integração latino-americana.** In: *Mercosul: Sinopse estatística.* Rio de Janeiro: IBGE, et al., v. 1, pp. 25-30, 1992.
- CARDOSO, F.H., FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica.** 7ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. **A Emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente Financeiro.** *Revista Praga de Estudos Marxistas.* São Paulo: Editora Hucitec n° 3, set. 1997.
- COMIN, A. **Oligopólios globais e centralização de capitais na economia brasileira.** In: *Anais do II Encontro de Economia Política.* São Paulo: PUC, maio, pp. 78-105, 1997.
- COUTINHO, L.G. **A Fragilidade do Brasil em Face da Globalização.** In: BAUMANN, R. (Org.). *O Brasil e a Economia Global.* Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, pp. 219-237, 1996.
- COUTINHO, C. N. **O lugar do Manifesto na evolução da teoria marxista.** In: AARÃO REIS D.F. (Org.) *O Manifesto Comunista 150 anos.* Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, pp. 43-66, 1998.
- CRUZ, S.C.V. **A Produção do Consenso: discurso econômico e conflitos políticos na transição brasileira.** IFCH/UNICAMP/Primeira Versão, n° 56, São Paulo, set./1994, p. 16-17.
- DONGUI, A. **História da América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- ESTEVÃO, J. **Moeda e sistema monetário colonial.** Lisboa: Escher Publicações, out. 1991.
- FAJNZYLBER, F. **Sobre la Impostergable transformación productiva de América Latina.** *Revista Pensamiento Ibero-americano,* n° 16, 1990.
- FERREIRA, A.H.B. **O Brasil e a Alca.** *Revista Econômica do Nordeste.* Fortaleza, v. 28, n° especial, pp. 267-274, jul. 1997.

- FIORI, J.L. **Globalização, hegemonia e império.** In: TAVARES, M.C., FIORI, J.L. (Orgs.). *Poder e Dinheiro – Uma economia política da globalização.* Petrópolis: Vozes, pp. 87-150, 1997a.
- _____. **Globalização e Democracia.** In: FIORI, J.L. *Os moedeiros falsos.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 215-227, 1997b.
- FORRESTER, V. **O horror econômico.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- FURTADO, C. **Transformação e crise na economia mundial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Brasil: a construção interrompida.** 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. **O Capitalismo Global.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. **O Manifesto dos Periféricos.** In: *Mercosul: Sinopse estatística.* Rio de Janeiro: IBGE, et al., v. 1, pp. 21-24, 1992.
- _____. **A economia latino-americana.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- _____. **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959.
- GALVAN, C. G. **Os Blocos: Qual Integração?** In: LAVINAS, L., CARLEAL, L.M.F., NABUCO M.R. (Orgs.). *Integração, Região e Regionalismo.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 123-133, 1994.
- GALVÃO, A. J. A. **A Integração Continental, o Mercosul e o Brasil.** Recife: UFPE/PIMES/Texto para discussão n. 382, mar. 1997.
- _____. **A região Nordeste e o novo cenário mundial: globalização, abertura comercial e o Mercosul.** In: Anais do XXV Encontro Nacional de Economia, ANPEC, Recife, pp. 1569-1590, dez. 1997a.
- _____. **Globalização e regionalização do comércio internacional: impactos sobre o Brasil e o Nordeste.** In: *Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza*, v. 27, n° 3, pp. 375-414, jul./set. 1996.
- _____. **A Integração Continental, o Mercosul e o Brasil.** Recife: PIMES/UFPE/Texto para discussão, n° 382, mar. 1997.
- GARCIA, M. A. **Integração e Projeto nacional de Desenvolvimento: algumas reflexões sobre questões candentes na América Latina.** In: LAVINAS, L., CARLEAL, L.M.F., NABUCO M.R. (Orgs.). *Integração, Região e Regionalismo.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 27-41, 1994.
- GONÇALVES, R. **Ô Abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

- _____. **Exportações Brasileiras e as Negociações Internacionais.** In: BRAGA, C.A.P. MARTONE, C.L. PELIN, E. R. (Orgs.) *O Brasil, o GATT e a Rodada Uruguai.* São Paulo: IPE-USO:FIPE, pp. 145-178, 1994a.
- _____. **O Dinamismo Econômico na Ásia: Lições e Perspectivas.** In: *Revista Anpec,* Brasília n.º 1, pp. 31- 50, ago. 1997.
- GONÇALVES, R. *et al.* **A nova economia internacional.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- GUEDES, F.G. **Integração Regional: dossiê de referência.** Campina Grande: UFPB/CAMPUS II/ Mestrado em Economia, set./out. 1997. (Mimeo)
- _____. **O problema da fome e da desnutrição no Brasil.** Campina Grande: Cadernos de Economia/UFPB/CAMPUS II/ Mestrado em Economia, dez. 1997. (Mimeo).
- HAGUENAUER, L, FERRAZ, J. C. KUPFER, D. S. **Competição e Internacionalização na Indústria Brasileira.** In: BAUMANN, R. (Org.) *O Brasil e a Economia Global.* Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, pp. 195-218, 1996.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 4.ª Ed., São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- HERZOG, J. S. **Antologia del pensamiento economico-social.** México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1963.
- HILFERDING, R. **O capital financeiro.** São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.
- HIRST, P., THOMPSON G. **Globalização em questão.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1996.
- HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **A era dos Impérios – 1875/1914.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOLANDA, F.M. **Apresentação à obra Princípios de Economia Política e Tributação de David Ricardo.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HOLLANDA FILHO, S.B. **Livre Comércio versus protecionismo: controvérsia antiga aspectos recentes.** In: *Anais do XXV Encontro Nacional de Economia.* Recife: ANPEC, pp. 1860-1879, dez. 1997.
- IANNI, O. **A Aldeia Global.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

- _____. **A Era do Globalismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- _____. **Teorias da Globalização**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- JAGUARIBE, H. **Significação de MERCOSUL**. In: *Mercosul: Sinopse estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, pp. 31-38, 1992.
- JÚNIOR, A.S. V. *et al.* **Globalização da economia: O Nordeste brasileiro frente ao Mercosul**. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.25, nº 3, p. 439-464, jul./setembro, 1994.
- KEYNES, J.M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- KUME, H. **Mercosul-1995: Uma avaliação preliminar**. In: *Economia brasileira em perspectiva*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.
- LAMBULEY, J. **El Proceso de Substitución de Importaciones a la luz de la Teoria Keynesiano-Monetária**. *Revista Hojas Económicas de la Facultad de Economía*. Santafé de Bogotá: Centro de Investigaciones Económicas Nueva Época, n.º 6 y 7, año 5, febrero de 1997.
- LAMPREIA, L.F. **Alca: os principais temas de um jogo**. *Revista Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/IBRE, Especial, ano 51, nº. 05, pp. 11-14, mai. 1997
- LÊNIN, V.I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. 4ª ed. São Paulo: Global, 1987.
- MAIA, J.M. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 3ª ed., São Paulo: Editora Atlas S.A, 1997.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. 7ª ed., Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARTONE, C.L., BRAGA, C.A.P. **O Brasil e a Rodada Uruguai**. In: *O Brasil o Gatt e a Rodada Uruguai*. São Paulo: IPE/USP-FIPE, 1994.
- MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, K., ENGELS, F. (1998), **O Manifesto do Partido Comunista**. In: AARÃO REIS D.F. (Org.) *O Manifesto Comunista 150 anos*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, PP. 7-41, 1998
- MATTEI, L. **Breves considerações sobre a globalização**. In: *Anais do II Encontro Nacional de Economia Política*. São Paulo: PUC, mai. 1997.

- MELO, J.M.C. **A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana: um prólogo em homenagem a Celso Furtado.** In: TAVARES, M.C., FIORI, J.L. (Orgs.). *Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização.* Petrópolis: Vozes, pp. 15-24, 1997.
- MELO, I. P. **A inserção do Mercosul na economia mundial.** In: BRANDÃO, A. S., P. PEREIRA, L.V. (Orgs.). *Mercosul: perspectivas da integração.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 75-120, 1996.
- _____. **O papel das regras de origem.** In: *Integração das Américas: ALCA, Revista Conjuntura Econômica.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/IBRE, Especial, ano 51, nº. 05, pp. 34-35, mai. 1997.
- MEDEIROS, C.A. **Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina.** In: TAVARES, M.C., FIORI, J.L. (Orgs.). *Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização.* Petrópolis: Vozes, pp. 279-345, 1997.
- MICHALET C-A. **O Capitalismo Mundial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MIRANDA, J.C. **Dinâmica financeira e política macroeconômica.** In: TAVARES, M.C., FIORI, J.L. (Orgs.). *Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização.* Petrópolis: Vozes, pp. 243-278, 1997.
- MÜLLER, G. **Introdução à Economia Mundial Contemporânea,** São Paulo: Editora da PUC, 1987.
- NOGUEIRA BATISTA, P.J. **A Ideologia da Globalização.** *Revista Princípios.* Brasília, ago./set./out. 1997, pp. 6-15.
- NETO, B.E.S. **A Vitivinicultura do Rio Grande do Sul e a Integração Econômica Brasil-Argentina.** Porto Alegre-RS/UFRGS/FCE/CEPE/IEPE 1991. (Dissertação de Mestrado).
- NOVAES, A. **Experiência e Destino.** In: NOVAES, A. (Orgs.). *A Descoberta do Homem e do Mundo.* São Paulo: Companhia das Letras. 1998.
- NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).** São Paulo: Hicitec, 1995.
- NURSKE, R. **Padrões de Comércio e Desenvolvimento.** In: SAVASINI, J.A.A., MALAN, P.S. (Orgs.). *Economia Internacional.* São Paulo: Saraiva. Série ANPEC de leituras de economia, 1979.
- PALLOIX, C. **Mundialização-Internacionalização-Globalização: Um conceito impossível.** *Revista ANPEC.* Brasília, nº 1, pp. 51-61, ago. 1997.
- PAULINO, L.A., REBELO, A. **O Brasil e a América latina frente a uma economia globalizada.** *Revista Princípios.* São Paulo, nº. 47, pp 6-11, nov./dez. 1997, jan.1998.

- PEÑA, F. **El sentido estratégico del MERCOSUR.** In: *Mercosul: Sinopse estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, pp. 39-42, 1992.
- PEREIRA, L.V. **Agenda de Integração Brasileira: uma avaliação preliminar.** *Revista Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/IBRE, Especial, ano 51, nº. 05, pp. 26-31, mai. 1997
- PRADO, L.C.D. **A economia política da integração a experiência do Mercosul.** Rio de Janeiro: UFRJ/Texto para discussão, n. 329, 1995a.
- _____. **Mercosul como Opção Estratégica de Integração: Dilemas e Perspectiva.** Rio de Janeiro: UFRJ/Texto para discussão, n° 341, 1995b.
- _____. **A Cepal e o Conceito de Regionalismo Aberto.** Rio de Janeiro: UFRJ/Texto para discussão, nº 342, 1995c.
- _____. **Integração, Mercosul e o Desenvolvimento da América Latina.** In: *Mercosul ou a Integração dos Povos do Cone Sul?* Rio de Janeiro: FASE/UFRJ, pp. 11-35, s/d.
- PUIG, C.S. **O Rosto do Moderno da Pureza Global: as lições do GATT/OMC: a Rodada Uruguai.** Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- _____. **Do Gatt à OMC: o que mudou, como funciona e para onde caminha o sistema multilateral de comércio.** *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, nº 6, dez. 1996.
- RÊGO, E.C.L. **O Processo de Integração no Mercosul.** *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, pp. 167-196, jun. 1995.
- RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- RODRIGUEZ, J.L. **La economía internacional: problemas actuales.** Havana: Editora Política, 1987.
- ROLIM, C.F.C. **Integração X Integração: a busca dos conceitos perdidos.** In: LAVINAS, L., CARLEAL, L. M. F., NABUCO, M. E. (Orgs.). *Integração, Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 55-87, 1994.
- SANDRONI, P. **Dicionário de Economia.** São Paulo: Best Seller, 1994.
- SANTOS, T. **Economia Mundial: integração regional e desenvolvimento sustentável.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SCHWARZER, H. **A Cepal: A Teoria Clássica e a Proposta de Transformação Produtiva com Equidade Social.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1993. (Dissertação de Mestrado).
- SINGER, P. **Um histórico da globalização.** In: *II Encontro de Economia Política*. São Paulo: PUC, pp. 523-555, mai. 1997.

- SMITH, A. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua causa e suas causas.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SOROS, G. **A Crise do Capitalismo.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- SOUZA, N.A. **Efeitos da crise nas economias periféricas.** *Revista Economia e Desenvolvimento.* São Paulo: Editora Cortez, ano I, nº 1, pp. 79-98, mai. 1981.
- TAVARES, M.C., MELIN, L. E. **Pós-escrito 1997 – A reafirmação da hegemonia norte-americana.** In: TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (Orgs.). *Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização.* Petrópolis: Vozes, pp. 55-86, 1997b.
- TAVARES, M.C. **Apresentação à Evolução do Capitalismo Moderno de Hobson.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- _____. **A retomada da hegemonia norte-americana.** In: TAVARES, M.C., FIORI, J.L. (Orgs.). *Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização.* Petrópolis: Vozes, pp. 27-53, 1997a.
- _____. **A Desordem Globalizada e a Nova Dependência.** In: *Revista ANPEC.* Brasília nº. 2, pp. 9-30 ago. 1997c.
- _____. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- THERBORN, G. **A Crise e o Futuro do Capitalismo.** In: SADER, E., GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado Democrático.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 39-50.
- THORSTENSEN, V. *et al.* **O Brasil frente a um mundo dividido em blocos.** São Paulo: Nobel, 1994.
- _____. **As relações econômicas internacionais do Brasil.** São Paulo: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, nº 13, pp. 71-98, mai. 1997.
- VASCONCELOS, A. **Aprofundando a integração européia.** In: *O Brasil, a União Européia e as Relações Comerciais.* São Paulo: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, nº 13, pp. 31-40, mai. 1997.
- VEIGA, P. M. **A Infra-Estrutura e o Processo de Negociação da ALCA.** Brasília: IPEA, ago. 1994.
- VELASCO CRUZ, S. C. **A Produção do Consenso: Discurso Econômico e Conflitos Políticos na Transição Brasileira.** Campinas: Primeira Versão/Texto para discussão, IFCH/UNICAMP, nº 56, set. 1994.
- VIZZENTINI, P.G.F. **Relações Internacionais e Desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964.** Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- WILLIAMSON, J. **Economia Aberta e a Economia Mundial: um texto de economia internacional.** Rio de Janeiro: Campus, 1996.

_____. **The Political Economy of Policy Reform**. Washington: Institute for International, Dc., January, 1994.

WIONCZEK, M. **A Integração Latino-Americana e a Política Econômica dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 13-32, 1969.

JORNAIS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES

ALADI. World Wide Web: <http://www.aladi.org/>

ALMEIDA, P. R. **Mercosul e União Européia: vidas paralelas?** *Boletim de Integração Latino-Americana*. Brasília: MRE, nº 14, jul./set. 1994.

AMORIM, A.B.N. **O Mercosul e a integração latino-americana**. *Boletim de Integração Latino-Americana*. Brasília: MRE, nº 14, jul./set. 1994.

ARGENTINA. Instituto Nacional de Estatística e Censos. World Wide Web: <http://www.indec.mecon.ar/default.htm/>

BARBOSA, R.A. **O Brasil e suas opções internacionais: a articulação entre o universal e o regional**. *Boletim de Política Externa*. Brasília: MRE, v. 3, nº 3, dez. 1994.

BARBOSA, R. A. **Integração Regional e Agricultura**. In: *Agricultura no Mercosul mais Chile*. Montevideu: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura/IICA. Centro Regional Sul, pp. 13-14, 1997.

BARROS, A. C. **Limitações e potencialidades da nova safra de investimentos**, entrevista concedida ao *Jornal dos Economistas* e disponível na World Wide Web em www.economistas.com.br/analises/antonio.htm.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio e Tecnologia. World Wide Web: <http://www.mict.gov.br/>

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. World Wide Web: <http://www.mre.gov.br/>

BRASIL. Banco Central do Brasil. World Wide Web: <http://www.bcb.br>

CEPAL. **El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad**. Cepal: Santiago do Chile, set. 1994.

CEPAL. World Wide Web: <http://www.eclac.cl/>

CNI/CEPAL. **Investimentos na indústria brasileira, 1995/1999: características e determinantes**. Rio de Janeiro: CNI/DEC, 1997.

DUPAS, G. **Era global multiplica a exclusão**. Entrevista ao *Jornal do Brasil*, Caderno Idéias, São Paulo, 27 de mar. 1999.

FOLHA DE SÃO PAULO, várias edições.

GAZETA MERCANTIL, várias edições.

IBGE. **Mercosul: Sinopse Estatística**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de geografia e Estatística, 1992.

IPEA. **O Brasil na virada do milênio: trajetória do crescimento e desafios do desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 1997.

JORNAL DOS ECONOMISTAS. **Entrevista com Renato Baumann**. Rio de Janeiro: Sindecon/Corecon-RJ, n.º 110, pp. 10.13, jun. 1998.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Santos enfrenta desafio de reduzir custo**. São Paulo, 11 out.1998.

_____. **Defesa comercial do Brasil é acanhada**. São Paulo, 20 set.1998.

_____. **País quer ser um global trader**. São Paulo, 19 abr. 1998.

_____. **União Européia quer fortalecer Mercosul**. São Paulo, 14 set. 1997.

_____. **Investimento deteriora balança comercial**. São Paulo, 11 set.1998.

_____. **Investimento direto deve recuar em 99**. São Paulo, 11 set. 1998.

_____. **Kissinger teme crise entre EUA e Brasil**. São Paulo, 08 out. 1997.

JORNAL DA PARAÍBA. **Bancos Brasileiros possuem US\$ 35 bi nas Ilhas Cayman**, 26 fev. 1999.

JORNAL GAZETA MERCANTIL. **Euro reforça relação comercial com a AL**. São Paulo, 6-7 nov.1998.

_____. **Perú dificulta as exportações de ônibus brasileiro**. São Paulo, 6-7 nov. 1998.

KURZ, R. **A Implosão da Moeda**. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 08 nov. 1998.

MAGALHÃES, J. P. A. **Integrações Econômicas e Desenvolvimento**. *Boletim de Integração Latino-Americana*. Brasília: MRE, nº 13, abr./jun. 1994.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Boletim de Diplomacia Econômica**. Brasília, várias edições.

MONTOYA, M. A. e GUILHOTO, J. J. M. **Os Caminhos da Integração Econômica na América Latina e seus Novos Desafios**. São Paulo/USP/ESALQ, 1997,World Wide Web: <http://www.pa.esalq.usp.br/~pa/>.

NÓBREGA, M. **Euro: vai começar a grande aventura**. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 mai. 1998.

NOGUEIRA BATISTA, P. J. **O Brasil e a Alca**. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 out. 1998.

OMC (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO). World Wide Web:
<http://www.wto.org/>

OMC-GATT. World Wide Web:
http://www.sice.oas.org/root/trade/ronda_ur/rondaind.stm/

REVISTA RETRATO DO BRASIL, nº 15, v. I, Rio de Janeiro, 1984.

REVISTA ISTO É. Várias edições.

REVISTA VEJA. Várias edições.

REVISTA ÉPOCA. Ano I, nº 28, 30 nov. 1998.

ROSENTHAL, G. **Treinta Anos de Integracion en América Latina: um exame crítico.** Montevideu: Aladi/Secretaria General. Presentado en el Foro comemorativo "*Primeira Decada de la Aladi*", Montevideu, ago./1990.

_____. **El regionalismo abierto de la Cepal.** *Boletim de Integração Latino-Americana.* Brasília: MRE, nº 14, jul./set. 1994.

ROSSI, C. **Globalização diminui as distâncias e lança o mundo na era da incerteza.** *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02 nov. 1997.

SAYAD, J. **Moeda Semi-Única.** *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 out. 1998.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA DO MERCOSUL. World Wide Web:
<http://www.algarbull.com.uy/secretariamercosur/>

SELA – SISTEMA ECONÔMICO LATINO-AMERICANO. World Wide Web:
<http://www.lanic.utexas.edu/project/sela/>

SILVA, C.E.L. **Porque os EUA têm índices tão baixos de desemprego.** *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 mai. 1998.

TAVARES, M. C. **A Economia Política do Plano Real.** Brasília: Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações/Câmara dos Deputados/Separatas de Discursos, Pareceres e Projetos, nº 81/97, 1997d.

_____. **A Alca interessa ao Brasil?** *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 mar. 1998.

THE ECONOMIST. 11 out. 1997

_____. 11 abr. 1998.

THORSTENSEN, V. **Relações comerciais entre a União Européia e o Mercosul: impacto da formação do bloco europeu e da política de comércio externo da Eu para o Mercosul.** *Boletim de Integração Latino-Americana.* Brasília: MRE, nº 14, jul./set. 1994.

UNCTAD. World Wide Web: <http://www.unctad.org/>

ANEXOS

ANEXO I

Exportaciones mundiales de mercancías, por regiones y determinadas economías, 1980, 1985, 1990, 1996 y 1997

(Miles de millones de dólares y porcentajes)

	Valor					Parte		Variación porcentual anual					
						Valor	Volumen	Valor			Volumen		
	1980	1985	1990	1996	1997	1980	1996	1995	1996	1997	1995	1996	1997
Mundo a	2034.00	1950.00	3438.00	5295.00	5464.00	100.00	100.00	20	4	3	9.1	5.4	10.2
América del Norte	293.56	309.98	521.78	827.16	903.49	14.43	15.62	15	6	9	9.1	6.3	10.9
Canadá	67.73	90.95	127.63	201.63	214.42	3.33	3.81	16	5	6	10.1	6.1	8.2
Estados Unidos	225.57	218.82	393.59	625.07	688.70	11.09	11.80	14	7	10	8.7	6.3	11.8
América Latina	109.60	108.50	145.60	252.50	278.80	5.39	4.77	22	12	10	12.0	10.9	11.6
Antigua y Barbuda	0.03	0.01	0.03	0.05	...	0.00	0.00	-9	22
Argentina	8.02	8.40	12.35	23.81	25.52	0.39	0.45	34	14	7	21.6	5.6	8.2
Bahamas	2.98	0.86	1.05	1.40	1.56	0.15	0.03	-18	0	11
Barbados	0.23	0.35	0.21	0.28	0.28	0.01	0.01	27	19	0
Belice	0.11	0.09	0.11	0.15	0.16	0.01	0.00	12	8	3
Bolivia	0.94	0.62	0.93	1.14	1.13	0.05	0.02	7	3	-1
Brasil	20.13	25.64	31.41	47.76	52.99	0.99	0.90	7	3	11	-1.0	3.8	9.3
Chile	4.71	3.80	8.37	15.35	16.88	0.23	0.29	39	-5	10
Colombia	3.92	3.55	6.77	10.59	11.52	0.19	0.20	20	5	9
Costa Rica	1.00	0.98	1.45	3.01	3.28	0.05	0.06	27	6	9
Cuba	5.58	5.98	5.10	2.02	2.03	0.27	0.04	16	26	0
Dominica	0.01	0.03	0.06	0.05	0.05	0.00	0.00	-4	13	4
República Dominicana	0.96	0.74	0.74	0.82	0.88	0.05	0.02	21	7	8
Ecuador	2.48	2.91	2.71	4.90	5.21	0.12	0.09	13	14	6
El Salvador	0.97	0.68	0.58	1.02	1.36	0.05	0.02	18	3	33
Granada	0.02	0.02	0.03	0.02	...	0.00	0.00	-8	-9
Guatemala	1.52	1.06	1.16	2.03	2.15	0.07	0.04	42	-6	6
Guyana	0.40	0.21	0.25	0.55	0.60	0.02	0.01	6	17	9
Haití	0.23	0.17	0.16	0.09	0.12	0.01	0.00	34	-18	33
Honduras	0.83	0.78	0.83	1.32	1.44	0.04	0.02	45	8	9
Jamaica	0.96	0.57	1.14	1.38	1.35	0.05	0.03	19	-2	-2
México	18.12	27.23	40.98	96.29	110.43	0.89	1.82	31	21	15	25.6	19.2	19.0
Antillas Neerlandesas	5.16	1.68	1.79	1.50	...	0.25	0.03	-1	11
Nicaragua	0.45	0.30	0.33	0.67	0.63	0.02	0.01	50	27	-6
Panamá	0.36	0.33	0.34	0.62	0.71	0.02	0.01	7	-1	15
Paraguay	0.31	0.30	0.96	1.04	1.15	0.02	0.02	13	14	19
Perú	3.90	2.98	3.23	5.90	6.75	0.19	0.11	22	6	15
Saint Kitts y Nevis	0.02	0.02	0.03	0.03	...	0.00	0.00	-10	15
Santa Lucía	0.06	0.06	0.13	0.08	...	0.00	0.00	8	-18
San Vicente y las Granadinas	0.02	0.06	0.08	0.05	0.05	0.00	0.00	-15	9	-1
Suriname	0.51	0.33	0.47	0.49	0.58	0.03	0.01	-10	1	20
Trinidad y Tabago	4.08	2.16	2.08	2.57	2.71	0.20	0.05	26	4	5
Uruguay	1.06	0.91	1.69	2.40	2.73	0.05	0.05	10	14	14
Venezuela	19.22	14.44	17.50	23.06	23.07	0.94	0.44	15	25	0	3.8	7.4	5.3
Europa Occidental	815.54	776.34	1637.12	2296.09	2276.47	40.10	43.36	23	4	-1	8.4	5.4	9.4
Austria	17.49	17.24	41.27	57.83	58.59	0.86	1.09	28	1	1	10.7	8.7	10.1
Bélgica-Luxemburgo	64.54	53.74	117.70	170.34	168.22	3.17	3.22	23	0	-1	8.0	2.5	7.4
Croacia	-	-	-	4.51	4.34	-	0.09	9	-3	-4
Dinamarca	16.75	17.09	36.87	51.03	48.93	0.82	0.96	19	1	-4	4.9	3.1	6.1

Finlandia	14.15	13.62	26.57	40.53	40.78	0.70	0.77	37	1	1	7.2	5.6	12.2
Francia	116.03	101.67	216.59	288.96	289.55	5.70	5.46	22	2	0	7.9	3.4	11.7
Alemania b	192.86	183.93	421.10	524.29	511.68	9.48	9.90	22	0	-2	6.2	9.3	11.9
Gracia	5.15	4.54	8.11	11.88	10.80	0.25	0.22	16	9	-9	1.9	0.9	3.8
Islandia	0.92	0.82	1.59	1.90	1.85	0.05	0.04	11	5	-2	-2.6	11.0	3.3
Irlanda	8.40	10.36	23.74	48.65	53.10	0.41	0.92	31	9	9	20.1	9.9	13.9
Italia	78.10	76.72	170.30	252.05	238.22	3.84	4.76	22	8	-5	12.8	-1.3	5.0
Malta	0.48	0.40	1.13	1.74	1.64	0.02	0.03	23	-7	-5
Países Bajos	73.96	68.26	131.78	203.98	193.85	3.64	3.85	25	4	-5	9.3	4.3	8.2
Noruega	18.56	19.99	34.05	48.96	47.74	0.91	0.92	21	17	-2	5.6	12.9	4.5
Portugal	4.64	5.69	16.42	24.61	23.16	0.23	0.46	26	9	-6	14.1	7.3	11.1
Eslovenia	-	-	-	8.31	8.37	-	0.16	22	0	1
España	20.72	24.25	55.64	102.09	104.28	1.02	1.93	25	11	2	11.0	9.7	14.9
Suecia	30.91	30.46	57.54	84.88	82.71	1.52	1.60	30	7	-3	11.4	6.0	11.2
Suiza	29.63	27.43	63.78	80.84	76.19	1.46	1.53	16	-1	-6	4.1	2.1	7.7
Turquía	2.91	7.96	12.96	23.08	26.25	0.14	0.44	20	7	14	3.8	2.2	14.6
Reino Unido	110.13	101.25	185.17	261.69	281.56	5.41	4.94	18	8	8	8.7	7.4	7.0
Yugoslavia, ex	8.98	10.70	14.31	-	-	0.44	-	-	-	-	-	-	-
Unión Europea (15)	753.83	708.81	1508.80	2122.80	2105.41	37.06	40.09	23	3	-1	8.7	5.3	9.6
Exportaciones extra-UE	295.08	287.69	529.14	801.03	825.64	14.51	15.13	21	6	3
E. Central y Oriental, los Estados Bálticos y la CEI	157.45	156.10	105.42	172.80	178.81	7.74	3.26	29	7	3	15.3	6.1	9.9
E. Central y Oriental	80.94	69.31	46.42	84.13	89.95	3.98	1.59	30	3	7	11.4	4.2	13.9
Bulgaria	10.39	13.31	5.03	4.89	4.92	0.51	0.09	34	-9	1	13.8	-9.3	6.1
Rep. Fed. Checa y Eslovaquia, ex	14.93	10.66	11.88	-	-	0.73	-	-	-	-	-	-	-
Rep. Checa	-	-	-	21.91	22.78	-	0.41	34	1	4
Rep. Dem. Alemana, ex	18.59	15.20	22.70	-	-	0.91	-	-	-	-	-	-	-
Hungría	8.61	8.47	10.00	15.71	19.10	0.42	0.30	20	2	22	7.4	4.6	29.9
Polonia	17.02	11.49	14.32	24.44	25.75	0.84	0.46	33	7	5	16.7	9.7	13.7
Rumania	11.40	10.18	4.96	8.09	8.43	0.56	0.15	29	2	4	21.5	2.7	11.4
Rep. Eslovaca	-	-	-	8.89	8.84	-	0.17	28	4	-1
Estados Bálticos y la CEI	-	-	-	88.67	88.87	-	1.67	28	11	0
Belarus	-	-	-	1.45	1.43	-	0.03	74	-15	-2
Estonia	-	-	-	1.27	1.72	-	0.02	70	36	36
Kazajistán	-	-	-	2.74	3.51	-	0.05	72	19	28
Letonia	-	-	-	0.77	1.00	-	0.01	42	11	31
Lituania	-	-	-	1.44	1.60	-	0.03	53	10	11
Rusia, Fed. de	-	-	-	69.15	66.28	-	1.31	23	9	-4
Turkmenistán	-	-	-	0.55	0.30	-	0.01	97	-42	-46
Ucrania	-	-	-	6.71	8.37	-	0.13	23	13	25
Uzbekistán	-	-	-	3.28	3.14	-	0.06	78	96	-4
URSS, ex	76.50	86.78	59.00	-	-	3.76	-	-	-	-	-	-	-
Africa	120.20	80.60	102.10	120.60	123.00	5.91	2.28	14	13	2
Argelia	13.29	12.48	11.33	11.55	12.70	0.65	0.22	13	24	10
Angola	1.88	2.25	3.91	4.34	4.44	0.09	0.08	24	17	2
Benín	0.06	0.15	0.12	0.20	0.21	0.00	0.00	18	4	5
Botswana	0.50	0.73	1.78	3.23	2.94	0.02	0.06	14	51	-9
Burkina Faso	0.09	0.07	0.15	0.15	...	0.00	0.00	13	1
Burundi	0.07	0.11	0.08	0.04	0.09	0.00	0.00	-2	-63	117
Camerún	1.38	0.72	2.00	2.33	2.39	0.07	0.04	37	14	3
Cabo Verde	0.01	0.01	0.01	0.01	...	0.00	0.00	20	0
República Centroafricana	0.12	0.09	0.12	0.17	0.20	0.01	0.00	13	-3	18
Chad	0.07	0.06	0.19	0.23	0.25	0.00	0.00	70	-9	9
Comoras	0.01	0.02	0.02	0.01	...	0.00	0.00	0	0
Congo	0.91	1.09	0.98	1.48	1.60	0.04	0.03	22	26	8
Congo, Rep.	1.63	0.95	1.00	0.59	0.50	0.08	0.01	5	35	-16

Bangladesh	0.79	1.00	1.67	3.30	3.70	0.04	0.06	19	4	12
Bhután	0.02	0.02	0.08	0.08	...	0.00	0.00	15	0
Brunei Darussalam	4.58	2.97	2.21	2.66	2.67	0.23	0.05	-1	17	0
Camboya	0.02	0.02	0.09	0.35	...	0.00	0.01	43	2
China	18.19	27.34	62.09	151.07	182.70	0.89	2.85	23	2	21
Fiji	0.47	0.31	0.62	0.75	...	0.02	0.01	19	23
Hong Kong, China	20.32	30.08	82.39	180.92	188.20	1.00	3.42	15	4	4	12.0	4.8	6.1
exportaciones locales	13.68	16.60	29.00	27.43	27.31	0.67	0.52	4	-8	0	1.9	-8.4	2.2
reexportaciones	6.64	13.48	53.39	153.49	160.89	0.33	2.90	17	7	5	14.3	7.5	6.8
India	8.59	9.14	17.98	33.05	33.90	0.42	0.62	23	7	3
Indonesia	21.91	18.59	25.68	49.81	53.54	1.08	0.94	13	10	7
Japón	130.44	177.16	287.58	410.90	421.02	6.41	7.76	12	-7	2	3.8	-0.7	9.5
Kiribati	0.03	0.00	0.00	0.01	...	0.00	0.00	80	0
Corea, Rep. Pop. Dem. de	0.90	1.33	1.86	0.59	...	0.04	0.01	-30	0
Corea, Rep. de	17.51	30.28	65.02	129.72	136.16	0.86	2.45	30	4	5	23.9	19.8	24.9
Rep. Dem. Pop., Lao	0.03	0.05	0.08	0.32	...	0.00	0.01	4	3
Macao	0.54	0.91	1.69	2.10	2.28	0.03	0.04	10	4	9
Malasia	12.96	15.44	29.42	77.80	78.45	0.64	1.47	26	5	1
Maldivas	0.01	0.02	0.05	0.06	0.07	0.00	0.00	8	20	23
Mongolia	0.42	0.69	0.66	0.42	0.42	0.02	0.01	46	-11	-1
Myanmar	0.47	0.30	0.33	0.73	0.87	0.02	0.01	10	-14	18
Nepal	0.08	0.16	0.21	0.39	...	0.00	0.01	-5	12
Nueva Zelandia	5.42	5.72	9.49	14.42	14.05	0.27	0.27	13	5	-3	2.9	4.8	3.7
Pakistán	2.62	2.74	5.59	9.32	8.72	0.13	0.18	9	17	-6	====	18.7	-5.8
Papua Nueva Guinea	1.03	0.91	1.14	2.51	2.14	0.05	0.05	0	-5	-15
Filipinas	5.74	4.61	8.07	20.42	25.27	0.28	0.39	32	17	24
Samoa	0.02	0.02	0.01	0.01	0.02	0.00	0.00	145	15	48
Singapur	19.38	22.81	52.75	125.01	125.00	0.95	2.36	22	6	0	16.0	7.3	6.8
exportaciones locales	12.66	14.97	34.85	73.47	72.41	0.62	1.39	19	6	-1	14.3	6.4	4.9
reexportaciones	6.72	7.85	17.90	51.55	52.58	0.33	0.97	27	6	2	19.1	8.8	9.9
Islas Salomón	0.07	0.07	0.07	0.18	...	0.00	0.00	18	9
Sri Lanka	1.07	1.29	1.98	4.10	4.63	0.05	0.08	18	8	13	7.2	3.9	...
Taipei Chino	19.78	30.70	67.14	115.73	121.85	0.97	2.19	20	4	5	5.8	5.3	7.2
Tailandia	6.51	7.12	23.07	55.72	57.39	0.32	1.05	25	-1	3	14.2	-2.9	...
Tonga	0.01	0.01	0.01	0.01	...	0.00	0.00	4	-29
Tuvalu
Vanuatu	0.04	0.03	0.02	0.03	0.04	0.00	0.00	13	6	17
Viet Nam	0.34	0.70	2.40	7.26	8.90	0.02	0.14	28	40	23

Pro memoria

Grupo de países en los que no hay un doble cómputo significativo

Mundo	2028.00	1937.00	3384.60	5141.50	5303.10	100.00	100.00	20	4	3	9.0	5.3	10.3
Economías desarrolladas	1279.85	1288.80	2490.35	3596.15	3662.95	63.13	69.94	19	3	2	7.8	4.8	9.9
Economías en desarrollo	590.50	491.85	788.95	1372.75	1461.30	29.13	26.70	21	8	6	11.7	6.4	11.6
Economías en transición	157.45	156.10	105.40	172.80	178.80	7.77	3.36	29	7	3	15.3	6.1	9.9
Asia	316.95	402.90	739.00	1308.00	1378.70	15.63	25.44	18	1	5	9.8	3.7	12.1

a Incluye una cantidad considerable de reexportaciones.

b Las cifras de 1980 y 1985 corresponden a la antigua República Federal de Alemania.

Fuente: Véanse las notas.

ANEXO II

Importaciones mundiales de mercancías, por regiones y determinadas economías, 1980, 1985, 1990, 1996 y 1997

(Miles de millones de dólares y porcentajes)

	Variación porcentual anual												
	Valor					Parte		Valor			Volumen		
	1980	1985	1990	1996	1997	1980	1996	1995	1996	1997	1995	1996	1997
Mundo a	2073.00	2008.00	3538.00	5467.00	5630.00	100.00	100.00	20	5	3	9.1	5.8	9.3
América del Norte	320.21	433.84	641.36	998.37	1101.04	15.45	18.26	11	6	10	7.3	5.7	13.4
Canadá	62.54	80.64	123.24	175.16	200.93	3.02	3.20	9	4	15	7.8	5.3	18.7
Estados Unidos	256.98	352.46	516.99	822.03	899.02	12.40	15.04	12	7	9	7.0	5.6	12.1
América Latina	122.10	82.90	126.00	271.40	319.00	5.89	4.96	12	11	18	4.5	11.7	20.8
Antigua y Barbuda	0.11	0.11	0.21	0.28	...	0.01	0.01	0	12
Argentina	10.54	3.81	4.08	23.76	30.35	0.51	0.43	-7	18	28	-14.2	19.5	30.3
Bahamas	5.52	1.21	1.74	1.72	1.77	0.27	0.03	-11	1	3
Barbados	0.52	0.61	0.70	0.83	0.99	0.03	0.02	24	9	18
Belice	0.15	0.13	0.21	0.26	0.29	0.01	0.00	-2	0	12
Bolivia	0.67	0.69	0.69	1.64	1.81	0.03	0.03	18	15	11
Brasil	24.96	14.33	22.52	56.95	65.01	1.20	1.04	49	6	14	31.4	5.1	18.9
Chile	5.80	3.07	7.68	17.83	19.86	0.28	0.33	35	12	11
Colombia	4.74	4.14	5.59	13.68	15.38	0.23	0.25	17	-1	12
Costa Rica	1.54	1.10	1.99	3.48	4.09	0.07	0.06	8	7	18
Cuba	6.51	7.98	4.60	3.21	3.84	0.31	0.06	37	13	20
Dominica	0.05	0.06	0.12	0.13	...	0.00	0.00	22	11
República Dominicana	1.64	1.49	2.06	3.69	4.12	0.08	0.07	13	24	12
Ecuador	2.25	1.77	1.86	3.94	4.95	0.11	0.07	14	-6	26
El Salvador	0.97	0.96	1.26	2.67	2.97	0.05	0.05	11	-6	11
Granada	0.05	0.07	0.11	0.15	...	0.00	0.00	9	17
Guatemala	1.60	1.18	1.65	3.15	3.47	0.08	0.06	26	-4	10
Guyana	0.37	0.23	0.31	0.59	0.64	0.02	0.01	7	10	9
Haití	0.38	0.44	0.33	0.67	0.65	0.02	0.01	160	2	-3
Honduras	1.01	0.89	0.94	1.84	2.05	0.05	0.03	56	12	11
Jamaica	1.10	1.11	1.86	2.93	3.03	0.05	0.05	27	6	3
México	21.21	17.81	40.31	91.66	113.26	1.02	1.68	-10	25	24	-14.9	22.5	26.3
Antillas Neerlandesas	5.68	2.26	2.15	1.85	...	0.27	0.03	4	1
Nicaragua	0.89	0.96	0.64	1.16	1.21	0.04	0.02	10	21	4
Panamá	1.45	1.39	1.54	2.78	2.97	0.07	0.05	4	11	7
Paraguay	0.62	0.50	1.35	3.12	3.23	0.03	0.06	33	-1	4
Perú	2.50	1.84	3.47	9.47	10.28	0.12	0.17	38	3	9
Saint Kitts y Nevis	0.05	0.05	0.12	0.16	...	0.00	0.00	19	3
Santa Lucía	0.12	0.13	0.27	0.30	...	0.01	0.01	2	-1
San Vicente y las Granadinas	0.06	0.08	0.14	0.13	...	0.00	0.00	4	-3
Suriname	0.50	0.30	0.47	0.59	...	0.02	0.01	7	1
Trinidad y Tabago	3.18	1.53	1.26	2.20	2.58	0.15	0.04	52	28	17
Uruguay	1.68	0.71	1.34	3.32	3.72	0.08	0.06	3	16	12
Venezuela	11.83	8.11	7.34	9.88	11.47	0.57	0.18	38	-22	16	26.3	-20.3	19.7
Europa Occidental	925.56	795.41	1700.34	2282.20	2262.99	44.65	41.74	22	3	-1	7.5	5.2	7.7
Austria	24.44	20.99	49.15	67.33	64.75	1.18	1.23	20	2	-4	7.6	2.0	4.7
Bélgica-Luxemburgo	71.86	56.18	119.70	161.30	155.84	3.47	2.95	22	3	-3	5.5	6.1	4.2
Croacia	-	-	-	7.79	9.12	-	0.14	44	4	17
Dinamarca	19.34	18.25	33.33	44.98	44.62	0.93	0.82	25	-1	-1	6.8	1.6	8.6
Finlandia	15.64	13.23	27.00	30.81	30.66	0.75	0.56	28	5	0	7.6	7.8	8.6
Francia	134.87	108.25	234.44	281.48	268.42	6.51	5.15	20	0	-5	5.1	2.4	6.9
Alemania b	188.00	158.49	355.69	458.81	441.47	9.07	8.39	21	-1	-4	3.8	6.6	4.2

Grecia	10.55	10.13	19.78	28.42	25.21	0.51	0.52	21	10	-11	11.4	5.1	6.8
Islandia	1.00	0.91	1.68	2.03	1.99	0.05	0.04	19	16	-2	4.7	11.0	3.3
Irlanda	11.15	10.02	20.67	35.89	39.20	0.54	0.66	28	9	9	14.4	10.0	14.7
Italia	100.74	87.69	181.97	208.24	208.10	4.86	3.81	22	1	0	9.6	-4.1	10.0
Malta	0.94	0.76	1.96	2.80	2.56	0.05	0.05	18	-3	-9			
Países Bajos	78.04	65.20	126.10	184.41	177.21	3.76	3.37	26	4	-4	12.4	5.9	7.0
Noruega	16.93	15.56	27.23	35.62	35.50	0.82	0.65	21	8	0	7.2	10.0	5.9
Portugal	9.31	7.65	25.26	35.19	33.55	0.45	0.64	20	9	-5	6.8	5.4	8.7
Eslovenia	-	-	-	9.42	9.36	-	0.17	30	-1	-1			
España	34.08	29.96	87.72	121.87	122.71	1.64	2.23	25	6	1	11.3	5.4	11.8
Suecia	33.44	28.55	54.26	66.91	65.44	1.61	1.22	25	4	-2	9.2	2.5	11.0
Suiza	36.34	30.70	69.68	79.26	75.96	1.75	1.45	18	-1	-4	6.2	1.5	6.4
Turquía	7.91	11.34	22.30	42.93	48.59	0.38	0.79	53	20	13	28.3	20.1	13.9
Reino Unido	115.55	108.96	222.98	287.25	308.22	5.57	5.25	17	8	7	4.8	9.7	7.5
Yugoslavia, ex	15.08	12.21	18.87	-	-	0.73	-	-	-	-	-	-	-
Unión Europea (15)	847.00	723.55	1558.04	2093.97	2070.43	40.86	38.30	22	3	-1	7.1	4.8	7.3
Importaciones extra- LE	390.61	305.26	576.51	768.39	786.97	18.84	14.05	18	4	2			
E. Central y Oriental, los Estados Bálticos A26y la Comunidad de Estados Independientes (economías en transición)	153.95	148.10	113.72	177.78	193.34	7.43	3.25	28	14	9	15.0	12.9	16.2
Europa Central y Oriental	85.44	65.18	47.45	111.51	117.73	4.12	2.04	29	15	6	-85.8	-87.8	-88.6
Bulgaria	9.67	13.63	5.10	5.08	4.89	0.47	0.09	23	-10	-4	2.5	-16.4	2.2
Rep. Fed. Checa y Eslovaca, ex e	15.18	10.33	12.46	-	-	0.73	-	-	-	-	-	-	-
Rep. Checa e	-	-	-	27.72	27.18	-	0.51	45	10	-2			
Rep. Dem. Alemana, ex	19.08	13.80	13.10	-	-	0.92	-	-	-	-	-	-	-
Hungría	9.19	8.19	10.34	18.15	21.24	0.44	0.33	6	5	17	-3.9	5.5	26.4
Polonia	19.12	10.84	11.57	37.14	42.31	0.92	0.68	28	28	14	20.5	28.0	22.0
Rumanía	13.20	8.40	7.60	11.44	11.28	0.64	0.21	45	11	-1	20.5	0.2	3.8
Rep. Eslovaca e	-	-	-	11.09	10.23	-	0.20	33	26	-8			
Estados Bálticos y la CEI	-	-	-	66.28	75.61	-	1.21	24	11	14			
Belarús	-	-	-	2.16	2.64	-	0.04	97	21	22			
Estonia	-	-	-	2.57	3.50	-	0.05	58	37	36			
Kazakstán	-	-	-	1.28	1.95	-	0.02	-16	12	52			
Letonia	-	-	-	1.45	1.85	-	0.03	49	31	27			
Lituania	-	-	-	2.81	3.56	-	0.05	68	45	27			
Rusia, Fed. de	-	-	-	43.09	48.79	-	0.79	19	1	13			
Turkmenistán	-	-	-	0.90	0.51	-	0.02	-19	48	-43			
Ucrania	-	-	-	6.23	6.92	-	0.11	46	19	11			
Uzbekistán	-	-	-	3.14	3.21	-	0.06	34	97	2			
URSS, ex e	68.52	82.92	66.27	-	-	3.31	-	-	-	-	-	-	-
Africa	96.80	69.40	94.80	123.30	127.30	4.67	2.26	21	0	3			
Argelia	10.56	9.84	9.72	9.11	8.70	0.51	0.17	12	-16	-4			
Angola	1.33	1.40	1.58	2.05	2.33	0.06	0.04	4	21	13			
Benin	0.33	0.33	0.27	0.67	0.66	0.02	0.01	40	-4	-1			
Botswana	0.69	0.58	1.95	1.74	2.26	0.03	0.03	17	-9	30			
Burkina Faso	0.36	0.33	0.54	0.55	...	0.02	0.01	36	2	...			
Burundi	0.17	0.19	0.23	0.13	0.12	0.01	0.00	4	-46	-5			
Camerún	1.60	1.15	1.40	1.39	1.52	0.08	0.03	15	12	10			
Cabo Verde	0.07	0.08	0.14	0.25	...	0.00	0.00	21	-1	...			
República Centroafricana	0.08	0.11	0.15	0.12	0.13	0.00	0.00	25	-32	6			
Chad	0.07	0.17	0.29	0.24	0.23	0.00	0.00	24	9	-4			
Comoras	0.03	0.04	0.05	0.07	...	0.00	0.00	19	11	...			
Congo	0.58	0.60	0.62	0.71	0.75	0.03	0.01	6	6	6			
Congo, Rep. Dem.	0.84	0.79	0.89	0.42	0.40	0.04	0.01	4	7	-6			
Côte d'Ivoire	2.97	1.75	2.10	2.98	2.92	0.14	0.05	60	2	-2			
Djibouti	0.21	0.20	0.22	0.25	...	0.01	0.00	13	-9	...			
Egipto	4.86	5.56	9.22	13.02	13.17	0.23	0.24	15	11	1			

Guinea Ecuatorial	0.03	0.02	0.06	0.06	...	0.00	0.00	35	10	...				
Etiopía	-	-	-	1.30	...	-	0.02	24	2	...				
Etiopía, ex	0.72	0.99	1.08	-	-	0.03	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabón	0.67	0.86	0.92	0.90	0.94	0.03	0.02	17	2	4				
Gambia	0.17	0.09	0.20	0.24	0.25	0.01	0.00	-33	70	5				
Ghana	1.13	0.73	1.21	2.06	1.86	0.05	0.04	7	22	-10				
Guinea	0.36	0.45	0.72	0.85	...	0.02	0.02	9	13	...				
Guinea-Bissau	0.06	0.06	0.07	0.06	...	0.00	0.00	11	-10	...				
Kenya	2.13	1.44	2.13	2.91	3.27	0.10	0.05	37	-1	12				
Lesotho	0.46	0.34	0.67	0.96	0.98	0.02	0.02	17	-3	2				
Liberia	0.54	0.28	0.21	0.32	...	0.03	0.01	0	14	...				
Jamahiríya Arabe Libia	6.78	4.10	5.34	5.30	5.10	0.33	0.10	19	14	-4				
Madagascar	0.60	0.40	0.57	0.51	0.48	0.03	0.01	17	2	-6				
Malawi	0.44	0.29	0.58	0.62	0.76	0.02	0.01	-3	31	22				
Mali	0.44	0.30	0.62	0.76	0.68	0.02	0.01	31	-1	-10				
Mauritania	0.29	0.25	0.39	0.36	0.35	0.01	0.01	3	-8	-3				
Mauricio	0.61	0.52	1.62	2.28	2.56	0.03	0.04	2	15	13				
Marruecos	4.16	3.85	6.80	9.70	9.51	0.20	0.18	19	-4	-2				
Mozambique	0.80	0.42	0.88	0.84	0.86	0.04	0.02	-23	8	1				
Namibia	1.16	0.58	1.16	1.38	1.45	0.06	0.03	23	-6	5				
Niger	0.59	0.37	0.39	0.34	0.38	0.03	0.01	14	-8	10				
Nigeria	16.66	8.88	5.63	8.00	8.40	0.80	0.15	43	-14	5				
Rwanda	0.24	0.30	0.29	0.26	0.30	0.01	0.00	0	10	16				
Santo Tomé y Príncipe	0.02	0.01	0.03	0.04	...	0.00	0.00	-21	13	...				
Senegal	1.05	0.83	1.22	1.27	1.19	0.05	0.02	18	-3	-6				
Sechelles	0.10	0.10	0.19	0.27	...	0.00	0.01	13	18	...				
Sierra Leona	0.43	0.15	0.15	0.21	...	0.02	0.00	-10	56	...				
Somalia	0.35	0.11	0.10	0.23	...	0.02	0.00	-28	19	...				
Sudáfrica	19.60	11.32	18.40	30.13	32.94	0.95	0.55	31	-1	9	18.7	9.2	10.0	
Sudán	1.58	0.77	0.62	1.34	1.26	0.08	0.02	2	13	-6				
Swazilandia	0.62	0.32	0.66	1.17	1.29	0.03	0.02	19	6	10				
Tanzania, R. U. de	1.25	1.32	1.03	1.39	1.34	0.06	0.03	8	-14	-4				
Togo	0.55	0.29	0.58	0.40	0.37	0.03	0.01	74	5	-7				
Túnez	3.54	2.76	5.54	7.75	7.91	0.17	0.14	20	-2	2				
Uganda	0.29	0.33	0.21	1.19	1.31	0.01	0.02	22	12	11				
Zambia	1.34	0.65	1.22	1.40	1.57	0.06	0.03	25	-7	12				
Zimbabwe	1.45	1.03	1.85	2.81	3.02	0.07	0.05	19	6	7				
Africa excepto Sudáfrica	77.20	58.08	76.40	93.17	94.36	3.72	1.70	19	0	1				
Oriente Medio	102.80	88.90	99.20	142.10	144.40	4.96	2.60	14	7	2				
Bahrein	3.48	3.11	3.71	4.27	3.87	0.17	0.08	-1	15	-9				
Chipre	1.20	1.25	2.57	3.98	3.70	0.06	0.07	22	8	-7				
Irán, Rep. Islámica del	12.25	11.64	15.72	12.90	13.80	0.59	0.24	3	15	7				
Iraq	13.94	10.56	7.66	1.10	2.60	0.67	0.02	16	53	136				
Israel	9.78	10.17	16.79	31.62	30.78	0.47	0.58	17	7	-3	9.7	6.6	1.6	
Jordania	2.40	2.73	2.60	4.43	4.01	0.12	0.08	9	20	-9	5.6	12.9		
Kuwait	6.53	6.01	3.97	8.37	8.10	0.32	0.15	16	8	-3	-10.1	0.8		
Libano	3.65	2.20	2.53	7.58	7.47	0.18	0.14	23	4	-1				
Omán	1.73	3.15	2.68	4.58	5.03	0.08	0.08	8	8	10				
Qatar	1.42	1.14	1.70	2.84	3.70	0.07	0.05	57	-6	30				
Arabia Saudita	30.17	23.62	24.07	27.77	27.26	1.46	0.51	20	-1	-2				
República Árabe Siria	4.12	3.97	2.40	5.38	4.88	0.20	0.10	-14	14	-9	-10.1	0.8		
Emiratos Árabes Unidos	8.75	6.55	11.20	25.90	27.80	0.42	0.47	15	9	7				
Yemen	3.38	2.76	1.57	1.36	1.40	0.16	0.02	-38	5	3				
Asia a	352.00	389.40	762.20	1472.10	1481.70	16.98	26.93	22	5	1	13.8	5.4	6.2	
Afganistán	0.84	1.19	0.94	0.45	...	0.04	0.01	22	0	...				
Australia	22.40	25.89	42.03	65.43	65.88	1.08	1.20	15	7	1	11.0	9.5	18.5	
Bangladesh	2.60	2.77	3.60	6.62	6.76	0.13	0.12	38	2	2				
Bhután	0.05	0.08	0.11	0.11	...	0.00	0.00	-4	0	...				
Brunei Darussalam	0.57	0.62	1.00	2.60	2.01	0.03	0.05	13	36	-23				
Camboya	0.18	0.12	0.16	0.65	...	0.01	0.01	26	3	...				
China	20.05	42.49	53.35	138.84	142.36	0.97	2.54	14	5	3				

Fiji	0.56	0.44	0.74	0.98	...	0.03	0.02	19	13
Hong Kong, China	22.99	31.20	84.73	201.28	213.30	1.11	3.68	18	3	6	13.7	4.3	7.2
Importaciones definitivas	16.36	17.72	31.34	47.80	52.41	0.79	0.87	21	-8	10	16.3	-6.9	10.9
India	14.86	15.93	23.64	37.38	40.36	0.72	0.68	29	8	8
Indonesia	10.83	10.26	21.84	42.93	42.00	0.52	0.79	27	6	-2
Japón	141.30	130.49	235.37	349.15	338.75	6.82	6.39	22	4	-3	12.5	2.3	2.7
Kiribati	0.02	0.02	0.03	0.03	...	0.00	0.00	31	0
Corea, Rep. Pop. Dem. de	1.20	1.79	2.93	1.60	...	0.06	0.03	16	9
Corea, Rep. de	22.29	31.14	69.84	150.34	144.62	1.08	2.75	32	11	-4	21.2	12.6	1.5
Rep. Dem. Pop. Lao	0.09	0.19	0.20	0.69	...	0.00	0.01	4	17
Macao	0.54	0.78	1.53	1.99	2.08	0.03	0.04	-3	-2	4
Malasia	10.82	12.30	29.26	78.42	79.04	0.52	1.43	30	1	1
Maldivas	0.03	0.05	0.14	0.30	0.35	0.00	0.01	21	13	16
Mongolia	0.57	1.10	0.92	0.44	0.43	0.03	0.01	86	6	-2
Myanmar	0.35	0.28	0.27	1.36	2.26	0.02	0.02	51	2	66
Nepal	0.34	0.45	0.69	1.44	...	0.02	0.03	15	8
Nueva Zelanda	5.47	5.99	9.50	14.72	14.52	0.26	0.27	17	5	-1	6.5	3.3	4.0
Pakistán	5.35	5.89	7.38	12.13	11.60	0.26	0.22	29	6	-4	8.3	-2.1	...
Papua Nueva Guinea	1.18	1.01	1.19	1.74	1.70	0.06	0.03	-5	20	-3
Filipinas	8.30	5.46	13.04	34.12	38.03	0.40	0.62	26	20	11
Samoa	0.06	0.05	0.08	0.10	0.10	0.00	0.00	16	6	-4
Singapur	24.01	26.29	60.90	131.34	132.45	1.16	2.40	21	5	1	13.8	7.1	8.1
Importaciones definitivas	17.29	18.44	43.00	79.79	79.86	0.83	1.46	18	5	0
Islas Salomón	0.09	0.08	0.09	0.15	...	0.00	0.00	6	-1
Sri Lanka	2.04	1.84	2.69	5.42	5.84	0.10	0.10	9	4	8	2.9	2.2	...
Taipei Chino	19.76	20.12	54.83	101.29	113.22	0.95	1.85	21	-2	12	8.6	1.1	19.3
Tailandia	9.21	9.24	33.38	73.48	63.59	0.44	1.34	30	4	-13
Tonga	0.04	0.04	0.06	0.08	...	0.00	0.00	12	-3
Tuvalu	0.00	0.00	0.01	0.01	...	0.00	0.00	-36	0
Vanuatu	0.07	0.07	0.10	0.10	...	0.00	0.00	6	3
Viet Nam	1.31	1.86	2.75	11.14	11.30	0.06	0.20	44	48	1

Pro memoria

Grupo de países en los que no hay un doble cómputo significativo

Mundo	2067.00	1995.00	3484.60	5313.50	5469.10	100.00	100.00	20	5	3	9.0	5.7	9.4
Economías desarrolladas	1410.25	1378.25	2603.30	3668.70	3737.00	68.25	69.04	19	4	2	7.8	4.9	8.7
Economías en desarrollo	502.60	468.15	767.20	1467.30	1538.50	24.32	27.61	21	6	5	11.5	7.0	10.1
Economías en transición	153.95	148.10	113.70	177.80	193.35	7.45	3.35	28	14	9	15.0	12.9	16.2
Asia	345.35	375.90	708.80	1318.60	1320.80	16.71	24.82	23	5	0	13.8	5.2	6.1

a. Incluye importaciones considerables destinadas a la reexportación.

b. Las cifras de 1980 y 1985 corresponden a la antigua República Federal de Alemania.

c. Importaciones se entienden f.o.b.

d. Incluye importaciones considerables destinadas a la reexportación. Las cifras de las reexportaciones figuran en la hoja de las exportaciones.

Fuente: Véanse las notas.

FONTES E NOTAS

Preparado por la Sección del Comercio de Mercancías de la División de Estadística y Sistemas de Información.

Fecha de cierre: junio de 1998.

Próxima actualización: marzo de 1999.

Fuentes

FMI. Estadísticas financieras internacionales; UNSD. Monthly Bulletin of Statistics; FAO. Anuario de comercio; CEPALC: estadísticas nacionales y estimaciones de la Secretaría.

Notas

Para las definiciones, métodos y comentarios sobre la calidad de los datos véanse las notas técnicas que figuran en el volumen II

del Informe Anual 1997 de la OMC.

Advertencias

Las cifras correspondientes a 1997 son provisionales. Las cifras más recientes indicadas para varios países y territorios situados fuera de América del Norte y Europa Occidental han sido estimadas por la Secretaría.

La información de que se dispone es mucho más restringida en relación con el volumen que con el valor. Por consiguiente, las estimaciones relativas al volumen pueden ser objeto de un mayor margen de error y no se indican para varios países y regiones las

Cabe señalar que el total mundial y el total para Asia que figuran en el cuerpo principal del cuadro contienen un importante elemento de doble cómputo debido al sistema general utilizado para registrar las estadísticas del comercio de mercancías que inclu

Los agregados nacionales en los que se ha eliminado gran parte del doble cómputo (a saber las reexportaciones de Hong Kong) se indican en la partida pro memoria.

Por falta de información suficiente, se excluye el comercio entre los antiguos Estados de la Unión Soviética.

Pro memoria

Esta partida indica a los usuarios los agregados correspondientes a las agrupaciones de países.

Estas se definen de la manera siguiente:

Economías desarrolladas - América del Norte, UE, AELC, Sudáfrica, Australia, Japón y Nueva Zelanda.

Economías en desarrollo - América Latina, África (excepto Sudáfrica), Europa (excepto UE y AELC), Oriente Medio y Asia (excepto Australia,

Japón y Nueva Zelanda).

Economías en transición - Europa Central y Oriental, Estados Bálticos y CEL.

Estas denominaciones no responden a una opinión de la Secretaría sobre la situación de un determinado país, territorio o región ni sobre la delimitación de sus fronteras.

Signos convencionales

... falta el dato
- no aplicable

ANEXO III

Alguns dos Principais Projetos de Cooperação em Infra-Estrutura entre os Países do Cone Sul e seus sócios

CONCEITO	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI	CHILE	BOLÍVIA
I. PROJETOS ENERGÉTICOS						
I.1 GAS						
Fornecimento de gás (Acordos de Promoção de Comercio)						
Gasoduto Paraná-Uruguaiana						
Fornecimento de gás a Curitiba desde Salta						
Construção de gasoduto						
Construção de gasoduto entre Rios-Paysandú						
Construção de gasoduto Buenos Aires-Montevidéo						
Construção gasoduto de gás boliviano à São Paulo (Br)						
I.2 PETRÓLEO						
Oleoduto de 425 Km até perto de Talcahuano						
CONCEITO	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI	CHILE	BOLÍVIA
I.3 ENERGIA ELETRICA						
I.3.1 HIDROELÉTRICAS						
Aproveitamento dos rios Bermejo e Tarija (produção de energia elétrica)						
Garabi- central hidroelétrica						
Represa de Yaciretá						
Represa Salto Grande						
Represa de Itaipú						
I.3.2 INTERCONEXÕES, CENTRAIS E LINHAS ELÉTRICAS						
Interconexão elétrica Paso de los Libres - Uruguaiana						
Construção de duas centrais térmicas em Salta						
Linha de transmissão elétrica ate Antofagasta (Chile)						
Interconexão dos sistemas elétricos sobre o rio Uruguai						
Interconexão elétrica Rivera (Ur) - Livramento (Br)						
Interconexão elétrica San Carlos (Ur) - Brasil						
CONCEITO	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI	CHILE	BOLÍVIA
II. PROJETOS DE INFRAESTRUTURA						
II.1 RODOVIARIOS						
Ponte Colonia - Buenos Aires (Rio do Prata)						
Ponte Salto-Concordia sobre rio Uruguai						
Constr. Ponte complementar Ciudad del Este-Foz do Iguaçu						
Construção da ponte San Borja-Santo Tomáz (em obra)						
Modernização de pasos de montaña						
Túnel de baixa altitude (Mendoza-Santiago)						

Autopista bi-oceânica: Santos, Altiplano, Arica						
Superautopista San Pablo - Buenos Aires						
Estrada Cobija (fronteira Brasil)- Yucumo (norte de La Paz)						
II.2 FERROVIARIOS						
Melhoramento trecho ferroviário Baurú-Corumba						
CONCEITO	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI	CHILE	BOLIVIA
II.3 OUTROS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA						
Transporte fluvial Hidrovia Paraguai-Paraná						
Experiência Trem Biomecânico ou Trem da Confraternidade						
III. OUTROS PROJETOS						
III.1 COOPERAÇÃO						
Empreendimentos sobre cooperação biotecnológica (CABBIO)						
Convênio Andrés Bello (integ.educativa,cienti.,tecnológica) (*)						
III.2 FRONTEIRA						
Comissão Cooper. Desenvolvimento Zonas de Fronteira (CODEFRO)						
Programa de Pasos de Fronteira						
(*) Ademais dos países assinalados, fazem parte deste convênio: Espanha e o Panamá. Fonte: ALADI, disponível na World Wide Web em www.aladi.org .						